Universidade de São Paulo
Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz"
Centro de Energia Nuclear na Agricultura

Engajamento político na agricultura urbana: a potência de agir nas hortas comunitárias de São Paulo

André Ruoppolo Biazoti

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre em Ciências. Área de concentração: Ecologia Aplicada

Piracicaba
2020

André Ruoppolo Biazoti
Bacharel em Gestão Ambiental

Engajamento político na agricultura urbana: a potência de agir nas hortas comunitárias de São Paulo

Versão revisada de acordo com a resolução CoPGr 6018 de 2011.

Orientador:
Prof. Dr. **MARCOS SORRENTINO**

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre em Ciências. Área de concentração: Ecologia Aplicada

Piracicaba
2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
DIVISÃO DE BIBLIOTECA – DIBD/ESALQ/USP

Biazoti, André Ruoppolo

Engajamento político na agricultura urbana: a potência de agir nas hortas comunitárias de São Paulo / André Ruoppolo Biazoti. - - versão revisada de acordo com a resolução CoPGr 6018 de 2011. - - Piracicaba, 2020.

255 p.

Dissertação (Mestrado) - - USP / Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”. Centro de Energia Nuclear na Agricultura.

1. Agricultura urbana 2. Hortas comunitárias 3. Engajamento político 4. Potência de agir I. Título

Dedico essa dissertação a todas agricultoras e agricultores cujo suor tece os bastidores da nossa História e da nossa identidade enquanto seres humanos.

AGRADECIMENTOS

Ao longo do processo de desenvolvimento da dissertação, em sua estruturação em capítulos, discussões teóricas e explicações metodológicas, sem dúvidas este foi o mais difícil de ser escrito. Sou grato a tantos e tantas que o mero exercício de destacar certos nomes me parece uma afronta à quem me auxiliou, explícita ou implicitamente, nesse processo de pesquisa e escrita. Já me exponho aqui completamente incapaz de expressar em palavras a gratidão que tenho, que sinto e que me domina ao refletir silenciosamente nas pessoas que acompanharam minha trajetória e que torceram, de forma exagerada ou sutil, pelo sucesso dessa empreitada. Aqui, me entrego envergonhado aos erros que irei cometer ao esquecer de listar nomes importantes que me sustentaram para que chegasse até aqui, seja por relapso ou por esgotamento mental. A vocês, peço perdão e digo de antemão que está em mim toda a gratidão e amor pelo apoio que me foi dado.

À Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", pela oportunidade de realização do curso de mestrado. Em especial, agradeço à Mara Casarin, secretária do Programa de Pós-graduação Interunidades em Ecologia Aplicada (PPGI-EA) pelo inestimável apoio durante o desenvolvimento da dissertação.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa de mestrado e pelo apoio financeiro para a realização desta pesquisa.

Às companheiras e companheiros do Grupo de Estudos em Agricultura Urbana do Instituto de Estudos Avançados da USP (GEAU), cuja discussão e aprofundamento teórico sobre a agricultura urbana de São Paulo e do mundo me fez desenvolver um olhar muito qualificado para as práticas que me dispus a estudar. Rafael, Guilherme, Guga, Angélica, Lya, Giulia, Manoela, Mariana, Roberta, Laura, Professora Thais Mauad e Professora Valéria de Marcos, toda minha gratidão.

Às companheiras e companheiros do Laboratório de Educação e Política Ambiental da ESALQ (OCA), cuja parceria na luta por sociedades sustentáveis por meio de processos educadores sempre me inspirou e me deu fôlego para sonhar um futuro anticapitalista possível e construído a partir da nossa potência. Vivian, Nana, Luã, Isa, Rodrigo, Kátia, Bianca, João, Ana Clara, Ernesto, Simone, Marcos, Bruno, Rafael, Oni, toda minha gratidão.

Às companheiras e companheiros do Coletivo Nacional de Agricultura Urbana (CNAU), guerreiras e guerreiros incansáveis que me possibilitaram ver a agricultura urbana brasileira em sua diversidade e beleza. Nos bastidores da construção política de congressos e encontros nacionais de agroecologia e nas noites extensas redigindo cartas políticas foi onde me embebi de coragem e ternura para continuar as duras batalhas que ainda temos que vencer. Dani, Uschi, Márcio, Juliana, Morgana, Janaína, Igor, Marquito, Chris, Michelon, Renata, Claudemar, Lorena, Luisa, o AUÊ todo, a AMAU toda, a Rede CAU toda, o CEPAGRO todo, toda minha gratidão.

Às companheiras e companheiros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Solidário e Sustentável de São Paulo (CMDRSS) e do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de São Paulo (COMUSAN), que me fizeram compreender como funciona a política institucional e que foram verdadeiras escolas de como funciona a democracia, do quanto ela é difícil e bonita e do quanto os espaços de participação popular e colegiada são imprescindíveis. O direito humano à alimentação adequada só é possível pelo incansável suor de vocês. Chris, Vera, Solange, Maria Lúcia, Flávia, Luis Henrique, outro Luis Henrique, Leandro, Patrícia, Marcelo, André Luzzi, Vânia, Adalgisa, Nadir, Rita, Susana, Cris, Luccas, Roseli, Juliana, Toninho, Cyra, Janaína, Eriel, PC e tantos outros conselheiros, toda minha gratidão.

Às companheiras e companheiros da Movimento Urbano de Agroecologia (MUDA_SP), que buscam diariamente transformar a realidade paulistana tendo a agroecologia, em sua dimensão mais ampla, como princípio e práxis da construção de uma nova sociedade. O protagonismo e vanguarda enquanto uma rede de redes agroecológicas na cidade, construindo um movimento diverso a partir da construção qualificada de conhecimentos e da articulação de grupos, construiu minha identidade enquanto ativista e enquanto pesquisador. Susana, Carol, Manô, Lucas, Vinícius, Samuel, Babi, Tony, Aline, Marcos, Julio, Clara, Ana Flávia, Fabi, Glenn, Diegos, Regi, Clovis, Lisa, Benjamin, Camila, Arpad e tantos outros, toda minha gratidão.

Aos agricultores e agricultoras de São Paulo, que produzem alimentos sob o sol e sobre o bafo do concreto, que inspiram por sua luta e resistência em uma cidade que parece que não os deseja e que me fazem entender o real sentido da vida em meio a todo caos em que a gente vive. Minha contribuição para São Paulo é ínfima perto da grandiosidade de vocês. Eriel, Terezinha, Valéria, Vera, Telma, Vilma, Maria Alves, Antonia, Sebastiana, Genival (*in memoriam*), Mineiro, Daniel, Arpad, Emerson, Luciano, Zundi, Ernesto, Antonio, Mário, Amaral, Tomi, Ana do Mel, Zé da Floresta, Jera, Joaquim, Andreia, Lia e tantos, muito outros, toda minha admiração e gratidão.

Aos hortelões urbanos, criativos cidadãos que ousaram ocupar espaços públicos e acender o debate sobre a agricultura na cidade de São Paulo, levando a produção alimentar e a construção política do comum para as ruas. Conhecidos e desconhecidos hortelões, a União de Hortas Comunitárias de São Paulo, Luciano, Pops, Rita, Mity, Thais, Sérgios, Gabriel, Claudia, Christine, Claudio, Rejane, Guilherme, Mari, Eudóxia, Rose, Fazzio e tantos, toda minha gratidão.

A todos os voluntários da Horta do CCSP e da Horta das Flores, espaços em que me fiz micro-agricultor, aprendi a amar a araruta e entendi que não se faz mutirão sem banquete. Lá, vi pessoas se compostarem, vi milagres acontecerem e pude me encantar com o processo sutil de construção da multidão. Lana, Mari, Gui, Isaac, Flavia, Rachel, Elba, Chun, Aparecida, Marília, Ali, Jung, Fazzio, Regina, Rose, Rejane, Rodrigo, Salvador, Rita, Mayra, Rogério, Cristiano, Fernando, Marco, Simoni, Nelson, Adjunio, Dona Maria e tantos outros, toda minha gratidão.

Aos amigos distantes, mas tão presentes que ouço seus sussurros me falando besteiras que iluminam meu caminhar. Sem vocês, vida nenhuma faria sentido. Só estou aqui porque vocês estão por aí. O amor só aumenta. Iaiá, Grô, Sófit, Samuca, Xun, Thiaguinho, Mimi, Roró, Marine, Flor, Bruninho, Isa,

Lauro, Nati Almeida, Leandro, Rafa Dornelas, Paquê, Bianca, Lari e muitos outros, todo meu amor e minha gratidão.

Aos amigos próximos, que acompanharam as olheiras, a ansiedade, a falta de tempo para um cafezinho e me impulsionaram sempre a continuar. Sem o apoio constante de vocês, sei lá onde eu estaria. Quando caí, vocês sempre me levantaram. Vocês alimentam minha potência e me fazem ser melhor a cada dia. Vinicius, Adriana, Cida, Rafaela, Gui, Renata, Lalá, Giovana, todos os Kowas (Luigi, Carla, Flávia, Fernanda e Denis), Claudio, Kim, Dani, Fernanda, Bia e tantos, tantas que não conseguiria terminar esses agradecimentos se continuasse listando.

À minha família, por todo estímulo que sempre me deram para eu ser o melhor de mim. Pela liberdade que me deram, pelo carinho imenso e pela intensa curiosidade para entender o que eu faço e como poderiam me auxiliar a chegar mais distante rumo aos meus sonhos. Amo vocês com todas as forças de mim. Tio Beto, Tia Ângela, Tia Paola, Tio Edu, Tio Gino, Paolo, Nino, Valentina, Lorena, Nonno, Nonna, Tio Edu, Tia Lu, Vó Joana, Fabi, Paulo, Elisa, Mia, mãe, pai, Quênia e Sully, todo meu amor e minha gratidão.

À Natália e Vitória, minhas companheiras diretas de mestrado, de angústias pessoais e acadêmicas, de conquistas e perdições, vocês me acompanharam por todo o processo e estiveram ao meu lado quando mais precisei. Não tenho nem palavras pra expressar o tamanho amor e a tamanha gratidão que tenho por ter o privilégio de ter amizades assim. Há um canto em meu coração que é só de vocês. Contem para todo o sempre com a minha amizade. A vocês, toda minha gratidão, admiração e amor.

Ao Marcos Sorrentino, tamanha admiração e respeito que tenho como meu orientador, como amigo e como companheiro de trincheiras. Nos custa acreditar que dias melhores virão, mas tua luta, tua dedicação e tua existência no mundo me fazem crer que vale a pena sonhar. Você me fez esperançar. A ti, toda minha gratidão.

À Muriel, que mais do que ninguém me viu brilhar e escurecer, que abriu meus caminhos quando me perdi, que sempre me acalentou e me fez acreditar em mim e na qualidade de todo meu trabalho. Agradecido por escolher me acompanhar nessa jornada. Minha fonte de inspiração, admiração e amor. A ti, toda minha gratidão.

Essa pesquisa foi possível graças ao apoio financeiro e concessão de bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Nenhum jardim
é inocente

Ana Martins Marques
Um jardim para Ingeborg
O Livro dos Jardins (2019)

A felicidade é uma arma quente.

Belchior
cantor e compositor cearense.

SUMÁRIO

RESUMO ---------- **10**

ABSTRACT ---------- **11**

INTRODUÇÃO ---------- **13**

PERCURSO PESSOAL ---------- 16

PERCURSO CONCEITUAL ---------- 18

PERCURSO METODOLÓGICO ---------- 21

Objetivos ---------- *21*

Metodologia de campo e analítica ---------- *22*

Primeiro momento - fase exploratória e observação participante ---------- 29

Segundo momento: entrevistas semi-estruturadas ---------- 31

Terceiro momento: fase analítica ---------- 32

Forma de análise dos resultados ---------- *33*

1. AGRICULTURAS URBANAS: CONCEITOS E PRÁTICAS EM MOVIMENTO ---------- **34**

1.1. SOBRE OS CONCEITOS E HISTÓRIA DA AGRICULTURA URBANA ---------- 34

Caracterização e tipologias ---------- *34*

Agricultura urbana e agroecologia ---------- *39*

Agricultura urbana no mundo: uma perspectiva histórica ---------- *43*

1.2. APONTAMENTOS SOBRE O URBANO E O RURAL E O DESENVOLVIMENTO DA CIDADANIA NA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA ---------- 48

A passagem truncada do rural ao urbano ---------- *50*

As relações urbano - rural ---------- *54*

Estruturas de poder e relações sociais na história brasileira ---------- *58*

1.3. AGRICULTURA URBANA NO BRASIL: DAS EXPERIÊNCIAS NOS TERRITÓRIOS À INSTITUCIONALIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS ---------- 62

Políticas públicas de agricultura urbana e periurbana ---------- *62*

Articulação da sociedade civil ---------- *68*

1.4. AGRICULTURA URBANA NA CIDADE DE SÃO PAULO ---------- 71

Um breve histórico da agricultura no município de São Paulo ---------- *71*

Agricultura urbana em São Paulo: uma caracterização ---------- *99*

Políticas públicas e articulações da sociedade civil ---------- *110*

Hortas Comunitárias de São Paulo ---------- *118*

2. A FILOSOFIA DE ESPINOSA E O COMUM ---------- **122**

2.1. NOTAS INTRODUTÓRIAS À FILOSOFIA DE ESPINOSA ----------122
2.2. DESEJO E *CONATUS:* A POTÊNCIA DE AGIR ----------126
2.3. ÉTICA E LIBERDADE----------129
2.4. O SISTEMA MEDO-ESPERANÇA----------132
2.5. ORDEM DOS ENCONTROS ----------134
2.6. DEMOCRACIA E MULTIDÃO ----------137
2.7. A CONSTITUIÇÃO DO COMUM ----------142
3. A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA NAS HORTAS URBANAS ---------- 148
3.1. AGRICULTURA URBANA E POLÍTICA: POR UMA AGRICULTURA CIDADÃ----------148
3.2. ENGAJAMENTO POLÍTICO NA AGRICULTURA URBANA: APRESENTAÇÃO DOS DADOS DE CAMPO -162
3.3. SUJEITOS E SUAS HISTÓRIAS: UM PONTO DE PARTIDA----------176
3.4. MUTIRÃO ENQUANTO FERRAMENTA POLÍTICA: O INCREMENTO DA POTÊNCIA DE AGIR---------186
3.5. DOS BONS ENCONTROS À CONSTITUIÇÃO DA MULTIDÃO HORTELÃ ----------198
3.6. HORTAS URBANAS ENQUANTO COMUM: CONFLITOS E DIÁLOGOS COM O PODER.----------214
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS ---------- 229
ANEXOS.....253

RESUMO

Engajamento político na agricultura urbana: a potência de agir nas hortas comunitárias de São Paulo

Nos últimos anos, a agricultura urbana tem se mostrado uma importante solução para inúmeras questões relativas à promoção da segurança alimentar e nutricional, à erradicação da pobreza e à sustentabilidade de uma forma geral. Recentemente, a cidade de São Paulo tem se destacado por apresentar um processo social inovador de criação e consolidação de hortas comunitárias de forma autônoma e autogestionada pelos cidadãos, utilizando redes sociais para se organizarem e articularem práticas e intervenções de forma ativista. Esses grupos apresentam formas horizontais de organização que se confrontam com as práticas burocratizadas de organização do Estado, gerando conflitos na gestão de espaços públicos e no reconhecimento dessas iniciativas pelo Poder Público. A metodologia de pesquisa é composta por uma etnografia fenomenológica baseada em análise documental de dados primários e secundários, entrevistas semiestruturadas com perguntas abertas e observação participante em mutirões de hortas comunitárias, reuniões, encontros e eventos. A pesquisa investiga o engajamento político nas hortas comunitárias existentes em São Paulo, trazendo uma perspectiva a partir da ampliação da potência de agir dos sujeitos até sua contribuição prática para a construção do comum e para a democratização da gestão dos espaços públicos da cidade, ampliando as funções das hortas urbanas além da produção de alimentos. Nos diversos encontros promovidos por esses grupos, é possível considerar que há afetos que potencializam os sujeitos a se engajarem em mudanças significativas para a gestão territorial local, ampliando sua capacidade de afetar e ser afetado e possibilitando a formação de um coletivo ampliado de atuação, uma multidão, que institui formas únicas de gestão que se confronta com os poderes instituídos. Os cidadãos, na medida que participam ativamente da produção de seu próprio alimento, mesmo que de forma simbólica, se engajam de forma a construir o comum como lógica alternativa à propriedade pública e privada, valorizando o uso do espaços em sua função social e construindo regras próprias para a gestão dos recursos territoriais por meio da prática instituinte.

Palavras-chave: Agricultura urbana, Hortas comunitárias, Engajamento político, Potência de agir

ABSTRACT

Political engagement in urban agriculture: the power to act in community gardens of São Paulo

In recent years, urban agriculture has proven to be an important solution to numerous issues related to the promotion of food security, poverty eradication and sustainability in general. Recently, the city of São Paulo has stood out for presenting an innovative social process of creating and consolidating community gardens autonomously and self-managed by citizens, using social networks to organize and articulate practices and interventions in an activist manner. These groups present horizontal forms of organization that confront bureaucratized practices of the State, generating conflicts in the management of public spaces and in the recognition of these initiatives by the Government. The research methodology is composed by a phenomenological ethnography based on documentary analysis of primary and secondary data, semi-structured interviews with open questions and participant observation in community gardens, joint-work practices, meetings and events. The research investigates the political engagement in the existing community gardens in São Paulo, bringing a perspective from the increase of the power to act of the subjects until their contribution to the democratization of the management of public spaces in the city, expanding the functions of urban gardens beyond food production. From Spinoza's philosophy, it is possible to consider that, in the various meetings promoted by these groups, there are affections that empower subjects to engage in significant changes for local territorial management, increasing their capacity to affect and to be affected and enabling the formation of an expanded collective of action, a multitude, which institutes unique forms of management that confronts the established powers. Citizens, as they actively participate in the production of their own food, even if in a symbolic way, engage in order to build the commons as an alternative logic to public and private property, valuing the use of spaces in their social function and constructing rules for the management of territorial resources through an instituting practice.

Keywords: Urban agriculture, Community gardens, Political engagement, Power to act

INTRODUÇÃO

A agricultura urbana e periurbana é um conceito multidimensional que traz consigo um amplo espectro de perspectivas no que diz respeito ao desenvolvimento local sustentável. A existência de uma horta comunitária no interior de um bairro pode possibilitar um espaço de convivência e interação social que transcende a garantia de segurança alimentar e nutricional da região. Além de benefícios ambientais e de saúde, a horta pode se configurar como um espaço de articulação política e desenvolvimento comunitário que envolve dimensões profundas na criação de laços de confiança e na enunciação de utopias.

O município de São Paulo nos últimos 8 anos presenciou o surgimento de hortas urbanas que desafiaram a organização do espaço urbano da maior metrópole da América do Sul, trazendo à tona a discussão sobre a ocupação qualificada do espaço público pelos cidadãos e o papel da agricultura, em sua multifuncionalidade, na produção do território urbano. As experiências autogestionadas e organizadas em rede demonstraram uma nova forma de ativismo pela segurança alimentar e nutricional que transborda as esferas institucionais e setoriais e leva ao espaço público, de forma concreta e palpável, discussões acerca do desenvolvimento urbano da cidade e de seus espaços de convivência e disputa.

A área de estudo destinada a essa pesquisa se restringe ao município de São Paulo, localizada no Estado de São Paulo, reconhecida por sua complexidade e pelos desafios inerentes às grandes concentrações populacionais, principalmente no que diz respeito à qualidade de vida, abastecimento e mudanças climáticas.

A questão alimentar tem sido um ponto chave. Como se estruturam os sistemas alimentares para prever o abastecimento, em quantidade e qualidade, para a população? O modelo de São Paulo se estruturou com base em uma perspectiva centralizada de abastecimento, contando com a produção de alimentos no Cinturão Verde do município e distribuição central pela Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP) (OLIVEIRA, 2004).

Esse modelo, amplifica impactos negativos ao longo do sistema alimentar, uma vez que requer uma produção industrial de alimentos, um sistema logístico baseado em longas distâncias e grandes estruturas de armazenamento, o que tem gerado um alto nível de desperdício ao longo da cadeia, distanciando o consumidor do processo de produção e entrega dos alimentos (FAO, 2014b).

Além disso, o Brasil possui um modelo agrário baseado na produção de *commodities* agrícolas em grandes propriedades (latifúndios) e em sistemas monoculturais de produção que

dependem intensamente de maquinário, insumos químicos e agrotóxicos, o que impacta diretamente os recursos naturais, intensifica as mudanças climáticas e contamina o solo e a água. Tal modelo de produção auxilia na diminuição das terras agriculturáveis no país e impacta negativamente a resiliência dos ecossistemas, além de comprometer a saúde de consumidores e produtores de alimento (CARNEIRO et al., 2015; IPCC, 2019).

Nesse aspecto, tem sido reconhecida a importância da agricultura urbana para o desenvolvimento das cidades, tanto no seu aspecto produtivo e de abastecimento, quanto na formação de vínculos rurais e urbanos entre produtores e consumidores e na promoção de ambientes verdes na zona urbana (FAO, 2014a).

Atualmente, o município de São Paulo vive um momento fértil no que diz respeito a agroecologia e agricultura urbana, com a reinserção do território rural no Plano Diretor Estratégico do município (PDE), o fortalecimento do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMUSAN), o surgimento de inúmeras hortas comunitárias, a promoção de novas formas de comercialização e logística de alimentos, a constituição do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Solidário e Sustentável (CMDRSS), assim como o fortalecimento de movimentos e articulações da sociedade civil que pautam o tema em políticas públicas. Inúmeros cidadãos têm se engajado ativamente, de forma voluntária e ativista, na criação de novas hortas comunitárias e na articulação entre as hortas urbanas existentes. Esse movimento tem promovido diferentes formatos de engajamento dos cidadãos com a cidade, possibilitando, desde a ação direta sobre o território, até o engajamento em espaços formais de representação política.

As experiências como a Horta das Corujas, a Horta do Centro Cultural São Paulo, o Horta da Saúde, Praça da Nascente, Roça de Nossa Senhora, Horta das Flores entre outros tantos espaços produtivos surgidos em São Paulo demonstram um desejo vívido dos munícipes pela participação na construção de uma cidade mais sustentável, acessível e com foco na qualidade de vida. A criação de novos coletivos de atuação, formados por pessoas de diferentes classes sociais, de faixas etárias diversas e com formações em múltiplas áreas do conhecimento, conectadas por redes sociais e por ferramentas digitais de interação, possibilita diálogos e interações que contribuem na formação dos indivíduos em um processo de aprendizado mútuo, mediado pelas hortas e pela reflexão sobre o espaço público.

A vivência no trabalho comunitário e a constante troca de saberes possibilita a criação de uma nova racionalidade baseada na cooperação, no uso eficiente de recursos e no reconhecimento dos limites como condição da sustentabilidade, fundindo a produção de alimento nos potenciais da natureza e da cultura em uma escala tanto individual, quanto

comunitária (LEFF, 2001). A horta comunitária se apresenta como a construção concreta de uma utopia por outra urbanização, pautada na sustentabilidade urbana e na autogestão dos espaços públicos enquanto esfera do comum, atuando assim em um movimento duplo em favor do público, para derrubar o domínio da propriedade privada, e contra o poder público, fortalecendo os mecanismos de autogestão (HARDT, NEGRI, 2014).

Esse movimento duplo, citado por Hardt e Negri, tensiona a relação dos cidadãos com os poderes locais estabelecidos, uma vez que surge por meio de um movimento horizontal auto-organizado e colide diretamente com a estrutura burocrática e enrijecida do Estado, gerando movimentos de resistência e de promoção de novos arranjos institucionais que favorecem a construção de políticas públicas a partir da base. Ao mesmo tempo, são as dificuldades oriundas dessa colisão entre as pessoas e a máquina pública do Estado que instigam os participantes das hortas a dialogarem mais, estudarem o funcionamento das políticas públicas existentes, buscarem ainda mais o envolvimento comunitário e fazerem decisões acerca da sua própria atuação na gestão dos recursos públicos, entendidos como sendo comuns. Essas diversas ações que são tomadas constituem o eixo central da produção de subjetividades e criação de afetos políticos capaz de ampliar a capacidade e a capilaridade da gestão de áreas públicas anteriormente abandonadas ou negligenciadas pela máquina pública (HARDT, NEGRI, 2014).

As hortas comunitárias se colocam no espaço urbano como laboratórios de experimentação de novas estéticas que contrapõem diretamente a lógica capitalista de produção da cidade, voltada à segregação socioespacial, à exaltação do consumismo de bens materiais e à mercantilização da qualidade da vida urbana. São espaços que figuram uma ecologia menor que

> é menos a das grandes áreas a serem protegidas, e mais a outra, à semelhança das ervas daninhas, que brotam por todos os lados, deslocando fronteiras, como uma força anárquica, que remete, de um lado, à transitoriedade do mundo vivo e, de outro, à potência da própria vida (GODOY, 2008, p. 199).

A espontaneidade, a descoberta, a troca de conhecimentos e a curiosidade desempenham um papel fundamental no envolvimento comunitário nas hortas urbanas que transcende a regulação do Estado e se embrenha no imaginário rural dos cidadãos, trazendo à tona a valorização de suas histórias de vida, suas relações com a roça e os conhecimentos outrora negligenciados pelas dinâmicas urbanas acerca dos usos de ervas medicinais, alimentos não convencionais e técnicas de plantio próprias das famílias agricultoras.

A partir das contribuições do filósofo Espinosa e seus intérpretes, assim como das recentes discussões acerca do comum, essa pesquisa buscou justamente o caminho das ervas daninhas descritas por Godoy (2008). Um olhar a partir do estranhamento e das brechas, do que

parece não compor o território urbano e, no entanto, é tão presente e vivo que possibilita a produção de um outro urbano. Observar e analisar a transformação de uma cidade a partir do germe primeiro de transformação: o desejo dos sujeitos que os potencializa a viver e querer mais, o transbordamento do ser.

PERCURSO PESSOAL

O desenvolvimento dessa pesquisa é fruto do meu envolvimento ativista e curioso em hortas comunitárias, instâncias políticas e redes de articulação da sociedade civil, o que possibilitou um olhar qualitativo para as práticas das quais emergiram os objetivos de pesquisa. Adentrar o caminho da pesquisa acadêmica foi uma decisão longa e complexa que emergiu a partir do desejo de aprofundar o entendimento sobre uma realidade que vivenciei ao longo de anos enquanto ativista na agricultura urbana e na agroecologia. Distanciar-me enquanto ativista e olhar o mundo como um pesquisador foi desafiador e me fez ter constante atenção com a qualidade da minha dissertação, com o apreço e o rigor da metodologia e com uma análise que sempre buscou fugir do olhar romântico de alguém que procura construir uma sociedade sustentável em sua prática. Procurei, como Espinosa, exercer o constante papel de polir as lentes para um olhar claro e desanuviado da realidade.

Acompanhei, desde 2012, a criação e o desenvolvimento de instituições, grupos e redes de agricultura urbana na cidade de São Paulo, atuando como ativista e interlocutor da pauta junto a agricultores, pesquisadores e tomadores de decisão. Essa atuação permitiu o conhecimento profundo da forma de organização desses grupos, suas motivações e estratégias traçadas em relação ao Poder Público. Vi agricultores familiares defenderem o retorno da Zona Rural do município na revisão do Plano Diretor Estratégico, ocupando espaços de fala dentro da Câmara Municipal com os quais não tinham familiaridade. Suas falas entoavam do coro de que a agricultura existe, resiste e produz na cidade de São Paulo, mesmo que invisível em meio ao concreto urbano.

A partir do envolvimento com a criação da Horta Comunitária do Centro Cultural São Paulo (CCSP) em 2013, pude acompanhar desde o princípio todo o processo de mobilização comunitária, organização dos mutirões, manutenção da horta e definição de práticas coletivas de autogestão. A relação com outras hortas comunitárias que surgiram na mesma época, fruto das interações estabelecidas na rede Hortelões Urbanos, possibilitaram vivenciar diferentes formas de organização para fins de comparação e troca de experiências. O engajamento com a Horta das Flores a partir de 2016 também contribuiu para esse processo de observação e engajamento

aprofundado com o desenvolvimento comunitário na horta, que me fez perceber a multiplicidade de formas, arranjos e funções que os canteiros desempenham, muito além da produção de alimentos para o consumo humano.

Participei ativamente da criação do Movimento Urbano de Agroecologia (MUDA_SP) em 2013, por meio da articulação de instituições, agricultores e consumidores para a promoção da agroecologia na cidade de São Paulo. O movimento foi responsável por desenvolver ações de formação política de grupos sociais, abertura de canais de comercialização, incentivo ao desenvolvimento de hortas comunitárias e construção de conhecimento sobre agricultura na cidade de São Paulo, tornando-se, em pouco tempo, uma referência relevante para a construção de políticas públicas. Minha atuação também se deu durante a consolidação da União de Hortas Comunitárias de São Paulo, em 2017, um espaço de articulação política entre voluntários de hortas comunitárias e que passou a ser o principal fórum de construção dos grupos vinculados à hortas.

De forma a observar a interação entre as hortas comunitárias e a articulação entre os grupos da sociedade civil, fui conselheiro no Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMUSAN), e acompanhei o processo de construção do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de São Paulo, com especial atenção às ações voltadas à agricultura. Com a reformulação do Plano Diretor Estratégico de São Paulo, também me envolvi e fui eleito representante no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Solidário e Sustentável, onde pude desenvolver visitas técnicas e conhecer a realidade de diversos agricultores existentes na cidade e observar as diferenças e similaridades com as hortas comunitárias.

Foi a partir dessas vivências que surgiu o interesse em aprofundar o entendimento sobre a realidade, em que pude observar o engajamento político de voluntários para a gestão dos espaços onde estão localizadas as hortas. O desejo de compreender o papel da agricultura no desenvolvimento urbano da cidade, tido como inócuo ou invisível por urbanistas, planejadores, tomadores de decisão e pela população em geral, possibilitou uma busca ativa por informações dispersas na literatura e em arquivos históricos, consolidando, assim, o que considero uma contribuição para o campo que poderá subsidiar novas discussões e análises sobre a agricultura urbana em São Paulo.

O conhecimento da filosofia de Espinosa também foi crucial no meu processo de aprendizagem, uma vez que abriu novas perspectivas de entendimento sobre política a partir do desejo e da potência dos sujeitos. Foi a partir do contato com Espinosa e de seus intérpretes que foi possível reconhecer a perspectiva revolucionária das hortas comunitárias, na medida em que

constroem o comum e constituem a multidão a partir da autogestão e da solidariedade. Lembro até hoje quando meu orientador, embaixo de uma frondosa árvore em Seropédica, Rio de Janeiro, durante o II Seminário Nacional de Educação e Agroecologia (SNEA), me sugeriu conhecer a filosofia de Espinosa para entender o processo de engajamento político dos sujeitos das hortas. Minhas dúvidas, meus anseios e minha ávida curiosidade por entender melhor as perspectivas daquilo que observava ao participar dos mutirões das hortas encontravam uma suja estrada de terra pela qual, descalço, decidi me aventurar.

Me sinto transformado pelo processo de pesquisa, ampliando minha própria potência de pensar sobre a realidade a partir das causas primeiras do engajamento político cidadão: o desejo e a perseverança do ser. Definitivamente, aquele pesquisador-ativista que iniciou o projeto não é o mesmo que deposita a dissertação e apresenta seus resultados.

PERCURSO CONCEITUAL

Há múltiplos caminhos que podem ser trilhados em uma pesquisa que busca identificar e analisar as ações de sujeitos, suas motivações, suas transformações e os efeitos internos e externos de tais práticas. O caminho percorrido não é o mais fácil e óbvio, mas necessário e potente, tanto na trajetória do pesquisador como também na identificação de um conceito de política e de sujeito que possibilita um amplo entendimento da realidade complexa que perpassa essas práticas. Seria raso conceber as transformações pessoais vivenciadas no campo de pesquisa sem levar em consideração uma definição clara e objetiva do humano que considere os afetos como fonte essencial da felicidade e da ação afirmativa da nossa própria existência. Espinosa e seus estudiosos são, aqui, de grande inspiração e influência, uma vez que indicam uma noção de política que possui em sua essência a potência dos sujeitos enquanto o agir ético singular que, segundo a razão e as ideias adequadas, forma e legitima a democracia e o bem viver.

Conforme indica NEGRI (2016, p. 15-24), a atualidade do filósofo seiscentista e sua importância para analisar os movimentos contemporâneos reside em cinco razões: o reconhecimento, em Espinosa, de que os humanos não querem ser sujeitados e governados por instituições sobre as quais não detém a verdade, pois a verdade se expressa no ser e na ética da sua potência; seu materialismo absoluto, que descreve o mundo como presença da necessidade, um mundo que *é* na medida em que nós o vivemos livremente; a ética identificada como uma construção dinâmica do ser em sua qualidade de existência e sua potência de existir como determinação fundamental e revolucionária; o amor como um ato que une os corpos e os expande em sua potência de forma coletiva, onde quanto mais afecções que gerem afetos

positivos entre os seres, maior será sua potência de agir e de perseverar coletivamente; e sua filosofia baseada na liberdade e na alegria da razão, que fazem o ser um agente revolucionário perante as estratégias de comando e dominação do mundo. Tais razões levaram a reconhecer que o envolvimento dos sujeitos da pesquisa com a dimensão coletiva da política, esse salto do ser-em-si para o ser-coletivo em ação no mundo e com ele, parte de seu próprio desejo e sua própria potência, ampliada no encontro e nos afetos de alegria, que os levam a base primeira da democracia: a potência coletiva da multidão.

Não serão analisadas aqui as inovações que a filosofia de Espinosa trouxe ao pensamento filosófico enquanto epistemologia, mas antes, considerar suas definições e conceitos, em sua complexidade e fluidez, para o entendimento da natureza humana, em sua singularidade, e a forma como o ser opera no universo relacional, com o mundo, com suas próprias ações, com o desenvolvimento de sua razão e com o Outro, no desenvolvimento da sociedade. A radicalidade da visão do filósofo movimentou uma outra visão do humano e de suas relações que permitem fomentar uma discussão mais aprofundada a partir das experiências de agricultura urbana da cidade de São Paulo. É a partir da potência dos sujeitos promotores dessas práticas que foram analisados seus envolvimentos políticos e as transformações individuais, coletivas e sociais que lhes permitem atuar na produção da cidade pela perspectiva do comum.

A leitura dos textos de Espinosa não é trivial. Muitos escritores se debruçam ainda hoje sobre seus escritos e tomam como base suas ideias, como Marilena Chauí, Antonio Negri e Gilles Deleuze. A partir de seus textos foi introduzida, na trajetória do pesquisador, a leitura de Espinosa, aprofundando, por meio de suas análises, o entendimento sobre as obras do filósofo. Ao mesmo tempo, as ideias originais desses autores também contribuíram para o reconhecimento do papel político que as atividades nas hortas comunitárias do município de São Paulo possuem no desenvolvimento da liberdade de pensar e na variação da potência de agir dos sujeitos dessas experiências. A partir dessas leituras, outros conceitos emergem como importantes para a discussão dessas experiências, onde identifica-se que o movimento de agricultura urbana de São Paulo opera no sentido da construção do *comum* enquanto contraponto à mercantilização na esfera da vida humana e à lógica privatista e neoliberal que permeia o Estado brasileiro.

Não se pretende, no entanto, restringir a análise unicamente aos sujeitos das experiências e nas variações de suas potências. Tendo como foco de estudo a agricultura urbana no município de São Paulo e o quanto a experiência comunitária nas hortas impulsionou sujeitos a se engajarem politicamente, a pesquisada é impulsionada a observar igualmente o contexto social em que se inserem essas experiências e as influências que suas práticas têm nas políticas públicas e nas dinâmicas de produção da cidade que engendram.

Foram feitas, portanto, duas discussões distintas. Uma diz respeito à prática e o conceito de agricultura urbana, que tensiona as relações urbanas e rurais e nos leva a um duplo reconhecimento: de que a agricultura é também uma prática urbana; e o rural, no caso brasileiro, possui um papel importante no desenvolvimento das cidades. A outra diz respeito ao desenvolvimento das práticas de agricultura urbana em São Paulo e sua relação com a cidadania no Brasil, entendendo-a como sendo composta pelas lutas e conquistas de direitos sociais e de participação política dos sujeitos nos diferentes períodos da trajetória do país. Dessa forma, buscou-se analisar, sob dois aspectos, a história da formação social brasileira, no que diz respeito às dinâmicas de urbanização, principalmente no município de São Paulo, com foco na relação entre cidade e campo e o desenvolvimento da cidadania, enquanto fator social de transformação da realidade. Tais análises introduzem o conceito de agricultura urbana e uma perspectiva política pela qual os cidadãos se engajam na construção da sociedade.

Por fim, também foi incluída na análise uma contribuição para a caracterização da agricultura urbana na cidade de São Paulo, tendo em vista a especificação do objeto de estudo desta dissertação. A partir do trabalho de Kois e Morán (2016) e McKay (2012), foi abordado um breve histórico das práticas de agricultura urbana no mundo e sua relação com os movimentos políticos e propostas de sociedade que emergiram a partir das experiências e seus pensadores. Em menor grau, foi abordada a emergência dessas práticas em São Paulo em seu percurso histórico, culminando no que hoje pode-se denominar como um embrião de um movimento de agricultura urbana na cidade. Esse histórico e caracterização são importantes para localizar o objeto de estudo em relação aos movimentos políticos urbanos na contemporaneidade e dentro da enorme diversidade de práticas de agricultura urbana.

Também aqui outros conceitos emergem no sentido de contribuir para o reconhecimento das experiências como expressão de uma luta social por direitos e por uma sociedade mais justa e sustentável, como é o caso da agroecologia e da segurança alimentar e nutricional. Tais conceitos também podem auxiliar na análise das políticas públicas e do envolvimento político dos sujeitos em seu processo de construção. No entanto, dado o foco da pesquisa, tais conceitos não foram aprofundados em sua complexidade, mas auxiliaram no entendimento das hortas comunitárias em sua inserção no território urbano e nas contribuições que fazem para a construção e reconhecimento de outros modos de vida existentes. Dessa forma, assume-se a existência de discussões não aprofundadas e, até certo ponto, abertas e inconclusivas, que serviram para dar luz a determinadas articulações que teóricas que devem ser exploradas em estudos posteriores.

PERCURSO METODOLÓGICO

Objetivos

O objetivo geral da pesquisa é investigar o engajamento político existente em sujeitos envolvidos com hortas comunitárias no município de São Paulo, a partir da perspectiva conceitual da filosofia de Espinosa, de forma a observar se há variação na potência de agir desses sujeitos e se há ampliação para uma ação coletiva organizada que impacta a gestão e produção da cidade.

São objetivos específicos desta pesquisa:

1. Contribuir para a compreensão do histórico da agricultura urbana no município de São Paulo, os movimentos políticos a ela relacionados, a evolução das políticas públicas relacionadas ao tema e as diferentes formas de organização da sociedade civil ao longo desse período.

2. Propiciar uma melhor compreensão sobre quais são os espaços de incidência política dos grupos vinculados às hortas urbanas na gestão territorial da cidade, buscando estabelecer um vínculo entre o engajamento nas hortas e a participação política dos indivíduos.

3. Analisar a importância política das hortas urbanas na constituição dos sujeitos, na relação entre eles e no fortalecimento comunitário.

4. Analisar o movimento de promoção de hortas urbanas sob a perspectiva do *comum* e das instituições que emergem desse movimento, observando sua contribuição para o aprofundamento da democracia participativa a nível local.

5. Analisar a ampliação da potência de agir dos sujeitos por meio dos encontros realizados nas hortas urbanas comunitárias, que os leva a constituir-se enquanto multidão, um sujeito coletivo, e instituir suas próprias dinâmicas de gestão dos espaços urbanos da cidade.

Há uma convicção de fundo que motiva o presente estudo e que pode ser assim enunciado: as ações coletivas produzidas por esses grupos criadores e mantenedores das hortas comunitárias tensiona a dicotomia rural-urbano, promove formas de interação comunitária que constroem o tecido social e possibilita a construção de novas identidades. É por meio dessas ações que cidadãos promovem e defendem o direito à cidade, construindo e remodelando seus desejos por uma cidade mais justa, verde e sustentável do ponto de vista da alimentação e da conservação ambiental.

Metodologia de campo e analítica

Foram entrevistados participantes voluntários de hortas com características comunitárias do município de São Paulo, de acordo com a tipologia construída a partir de McClintock (2014) e adaptada para a realidade do município. Foram selecionadas experiências para a exploração da pesquisa, buscando observar o envolvimento político dos participantes de hortas com características homogêneas entre si. O interesse da pesquisa não se dará no sentido de buscar reconhecer se há ou não envolvimento político dos participantes das hortas, uma vez que isso restringiria a concepção do campo político à seu caráter institucional, mas sim, a partir das afecções, dos afetos e das ideias destes nos sujeitos, em que medida se dá o aumento da sua potência de agir, como essa variação da potência é concebida pelo sujeito e até onde essa potência se expande, levando-os a se envolver com a gestão da cidade como um sujeito coletivo. Assim, o objeto da pesquisa se afasta um pouco da análise da experiência da horta em si e aprofunda-se nos sujeitos que nela se envolvem, se constituem e se expandem.

Portanto, cabe ressaltar o interesse da pesquisa em explorar o envolvimento político dos sujeitos e, portanto, sua visão de mundo, histórias de vida e relações com o espaço da horta e com o cotidiano de manutenção e gestão desses territórios. Não se buscou estudar o desenvolvimento de uma ou mais hortas comunitárias, mas antes como os sujeitos se engajavam com ela e se potencializavam para uma ação mais ampla no município. A descrição breve do surgimento de algumas hortas servirá para elucidar o caráter inovador das iniciativas em sua interface com tecnologias de informação e comunicação e redes sociais e para caracterizá-las dentro do conceito de agricultura urbana. O sujeito é, dessa forma, o principal foco de análise da pesquisa.

Dessa forma, ao invés de analisar tais experiências como estudos de caso, optou-se por realizar uma pesquisa mista, com um desenho baseado na etnografia "clássica" (CRESWELL, 2005) e fenomenológica dos sujeitos, buscando descrever e identificar, a partir de experiências individuais subjetivas (a potência de agir), os comportamentos e interações sociais que transformam a vida cotidiana desses sujeitos em busca de construção da sociedade. O desenho etnográfico visa obter "um quadro holístico do sujeito do estudo, com ênfase na descrição das experiências diárias das pessoas, observando-as e entrevistando-as" (CRESWELL, 2007, p.203). A etnografia busca descrever e analisar as pessoas de determinado lugar, estrato ou contexto em suas ações habituais, buscando apreender os significados de seus comportamentos e as categorias, padrões e temas referentes à cultura em que tais pessoas estão inseridas (SAMPIERI, 2013; ÁLVAREZ-GAYOU, 2003). Dentro da perspectiva etnográfica, optou-se por um desenho "clássico", conforme indicado por Sampieri (2013), em que os temas e categorias são induzias

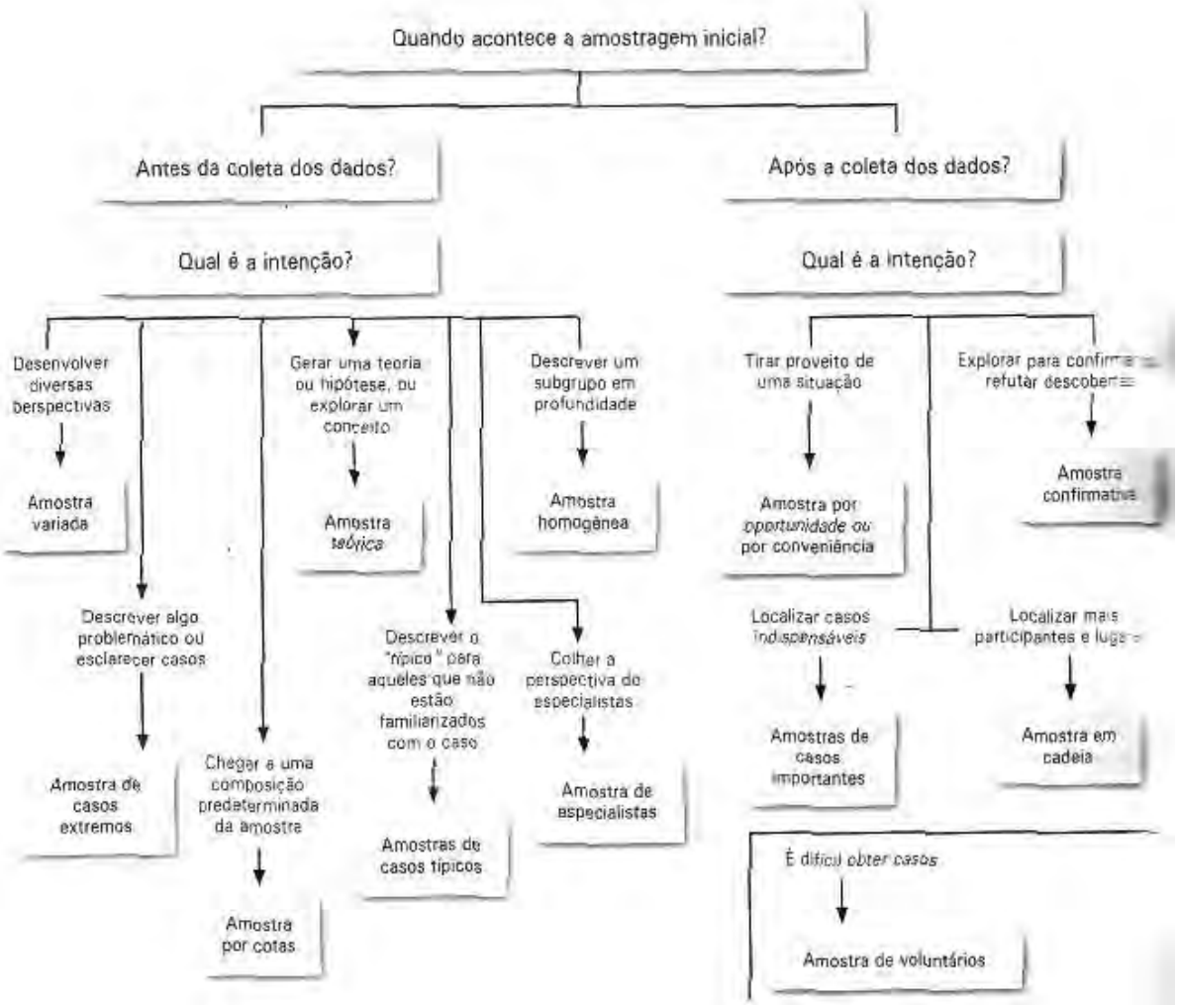
durante o trabalho de campo e em que o foco se dá em integrantes de uma coletividade ou comunidade que compartilhem uma cultura determinada. Os resultados se relacionam a determinada estrutura social, compõem determinado contexto e são analisados a partir de um olhar historicamente situado (SAMPIERI, 2013).

Para o desenvolvimento de uma etnografia, o pesquisador geralmente é envolvido profundamente no grupo ou comunidade analisada, passando longos períodos de observação e tornando-se, inclusive, parte do grupo. A coletividade estudada possui determinado perfil, envolvendo mais de uma pessoa, mantendo interações regulares e compartilhando crenças, valores e comportamentos que possuem a mesma finalidade, de acordo com um modo de vida específico que é compartilhado. (SAMPIERI, 2013).

O desenho fenomenológico, por sua vez, busca evidenciar a experiência humana relacionada a determinado fenômeno em profundidade, buscando desenvolver padrões e relações de significado (MOUSTAKAS, 1994 *apud* CRESWELL, 2007 p. 32). Assim, a fenomenologia concentra-se em experiências individuais subjetivas, levando em consideração as percepções dos sujeitos e os significados de determinados fenômenos para eles. Suas premissas são a construção de perspectivas a partir de cada sujeito, a análise de discursos, temas e seus significados, a contextualização das experiências e envolvimento de sujeitos que de fato se envolveram com o fenômeno pesquisado (CRESWELL, 1998, ÁLVAREZ-GAYOU, 2003 e MERTENS, 2005 *apud* SAMPIERI, 2013, p.520). Assim, um desenho misto de pesquisa fenomenológica e etnográfica foi construído, com técnicas variadas de coleta de dados para procurar o aprofundamento necessário do fenômeno do engajamento político em determinado grupo participante de hortas comunitárias no município de São Paulo.

O objetivo da pesquisa qualitativa não busca generalizar os resultados para uma população mais ampla ou para todas as práticas de agricultura urbana que se assemelham às estudadas. Portanto, o tamanho da amostra não teve importância probabilística, uma vez que se buscará qualificar e aprofundar o entendimento de uma prática específica de um grupo social. Não existem parâmetros definidos para o tamanho da amostra na pesquisa qualitativa. Foram buscadas amostras homogêneas, que compartilham características similares, de pessoas que atuam em hortas comunitárias, conforme a caracterização demonstrada na revisão bibliográfica conceitual de agricultura urbana, principalmente de hortas relacionadas com a rede dos Hortelões Urbanos e vinculadas à União de Hortas Comunitárias de São Paulo. O método da pesquisa é descrever um grupo em profundidade e este tipo de amostra, conforme diagrama de Creswell (2005, *apud* SAMPIERI, 2013, p.410), se mostra a mais adequada para tais fins.

Figura 1. Diagrama para definição de amostragem para pesquisa qualitativa



Fonte: CRESWELL, 2005 *apud* SAMPIERI, 2013, p.410.

Os sujeitos entrevistados foram selecionados por conveniência, a partir de dois conjuntos de critérios:

1- Seu envolvimento na horta comunitária:

- frequência relativamente periódica nos mutirões (participação em pelo menos, 50% dos mutirões promovidos pela horta no último ano);
- envolvimento ativo na gestão da horta;
- papel de liderança que exerce.

2- Seu envolvimento político em qualquer instância:

- participação em audiências públicas;
- participação em grupos de trabalho ou em reuniões com legisladores ou prefeitura;

- participação em instâncias colegiadas (conselhos municipais ou outras);
- organização de encontros no próprio ambiente da horta
- realização de ativismo em defesa de direitos sociais ou;
- influência direta na elaboração de políticas públicas.

Foram buscadas pessoas que mais atenderam os critérios em ambas as categorias, tanto em termos do envolvimento na horta quanto em termos do engajamento político. A coleta de dados buscou a saturação das categorias para o entendimento do fenômeno estudado, compreendendo quinze pessoas com atuação em diversas hortas comunitárias da cidade e que se envolvem, de alguma forma, em uma atuação política, selecionadas por amostragem por conveniência, ao longo da participação do pesquisador nos encontros dos grupos. O número foi definido de acordo com a capacidade operacional de coleta e análise do pesquisador e a partir das observações em campo já realizadas, que permitiram identificar pessoas que atendiam os critérios elencados. Também foram selecionadas pessoas por uma técnica nomeada amostra em cadeia ou "bola de neve" (SAMPIERI, 2013, p.411), com indicação dos entrevistados no primeiro momento.

Tabela 1. Relação dos entrevistados

Nome do entrevistado/a	**Horta a que pertence**	**Envolvimento político**
A.	Horta das Corujas e Praça da Nascente	Grupo de trabalho para a elaboração de projetos de lei e ativismo em coletivos de ação direta.
N.	Horta da City Lapa	Liderança e atuação em conflitos com associação de bairro e Prefeitura.
M.	Horta das Corujas	Integrante de conselhos municipais e candidata a vereadora na Câmara Municipal nas eleições de 2016.
D.	Horta da Madalena	Integrante de conselhos municipais e responsável por praças públicas com Termo de Cooperação firmado.
S.	Horta da Saúde	Liderança, integrante de conselhos municipais e articulador junto ao Poder Público.
M.	Roça de Nossa Senhora e coletivo Roça de Rua	Liderança e ativismo em coletivos de ação direta.

E.	Batatas Jardineiras e Horta di Gueto	Liderança e ativismo em coletivos de ação direta.
C.	Horta das Corujas	Liderança, integrante de conselhos municipais e deputada estadual.
M.	Horta do CCSP e Batatas Jardineiras	Liderança e ativismo em coletivos de ação direta.
E.	Horta do CCSP	Ativismo em coletivos de ação direta e filiada a partido político
P.	Horta das Flores	Liderança, ativismo em coletivos de ação direta e agricultor comercial.
R.	Horta das Flores	Liderança e integrante de conselhos municipais
F.	Horta das Flores	Liderança, integrante de conselhos municipais e articulador junto ao Poder Público.
D.	Horta da Saúde	Integrante de conselhos municipais e ativismo em coletivos de ação direta
G.	Horta do CCSP	Liderança e ativismo em coletivos de ação direta.

Para a realização do trabalho de campo, foi necessário considerar alguns fatores que são imprescindíveis para a assertividade e eficácia do estudo científico. É preciso reconhecer, em uma primeira análise, que existe um conjunto de práticas e valores embutidos na atuação desses grupos que estão em constante transformação, característica presente em grupos comunitários e que se organizam de forma autogestionada. Nesse sentido, a prática de gestão do espaço comum é feita de forma assimétrica e intimamente relacionada com a participação de cada indivíduo no grupo. O envolvimento com o grupo e com o território se dá a partir da interação e presença nos inúmeros encontros promovidos pelos participantes.

Outra característica importante considerada foi a homogeneidade dos sujeitos entrevistados. A finalidade de compreender o engajamento político de sujeitos de determinado grupo de hortas, com características comunitárias, criadas num período recente (entre 2012 e 2019), com uso de ferramentas digitais de comunicação articuladas em rede e localizadas na região central do município de São Paulo, restringiu a diversidade do público entrevistado, aprofundando a análise para um grupo social específico e com características similares. Dessa forma, os sujeitos entrevistados pertencem ao que se denomina classe média (classe C), com rendimento familiar entre R$2.004,00 e R$8.640,00, conforme Neri (2019). Sem aprofundar na

complexidade da discussão acerca das classes econômicas, a classe média é dotada de alto grau de escolaridade, propensa a participação civil e à busca ativa de informações que possibilitam melhor compreensão da dinâmica política geral (SOUZA, LAMOUNIER, 2010).

Dessa forma, é importante reforçar que a pesquisa analisará um grupo social específico e seu engajamento político dentro das condições culturais, econômicas, políticas e sociais. Assim, é assumida a limitação da pesquisa no que diz respeito à variação da potência de agir de sujeitos em condição de *subcidadania* (KOWARICK, 2009) e localizados à margem da cidade industrial, em regiões periféricas onde a agricultura urbana resiste à urbanização e se estrutura como uma atividade econômica. Nessa pesquisa, os sujeitos atuam nas regiões centrais do município de São Paulo e possuem condicionantes sociais que favorecem seu engajamento político. O desenho da presente pesquisa qualitativa não pressupõe a generalização dos resultados para todos agricultores urbanos do município, mas qualifica a realidade de forma específica e contextualizada dentro do escopo estudado.

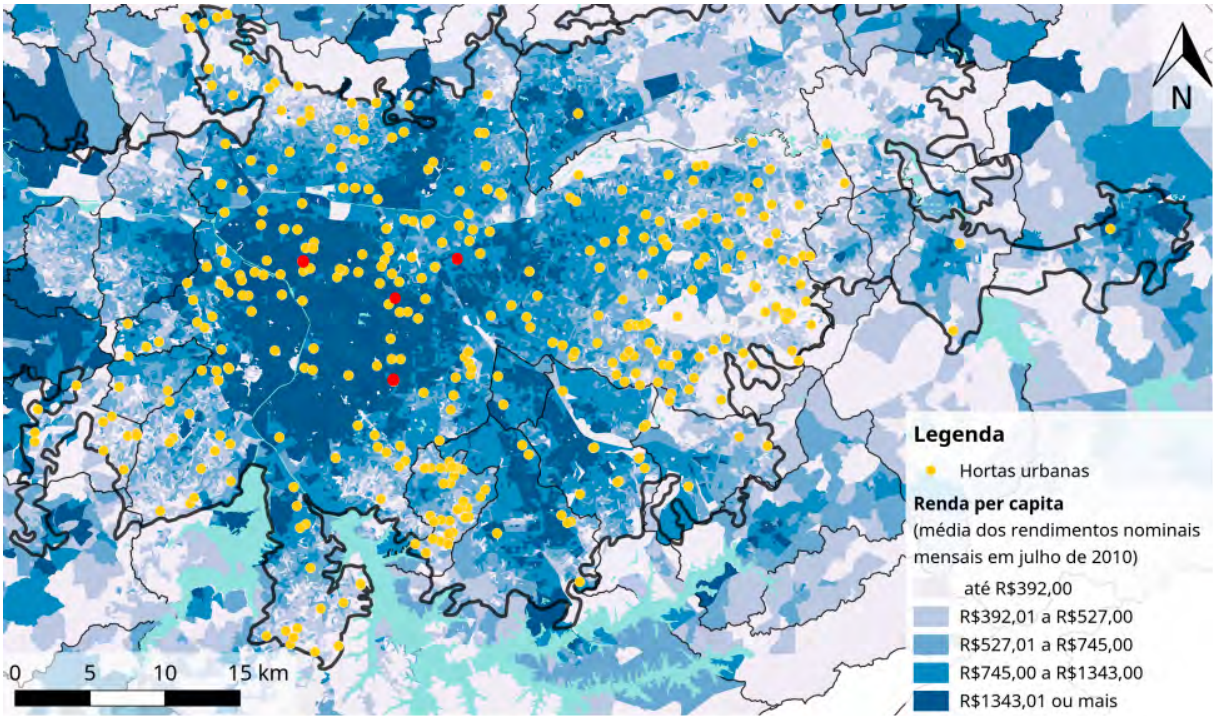
Mesmo assim, Baron (2017, p.83-84) afirma um entendimento interessante:

> Embora hajam sido encontradas hortas que correspondem a essa divisão inicial "agricultores/hortelões", o mapeamento mostrou que as caracterizações esboçadas em cada caso eram mais complexas na realidade do que um esquema mental simplificado pode abranger. Em especial, a visão das hortas comunitárias como movimento exclusivo de bairros de classe média e alta renda do centro expandido da capital foi desmontada pelo fato de haverem sido encontradas hortas comunitárias mesmo em bairros periféricos e de baixa renda, sobretudo aproveitando equipamentos públicos ali existentes. Nesse sentido, o ativismo fundado pelos "hortelões urbanos" parece ter repercutido muito além dos domínios de seu surgimento na Vila Madalena, ganhando contornos e associações particulares à medida que se insere na agenda de lutas e ações de coletivos, movimentos e agentes públicos em territórios periféricos.

Apesar de reconhecer, pela pesquisa histórica realizada, a existência de um ativismo anterior ao dos Hortelões Urbanos no que diz respeito à hortas comunitárias no município de São Paulo, é interessante verificar o entendimento de que existem conexões e inspirações entre os diversos agricultores urbanos do município, formando uma rede de atores políticos dispersos pelo território. A presente pesquisa se limita a aprofundar o entendimento sobre o engajamento político de determinado grupo de sujeitos e de hortas comunitárias, mas aponta para a existência de uma articulação mais ampla em defesa da agroecologia em São Paulo promovida pelos diversos sujeitos em seus territórios.

Utilizando o mapa desenvolvido por Baron (2017), que relaciona as hortas mapeadas pelo autor com os dados da renda per capita da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), são indicadas as quatro hortas tidas como referenciais para a pesquisa, de forma a evidenciar o escopo do grupo social considerado na pesquisa.

Figura 2. Hortas urbanas e renda média por morador nos domicílios da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), com destaque para Horta da Saúde, Horta das Corujas, Horta do CCSP e Horta das Flores.



Fonte: Baron (2017), adaptado.

Os desenhos metodológicos se apresentaram como os mais adequados ao estudo, tendo em vista tanto seu caráter proativo (considerando aqui a intervenção do pesquisador como estratégica, no sentido de que é baseada na compreensão alcançada por meio da análise de informações de pesquisa) e problematizador (na medida em que baseia-se na análise crítica e educadora da prática realizada, uma "aprendizagem de mão dupla" (ARGYRIS e SCHÖN, 1974) que trata a questão analisada como um problema em si mesmo). O estudo buscou considerar o fenômeno do envolvimento político a partir do ponto de vista de cada participante assim como da perspectiva construída coletivamente pelos sujeitos com seus pares, considerando suas interações sociais, as dinâmicas constituídas em cada horta e a incidência política da experiência.

Seguindo a estrutura apresentada por Sampieri (2013) para estudos etnográficos e fenomenológicos, essa pesquisa terá momentos distintos de envolvimento, coleta de dados, intervenção, análise e de construção do conhecimento gerado, todos transpassados pela reflexão teórica.

Primeiro momento - fase exploratória e observação participante

Tendo em vista o engajamento direto e ativista do pesquisador com o tema de estudo, o primeiro momento em que a pesquisa se deu diz respeito à sistematização de informações já recolhidas pelo pesquisador a fim de definir os objetivos e a estruturação da pesquisa em si. Nesse momento, foi importante o reconhecimento das diferentes formas de interação entre os agentes que formam grupos de hortas urbanas comunitárias. Esses grupos geralmente produzem suas intervenções fora dos horários de trabalho, privilegiando os finais de semana para as ações coletivas, reconhecidos como mutirões das hortas, que colocam em contato físico todos aqueles que comparecem ao terreno da horta com as mais diversas motivações. Esse é um momento em que o diário de campo e a observação participante do pesquisador permitiram extrair bons resultados, pois é um dos poucos momentos nos quais os indivíduos e grupos estão fisicamente presentes e agindo sobre o espaço e que permite a apreensão necessária do contexto e de detalhes para serem melhor explorados nas fases posteriores.

A observação participante se refere ao contato direto entre o pesquisador e o fenômeno estudado, em que informações acerca do contexto onde ocorre podem ser captadas diretamente na experiência junto aos próprios sujeitos impactados por ele. O pesquisador pode modificar e ser modificado pelo contexto vivenciado em diferentes graus, daí o caráter participativo do método, interferindo mais ou menos na realidade estudada. A partir da observação participante, é possível captar mudanças e características no fenômeno estudado que não são perceptíveis por meio de entrevistas, caracterizando-se como um método complementar. A capacidade de empatia e percepção do observador, assim como sua aceitação no grupo estudado, são características essenciais do método. As observações feitas podem ser registradas pelo pesquisador por meio de um diário de campo (NETO, 1994).

O diário de campo é um instrumento ao qual se recorre para registrar as informações observadas ao longo de toda a pesquisa durante todo o processo de coleta de dados e de análise dos resultados. Por ser um instrumento pessoal, o diário de campo contém angústias, questionamentos, percepções e conexões realizadas pelo pesquisador conforme coleta dados e inicia seu processo de análise, contendo importantes informações que outras técnicas não conseguem apreender. A riqueza de detalhes presente nesse instrumento possibilita uma descrição aprofundada do que é estudado e da forma como o fenômeno impacta o pesquisador (NETO, 1994).

A realização do diário de campo e a observação e se deu ao longo de toda pesquisa, com a participação do pesquisador em diversos mutirões de hortas consideradas referenciais desde 2012 - a Horta das Corujas, a Horta do Centro Cultural São Paulo (CCSP), a Horta da Saúde e a

Horta das Flores. Além disso, foram realizadas atividades de observação participante durante 12 atividades da União de Hortas Comunitárias de São Paulo, desde maio de 2017, em 2 Festivais de Agricultura Urbana, realizados em 2018 e 2019, em 4 audiências públicas com participação de agricultores urbanos, realizadas em 2014 e 2015, em cerca de 40 reuniões de conselhos municipais (como o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMUSAN, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Solidário e Sustentável – CMDRSS e o Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz – CADES Regional Mooca) e em duas Conferências Municipais (6ª Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional da cidade de São Paulo, em 2015, e 1ª Conferência Municipal de Desenvolvimento Rural Solidário e Sustentável de São Paulo, em 2016).

Essa observação aconteceu ao longo de encontros e eventos com participantes das hortas e em reuniões específicas desses grupos. A participação do pesquisador em audiências públicas, grupos de trabalho, conselhos municipais, conferências municipais e reuniões entre voluntários e o Poder Público, possibilitou compreender a profundidade da incidência política dos grupos de hortas comunitárias na gestão tanto local quanto municipal dos espaços urbanos e políticas públicas voltadas à alimentação.

Tabela 2. Participação do pesquisador nos mutirões e oficinas em hortas comunitárias durante a pesquisa

Horta comunitária visitada	**Endereço**	**Número de participações do pesquisador em mutirões e oficinas**
Horta das Corujas	Avenida das Corujas, 39 – Vila Beatriz	2
Horta da Saúde	Rua Paracatu, 66 – Bosque da Saúde	2
Horta do CCSP	Centro Cultural São Paulo – CCSP (Jardim Suspenso 23 de Maio) Rua Vergueiro 1000 - Paraíso	40
Horta das Flores	Avenida Alcantara Machado, 2200 - Mooca	30

As atividades de mutirão e oficinas foram observadas durante seu tempo de realização, com aproximadamente 4 a 6 horas de duração. O pesquisador se engajou diretamente nas atividades propostas nos dias de mutirão e oficinas enquanto um voluntário da horta visitada, dialogando informalmente com outros voluntários e observando a interação entre eles. Nas Hortas do CCSP e das Flores, o pesquisador também atuou como uma liderança, se engajando

mais profundamente nas decisões acerca dos plantios, nas estratégias de enfrentamento político e na organização de eventos, o que justifica a elevada participação nesses espaços. A observação também se deu nos grupos virtuais de discussão das hortas, considerando grupos públicos no Facebook (para todas as 4 hortas visitadas) e grupos restritos de WhatsApp (para as Hortas do CCSP e das Flores), onde foi possível compreender as formas de decisão sobre determinados assuntos, sobre a organização das atividades e sobre a interação entre os voluntários.

Nesse primeiro momento, também foi realizada a revisão bibliográfica que delineou os principais conceitos a serem analisados, de forma a construir o roteiro de entrevistas e esboçar categorias de análise para identificar a atuação política dos sujeitos da agricultura na cidade de São Paulo e o papel que as hortas urbanas têm representado no cotidiano da cidade e das pessoas que nela atuam.

Segundo momento: entrevistas semiestruturadas

O segundo momento teve como foco a realização de entrevistas semiestruturadas, buscando ainda a observação participante e a reflexão sobre as práticas de gestão territorial que já ocorrem nas hortas urbanas. Foi objetivo desse momento da pesquisa avaliar as transformações, a nível social e individual, que os encontros nas hortas provocaram nos sujeitos de estudo, possibilitando maior clareza dos valores e princípios que as norteiam e da variação de sua potência de agir.

As entrevistas são usuais na pesquisa qualitativa e buscam informações nas falas dos sujeitos pesquisados, a partir de suas formas de expressão e da comunicação verbal. As entrevistas podem ser individuais (entre o pesquisador e o sujeito pesquisado) ou coletivas. É possível obter dados objetivos e subjetivos, de forma estruturada (com perguntas previamente formuladas) ou não estruturada, de forma aberta e livre sobre o tema proposto. Há também a possibilidade de mesclarem, de forma semiestruturada, com um roteiro de perguntas estruturado e perguntas livres ao longo do processo de entrevista. É um processo rico de coleta de dados acerca do vivido, a partir de uma perspectiva individual (NETO, 1994). A definição de entrevistas semiestruturadas se deu a partir de perspectivas já coletadas pela observação participantes, que possibilitaram a criação de um roteiro de perguntas já direcionadas sem, no entanto, restringir a coleta de dados.

Foi construído um roteiro de questões (Anexo 1) de acordo com os principais conceitos que se pretende avaliar, além de ter sido realizada uma entrevista piloto para teste e adaptação do instrumento metodológico. Conforme já explicitado, foram realizadas quinze entrevistas

semiestruturadas, que possibilitaram apreender as motivações para participação na horta, a forma de gestão realizada, o envolvimento político dos sujeitos e os sentimentos que emanam a partir dessa ação.

A problematização acerca da gestão comum de praças e espaços públicos foi um aspecto relevante a ser considerado, além de questões inerentes à agricultura urbana e periurbana que têm sido vastamente reportadas pela bibliografia sobre o tema. A construção com que se deu a relação pessoal entre pesquisador e sujeitos possibilitou o compartilhamento dos anseios e angústias em relação à prática e os desdobramentos políticos advindos dela, reforçando o propósito colaborativo e horizontal inerente aos processos de gestão pelo comum. Nesse momento, foi imprescindível a técnica de observação participante.

Terceiro momento: fase analítica

O terceiro momento destinou-se à análise das transformações ocorridas, tanto em relação à potência de agir dos sujeitos, quanto ao contexto socioinstitucional no qual a prática está inserida, retroalimentando as reflexões. Os dados coletados ao longo dos dois momentos predecessores auxiliaram na reflexão acerca da constituição de um sujeito coletivo de atuação e de suas relações com a institucionalidade política (seja na relação com o Estado ou em práticas instituintes de gestão comum). Aqui, foi essencial a consolidação de indicadores ou categorias que permitiram discutir a profundidade da incidência, simbólica e prática, no cotidiano das comunidades e nos espaços de decisão políticas locais. De forma semelhante, foram utilizadas também a análise documental de reuniões, eventos, conferências, manifestos, relatórios entre outros que suportaram e indicaram caminhos que se relacionam àqueles apontados na pesquisa de campo.

A análise documental se refere à coleta de dados de documentos, registros, materiais e artefatos pertencentes a indivíduos, grupos ou organizações que podem auxiliar a entender o fenômeno central do estudo. Tais materiais são importantes fontes de dados primários ou secundários que, juntamente com os demais métodos, possibilitam aprofundar o conhecimento da realidade e o contexto em que o fenômeno estudado se dá. A análise documental é principalmente relevante para considerar a perspectiva histórica atrelada ao fenômeno estudado, buscando referências de acontecimentos que podem influenciar ou caracterizar como a realidade se apresenta nos dias atuais (SAMPIERI, 2013)

Vale, por fim, ressaltar que uma intensa pesquisa bibliográfica permeou todos os passos da consecução deste projeto, evidenciando uma relação próxima com análises semelhantes

construídas por outros cientistas ao redor do mundo no que se refere às relações teóricas entre agricultura urbana e política. Rever, compreender e estender a bibliografia sobre o tema é tarefa necessária e fundamental para a construção de noções comuns entre pesquisadores que têm se aprofundado no assunto.

Forma de análise dos resultados

Conforme Sampieri (2013), a pesquisa desenvolvida será correlacional, pois tem como propósito "conhecer a relação existente entre dois ou mais conceitos, categorias ou variáveis em um contexto em particular" (SAMPIERI, 2013, p.104), uma vez que intenta estabelecer uma correlação direta entre as relações instituídas nas hortas urbanas, a adoção de formas de gestão participativa de espaços comuns e a potência de agir refletida na incidência política na gestão do território. Sendo assim, será utilizada a análise qualitativa dos dados, pois esta possibilita a contextualização das experiências pesquisadas e sua relativização de acordo com as peculiaridades locais, de maneira que dê profundidade aos dados, riqueza interpretativa, atenção aos detalhes e visão "recente, natural e holística" dos fenômenos (SAMPIERI, 2013).

A análise de dados na pesquisa qualitativa também se dá na perspectiva do próprio pesquisador, que "gera respostas dos participantes ao usar uma ou várias ferramentas, além de coletar dados de diferentes tipos: linguagem escrita, verbal e não verbal, condutas observáveis e imagens" (SAMPIERI, 2013, 417). O pesquisador é peça fundamental na análise dos resultados da pesquisa, definindo as unidades de medição que serão observadas. Nesse caso, foram observadas práticas, encontros, papéis, relações, organizações e comunidades, conforme descrevem Lofland e Lofland (1995). Pela dinâmica inerente ao método qualitativo, a coleta e análise dos dados é feita de forma simultânea, estruturando os dados não estruturados de acordo com o objetivo descrito do estudo, interpretando e avaliando as unidades, categorias, temas e padrões e descrevendo as experiências das pessoas estudadas sob sua ótica, em sua linguagem e com suas expressões (PATTON, 2002; GRINNELL, 1997; CRESWELL, 2005).

1. AGRICULTURAS URBANAS: CONCEITOS E PRÁTICAS EM MOVIMENTO

A agricultura urbana é uma declaração de amor à cidade.

Clarilton Ribas

Centro de Ciências Agrárias - Universidade Federal de Santa Catarina (CCA/UFSC)

1.1. Sobre os conceitos e história da agricultura urbana

Caracterização e tipologias

A agricultura urbana tem sido reconhecida como importante fator para a promoção da segurança alimentar e nutricional por todo o mundo, com referências relevantes na América Latina (FAO, 2014a). Em artigo recente, pesquisadores da Universidade de Berkeley e de Stanford descobriram que a agricultura urbana, considerada aquela presente em áreas urbanas ou até vinte quilômetros do centro, compreende uma área equivalente à União Europeia, totalizando 456 milhões de hectares (DRECHSEL, THEBO, LAMBIN, 2014). Apesar de ser uma prática milenar que acompanhou o desenvolvimento das cidades na história, sua importância cresceu principalmente a partir da década de 1980, onde ficou evidenciada a nível nacional e internacional graças a iniciativas da sociedade civil e de governos, tanto na esfera do ativismo quanto na construção de políticas públicas.

Além do caráter claro vinculado ao abastecimento público de alimentos, tanto em relação ao autoconsumo quanto à comercialização, a agricultura urbana também já foi vinculada à benefícios na esfera da saúde pública (COSTA, 2015), do planejamento territorial (BARBIZAN, 2011), da sustentabilidade das cidades (DEELSTRA, GIRARDET, 2011), da igualdade de gênero (MOUGEOUT, 2006), da conservação ambiental (MIKETEN, 2013), do fortalecimento comunitário por meio da troca de conhecimentos (CARPENTER, 2009; COCKRALL-KING, 2012) e da promoção de uma *cidadania ambiental* (TRAVALINE, HUNOLD, 2010). Diversos autores buscam entender em que medida as experiências de agricultura urbana conseguem ir além da produção imediata do alimento em direção a construção de sociedades sustentáveis e de comunidades resilientes, principalmente no que diz respeito à população urbana e sua relação com os sistemas de manutenção da vida (BARTHEL, ISENDAHL, 2013).

Dentre os conceitos mais conhecidos e referenciados no campo acadêmico sobre agricultura urbana está Mougeot (2001):

> A agricultura urbana (AU) é uma indústria localizada no interior (intraurbana) ou nas franjas (periurbana) de uma cidade ou metrópole, que cultiva ou cria animais, processa e

> distribui uma diversidade de produtos alimentícios e não- alimentícios, (re) utilizando uma grande quantidade de recursos humanos e materiais, produtos e serviços encontrados no interior e ao redor daquela área urbana, fornecendo, em contrapartida, recursos materiais e humanos, produtos e serviços de larga escala para aquela área urbana."[1] (MOUGEOT, 2001, p. 10).

Este conceito é ainda hoje utilizado em documentos internacionais e por organizações e governos e diversos países do mundo. Para além de uma indústria, como afirma o autor, a agricultura urbana é uma prática social permeada por uma série de funcionalidades e motivações, podendo atender o autoconsumo individual ou familiar ou servir para a comercialização e abastecimento de gêneros alimentícios, medicinais e outros fins, como ornamentação e produção de fibras. Em muitos casos, o próprio caráter produtivo é secundário, com prioridade para outras funções, como a educação (principalmente em hortas educativas e escolares), o ativismo (em hortas de guerrilha), a preservação da paisagem entre outros. A escala também é um fator relevante, podendo considerar experiências pequenas, como a produção em uma varanda ou em vasos, como largas extensões produtivas no interior da cidade. Há uma grande diversidade de iniciativas e modelos que trazem complexidade e uma série de controvérsias ao conceito.

Há grande controvérsia sobre o conceito de periurbano, tendo em vista seu caráter de transição entre territórios urbanos e rurais e a difícil conceituação clara destes espaços na literatura. Há uma discussão sobre a incorporação do periurbano no conceito de agricultura urbana e alguns autores elaboram sobre essa diferenciação (OPITZ, 2016). Mougeout (2001) afirma que a agricultura urbana se distingue da rural por sua proximidade e interação com os mercados de consumo, com a economia e o sistema ecológico urbano, o que faz as experiências existirem sob um vazio institucional e com falta de apoio governamental, uma vez que não usufruem de políticas públicas para o meio rural e tampouco são reconhecidas como uma atividade produtiva de destaque no meio urbano.

Autores como Opitz et al. (2016), apresentam que a agricultura urbana e periurbana assumem características distintas principalmente no que concerne a fatores espaciais, como localização, escala dos espaços de produção, categoria de uso da terra, legalidade do uso dos terrenos, duração dos contratos; fatores ecológicos, como uso do solo, manejo de resíduos sólidos, manejo de água e adaptação ao local; e fatores socioeconômicos, como profissionalismo, motivação, relações em rede, canais de distribuição e estratégias de diversificação (OPITZ, 2016).

Em todas as categorias, a agricultura urbana e periurbana se diferem em relação ao seu impacto na segurança alimentar urbana, onde as agriculturas das regiões periurbanas assumem

[1] Tradução livre.

características de produção alimentar comercial e as agriculturas das regiões intraurbanas são mais associadas às hortas comunitárias, que não necessariamente produzem alimentos em larga escala para fins comerciais. No entanto, esta distinção não é universal, uma vez que há produção alimentar em escala no interior de áreas densamente urbanizadas e outros tipos de usos, como turismo e conservação ambiental para além da produção comercial, em áreas periurbanas.

A diversidade da agricultura urbana proporciona diversas distinções conceituais que variam conforme a perspectiva do estudo. Oliveira (2017) elaborou um quadro que sintetiza algumas definições encontradas na literatura a partir de suas variáveis de estudo:

Tabela 3. Categorias de definições da agricultura urbana conforme a classificação de variáveis de diversos autores na literatura

Variáveis Principais	**Tipos de AU**	**Autores**
Localização regional	Peri-urbana Intra-urbana	Mougeot (2000)
Tipo de propriedade	Privado Semi-público Público	Dubbeling (2004)
Objetivo	Subsistência Comercial Lazer Misto (intersecção entre dois tipos anteriores)	Cabannes (2004)
Perfil dos agricultores, tipo de produção e localidade	Agricultores domésticos e produção de subsistência Agricultores familiares Empreendedores individuais Agricultores peri-urbanos com produção diversificada	Moustier, Danso (2006)
Múltiplas, com base em diferentes tipologias de AU	Micro-fazendas dentro ou ao redor da casa Hortas comunitárias Hortas institucionais Fazenda produtiva de pequena escala Pecuária de pequena escala Fazendas de pequena escala de produções especializadas Empresas agrícolas de grande escala	Dubbeling et. al. (2011)
Regionais, contextos locais do Norte Global	Residenciais *Allotment*[2] Guerrilla Coletivas Institucionais Sem fins lucrativos Com fins lucrativos	McClintock (2014)

[2] "Tipo de horta muito comum na América do Norte, onde as pessoas alugam um canteiro para cultivar alimentos em terrenos públicos ou semi-públicos." (OLIVEIRA, 2017; p. 23)

Regionais, América do Norte e Europa, incluindo contextos de influência francófona, como França, Bélgica e Quebec (Canadá)	Hortas de proximidade (sacada, jardim frontal ou dos fundos) Hortas familiares Hortas comunitárias Hortas coletivas Hortas compartilhadas Hortas institucionais Hortas produtivas/econômicas	Duchemin (2013)

Fonte: OLIVEIRA, 2017; p.23.

A partir deste quadro conceitual, é importante distinguir as formas mais comuns como se dá a agricultura urbana nos territórios, o que é feito por Opitz et al. (2016). Ao abordar as *hortas comunitárias*, lidamos com iniciativas auto organizadas ou grupos de bairros produzindo alimentos, ervas medicinais e plantas ornamentais para uso pessoal ou benefício comum a todos os integrantes do grupo ou comunidade (FERRIS, 2001; BEILIN, HUNTER, 2011; ROSOL, 2011). Os integrantes participam nos processos de decisão e compartilham recursos como espaço, ferramentas, água, mudas, sementes e infra-estrutura. Estas hortas podem ser gestionadas de inúmeras formas, especialmente no que diz respeito ao financiamento, propriedade e objetivos (GUITART et al. 2012). Em algumas experiências, a produção de alimentos pode nem ser a principal motivação da horta, mas uma entre a multiplicidade de funções e objetivos que a horta pode ter (POURIAS, AUBRY, DUCHEMIN, 2016).

Outra forma que a agricultura urbana se dá é por meio de *loteamentos*, forma muito comum na Europa e em programas governamentais de agricultura urbana. Os lotes tendem a ser formas de hortas urbanas legalmente constituídas, onde é firmado um acordo ou contrato entre o proprietário da terra para seu usufruto por uma certa quantidade de tempo, sendo em terras públicas ou privadas. Os lotes tendem a ser cultivados de forma individual ou familiar (GRONING, 1996; VAN DEN BERG, 2010; BENDT, 2013), podendo ser geridos por alguma instituição ou diretamente com o governo local. A produção serve, à princípio, para consumo próprio da família, mas podendo comercializar o excedente. É comum um terreno de grande porte ser desmembrado em lotes para destinação a diferentes famílias e grupos sociais que podem ou não ter algum elo associativo entre si.

Também podem ser considerados no conceito de agricultura urbana os *quintais produtivos*, espaços predominantemente privados e associados à produção doméstica de alimentos para autoconsumo direto e comercialização, troca e doação de excedentes (BLAKE, CLOUTIER-FISHER, 2009; KORTRIGHT, WAKEFIELD, 2011). Estas iniciativas incluem também terraços, varandas e outras formas de aproveitamento do espaço doméstico para plantio de

alimento e ervas medicinais, que muitas vezes podem avançar para terrenos baldios colados às residências.

Fazendas urbanas ou *hortas urbanas* são iniciativas localizadas no interior de áreas densamente povoadas ou nas bordas da cidade. São experiências que ocorrem de forma regular ou irregular, ocupando porções relativamente grandes de terra em relação a outros terrenos urbanos e que sofrem pressões constantes pela especulação imobiliária. Em muitos casos, tais experiências são protagonizadas por sujeitos há anos produzindo nas terras e que foram englobados pelo processo de urbanização ao longo do tempo. No caso brasileiro, são experiências que podem ocorrer em terrenos sob linhas de transmissão de energia ou dutos de condução de produtos, áreas onde são impossibilitados outros usos. Também são reconhecidas uma variedade de atividades para além da produção de alimentos, como atividades de treinamento e capacitação, turismo e processamento de alimentos. As áreas são cuidadas de forma familiar ou comunitária, sendo que parte da produção é para sustento próprio e parte é destinada para comercialização local, havendo a possibilidade de realização de feiras e de associação dos agricultores em cooperativas. Em muitos casos, são áreas com zoneamento específico na legislação municipal e que podem ter apoio governamental para assistência técnica e fornecimento de insumos.

Outra forma destacada se refere a *empreendimentos agrícolas*, onde há a produção agrária de forma mais extensa e com maior investimento de capital. Os agricultores, de forma individual ou familiar, produzem em terras de própria propriedade ou arrendada, principalmente em regiões periurbanas ou rurais. Esta forma se caracteriza por uma agricultura de caráter capitalista, com viés para comercialização para o mercado e sujeita à suas variações. Pode haver contratação de mão de obra externa e o recebimento de subsídios para o desenvolvimento da prática agrícola.

McClintock (2014) apresenta ainda outras duas formas em que a agricultura urbana se desenvolve. As *hortas institucionais* são aquelas desenvolvidas por instituições públicas ou privadas em terrenos de sua própria dependência ou de outrem, podendo inclusive ser terrenos públicos, em sua maior parte desenvolvida de forma complementar a outras atividades como assistência social, educação, saúde, atividades filantrópicas, atividades religiosas ou atividades esportivas. Na maior parte dos casos, são hortas que possuem uma perspectiva pedagógica que visa a sensibilização dos usuários em relação a questões alimentares e nutricionais. Tais hortas são características por terem alguma espécie de mediação institucional entre os sujeitos e a horta em si.

Outra forma descrita por McClintock (2014) são as *hortas de guerrilha*, ou *guerrilla gardening*, que são espaços de cultivos que possuem uma perspectiva ativista e política, com o intuito de

denunciar questões como insegurança alimentar, especulação imobiliária, desenvolvimento urbano irregular, controle de multinacionais sobre a alimentação entre outras questões relevantes, e embelezar espaços urbanos, produzir alimentos, fortalecer comunidades e ser um meio de expressão política (REYNOLDS, 2008).

Relevante para a realidade brasileira é também importante distinguir um tipo definido como *agricultura familiar*. Esta agricultura é realizada em áreas não tão urbanizadas, com características rurais ou periurbanas, onde ainda há certa interferência e infraestruturas urbanas. São áreas relativamente maiores que aquelas existentes nas fazendas urbanas e se organizam de forma muito similar: ocorrem de forma regular ou irregular, com experiências protagonizadas por sujeitos há anos produzindo nas terras e que foram englobados pelo processo de urbanização ao longo do tempo. As áreas são cuidadas de forma familiar, sendo que sua produção é destinada para comercialização por feiras e mercados, acesso a mercados institucionais e vendas direta, havendo a possibilidade de associação dos agricultores em cooperativas. A este tipo de agricultura, destacam-se características de *campesinato*, onde a divisão do trabalho é primordialmente familiar e relação do agricultor com a terra é a base do sistema de produção (SHANIN, 1976).

Tais formas, apesar de distintas, podem estar relacionadas e integradas, de maneira que seja difícil reconhecer onde uma começa e outra termina. Não são categorias estanques e excludentes, possuindo diversas sobreposições e similaridades nas características entre elas. No entanto, elas evidenciam a multiplicidade com que a agricultura urbana se expressa nos territórios, ao mesmo tempo que complexifica sua análise e o entendimento das práticas. Nesta pesquisa, abordaremos algumas das formas apresentadas acima e buscaremos entender melhor suas limitações, objetivos e características que as distinguem das demais.

Agricultura urbana e agroecologia

A agricultura urbana compreende uma expressiva diversidade de práticas de produção, transformação e comercialização de alimentos, plantas medicinais, e outros produtos não alimentares, identificadas em diferentes escalas e contextos urbanos. Entretanto, a forma como a agricultura urbana é pensada é influenciada por concepções em disputa de agricultura e de cidade, repercutindo em diferentes justificativas para a realização de iniciativas individuais, coletivas e institucionais (ALMEIDA, 2016). O campo de estudo e pesquisa em agricultura urbana tem contribuído para uma aproximação entre o que muitas vezes parece antagônico ou conflitante, mas prevalecem na literatura abordagens que tendem a oscilar entre extremos que lhe atribuem

um papel dentro da lógica capitalista do sistema alimentar e da produção das cidades ou enfatizam seus benefícios para a segurança alimentar e a sustentabilidade urbana (McCLINTOCK, 2014).

Essas diversas experiências de agricultura urbana presentes nos territórios permitem reconhecer que a cidade não é apenas um lugar de consumo de alimentos, mas também de espaços produtivos populares e orientados por princípios agroecológicos, que produzem outras cidades em contraponto ao paradigma da cidade capitalista. Entretanto, nem toda agricultura urbana é agroecológica. O avanço nas discussões faz com que novos atores sociais envolvidos com a temática da agricultura urbana coloquem o conceito em disputa. Existem atualmente nas cidades brasileiras inúmeras experiências e empreendimentos que buscam difundir e divulgar as hortas urbanas como formas de melhorar a saúde e a sustentabilidade das cidades, mas escondem objetivos de expansão de mercados de grandes corporações, de promoção do agronegócio e de soluções tecnológicas simplistas que restringem a questão alimentar à produtividade e ao lucro.

É importante, portanto, avançar na relação entre o conceito de agricultura urbana e sua interface com a agroecologia, uma vez que se situa não apenas como uma prática social de produção de alimentos, mas também como um movimento político e um campo de construção de conhecimento científico que almeja a constituição de outro paradigma de agricultura que tenha como pilares a redução de impactos ambientais e sociais negativos, a diversificação dos agroecossistemas, a otimização de processos ecológicos e o desenvolvimento social e econômico das comunidades (CAPORAL, COSTABEBER, 2004; ALTIERI, 2012).

O enfoque agroecológico permite conceber e perceber situações nas quais algumas agriculturas presentes nas metrópoles diferem da lógica mercantil e industrial de produção, podendo conectar a função social e o valor de uso da terra, configurar novos territórios metropolitanos e revigorar modos de vida centrados na reprodução social e ambiental (ALMEIDA, 2016). Entretanto, alguns enfoques conceituais reforçam contraposições urbano-rural, ao associar o urbano com o ambiente construído, com as delimitações contidas no zoneamento urbano e com a modernidade e idealizando o rural enquanto espaço natural, das práticas agropecuárias, do bucolismo do campo e do arcaico. Essas noções reforçam a dicotomia de que o rural deve estar subordinado ao urbano, enquanto espaço primordial de produção de alimentos e extração de matérias primas para a indústria e o comércio localizados na cidade, reconhecida como espaço de processamento, distribuição e consumo (SPOSITO, WHITAKER, 2006).

Neste sentido, trabalho de Almeida e Biazoti (2017) sistematiza três enfoques conceituais identificados na interlocução entre agricultura urbana e agroecologia, que contribuem

para abordagens mais críticas. Esse esforço se direciona na perspectiva de construir conceitualmente a noção de agroecologia urbana, a partir de observações e análises das experiências nos territórios e seus enunciados políticos. Dois enfoques identificados como agroecologia *para a* cidade e agroecologia *na* cidade, de algum modo reforçam uma leitura dicotômica da realidade, seja por abordarem o urbano e o rural como espaços separados (ainda que complementares), seja por atribuírem a certas práticas localizadas em espaços urbanos um caráter essencialmente rural ou, por abordarem um rural "dentro" do urbano. A lógica reafirmada por meios desses dois enfoques reforça a subordinação do campo pela cidade sob a lógica do abastecimento alimentar como única abordagem possível da agricultura em meio urbano, tendo foco sua caracterização enquanto prática econômica (ALMEIDA, BIAZOTI, 2017).

Na perspectiva denominada agroecologia *para a* cidade, parece haver uma afirmação das zonas rurais como territórios nos quais deve localizar-se a agricultura propriamente produtiva ou orientada para o mercado e que abastece as zonas urbanas. Os espaços interpretados como "cinturões verdes" ou espaços periurbanos são usualmente considerados como "não-cidades" ou zonas de transição entre dois territórios distintos, ainda que sejam reconhecidas as interferências do "urbano" ou com proximidade de infraestrutura das cidades (como equipamentos culturais, redes de transporte, acesso a serviços e a formas complementares de geração de renda). A população e os espaços urbanos são pensados na ótica do consumo e do acesso a mercados, e não como territórios onde a agricultura pode e é capaz de se desenvolver (ALMEIDA, BIAZOTI, 2017).

Nessa lógica, a ênfase está na importância da interação de agricultores e agricultoras com as cidades, especialmente por meio de espaços de comercialização de produtos, como feiras livres e eventos especializados, na perspectiva de sensibilizar a população urbana sobre a importância e os benefícios da agricultura familiar para as cidades. Iniciativas de pessoas que migraram recentemente para zonas rurais para engajar-se com a produção alimentar, identificadas genericamente como "neo-rurais", são também comumente incorporados a esse tipo de narrativa (ALMEIDA, BIAZOTI, 2017).

Já no enfoque da "agroecologia *na* cidade", são ressaltadas as "ilhas" de ruralidades no urbano, compreendido como espaço artificial e construído, e que devem ser valorizadas na perspectiva de se buscar a sustentabilidade nas cidades. Os espaços agrícolas urbanos são recorrentemente associados a áreas verdes e ao rural idílico e bucólico no interior da malha urbana. Nessa ótica, valoriza-se o saber rural dos sujeitos e a agricultura urbana é vista como expressão desse saber. Do ponto de vista do campo agroecológico, prevalece a visão de que o saber e o modo de fazer migram, junto com os sujeitos das experiências, de territórios rurais para

os espaços urbanos, trazendo consigo os conhecimentos, as práticas e formas de entender o mundo baseados no trabalho na roça, que se modifica a partir do contato com o urbano. Essas experiências são invisibilizadas por sua reduzida participação na economia capitalista urbana ou por serem interpretadas enquanto um vestígio de uma herança rural que ainda não foi transformada pela modernidade e pela expansão urbana (ALMEIDA, BIAZOTI, 2017).

O terceiro enfoque, denominado "agroecologia *da* cidade", encaminha para um deslocamento do foco das contradições rural-urbano, para as contradições entre os espaços onde prevalecem processos de industrialização e mercantilização e os espaços de reprodução da vida. Esse enfoque dialoga com as perspectivas que abordam a conformação de territórios híbridos e de transição, onde coexistem atividades econômicas e modos de vida associados a universos considerados como antagônicos, como o urbano e o rural ou o urbano e a natureza (ALMEIDA, 2016). Por fim, a agroecologia tipicamente da cidade emerge em contextos mais urbanizados, envolve grande diversidade de sujeitos e dialoga com as especificidades destes contextos. Essa narrativa traz consigo o entendimento de que a natureza está ou deve estar intimamente integrada nos espaços construídos, compondo e consolidando a produção do espaço urbano na própria dinâmica que esses territórios têm (ALMEIDA, BIAZOTI, 2017).

Nessa perspectiva, são reforçadas narrativas acerca do conceito de direito à cidade, em que a cidade é vista como obra coletiva, que pode e deve ser transformada pelas práticas de quem vive nela. Nesse sentido, a agroecologia urbana é, ao mesmo tempo, criação e apropriação da cidade, envolvendo pessoas que não necessariamente possuem um passado rural nem possuem vínculos ou saberes rurais, mas que têm ocupações e inserções profissionais diversas que fazem emergir outros saberes em suas práticas. São experiências que buscam conhecimentos tradicionais, mas também se alinham a tecnologias e conhecimentos próprios de contextos urbanos, gerando inovações sociais e desenvolvendo outros arranjos de consumo-produção (ALMEIDA, BIAZOTI, 2017).

Acredita-se que as experiências analisadas ao longo da pesquisa compõem o enfoque do que os autores denominaram *agroecologia da cidade*, uma vez que podem ser identificadas características típicas dessa perspectiva. Tais categorias, no entanto, não visam enrijecer análises sobre as experiências, mas antes elucidar certos aspectos distintivos que serão explorados mais a fundo ao longo da pesquisa. É importante reconhecer que nem toda experiência de agricultura urbana segue princípios agroecológicos de produção e organização da atividade, apresentando aspectos dúbios e contraditórios no que diz respeito à construção de alternativas ao neoliberalismo e à cidade capitalista, como sugere McClintock (2014). A agroecologia, no entanto, é reconhecida como um movimento que baseia e compõe uma série de práticas e experiências de

produção agrícola em sua enunciação de um projeto de cidade que valorize e considere a agricultura e a sustentabilidade em sua estruturação, o que será analisado adiante.

Agricultura urbana no mundo: uma perspectiva histórica

O desenvolvimento da agricultura, de certa forma, sempre esteve diretamente relacionado à urbanização e à vida na cidade. Era ao redor de onde as pessoas assumiram morada que eram produzidos os meios para a sobrevivência daquela comunidade, constituindo uma influência recíproca entre o campo e a cidade. O tensionamento dessa relação passa a ser mais intenso com as transformações ocorridas com a revolução industrial e a expansão capitalista, em que os vínculos comunitários, os direitos comunais e as tradições e instituições locais que exerciam a mediação das relações socioeconômicas sofreram mudanças paradigmáticas no sentido de valorizar a liberdade individual, a defesa da propriedade privada e o mercado livre guiado pela oferta e pela demanda.

Esse complexo processo se deu de forma diversa nos países europeus e ainda mais diversa nos países latino-americanos, com nuances, contradições e resultados que não serão aprofundados nessa pesquisa. Tampouco o processo se deu de forma linear e homogênea como pode parecer em uma primeira leitura, na medida em que há poucos estudos acerca da história da agricultura urbana no mundo e menos ainda sobre o histórico na América Latina. A dificuldade também se dá na medida em que tal histórico apresenta sobreposições com a própria história da agricultura e das cidades, em que o conceito de agricultura urbana parece não fazer tanto sentido quando analisado sob a perspectiva de agrupamentos humanos feudais e pré-feudais. Mesmo assim, é importante apresentar alguns apontamentos sobre o desenvolvimento do que se pode chamar de agricultura urbana na história, assumindo as ausências e a complexidade que o processo de desenvolvimento do capitalismo e da urbanização teve em cada território.

Esse processo foi fortemente marcado por distintos períodos históricos que determinaram a forma pela qual a agricultura urbana se desenvolveu no Ocidente. A obra de Casadevante *Kois* e Morán (2016) descreve tais períodos e suas principais características, possibilitando reconhecer e categorizar a história da agricultura urbana em três principais momentos: o período de desagregação da estrutura feudal e advento da indústria, marcado pelo que se denominou de *cercamento dos comuns*; o período de crise mundial marcado pelas Guerras Mundiais; e o período de florescimento e expansão de hortas comunitárias pautadas na contracultura e no engajamento cidadão da sociedade civil organizada (CASADEVANTE *KOIS,* MORÁN, 2016).

A estrutura político-social de gestão comunal de bens naturais, principalmente durante os séculos XVI e XVII na Europa, passa a sofrer uma sistemática oposição com a introdução de dinâmicas emergentes e estruturantes do sistema capitalista mundial, processo este que é resumido por Silvia Federici como de privatização da terra, produção de escassez e separação entre produção e reprodução social (FEDERICI, 2017). A gestão desses bens, realizada de forma comunal, proporcionava a coesão social, o acesso universal e igualitário aos recursos por toda a comunidade e o cumprimento dos direitos e obrigações coletivamente pactuados, em uma espécie de economia moral baseada no bem-estar coletivo e no funcionamento econômico atrelado à responsabilidade política.

Com a desagregação da estrutura feudal de produção e início do desenvolvimento capitalista, essas terras e recursos, anteriormente destinados ao usufruto comum, passaram a ser apropriadas por particulares ou pelo Estado para intensificar a produção e individualizar a propriedade, de forma a desestruturar o tecido social campesino preexistente para re-inseri-lo subalternamente à nova estrutura econômica, social e política em constituição. O cercamento de terras antes utilizadas livremente e organizada de forma coletiva e comunitária passa a ser, portanto, justificada a partir de um discurso modernizador liberal e capitalista, com valorização ao indivíduo em detrimento à comunidade. Tal fato gerou o empobrecimento generalizado da população, uma vez que lhe foi continuamente restringido o acesso aos territórios responsáveis por sua sustentação e pela produção, gerando um fluxo migratório para as cidades e demonstrando visivelmente uma dinâmica de subordinação da economia rural ao desenvolvimento urbano e industrial (CASADEVANTE *KOIS,* MORÁN, 2016; DE CAMPOS, 2011).

É para lidar com a despossessão das terras comuns e com a pauperização urbana da população que surgem as primeiras iniciativas de hortas urbanas com foco assistencialista para melhorar a qualidade de vida da classe trabalhadora e exercer certo controle social sobre a população. O deslocamento da população das áreas rurais para a cidade industrial desarticulou o antigo sistema de solidariedade existente entre as comunidades locais, criando um contexto para o surgimento de hortas assistenciais que apaziguavam o descontentamento social e garantiam a subsistência dos trabalhadores. Esse modelo de hortas assistencialistas se espalhou pela Europa a partir de algumas experiências pioneiras, principalmente na Inglaterra (CASADEVANTE *KOIS,* MORÁN, 2016).

As hortas urbanas serviram, neste período, para disciplinar as populações para torná-las mais produtivas e suscetíveis ao controle pelo poder, uma vez que as ideias socialistas estavam em ascensão e era necessário evitar sua difusão nas camadas mais populares. O objetivo dessas

iniciativas era criar corpos dóceis, úteis e funcionais para o sistema capitalista em ascensão, desenvolvendo valores como o trabalho, o desejo do progresso pessoal em busca da propriedade própria, o sentimento de responsabilidade individual e a centralidade da família. Não foram experiências que buscavam estabelecer direitos sociais das populações, mas antes resguardavam os proprietários e deixavam os trabalhadores à mercê de seus interesses particulares (CASADEVANTE *KOIS,* MORÁN, 2016).

No período entre guerras, esse caráter moralista e assistencialista das hortas urbanas é deixado para trás, uma vez que o movimento de trabalhadores, principalmente a partir da conquista da jornada de trabalho de oito horas, se apropria e passa a acessar terrenos de cultivo nas cidades no tempo livre. A subsistência, com a produção de alimentos nas proximidades das residências operárias, e a autonomia passam a ser valores-chave da cultura proletária e das propostas urbanas alternativas à cidade capitalista, aliando as hortas urbanas à questão de moradia dos trabalhadores. Com a dificuldade dos governos em abastecer a população e garantir sua segurança alimentar e nutricional, os períodos de guerra e de crise econômica são marcados pelo florescimento de inúmeros projetos e reivindicações para a criação de hortas urbanas onde fosse possível, tornando-se uma atividade estratégica organizada quase que militarmente para possibilitar o foco de investimento máximo na indústria bélica (CASADEVANTE *KOIS,* MORÁN, 2016).

Como apresenta Casadevante *Kois* e Morán, "todos os países envolvidos em conflitos apoiaram a agricultura urbana em maior ou menor escala, oficializando uma prática cotidiana da população que buscava uma forma de acessar alimentos" (2016, p.122), seja por meio de decretos de emergência para proteger espaços de produção de alimentos, facilitando subsídios para a criação de hortas ou liderando campanhas institucionais das chamadas *hortas de guerra*. Em relação à esse último aspecto, tanto o Reino Unido quanto os Estados Unidos se engajam fortemente em estimular os cidadãos a produzirem alimentos em lotes nas cidades ou nos jardins das casas com campanhas como "*Every man a garden"* ("Cada homem um jardim", campanha no Reino Unido que duplicaria o número de lotes em um ano), "*Plant for freedom*" e "*Hoe for liberty*" ("Plante para liberdade" e "Enxada para liberdade", um programa da Comissão Nacional de Hortas de Guerra nos Estados Unidos para engajar patriotas sobre a importância de cultivos em terrenos baldios) (CASADEVANTE *KOIS,* MORÁN, 2016).

A agricultura urbana cultivada nos períodos de guerra mundial demonstra o quanto essa prática não apenas servia diretamente para o cultivo alimentar em momentos de escassez e desabastecimento, como também estava imbuída de significados sociais que representam os ideais históricos em conflito existentes na época. Seja para o fortalecimento da identidade

nacional, evocando valores morais e o sentimento de pertencimento à pátria, seja enquanto uma estratégia subversiva de garantir a liberdade e a autonomia de sistemas mais complexos de produção, as hortas cumpriram inúmeros papéis em meio a períodos turbulentos da história da humanidade. O período pós-guerra representou uma ressignificação da agricultura urbana, uma vez que os programas governamentais existentes no período bélico foram aos poucos sendo desestruturados e boa parte das iniciativas desapareceram com o passar dos anos. As hortas permanecem, a partir deste período, enquanto estratégias de resistência e de perseverança de diversos grupos ativistas que buscavam instituir a autogestão dos espaços de cultivo e garantir a sobrevivência da população trabalhadora mais pobre (CASADEVANTE *KOIS* e MORÁN, 2016).

Após o período das Grandes Guerras, observa-se o surgimento de hortas comunitárias a partir da confluência de movimentos sociais comunitários e ecologistas a partir da década de 70, representando um esforço para a revitalização e incremento da qualidade de vida nos bairros populares, principalmente nos Estados Unidos. O processo de suburbanização das cidades, expandindo-se horizontalmente pelo território graças à difusão da mobilidade urbana motorizada e dos meios de comunicação de massa, reforçava a segregação social distanciando o espaço da inovação e da convivência para as classes sociais mais abastadas. As classes populares, por sua vez, observaram uma paulatina degradação das regiões centrais e dos bairros populares, onde se aglomeravam grupos sociais marginalizados, com a queda da qualidade de vida ocasionada pelo desemprego, pela escassez de serviços públicos e pela anomia social (CASADEVANTE *KOIS* e MORÁN, 2016).

Esse abandono dos bairros populares fazia emergir uma dinâmica de resistência por parte da população, baseada na organização comunitária e na construção de alianças com instituições sociais nos territórios, possibilitando visões compartilhadas da realidade e desenhos de ações conjuntas de intervenção. Além de possibilitar a reprodução social frente ao abandono do poder público, esta reorganização comunitária constituía novas dinâmicas sociais e objetivava a reconstrução do laço social entre as pessoas (CASADEVANTE *KOIS,* MORÁN, 2016).

Um de seus principais entusiastas norte-americanos, Karl Linn, desenvolveu metodologias participativas que buscavam intensificar as relações sociais durante o processo de desenho, construção e gestão de espaços comuns para a revitalização de áreas degradadas nos bairros populares de toda a Costa Leste dos Estados Unidos. Para o arquiteto e psicólogo, essas iniciativas se denominavam *comuns vicinais*, na medida que possibilitavam o encontro entre sensibilidades e visões de mundo para reconhecer as demandas locais e colocava em marcha um projeto comum de intervenção que era autoconstruído e gerido pela própria comunidade. Dentre

estas iniciativas, as hortas comunitárias eram reconhecidas por ele como um exemplo perfeito de comum vicinal (LINN, 2009). Outros nomes importantes destes movimentos comunitários que visavam a transformação das cidades a partir de suas populações eram Jane Jacobs e Saul Alinsky (JACOBS, 2000; ALINSKY, 1971).

É a partir desta confluência que surgem coletivos e grupos que desenvolvem hortas comunitárias enquanto uma prática política que visa promover a justiça social, a melhora da qualidade de vida urbana e a adoção de estilos de vida mais sustentáveis. Dentre estes coletivos, se destaca o *Green Guerrillas* de Nova Iorque, criado em 1973 pela artista plástica Liz Christy que, junto com um grupo de amigos, passou a plantar árvores e a lançar bombas de sementes em propriedades abandonadas, como forma de denunciar o descaso governamental e o depósito ilegal de lixo nos terrenos, levando-os a iniciar um projeto de horta comunitária. Desde a difícil e lenta aceitação de vizinhos até as mobilizações para se evitar a reintegração de posse do terreno, a horta do *Green Guerrilla* finalmente conseguiu êxito e foi reconhecida pela municipalidade, inspirando e assessorando inúmeros outros projetos de horta comunitária que se proliferaram nos anos seguintes. As hortas comunitárias se estabeleceram como um local de encontro e de articulação comunitária, além de uma importante ferramenta para revitalizar os bairros abandonados que, aliados a outros movimentos ativistas, deram início a um rico processo inovador de experimentação social (CASADEVANTE *KOIS,* MORÁN, 2016; LAWSON, 2005).

Em forma conclusiva, Casadevante *Kois* e Morán (2016) apontam reflexões compartilhadas sobre os estudos de casos e a história da agricultura urbana, apontando algumas direções pelas quais a pesquisa e as políticas públicas devem caminhar para o reconhecimento desta prática urbana como forma de transformação social.

Primeiramente, os autores reconhecem que as cidades em crise vivenciam uma necessidade de mudança rumo à sustentabilidade e uma realocação das atividades econômicas, fatores que podem gerar um ameaçador processo de encolhimento urbano, produzindo espaços sem atividade e sem populações, largados ao abandono e à anomia social. Nesses espaços, há duas oportunidades de ação que podem ser consideradas em que a agricultura urbana pode cumprir um papel crucial: a reativação desses espaços urbanos, por meio do uso de equipamentos públicos e edificações abandonadas; ou a desurbanização, buscando um novo zoneamento de uso e a recuperação ambiental para atividades agrárias ou preservação ambiental. Em segundo lugar, é reconhecido que as iniciativas de agricultura urbana surgem de forma espontânea e popular em um primeiro momento, a partir do trabalho de movimentos sociais, e em um segundo momento, passam a formar políticas públicas. "O protagonismo social e a reinvenção de dinâmicas

comunitárias são os cimentos de qualquer transformação social" (CASADEVANTE *KOIS,* MORÁN, 2016; p. 303).

Em terceiro, os projetos se destacam por sua multifuncionalidade e versatilidade, impactando diretamente na segurança alimentar e nutricional da população, na reconstrução de vínculos sociais, na reestruturação econômica, na consolidação de práticas educadoras e inclusivas e no embelezamento estético da cidade. Em quarto e último lugar, as questões sociais e ambientais devem ser vistas como inseparáveis, compondo tanto as expressões da crise humanitária quanto as formas de sua superação. O alimento, aqui, é visto como essencial tanto para se superar as necessidades alimentares dos mais pobres e quanto para inseri-los nas lutas ecológicas e urbanísticas mais amplas (CASADEVANTE *KOIS* e MORÁN, 2016).

1.2. Apontamentos sobre o urbano e o rural e o desenvolvimento da cidadania na formação social brasileira

As discussões acerca da relação urbano-rural suscitam inúmeras contribuições de diversas áreas do conhecimento que buscam estabelecer relações, vínculos e definições sobre essas duas esferas do território. Há conceitos que buscam estabelecer limites e diferenciações entre o rural e o urbano de diversas formas, reconhecendo-os seja como adjetivos territoriais nos limites oficiais ou na delimitação administrativa dos governos, seja como reflexos de patamares demográficos diferentes, onde o rural é visto como disperso e o urbano como aglomerado, ou ainda como diversos pela natureza das atividades econômicas da população, entre outras (ENDLICH, 2013). Bernardelli (2013), baseada em Angulo e Domínguez (1991), ainda coloca outros critérios que podem ser utilizados para definir esses dois conceitos, como aspectos morfológicos, os modos de vida, as inter-relações e a geração de inovações. Os desafios de precisar a conceituação do campo e da cidade, do urbano e do rural e da cidade e do urbano são até hoje encontrados e são objeto de reflexão de autores como José Eli da Veiga (2002).

Todos esses critérios utilizados para a definição do rural e urbano se apresentam de forma estática, não localizando o momento histórico e o desenvolvimento dos fatos e processos que levaram à própria existência dessa relação. A complexidade é enorme e as contribuições presentes nessa pesquisa não buscam esgotar a análise, mas sim explorá-la de forma a dar clareza a como a agricultura urbana evoca e tenciona essa relação, trazendo novas perspectivas para o campo.

Na definição de Singer, a "cidade é um modo de organização espacial que permite à classe dominante maximizar a transformação do excedente alimentar, não diretamente

consumido por ele, em poder militar e este em dominação política" (SINGER, 2017, p.12), reconhecendo que esta surge no momento em que há produção excedente de alimentos no campo que possam manter uma população urbana não produtiva. A urbanização se intensifica com a divisão do trabalho entre campo-cidade, onde, com a industrialização, a cidade passa a ser produtiva e a troca com o campo passa a ser também de produtos industrializados, não apenas poder político, fiscal e militar (SINGER, 2017). Reconhece-se também que há uma diferença nas conceituações entre cidade e o urbano, onde o primeiro relaciona-se intimamente com definições espaciais e o segundo é visto enquanto processo que extrapola a cidade e que se relaciona à influência desta enquanto promotora de um modo de vida urbano (ENDLICH, 2013; WIRTH, 1979).

Dentro da categorização por atividades econômicas, diversos autores associam o rural à produção primária, enquanto o urbano aos setores secundários e terciários da economia. Mais importante do que essas conceituações, é entender que o processo de urbanização não é linear e segue a orientação do modo de produção ao qual está vinculado. Nesse sentido, apesar de existirem cidades desde o início da colonização brasileira, o papel destas se modificou de uma cidade de conquista, para uma cidade comercial e posteriormente para uma cidade industrial, sendo nesta última a consolidação do processo de urbanização e de divisão do trabalho entre cidade e campo (SINGER, 2017). Houve resistências a esse processo de urbanização na história brasileira, com esforços de grupos populares para promover outras lógicas e perspectivas sobre a configuração de assentamentos urbanos, como o vilarejo de Canudos descrito extensivamente por Euclides da Cunha em sua obra literária "Os Sertões". É importante destacar que a conceituação exposta ao longo do trabalho configura apenas uma perspectiva do processo histórico que auxilia para reconhecer as diferentes relações que se impõe e que possibilitaram a intensificação do processo de urbanização.

Nesse sentido, apesar de notar-se em vários autores a existência de cidades desde o início da colonização brasileira, a urbanização só se torna relevante na estrutura econômica e sociocultural do país a partir do início do século XX, com o desenvolvimento do processo de industrialização e da estruturação do mercado interno brasileiro (SINGER, 2017). É preciso analisar a história brasileira de uma forma ampla, considerando seus fluxos e processos, reconhecendo as atividades econômicas e a estrutura social pelas quais a sociedade hegemônica se desenvolveu para melhor compreender as relações existentes entre o urbano e rural. Também é preciso reconhecer a existência de outros modos de vida que resistiram, que foram subjugados pelo desenvolvimento capitalista e que resistem até hoje e apresentam perspectivas diversas da

relação urbano-rural, como comunidades indígenas, comunidades tradicionais entre outros grupos sociais.

Para tanto, será considerado aqui as relações existentes entre o urbano e o rural tal qual foram elucidadas por importantes ensaístas da formação social brasileira, como Caio Prado Júnior (1942) e Sérgio Buarque de Holanda (1936), além de outros que contribuíram imensamente com a discussão, como Paul Singer (2017) e Milton Santos (2013). Apesar de não trazerem ou não aprofundarem as definições acerca do rural e do urbano em suas obras e reconhecendo que tais conceitos podem ser imprecisos e contraditórios, o importante aqui é reconhecer as relações entre essas categorias e as mudanças ocorridas com o processo de urbanização que surge a partir dessas relações e dos atores que as compõem.

Cabe aqui refletir sobre a existência de um modelo da relação campo-cidade no Brasil, trazendo apontamentos para os vínculos e fluxos existentes entre esses territórios, para o entendimento de que tipo de urbanização se desenvolveu no país com esse modelo e para reconhecer os impactos que uma suposta transição de uma sociedade rural para a urbana pode ter trazido para a formação do país. Dessa mesma forma, como aponta Singer,

> quando se pensa em urbanização numa sociedade que se industrializa, é preciso procurar pelo papel que as classes sociais desempenham nela, pois, em caso contrário, ela tende a ser tomada como um processo autônomo, fruto de mudança de atitudes e valores da população rural, perdendo-se de vista seu significado essencial para o conjunto da sociedade (SINGER, 2017, p. 27).

A relação entre duas linhas de reflexão sobre o Brasil, de análise de microprocessos de uma sociedade formada e dominada por famílias patriarcais que lutam entre si pelo poder político e econômico, e de reflexão dos macroprocessos em que os atores são os modos de produção e as classes sociais que se mesclam de forma dinâmica, possibilitam uma visão um pouco mais completa do que foi o processo de urbanização e suas consequências. É possível entender aqui, o urbano e o rural como categorias sociológicas, que dão conta de entender o que uma sociedade *pensa*, instituindo um código de valores e ideias em sua própria cosmologia, e traduzir o que a *sociedade vive e faz*, ou seja, o seu sistema de ação.

A passagem truncada do rural ao urbano

Desde a invasão da costa brasileira pelas esquadras portuguesas, a colonização do país foi estruturada como um empreendimento comercial agrário exportador focado em garantir o enriquecimento da Metrópole. Não se viu, ao longo do século XVI, um desejo de fixação dos

colonos à nova terra, mas antes, uma adaptabilidade ao território com objetivo único de se extrair produtos com relevância no mercado mundial e que pudessem garantir riquezas à Coroa Portuguesa. Esse ímpeto comercial caracteriza os primeiros anos que se seguiram à invasão portuguesa no país, tipificando a ocupação do território brasileiro não como uma estratégia de povoamento, mas antes como estabelecimento de feitorias comerciais (HOLANDA,1978). Dentro desse sistema econômico de plantação agroexportadora (*plantation*), o baixo nível de urbanização se deve em partes ao fato de que parcelas da população viviam fora dessa economia, inserida em uma estrutura econômica subsistente e marginal, como apresenta Singer, incapaz de produzir excedentes capaz de alimentar a vida urbana (SINGER, 2017).

Esse modelo é caracterizado por uma economia agrária exportadora composta por três elementos distintos. O primeiro deles é a grande propriedade das unidades produtivas, possibilitada pela dimensão do vasto território disponível para ser explorado e pelas condições tropicais onde, por um lado, floresciam culturas exóticas e valorosas para a Metrópole, e, por outro, ofereciam desafios para a adaptação dos colonizadores. A grande propriedade garantirá a abundância de terras necessária para a larga produção agrícola sem limitar a produtividade ao avanço tecnológico ou à manutenção dos ecossistemas de onde eram extraídos os recursos (PRADO JÚNIOR, 2000).

O segundo elemento é a produção agrícola realizada por meio da monocultura, cujo foco produtivo era determinado pelo mercado externo e pela alta dos preços de determinadas culturas de interesse europeu. Essa forma de produção trouxe contribuições significativas para a estrutura agrária que se estabeleceu no Brasil, impactando diretamente as qualidades ambientais do território e a segurança alimentar e nutricional da população, sendo o setor de subsistência subsidiário à grande lavoura. O terceiro elemento se relaciona à estrutura social do trabalho, caracterizada pelo trabalho escravo de populações principalmente negras trazidas do continente africano. A escravidão foi onipresente na sociedade colonial e responsável em grande parte pela estrutura social e psicológica do povo brasileiro (PRADO JÚNIOR, 2000; FREYRE, 1981).

Nesse tipo de organização econômica, os engenhos se constituíram como verdadeiros núcleos sociais, econômicos, políticos e até religiosos, tendo seu funcionamento como um "organismo completo e que, tanto quanto possível, se bastava a si mesmo" (HOLANDA, 1978, p. 48). Essa centralidade e auto-suficiência dos engenhos fez com que o desenvolvimento urbano tivesse origem em seu entorno e baseado nas atividades realizadas dentro da unidade produtiva. As vilas e cidades eram meros apêndices das estruturas rurais, onde se ia apenas para festejos, eventos públicos e solenidades. Nelas, moravam apenas funcionários públicos, alguns mercadores e comerciantes, integrantes do poder militar, mas não se pode considerar que essas aglomerações

representavam grandes interferências perante o "predomínio esmagador do ruralismo" (HOLANDA, 1978, p. 60) responsável pelo esforço primeiro da colonização desde o século XVI até meados do século XX.

Mesmo assim, a cidade colonial apresentava um papel essencial no sentido de concentrar o poder militar e administrativo da metrópole, garantindo a constituição e a preservação do sistema colonial por meio da centralização do poder administrativo e de coerção. As cidades coloniais foram importantes instrumentos de repressão na contínua luta contra os quilombos e outras insurgências urbanas, além de importantes centros de arrecadação de tributos e fiscalização comercial. Tais funções urbanas, com o crescimento e expansão da economia exportadora, passam a se diversificar, tornando as cidades importantes também na redistribuição de mercadorias entre diferentes regiões da colônia, tanto excedentes alimentares produzidos pela agricultura de subsistência quanto bens de consumo de luxo para a crescente demanda dos senhores de engenho (SINGER, 2017).

O caráter comercial da cidade passa a ser fortalecido, fazendo surgir uma nova classe de comerciantes e transportadores, muitos deles portugueses reinóis que aqui se instalaram, que se opunham à força política dos senhores de engenho. O crescimento da cidade comercial, a partir de seu enriquecimento, passa a trazer comodidades e maior prestígio para o modo de vida urbano, atraindo grandes proprietários dos engenhos a residir nas zonas urbanas, deixando suas fazendas na administração de parentes ou capatazes e consumindo cada vez mais produtos e serviços urbanos.

A abolição da escravidão e a crise na economia açucareira reforçou a necessidade de se buscar uma solução que manteria a estrutura econômica do período colonial e que teria o mercado externo como principal meio para salvar as finanças. O café surge, nesse período, como uma alternativa que possibilita a manutenção econômica do país, apesar de diversas dificuldades. O desenvolvimento da economia cafeeira também representa o período de formação de uma nova classe empresarial que terá importante papel no desenvolvimento urbano e na industrialização, concentrando os interesses tanto da produção como da comercialização do café (processo distinto do que ocorreu com a economia açucareira, em que as etapas de produção e comercialização estavam isoladas e apenas a primeira em controle dos senhores de engenho). É essa nova classe empresarial que possibilita, junto com o Estado brasileiro, a formação da grande corrente imigratória que garantiria a expansão da economia cafeeira no Estado de São Paulo (FURTADO, 1958).

Em partes, o desenvolvimento cafeeiro possibilitou a acumulação minimamente necessária para que fosse desenvolvida, posteriormente, a industrialização. Devido à existência de

condições estruturais que possibilitaram a industrialização brasileira, há um processo de transformação das relações rurais e urbanas no Brasil, com o desenvolvimento do mercado interno brasileiro. Esse desenvolvimento se deu graças, não só à substituição das importações, mas também às condições existentes no país que possibilitaram o surgimento de um novo modo de acumulação que substitui o modelo exportador primário, reforçado pela amplitude do mercado constituído pelas populações urbanas e pela atuação da nova burguesia urbana-industrial para se perpetuar no poder. O processo de crescimento das cidades está intimamente relacionado não só à industrialização, mas ao crescimento do setor de serviços que se estruturou como um modo de acumulação tipicamente urbano (OLIVEIRA, 2013).

É o crescente número de imigrantes atraídos para o país pela expansão cafeeira que favorece o início do processo de êxodo rural, em que as cidades passam a concentrar oportunidades para trabalhadores rurais desenraizados de seus territórios, que passam a compor o exército de reserva de mão de obra. É no espaço urbano onde uma nova exploração desses trabalhadores se configura, na medida em que o trabalho informal se amplia, o custo de reprodução da mão de obra diminui e os trabalhadores buscam sua reprodução e sobrevivência às próprias custas (como é o caso da autoconstrução de residências). Esses trabalhadores também desempenham o papel de consumidores que são necessários à implantação não só da indústria, mas do vasto setor de serviços que se estrutura à sua margem (OLIVEIRA, 2013).

Pela primeira vez desde o início da colonização, a cidade passa a ser produtiva, podendo oferecer ao campo, além de estrutura administrativa, comercial e repressiva, produtos industrializados. É a partir de então que se estrutura uma verdadeira divisão de trabalho entre cidade e campo, onde a cidade passa a ser reconhecida por sua importância econômica no país (SINGER, 2017).

No entanto, esse processo não se deu de forma gradual e ordenada, mas antes promoveu o inchaço de diversas cidades de forma desordenada e caótica, fenômeno que não se restringiu às capitais dos estados, mas também foi observado nas cidades intermediárias, conforme análise realizada por Santos (2013). Esse inchaço se deu não só pelo êxodo rural e pelos fluxos migratórios, mas também pelo forte crescimento demográfico, resultado de uma elevada natalidade e mortalidade em declínio, graças aos avanços sanitários e melhoria da qualidade de vida (SANTOS, 2013).

Não se pode, no entanto, deixar de notar a precariedade com as quais as novas populações se defrontaram ao ocupar o novo espaço urbano, principalmente no que diz respeito às questões de moradia e acesso à serviços básicos (saneamento, água, luz e transportes). O inchaço se dá na medida que muitas cidades não dispunham de estruturas qualificadas para

garantir a qualidade de vida aos imigrantes. O exército industrial de reserva nada mais era do que trabalhadores em situações precárias de vida, subsistindo às custas do trabalho informal e precarizado, vivendo às margens de uma sociedade industrial que se desenvolvia, ampliando a desigualdade social e provocando o processo de favelização das periferias da cidade. As grandes cidades, principalmente as metrópoles, passam a ser pólos concentradores atrativos não só de novas relações sociais e econômicas que lhe dão forma e importância, mas da pobreza generalizada que busca na cidade melhores condições de trabalho e renda (SANTOS, 2013; p.87 e 88).

A economia e o modo de vida urbano ganharam força rapidamente, atraindo novos contingentes populacionais para a cidade e esvaziando cada vez mais o campo. O agricultor se torna cada vez mais especializado até o ponto em que a própria indústria passa a revolucionar a tecnologia agrícola, fornecendo ao campo seus principais instrumentos de produção. A chamada Revolução Verde compõe esse momento drástico de modernização da agricultura e de expansão capitalista para as zonas rurais, onde maquinários pesados e o pacote tecnológico químico (fertilizantes e agrotóxicos) contribuem para o aumento produtivo das lavouras. A estrutura agrária latifundiária e concentrada, baseada na monocultura, permaneceu e, em certa medida, intensificou-se, enquanto a população do campo foi integrada ao mercado industrial, seja emigrando para a cidade ou permanecendo no campo de forma marginalizada. De um excedente alimentar da produção do campo, a cidade passa a concentrar diversas etapas da produção agrícola, que é comercializada, processada e redistribuída para o campo (SINGER, 2017).

A urbanização, dessa forma, avança sobre as zonas rurais, impondo o modo de produção capitalista e as relações de trabalho urbanas, de forma que, em certos lugares, é capaz de se duvidar das distinções entre o que é urbano e o que é rural. Esse processo de penetração do capitalismo numa economia não capitalista de subsistência (percebe-se que, aqui, não são considerados os latifúndios agroexportadores, inseridos na lógica capitalista e industrial de produção e consolidados, por assim dizer, como importante unidade política e econômica do mundo moderno) produz o desmantelamento das forças produtivas arcaicas para, num segundo momento, incorporar seus elementos produtivos por meio da especialização agrícola e da inserção na lógica capitalista (SINGER, 2017).

As relações urbano - rural

Para compreender as relações existentes entre o urbano e o rural, é preciso considerar que esta análise não pode ser feita de forma estanque. Ambos os conceitos não se restringem a

delimitações espaciais ou econômicas, mas são categorias complexas que apresentam múltiplas perspectivas. O que se nota é uma dinâmica relacional profunda entre os dois conceitos, que ora se mesclam, ora se contrapõe, podendo compor uma dialética que tenciona as análises específicas das diversas áreas do conhecimento.

O que se observa na história brasileira é uma predominância do ruralismo durante todo período colonial e, em grande parte, da Primeira República, em que as cidades se desenvolveram como um mero apêndice da estrutura agrária fortemente estabelecida nos engenhos rurais, tendo um papel limitado e dependente da dinâmica rural. A cidade passa a surgir com maior força durante a expansão cafeeira, atingindo um crescimento vertiginoso com a industrialização, passando a explorar mais intensamente o campo e os agricultores e dinamizando o mercado interno. O poder político e sociocultural do urbano se intensifica com o desenvolvimento das redes de comunicação e transporte e com a estruturação capitalista das relações de trabalho, impondo sobre o rural não apenas relações de troca de produtos, mas um modo de vida urbano. Ainda assim, o rural e o urbano até hoje se confundem, se interpenetram e se influenciam, tornando a tarefa de definição desses conceitos ainda mais complexa.

Há, como diz Quijano (1970 *apud* SINGER, 2017), uma dupla dependência originada pelas transformações entre campo-cidade. A primeira, diz respeito à dependência global do país em relação aos países ditos industrializados. O processo que se instaurou a partir da Revolução Industrial acentuou a divisão internacional do trabalho, com a predominância de diversas nações que se industrializaram, passando a fornecer produtos industrializados em troca de matérias-primas e alimentos produzidos tanto no campo dos próprios países, quanto de países que não se industrializaram. Dessa forma, os países que não acumularam capital por sua ausência no mercado mundial, tornaram-se o "campo", em uma relação de dependência, com as "cidades" industriais do mundo (SINGER, 2017).

O Brasil permanece em sua condição colonial (apesar de independente), onde o ruralismo agroexportador de produtos primários é preponderante, até meados de 1930, quando inicia-se o lento processo de industrialização e consequente aumento da influência urbana na economia. Com a imigração europeia e a ojeriza pelo trabalho na terra por parte da população livre crescente, as cidades incham de forma desordenada com a formação do exército de reserva de trabalhadores e de uma classe consumidora importante para o desenvolvimento do mercado interno, até então inexpressivo (SINGER, 2017).

A segunda, é a dependência do campo em relação à cidade. Esta última surge e se desenvolve graças à produção de excedente alimentar no campo, o que a coloca como um importante dinamizador da economia de subsistência que se situa à margem da estrutura agrário-

exportadora. A partir da industrialização, a cidade passa a oferecer produtos às populações rurais, o que aperfeiçoa os modos de exploração do campo já existentes desde o período colonial. Apesar disso, considerando as condições miseráveis nas quais vivia a população rural, boa parte desse modelo de exploração do campo pela cidade (renda da terra, lucros comerciais, juros e tributos) se perpetua até os dias atuais (SINGER, 2017).

Em partes, a urbanização, considerada aqui não só em sua materialidade, mas também no nível de influência que o urbano exerce sobre as áreas rurais, rompe a dura estrutura patriarcal dos domínios rurais e possibilita a ascensão de novos valores que confrontam essa lógica, acarretando "um desequilíbrio social, cujos efeitos permanecem vivos ainda hoje" (HOLANDA, 1978, p. 105). O advento de um mercado interno se dá, principalmente, entre o principal polo industrial (São Paulo) e outras capitais que demonstraram intenso processo de urbanização, mantendo a estrutura agrária dos pequenos municípios ainda à mercê dessas estruturas de exploração entre campo e cidade (OLIVEIRA, 2013).

A industrialização "não resultou de uma transformação revolucionária da antiga estrutura de dominação, mas de uma acomodação da mesma" (SINGER, 2017, p.116). A industrialização se deu, as populações urbanas se ampliaram, a nova lógica urbana do capitalismo se estendeu para a zona rural (sendo que o desenvolvimento capitalista industrial trouxe um viés notório a favor da cidade em prejuízo do campo), mas a pobreza do homem do campo permaneceu intocada e ainda mais marginalizada frente à concentração latifundiária e monocultora de grandes proprietários rurais. Em outras palavras, a industrialização não conseguiu romper a estrutura agrária brasileira e, em certos aspectos, à aprofundou, tendo em vista a desterritorialização do homem do campo, emigrado para as cidades ou marginais às grandes lavouras, e as alianças entre as classes proprietárias do campo e da cidade para garantir a manutenção do desenvolvimento capitalista (SINGER, 2017).

O conceito de meio técnico-científico, explicitado por Milton Santos (2013), também nos auxilia a compreender as transformações territoriais que se colocaram ao longo da urbanização. É preciso reconhecer que o desenvolvimento de um complexo sistema de comunicação que se deu juntamente com o processo de urbanização ampliou o fluxo de informação que se tornou o motor fundamental do processo social e econômico na modernidade. A fluidez e a dinamicidade da informação, juntamente com o desenvolvimento de uma infraestrutura de transporte, possibilitam a integração da economia e dos territórios, contribuindo para a consolidação das relações capitalistas de produção e de consumo tipicamente urbanas que se inserem rapidamente no campo provocando profundas transformações tecnológicas, organizacionais e ocupacionais (SANTOS, 2013).

É graças a esse meio técnico-científico que tanto o capitalismo quanto o modo de vida urbano se consolidam em todo o território nacional, o que inclui não só a tecnosfera (representada pelos avanços científicos e materiais que possibilitaram o incremento técnico para aumento da produtividade de bens de consumo), mas também a psicosfera à ela associada, responsável pela constituição de uma racionalidade tipicamente urbana, globalizada e capitalista. Em outras palavras, o urbano, enquanto modo de vida, racionalidade e valor, se consolida e se dispersa sobre o território (SANTOS, 2013).

É notório que a urbanização que se fortaleceu graças à industrialização contribuiu para a transformação das relações estruturadas a partir do ruralismo e da estrutura agrária brasileira. A onipotência dos senhores rurais foi contestada e se enfraqueceu na medida que as populações migraram para as cidades e a influência da urbanidade avançou sobre o campo. Igualmente, é a partir do desenvolvimento das cidades que o poder público se fortalece e sua esfera de influência sobre o território se expande, constituindo um corpo de normas, leis e estrutura burocrática que rege a vida pública.

Apesar das grandes transformações que operaram a partir do desenvolvimento urbano, há algo que permanece e que influencia intimamente a vida pública e privada brasileira que ainda está longe de ser rompida. Uma relação arcaico-moderno presente nas relações urbano-rural, podendo, inclusive, considerar esses dois conceitos como categorias sociológicas. O rural é tido como um ambiente tipicamente relacionado às tradições e ao contato com a natureza. É de lá que são resgatadas memórias de infância de muitas pessoas que moram atualmente na cidade, por vezes relacionadas ao bucolismo da vida no campo, à tranquilidade da vida pacata e ao isolamento. O rural, ao mesmo tempo, evoca a noção de atraso, de terra esquecida, de subdesenvolvimento, de primitivo, de barbárie e selvageria, muitas vezes associado à dura lida do agricultor no campo e da precariedade das técnicas empregadas na agricultura.

É da zona rural que se extrai os recursos necessários para a expansão capitalista e para o desenvolvimento urbano e industrial que garante o avanço do sistema capitalista. E é a partir da estrutura agrária latifundiária, ainda hoje importante para o desenvolvimento econômico do país e fortemente concentrada nas mãos de poucas famílias, que o sistema prevalece e mantém as estruturas de dominação e exploração.

Em contraposição, o urbano enquanto valor e modo de vida evoca o que há de moderno e civilizado, sendo o espaço de trocas e da diversidade por excelência. É na cidade que a cultura se transforma e se moderniza, onde as atividades econômicas se especializam e onde o poder político se concentra. O progresso da ciência e a profusão das artes estão atrelados ao meio urbano, assim como o desenvolvimento de inovadoras tecnologias e das mais avançadas formas

de comunicação. É por meio da cidade que um país ou uma cultura se relaciona com o restante do mundo e é ela a grande responsável pela sociabilidade dinâmica entre pessoas de diversos grupos. A cidade é o espaço social das trocas.

A cidade se reproduz, garantindo a procura por serviços e produtos que mantém sua estrutura produtiva, adquirindo papel central na civilização moderna e se sobressaindo na relação de exploração do campo. A estrutura agrária se mantém, mas é nas cidades que se concentra agora o poder político e econômico. A transferência de atividades industriais, educacionais e de recreação, para instituições especializadas fora do lar, privou a família de algumas das suas funções históricas mais características, diminuindo o poder do clã patriarcal. Da mesma forma, o desenvolvimento das redes de comunicação contribuiu para a desestruturação da sociedade rural e para o florescimento de uma sociedade urbana, ainda em desenvolvimento e ascensão, que procura rejeitar esse passado dito "arcaico" e se impor como modelo globalizado para a sociedade contemporânea.

Apesar da diferenciação entre essas duas categorias, elas coexistem e se relacionam de forma complexa na construção e na concepção dos diferentes espaços sociais. Como apresenta Wirth (1979),

> não devemos esperar encontrar variação abrupta e descontínua entre tipos de personalidades urbana e rural. A cidade e o campo podem ser encarados como dois polos em relação aos quais todos os aglomerados humanos tendem a se dispor. (WIRTH, 1979, p. 91).

A urbanidade enquanto característica e modo de vida se expande sobre o campo e o conecta aos fluxos das relações típicas da cidade, da mesma forma que o ruralismo também impõe e modifica os modos de produção da cidade para melhor atender à expansão capitalista.

Estruturas de poder e relações sociais na história brasileira

A estrutura agrária de exploração do Brasil colonial se desenvolveu com uma estrutura social extremamente hierárquica e patriarcal, fundada no poder do senhor de engenho em relação à massa escrava que compunha boa parte da população da colônia. O senhor de engenho era, ao mesmo tempo, a principal figura política local, que centralizava decisões políticas locais, ordenava e garantia o desenvolvimento estrutural da sua produção, como também exercia a função de pai, protetor, severo e compassivo, cuja vida íntima e relação com seus escravos no foro domiciliar compuseram a formação básica da sociedade brasileira (FREYRE, 1981; HOLANDA, 1978).

A relação entre senhor e escravo representam profundamente o modo como se desenvolveram as relações pessoais no Brasil, sendo o escravo a representação do trabalho braçal mecânico, indigno e servil, e o senhor de engenho a representação aristocrática do fidalgo, digno de prestígio e reconhecido por seus talentos e sua formação acadêmica. Essa aversão ao trabalho braçal, destinado à mão-de-obra escravizada para cumprir o propósito da colonização em contraposição à vida de rede do senhor de engenho, gerou uma ojeriza ao trabalho na agricultura, tipicamente escravo e, no final do século XIX, imigrante (PRADO JÚNIOR, 2000; FREYRE, 1981).

De acordo com Prado Júnior (2000), "o que não é produção em larga escala de alguns gêneros de grande expressão comercial e destinados à exportação é fatalmente relegado a um segundo plano mesquinho e miserável", sendo que "todo aquele que se conserva fora daquele estreito círculo traçado pela grande lavoura, e são quase todos além do senhor e seu escravo, não encontra pela frente perspectiva alguma" (PRADO JÚNIOR, 2000, p.292). Essa aversão ao trabalho na terra afastava os humanos livres desse tipo de ocupação, inclinando-os para a vadiagem, para a formação intelectual ou para as profissões liberais, que aumentaram com a urbanização.

Em outras palavras, a mentalidade oriunda da relação entre senhor de engenho e escravo contribuiu para a separação do Homem das condições objetivas de sua reprodução, do seu contato com a terra e com os meios de sua sobrevivência, inclinando-o para as cidades. Essa divisão do trabalho e de valores relacionados às duas esferas é de grande importância na reflexão da dialética rural-urbana, em que o campo, visto como atrasado, miserável e estagnado, contrapõe-se a dinâmica da cidade, espaço de desenvolvimento intelectual, de trocas e de produção científica e empreendedora.

A cultura do personalismo, desenvolvida a partir das relações sociais desenvolvidas no interior da Casa Grande, reverbera, em grande parte, na organização social do país, onde as relações pessoais assumem maior importância que as relações entre indivíduos, mediados pela norma. É possível verificar a existência das relações que surgem entre o campo e as cidades, onde as autoridades públicas concentram-se no urbano e direcionam seus autos e normas a todo o território predominantemente rural, ora compactuando ora confrontando com o poderio dos senhores de engenhos muitas vezes ausentes de suas fazendas e concentrados nas cidades. Esses centros urbanos, por sua vez, são "um reflexo das condições dominantes no campo", onde os senhores rurais formam a classe superior, mas junto à outras autoridades com mesma preeminência social e protocolar (PRADO JÚNIOR, 2000 p. 300).

Seja nas áreas rurais ou urbanas, é a estrutura familiar que prevalece enquanto formadora dos modos de relação entre os detentores dos modos de produção e a classe trabalhadora. A criação das normas e das leis que regem as relações sociais pouco consegue adentrar o círculo restrito das relações de parentesco e de amizade que se configuram no interior da família extensa colonial. Pelo contrário, é essa esfera privada, intimista e personalista, que estende seus laços para a estrutura do Estado e configura a gestão pública como um nó imbricado entre interesses particulares e a ordenação impessoal (HOLANDA, 1978).

Os poderes locais dos senhores de engenho se expandem para a máquina pública, onde as funções e cargos são preenchidos por parentes e chegados de confiança pessoal, transformando o Estado em uma extensão da família patriarcal, que forma o "modelo obrigatório de qualquer composição social entre nós" (HOLANDA, 1978, p. 106). Apesar do enfraquecimento da estrutura rural dos engenhos com a abolição da escravidão e com o desenvolvimento urbano, a miséria no campo, a concentração de renda e a estrutura agrária que se mantém ao longo do desenvolvimento da República possibilitam a subsistência dos interesses privados imbricados ao poder público local por meio do papel dos "coronéis" durante a Primeira República (LEAL, 2012).

Até hoje é possível verificar essas redes de poder privado sobre a esfera pública, caracterizada pelo patrimonialismo, pela manutenção da estrutura agrária, pela urbanização corporativa e por outros fenômenos que garantem a concentração de poder econômico e político nas mãos de poucas famílias (SANTOS, 2013). É possível analisar o Brasil por meio das relações existentes entre a *rua* e a *casa* enquanto categorias sociológicas, sendo o primeiro representado por um eixo de relações e leis impessoais que buscam individualizar o cidadão de forma uniforme e igualitária perante o restante da sociedade, enquanto o segundo denota relações familiares, privadas, extremamente personalistas e que marcam profundamente a formação social brasileira (DAMATTA, 1997).

> A casa é concebida não apenas como um espaço que pode abrigar iguais (como é o caso da família norte americana) e está sujeita às normas vigentes na rua, mas como uma área especial: onde não existem indivíduos e todos são pessoas, isto é, todos que habitam uma casa brasileira se relacionam entre si por meio de laços de sangue, idade, sexo e vínculos de hospitalidade e simpatia. (DAMATTA, 1997, p. 49).

Na casa, são as relações pessoais, hierarquizadas e definidas socialmente, que imperam e que garantem a manutenção do espaço familiar em contraposição aos Outros, enquanto a rua se demonstra como um universo impessoal onde quem rege é a norma e a lei para os cidadãos.

Nesse sentido, o autor entende a existência de *múltiplas cidadanias* justamente pela importância dada às relações pessoais que confrontam a ideia de cidadania que considera o indivíduo enquanto centro moral do sistema democrático, passando a definir um conjunto de direitos e deveres de forma universal e abstrata. No Brasil, o conceito de cidadania se desvia do seu caráter universalista e nivelador, que buscava compensar a teia de privilégios hierárquicos existentes na sociedade, posto que a rede de relações não só confere poder e estima social, como está institucionalizado. Ser um cidadão brasileiro é um sinal de inferioridade e anonimato, um sujeito sozinho e subordinado às leis, confrontado com aquele que detém, em sua teia de relações, seu prestígio e poder social, podendo defender-se e fazer valer suas vontades não utilizando uma lei universal, mas uma relação (DAMATTA, 1997).

A transição da economia açucareira para a cafeeira, com a mudança do eixo de desenvolvimento do Nordeste para o Sudeste, e a transição do trabalho escravo para o trabalho livre não conseguiram efetuar uma ruptura drástica na estrutura patriarcal e personalista da sociedade brasileira, altamente concentradora de renda e de poder político, que se perpetua com a industrialização e com a ascensão da burguesia empresário-industrial no século XX. É sob a relação intrínseca entre as esferas públicas e privadas que se dá a urbanização e o fortalecimento do Estado brasileiro, desestruturando o sistema rural escravocrata imposto pelos senhores de engenhos de açúcar, mas sem conseguir romper com a estrutura social que havia sido construída com eles. As relações familiares extensas, a cordialidade e o personalismo na vida pública e política permanecem enquanto valores fundantes da sociedade urbana que aflora, garantindo sua estrutura oligárquica e a manutenção de poder político e econômico de forma concentrada à alguns grupos familiares.

Nesse sentido, Santos (2013) discorre sobre o desenvolvimento de uma urbanização corporativa no Brasil, que

> empreendida sob o comando dos interesses de grandes firmas, constitui um receptáculo das consequências de uma expansão capitalista devorante dos recursos públicos, uma vez que esses são orientados para os investimentos econômicos, em detrimento dos gastos sociais (SANTOS, 2013, p.105).

O processo de urbanização aprofundou a desigualdade social e se desenvolveu dentro de um modelo centro-periferia, com ênfase no modelo rodoviário de transporte e na especulação fundiária e imobiliária que favorecem a concentração econômica de diversos setores baseada no oligopólio de uma pequena classe de empresários que exercem o papel de controle do território (SANTOS, 2013).

O corporativismo se coloca não só em relação aos grupos econômicos que exercem o controle do território, mas caracteriza de forma ampla a atuação de inúmeros grupos sociais. É a categoria da *casa* que aproxima as pessoas de acordo com suas afinidades, discursos e práticas em grupos fechados com seus interesses exclusivos, bem delimitados em relação àqueles *de fora,* da *rua* que não detém relações de parentesco ou proximidade. Esse espírito corporativista invade as esferas da vida urbana e condiciona comportamentos, modos de vida e formas de produção da cidade, afastando os cidadãos da construção da *pessoa pública* e fortalecendo as figuras do *usuário* e do *consumidor* enquanto tipos urbanos ideais para o desenvolvimento capitalista (SANTOS, 2013). É nessa esfera entre a *casa* e a *rua*, conforme apresentado por DaMatta, que as "lealdades coletivas se enfraquecem e o sentimento de comunidade não chega a se afirmar, dificultando o exercício da cidadania e da democracia" (SANTOS, 2013; p.121).

1.3. Agricultura urbana no Brasil: das experiências nos territórios à institucionalização de políticas públicas

Há poucos estudos científicos que quantifiquem ou que busquem identificar e caracterizar as experiências de agricultura urbana em caráter nacional, sendo o trabalho de Santandreu e Lovo (2007) o principal. No entanto, há alguns marcos, principalmente no que diz respeito ao reconhecimento governamental da agricultura urbana, que nos possibilitam alguma referência desta prática enquanto estratégia de segurança alimentar e nutricional.

Ao longo dos últimos 20 anos, várias organizações e sujeitos que pesquisam e atuam com agricultura urbana e agroecologia no Brasil têm acumulado experiências em diferentes territórios, bem como reflexões sobre estratégias de aproximação campo-cidade e sobre as contradições e possibilidades da agricultura urbana como um vetor de transformação social. Um olhar para a construção dessas políticas públicas e para a articulação da sociedade civil em torno do tema, mesmo que superficial, indica caminhos pelos quais a agricultura urbana se desenvolveu na época mais recente.

Políticas públicas de agricultura urbana e periurbana

Inúmeras propostas de políticas públicas locais remontam à época de redemocratização do país, durante a década de 80, em que Curitiba (PR), Sete Lagoas (MG), Teresina (PI) e São Paulo (SP) se destacam com programas municipais de agricultura urbana. Apesar dessas iniciativas a nível municipal, apenas a partir de 2003, com a implantação do Programa Fome

Zero, que a agricultura urbana foi reconhecida como uma estratégia para a garantia de segurança alimentar e nutricional da população a nível nacional junto com diversas outras ações integradas entre 17 Ministérios. Diversas políticas públicas foram construídas com o objetivo de erradicar a fome no país e permanecem até hoje de forma estruturante, cabendo citar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Cadastro Único (CadÚnico), o Bolsa Família e a construção da Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana (ARANHA, 2010). Apesar de não ser amparada ainda em lei, a construção de tal política contou com ações que visavam a promoção da segurança alimentar e nutricional, assim como a geração de renda entre os setores mais desfavorecidos da sociedade (FERRARETO, PINHEIRO, 201).

A agricultura urbana surge como proposta de ação prioritária pela primeira vez na 2ª e 3ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, realizadas em 2004 e 2007 respectivamente, com foco no abastecimento alimentar para o combate a fome. Em 2004, já era considerada a criação de uma Política Nacional de Agricultura Urbana, identificando iniciativas, sugerindo levantamentos georreferenciados, a nível municipal, de áreas a serem implantados programas de agricultura urbana e engajando outras políticas a promoverem a prática de forma intersetorial. Em 2007, além de considerar a regulamentação do uso de áreas ociosas a nível local, a proposição avança de forma a implementar uma Política Nacional, realizar um Encontro Nacional e incorporar a prática à gestão ambiental e territorial (BRASIL, 2004; BRASIL, 2007)

Destaca-se aqui a criação do Programa de Agricultura Urbana no Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), com objetivo de consolidar no Brasil a cultura da agricultura urbana, melhorar o autoabastecimento das famílias em situação de vulnerabilidade alimentar e ampliar a oferta de alimentos e geração de renda em áreas urbanas, contribuindo assim para a construção de Sistemas Locais de Segurança Alimentar e Nutricional na perspectiva da garantia do direito de todos a uma alimentação saudável, acessível, de qualidade e quantidade suficientes e de modo permanente. Há duas etapas dessa construção, onde, na primeira, foram implantados projetos diretamente com prefeituras para implantação de hortas comunitárias e, na segunda, a partir de 2008, foram desenvolvidos programas e destinado orçamento para o desenvolvimento de Centros de Apoio à Agricultura Urbana e Periurbana (CAAUPs), totalizando 12 centros implantados por todo o país. (FERRARETO, PINHEIRO, 2010, p.257-262).

Os CAAUPs foram implantados junto às unidades de ensino e instituições de pesquisa, com certa diversidade de enfoques e objetivos. As unidades foram implantadas em parceria com UFPA (PA), UFSC (SC), EMATER (PR), IDERAL (AL), EBDA (BA), Centro Paula Souza (SP), EMATER (PI), UEMA (MA), ITER (MG), UEM (PR), UnB(DF) e FURG (RS), beneficiando cerca de 23 mil famílias nos primeiros anos de implantação. Entre 2003 e 2008, o programa teve

incremento crescente de recursos, chegando a 22 milhões de reais, e atingiu mais de 100.000 famílias (LOVO et al, 2011).

No entanto, são poucos CAAUPs que existem até os dias atuais, com destaque ao Centro de Referência em Agricultura Urbana e Periurbana (CERAUP) de Maringá, realizado em parceria entre a Prefeitura e a Universidade Estadual de Maringá (UEM) (CACERE ALMAGRO, 2009). As dificuldades encontradas pelos CAAUPs esbarram nos entraves burocráticos e critérios de repasse de tais recursos que, muitas vezes, impõem exigências incompatíveis com a realidade dos agricultores, como titularidade da terra e a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP/PRONAF). Além disso, há críticas em relação aos convênios serem firmados apenas com Prefeituras e universidades, desvalorizando o conhecimento sobre a temática e as experiências acumuladas há anos pelas organizações da sociedade civil (AMAU, 2012; LOVO et al, 2011).

Apesar das iniciativas terem contribuído para a saída do Brasil do Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas em 2017, reduzindo em 82,1% o número pessoas subalimentadas no período de 2002 a 2014, (FAO, 2017), a deficiência na implantação dos CAAUPs e mudanças políticas na gestão do Programa contribuíram para a interrupção no financiamento das ações em 2013, fato que levou o Fórum Brasileiro de Soberania Alimentar e Nutricional (FBSSAN) a questionar o MDS em Carta Política no seu VII Encontro Nacional (FBSSAN, 2013). Houve recentemente uma posterior reativação do Programa em 2018 (Portaria 467, de 7 de fevereiro de 2018), com orçamento reduzido em R$1,9 milhão (MDS, 2018).

Em 2007, foi realizado um levantamento de experiências em 11 regiões metropolitanas, encomendado pelo Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) e realizado pela Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (REDE) e pelo Instituto para Promoção do Desenvolvimento Sustentável/Peru (IPES/RUAF) que identificou e caracterizou mais de 600 experiências de agricultura urbana no Brasil. Este estudo trouxe importantes contribuições para o campo da agricultura urbana, identificando que a mesma é praticada em todas as regiões brasileiras e sob uma grande diversidade de contextos sem, no entanto, possuírem um marco regulatório e legal adequado para tal. A diversidade das práticas é vasta e sua diferenciação traz demandas e desafios específicos entre si, sendo protagonizada por participantes de programa governamentais federais, estaduais ou locais, por participantes de iniciativas da sociedade civil, por movimentos sociais e cooperativas ou de forma isolada e pontual. É notória a falta de articulação entre as experiências e iniciativas, tanto a nível local quanto regional e nacional (SANTANDREU, LOVO, 2007).

De acordo com as experiências analisadas, há uma multiplicidade de ações que se conjugam no conjunto do que se define como prática de agricultura urbana em cinco categorias distintas, como produção (tanto agrícola e pecuária, na forma de hortaliças, plantas aromáticas e medicinais, frutíferas, plantas ornamentais, pequenos, médios e grandes animais, peixes, agro extrativismo, quanto de insumos, como mudas, composto e água); transformação (como artesanato ou pequena agroindústria familiar e ou comunitária); comercialização (sendo formais ou informais, direto ao consumidor, em mercados tradicionais ou institucionais); autoconsumo, trocas e doações; e prestação de serviços (como pesquisa, capacitação, geração de tecnologias entre outras) (SANTANDREU, LOVO, 2007). Em relação à localização destas experiências, Terrile (2006) indica algumas tipologias que foram consideradas apropriadas para o contexto brasileiro:

Tabela 4. Tipologias possíveis para atividades de agricultura urbana e periurbana

Tipologia	**Espaços característicos**
Espaços Privados	Lotes vagos; Terrenos baldios particulares ou com dúvidas sobre a propriedade; Lajes e tetos; Quintais ou Pátios; Áreas peri urbanas; Áreas verdes em conjuntos habitacionais.
Espaços Públicos	Terrenos de propriedade Municipal, Estadual e Federal com espaços possíveis de utilização de acordo com a caracterização feita nas linhas abaixo:
Verdes Urbanos	Praças e Parques
Institucionais	Escolas e Creches; Posto de Saúde; Hospitais; Presídios; Edifícios Públicos e privados.
Não Edificáveis	Laterais de vias férreas; Laterais de estradas e avenidas; Margens de cursos d'água; Áreas inundáveis; Faixa sob linhas de alta tensão; Ambientes aquáticos (rios e lagoas)
Unidades De Conservação	Áreas de Proteção Ambiental; Reservas Ecológicas; Outras unidades desde que seja permitido o manejo e uso de potencialidades
Áreas de Tratamento	Aterro sanitário; Lagoas de oxidação.

Fonte: TERRILLE, 2006.

Nestes espaços, a agricultura urbana é caracterizada por uma variedade de tamanhos e modelos, desde quintais domésticos até largas porções de terra em regiões periurbanas. As experiências da sociedade civil tendem a ser mais duradouras que as experiências que possuem apoio governamental, onde, apesar de suas fragilidades institucionais, as iniciativas já possuem certa legitimidade perante a sociedade. Há registros de hortas urbanas existentes há mais de 20 anos nos municípios e diversas acompanharam o desenvolvimento das cidades, em sua resistência e permanência. Essa existência das hortas em meio urbano, no tempo e no espaço, além de indicar uma resistência ao desenvolvimento urbano sob a lógica do capital e da cidade corporativa, demonstra uma oportunidade de se refletir a cidade a partir das práticas de produção da mesma pela própria população, a partir de uma lógica diversa baseada na qualidade de vida, na função social e no valor de uso da propriedade, na experimentação na geração de novos

conhecimentos, no resgate e ampliação das relações com a terra e na promoção de autonomia e de sustentabilidade (SANTANDREU, LOVO, 2007).

A conclusão desta pesquisa traz importantes subsídios para as discussões acerca da agricultura urbana brasileira, muitas delas ainda pouco abordadas pela literatura científica do tema. Ao identificar princípios para uma Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana, é identificado que a agricultura urbana deve estar orientada para a promoção da agroecologia, para hábitos saudáveis de consumo, para construção dialógica de conhecimentos, para o respeito à diversidade étnica e cultural, para a promoção da equidade de gênero, da justiça socioambiental e da solidariedade, para a promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional, para a promoção de uma economia justa, solidária e familiar, e para promover a participação, empoderamento e autonomia dos agricultores urbanos (SANTANDREU, LOVO, 2007).

O documento ainda reforça a necessidade de se fortalecer a consciência cidadã em torno dos benefícios da agricultura urbana para a sociedade, de desenvolver capacidades técnicas e gerenciais dos agricultores, de fortalecer a cadeia produtiva em toda sua dimensão (produção, comercialização e consumo), de facilitar o financiamento para as práticas e experiências, de promover a intersetorialidade e a gestão descentralizada e participativa e de fortalecer a institucionalidade e normatização para o desenvolvimento da agricultura urbana (SANTANDREU, LOVO, 2007).

A construção do conceito da agricultura urbana no Brasil tem acontecido simultaneamente à experimentação de práticas, processos de mobilização e organização social e dinâmicas de elaboração de políticas públicas. Com o fortalecimento do Programa Fome Zero, a agricultura urbana passou a ser discutida e articulada juntamente ao conceito de soberania e segurança alimentar e nutricional, na perspectiva da produção e comercialização local de alimentos e na geração de renda como forma de garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) (TONELO, 2015). Tal construção se deu graças à luta constante e ao fortalecimento da participação social no controle e articulação de políticas públicas realizado por diversas organizações da sociedade civil e movimentos sociais. A existência de um Grupo de Trabalho em Agricultura Urbana junto ao Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e a atuação de diversas redes e articulações possibilitaram o avanço das políticas sociais e a garantia da alimentação como um direito humano na Constituição Federal a partir de 2010, abrindo um processo de instituição do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e de construção de uma Política Nacional de Agricultura Urbana que se estende até os dias atuais.

Dentro destes avanços, um grupo de organizações da sociedade civil (descritos abaixo) auxiliou na elaboração de um documento que forneceu subsídios para a construção da Política Nacional de Agricultura Urbana no final de 2014, a partir das experiências acumuladas nos trabalhos junto às iniciativas. O documento entitulado "Subsídio para uma Política Nacional de Agricultura Urbana Periurbana (PNAUP)", trouxe importantes acúmulos tanto para a conceituação e caracterização da agricultura urbana quanto para o entendimento do seu histórico dentro das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional. O documento ainda traz uma visão política do que deveriam ser os princípios da agricultura urbana no escopo de uma política nacional, a saber:

- Promoção da agroecologia;
- Promoção da Soberania e da Segurança Alimentar e Nutricional;
- Efetivação do direito humano a alimentação adequada;
- Promoção da economia justa, solidária e familiar e do consumo responsável;
- Estímulo aos circuitos curtos de comercialização, reaproximando produtores e consumidores;
- Promoção da equidade de gênero;
- Respeito a diversidade étnica, cultural e racial;
- Valorização do patrimônio agroalimentar dos povos e territórios;
- Conservação ambiental e justiça socioambiental;
- Construção e socialização de conhecimentos (diálogo de saberes);
- Participação, empoderamento e autonomia das agricultoras (es) urbanas (os) e periurbanas (os);
- Direito à cidade.

(CNAU, 2013)

O documento ainda traz uma visão crítica e alguns apontamentos importantes para a estruturação de uma política pública de agricultura urbana, baseado no levantamento realizado por Santandreu e Lovo (2007). Dentre as diversas diretrizes apontadas no documento, reforça-se a necessidade de reconhecimento da multifuncionalidade das práticas, de fomento em toda a cadeia produtiva, de financiamento das atividades relacionadas, de fortalecimento institucional e legal, de apoio à pesquisa, à geração de conhecimentos e à educação, de controle social das políticas públicas e de fortalecimento da consciência cidadã dos beneficiários (CNAU, 2013).

Articulação da sociedade civil

Importante também elucidar a articulação destes movimentos da sociedade civil que se desenvolveram e se estruturaram a partir da atuação de diversas instituições junto às experiências nos territórios. São instituições com diversos anos de atuação no reconhecimento e promoção destas experiências e na construção de políticas públicas estruturantes. É por meio da articulação

destes atores e de seu fortalecimento e integração que a agricultura urbana tem tomado espaço, principalmente dentro do movimento agroecológico e junto à sociedade. As reuniões do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), em seu Grupo de Trabalho de Agricultura Urbana, possibilitaram o espaço de interação e articulação entre instituições como o Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo (CEPAGRO/SC); AS-PTA (RJ); Rede Carioca de Agricultura Urbana (Rede CAU/RJ); Instituto Polis (SP); Movimento Urbano de Agroecologia (MUDA_SP/SP); Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana (AMAU/MG); Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (REDE/MG); grupo AUÊ! – Estudos em Agricultura Urbana (MG); Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN); Rede de Mulheres Negras para SAN (RS); Centro de Referência em Agricultura Urbana e Periurbana (CerAUP, UEM/PR); Núcleo de Pesquisa e Estudos Sertão Agroecológico (UNIVASF/PE); Coletivo Agroecologia Na Periferia (RMBH/MG) e Coletivo Re-Ação (DF) Articulação do Distrito Federal de Agricultura Urbana (DF).

A partir das interações entre estas instituições que, durante o III Encontro Nacional de Agroecologia, realizado em Juazeiro (BA) em maio de 2014, foi realizado o Seminário Temático de Agricultura Urbana e Periurbana, onde foram mapeadas diversas experiências de agricultura urbana em todo o território nacional e discutidas estratégias para fortalecer as iniciativas frente à interrupção do Programa de Agricultura Urbana do MDS. Neste contexto, foi evidenciada a multiplicidade da agricultura urbana, tanto em diversidade de iniciativas quanto de objetivos das práticas, e foram destacadas importantes experiências que servem até hoje de referência à agricultura urbana brasileira, como os Quintais Produtivos e a experiência da Ocupação Dandara na região metropolitana de Belo Horizonte, os agricultores do Maciço da Pedra Branca e o impacto de grandes eventos na Vila Autódromo no Rio de Janeiro, o trabalho de compostagem comunitária da Revolução dos Baldinhos em Florianópolis e os agricultores na região dos mananciais em Parelheiros e as hortas comunitárias da rede Hortelões Urbanos em São Paulo. Na ocasião, foi criado o Coletivo Nacional de Agricultura Urbana (CNAU), como um espaço de articulação de experiências de agricultura urbana e de proposição de políticas públicas dentro da estrutura organizativa da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), com o desafio de envolver outras organizações e experiências com agricultura urbana e outros atores sociais com atuação no campo do direito à cidade e da reforma urbana.

O caminho do CNAU partiu das experiências dos territórios para se consolidar e expandir sua atuação. Sua estruturação se deu ao longo do processo de organização do I Encontro Nacional de Agricultura Urbana (I ENAU), realizado nos dias 21 e 24 de outubro de 2015, em uma rica construção a partir de mobilizadores em todos os estados para mapeamento

das experiências e articulação local das delegações participantes. O evento seguiu os critérios estabelecidos no movimento agroecológico para encontros, com paridade de gênero, prioridade para a juventude e maioria de agricultores e agricultoras participantes.

Por meio da metodologia de Instalações Pedagógicas e Culturais, evidenciou-se uma série de experiências a nível nacional que estruturaram os diálogos para a construção da carta política do encontro, como "as práticas autogestionárias de tratamento dos resíduos sólidos orgânicos de Santa Catarina; a reivindicação pelo acesso e uso de espaços públicos para a agricultura urbana em Brasília; o conhecimento tradicional e a cultura alimentar e de plantas sagradas em cidades da Amazônia; as conexões entre o urbano e o rural nas experiências de agricultura urbana do Nordeste; as ações articuladas com movimentos da reforma urbana na Região Metropolitana de Belo Horizonte; a importância da agricultura familiar para garantir a manutenção e ampliação de áreas florestais e arborizadas, ao mesmo tempo que os conflitos como as Unidades de Conservação no Rio de Janeiro e outras cidades; o patrimônio genético, a cultura alimentar e a agrobiodiversidade mantida e resguardada nas práticas de agricultura urbana no país" (ENAU, 2015). Participaram do encontro cerca de 18 agricultores e técnicos do estado de São Paulo, sendo 11 do município de São Paulo.

O encontro ainda reforçou uma série de pautas importantes para o avanço da agricultura urbana no país, além de identificar como causa dos conflitos e ameaças que acercam as práticas nos territórios o projeto de mercantilização dos espaços urbanos, que se dá em detrimento dos modos de vida locais e das formas de uso e ocupação protagonizados pelas lutas e mobilizações que convergem com a agricultura urbana. Dentre as pautas reivindicadas, destacam-se pautas comuns do movimento agroecológico, como o reconhecimento do alimento e do ato de cozinhar como patrimônios da humanidade em suas diversas dimensões; assistência técnica agroecológica específica para a agricultura urbana; o acesso à terra por meio da regularização fundiária e das reformas agrária e urbana; a garantia do uso contínuo dos espaços públicos urbanos para plantio; a emissão da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) para agricultores urbanos; a realização de um mapeamento nacional das experiências de agricultura urbana; e a realização de ações em toda a cadeia produtiva, desde a produção e comercialização até o consumo dos produtos (ENAU, 2015).

Com participação de mais de 250 pessoas, o encontro possibilitou a troca entre as experiências brasileiras e foi um importante momento de reconhecimento dos agricultores e agricultoras urbanos em sua grande diversidade no país. Foi possível o compartilhamento dos desafios e denúncias vividas nos territórios, assim como o anúncio de inovações e avanços que estas práticas têm tido na produção de cidades sustentáveis e na valorização da agricultura

existente nos espaços urbanos e de suas lutas por reconhecimento. A partir do evento, o CNAU ampliou o rol de instituições participantes diretas dos espaços de articulação do coletivo, ao mesmo tempo em que sua influência junto às instâncias colegiadas de participação (como o CONSEA) foi reduzida devido, em parte, às circunstâncias políticas nacionais que fragilizaram estes espaços.

Outro momento de importante presença do CNAU no que diz respeito à construção do conhecimento agroecológico e da conceituação de agricultura urbana foi o desenvolvimento de uma agenda específica de debates dentro do X Congresso Brasileiro de Agroecologia e VI Congresso Latino-americano de Agroecologia, realizado em 12 a 17 de setembro de 2017 em Brasília/DF. O CNAU foi responsável por centralizar as discussões sobre agricultura urbana durante o evento, com a promoção de rodas de conversas, apresentação de trabalhos acadêmicos, reuniões estratégicas e palestras específicas sobre o tema, evidenciando metodologias de pesquisa aplicadas, experiências em territórios de todo o Brasil e desafios e avanços das iniciativas.

Mais uma vez, o tema foi reconhecido dentro do movimento agroecológico como "uma estratégia de garantia da segurança alimentar e nutricional, do direito à cidade, da promoção da sustentabilidade nas cidades e da resiliência dos territórios frente às mudanças climáticas" (CBA, 2017). Além disso, as discussões possibilitaram conceber a agricultura urbana como "uma importante ferramenta para romper com a dicotomia campo-cidade, encontrando nos fluxos, processos e dinâmicas entre o rural e o urbano um espaço de luta e resistências" (CBA, 2017). A aproximação conceitual da agricultura urbana e da agroecologia possibilitaram ainda o entendimento de que agricultura urbana é a luta e resistência da agroecologia nas cidades, evidenciando o caráter político do tema não apenas para contrapor e enunciar um novo paradigma para a agricultura, mas para o próprio desenvolvimento das cidades.

1.4. Agricultura urbana no município de São Paulo

Um breve histórico da agricultura no município de São Paulo

É difícil traçar um quadro histórico da agricultura no município de São Paulo, uma vez que o ímpeto da industrialização e da urbanização buscou minimizar a importância da prática agrícola, principalmente aquela de subsistência e anexa à grande lavoura exportadora, enquanto primitiva e destinada ao desaparecimento. No entanto, há alguns indícios, acontecimentos e políticas públicas que nos possibilitam verificar práticas de agricultura urbana que estiveram presentes ao longo do desenvolvimento da cidade e que resistiram frente ao impulso modernista

e urbanista que dirigiu o desenvolvimento das cidades. Não se pretende aqui delinear com profundidade a história da agricultura urbana no município de São Paulo, mas sim ressaltar algumas perspectivas na história do município que nos permitem entender e localizar as práticas atuais como um episódio dentro do longo trajeto de resistência da agricultura em um grande centro urbano e de sua importância no contexto mais amplo.

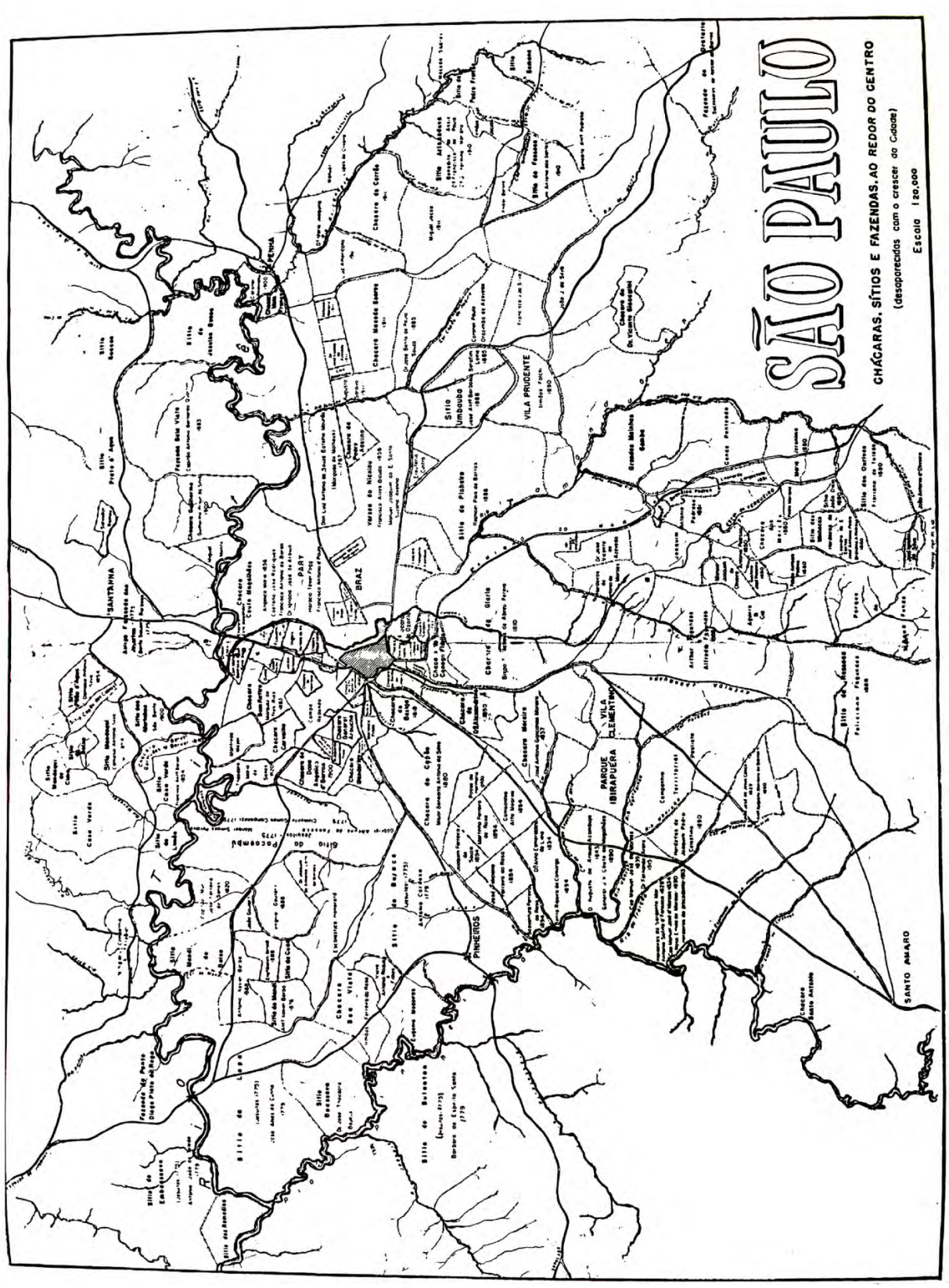
Em meados do século XIX, o município de São Paulo ainda era considerado um entreposto rural, com singela importância dada apenas pela sua localização privilegiada, próximo ao escoamento comercial marítimo e com estradas precárias que possibilitavam o desbravamento rumo ao interior. Diversos aldeamentos, dentre eles aldeias indígenas, missões jesuítas e vilas caipiras, constituíam os arredores da cidade em formação, assim como chácaras e fazendas de integrantes das classes mais abastadas e de oficiais do exército. São Paulo era uma região estéril, pouco propícia ao desenvolvimento da agricultura. "Eram os oleiros, e não os agricultores, que faziam da terra o melhor uso" (MORSE, 1954; p.118). Mesmo assim, chácaras estavam distribuídas pela cidade, ao longo de estradas e rios, com pastos para pastoreio de animais, pomares diversos e produção de hortaliças que, num primeiro olhar, pareciam abundantes, mas pouco se comparavam com a produção do interior do estado (MORSE, 1954).

Estima-se que, em 1818 havia cerca de 1.640 agricultores na cidade, o que representava 52% da população na época (RIBEIRO, 1898). O cultivo era feito de forma primitiva (com ferramentas básicas, como foice, enxada e machado; arado só existia nas chácaras), com a prática de coivara e trabalho basicamente manual, o que levou, em 1835, ao abandono de áreas rurais para cultivar locais onde as colheitas poderiam ser mais abundantes, como no interior do estado (MAWE, 1812; MÜLLER, 1923).

Algumas iniciativas buscaram fortalecer a atividade agrícola no território, sem muito sucesso. Dentre elas, pode-se citar uma primeira tentativa de colonização alemã em Santo Amaro nos arredores de 1829, com o objetivo de trabalharem como artífices, serralheiros e agricultores. Na região, se cortava madeira para a construção de casas da cidade de São Paulo, se produzia carvão vegetal (principalmente na região de Itapecerica da Serra, com a presença de carvoarias e fornos) e se cultivava trigo, mandioca e algodão para comercialização em São Paulo e Santos. A colônia alemã possuía, em 1829, 62 famílias e 299 pessoas, mas o experimento entrou logo em decadência devido ao isolamento e a dificuldades de acesso à cidade de São Paulo, chegando a 157 colonos em 1838 e apenas 9 famílias em 1847. (ZENHA, 1950; MORSE, 1954; PENTEADO, 1958). Outra iniciativa, promovida em 1836 pelo Governo da Província de São Paulo, buscava melhorar a agricultura por meio da criação de uma fazenda modelo em uma antiga propriedade jesuíta em Santana, onde órfãos estudariam a doutrina cristã, educação cívica,

geometria, mecânica, química, botânica e agricultura. Sem o devido apoio requerido pelo diretor da fazenda, a iniciativa foi abandonada em 1838 (MORSE, 1954, p.77).

Figura 3. Mapa de chácaras, sítios e fazendas ao redor do Centro – cidade de São Paulo, aproximadamente 1910.



Fonte: TOLEDO, 1996, p.52.

Em 1825 até meados de 1833, o produto mais importante da agricultura paulistana era o chá, cultura introduzida pelo Marechal José Arouche de Toledo Rendon por ser uma cultura barata, de produção menos árdua e melhor para trabalhadores adolescentes. Em sua chácara, onde hoje se localiza a Vila Buarque, foram cultivados cerca de 44.000 pés de chá, que impressionavam devido, justamente, ao caráter urbano da produção (RENDON, 1851). De tão importante, a cultura deu o nome ao Morro do Chá, que posteriormente daria lugar ao Viaduto do Chá, sobre o Vale do Anhangabaú. Cabe ressaltar também a persistência e a centralidade da Chácara do Barão de Itapetininga na produção de hortaliças no Vale do Anhangabaú até meados de 1910 (TOLEDO, 1989). Até então, a agricultura na cidade de São Paulo apresenta duas realidades distintas: chácaras diversas e produtivas, pertencentes a classe mais abastada, e lavradores e sitiantes de categoria considerada inferior, que produziam essencialmente para subsistência (MORSE, 1954; p. 24).

A pesca também era uma prática usual na cidade, envolvendo diversos grupos. Ainda na segunda metade do século XIX, a pesca de traíra e lambari no Rio Tamanduateí ainda era abundante (DIAS, 1984). Até o início do século XX, havia pesca e caça de rãs em toda a região do Rio Anhangabaú e ao longo do Rio Tamanduateí, além de um grupo de mulheres marisqueiras no bairro da Penha, às margens do Rio Tietê e do Rio Aricanduva. Havia pescadores profissionais na Santa Efigênia, no Brás e na Freguesia do Ó e o bairro do Pari era considerado o principal centro de pesca da cidade. Os peixes, mariscos e afim eram comercializados em tabuleiros no centro da cidade até por volta de 1915 (SANT'ANNA, 2007).

Entre 1836 e 1854, a cidade de São Paulo passa a ganhar importância como intermediário entre o porto de Santos e as fazendas de café em expansão no noroeste do estado. A cidade passa a ser local de residência dos barões do café, que ali se estabelecem, e iniciam um processo embrionário de importação de mão de obra. O chamado "surto do café" surge, em parte, como um produto urbano em projeção sobre o campo, a partir da relação que os novos fazendeiros possuem com a cidade, trazendo uma mentalidade urbana e empresarial como parte de um novo momento de desenvolvimento capitalista do país, marcado pela decadência da empresa açucareira e pelo fim do tráfico de negros escravizados (MORSE, 1954).

O início do processo de imigração inaugura um novo momento para a cidade de São Paulo, instaurando o primeiro crescimento urbano vertiginoso, principalmente entre 1855 e 1872, e o abandono de ocupações rurais para o exercício de atividades comerciais, industriais, burocráticas e intelectuais. Ao mesmo tempo, o aumento populacional e o encarecimento dos produtos de primeira necessidade (uma vez que a cultura do café não possibilita o plantio consorciado de outros gêneros alimentícios) gera uma demanda cada vez mais crescente de

alimentos para a manutenção do crescimento urbano e da população imigrante. Dessa forma, entre 1872 e 1890, muitos imigrantes deixavam de ir para as fazendas de café e permaneciam na cidade de São Paulo para trabalharem nas indústrias em desenvolvimento, nos comércios e na agricultura para abastecimento da cidade (MORSE, 1954, p.187).

De forma a garantir o abastecimento alimentar para a população em crescimento, são criados os primeiros empreendimentos oficiais de duração mais longa que as experiências previamente tentadas, as colônias agrícolas, o embrião do que mais tarde veio a ser denominado Cinturão Verde. As colônias eram compostas, inicialmente, por italianos e tiroleses, mas com a presença de outras nacionalidades também, e foram instaladas ao longo dos anos de 1877 e 1878 em São Bernardo, São Caetano e Santana (MORSE, 1954; p.287). Em 1887, cerca de 1267 colonos cultivavam hortaliças, frutas, tubérculos, sorgo e vime para serem vendidos na cidade de São Paulo (SOUSA, 1946; p.54-55). Em Santana, a antiga propriedade rural dos jesuítas foi dividida em 68 lotes, com 136 habitantes, sendo 94 italianos e 39 brasileiros, voltados à produção de vinhedos, batata e milho (MENDES, 1958, p.214-216). Só em São Bernardo, esse número sobe para 2102 pessoas de diversas nacionalidades em 1907 (MORSE, 1954; p.287). Outro exemplo é a Freguesia do Ó que possuía, em 1876, cerca de 2.000 habitantes dedicando-se à plantação de cereais, lavoura de cana de açúcar e criação animal (MARQUES, 1876, p. 135-136).

A importância de São Paulo na economia nacional cresce no final do século XIX com a indústria cafeeira e o início do processo de industrialização do país. Com a abolição da escravidão e a mudança na economia brasileira da cana-de-açúcar para o café, intensificou-se o fluxo migratório de trabalhadores livres para o país, vindo de inúmeros países, como italianos, portugueses, alemães, espanhóis, sírio-libaneses e japoneses. Estes trabalhadores livres, chegados na cidade de São Paulo, eram direcionados para as fazendas de café no interior do estado para trabalharem em regimes de remuneração assalariada e passaram a compor a sociedade brasileira. Entre 1890 e 1893, a população paulistana dobra em número e o desenvolvimento da indústria férrea intensifica os fluxos do município de São Paulo com o restante do Estado, tanto no transporte de imigrantes para as fazendas de café quanto no transporte de mercadorias para escoamento no porto de Santos.

Figura 4. Vale do Anhangabaú em meados de 1900.

Fonte: Gaensly e Lindemann, recuperado de TOLEDO, 1996.

A agricultura, portanto, no início do século XX, não só era presente no cotidiano da cidade como entendida como essencial para o desenvolvimento urbano e abastecimento da população em crescimento, a ponto de estimular empreendimentos oficiais voltados à constituição das colônias agrícolas. Nesse sentido, uma importante iniciativa digna de nota diz respeito à implantação, em 1904 no bairro da Água Branca, da Escola de Pomologia e Horticultura pelo então prefeito Antônio Prado. A Escola teve como objetivo a promoção do cultivo de terras suburbanas não aproveitadas, focando na produção de pequenas culturas, árvores frutíferas e legumes. Em sua justificativa à Câmara Municipal, é feita alusão ao insucesso das experiências anteriores por inexperiência e falta de conhecimentos teóricos e práticos, que seriam diretamente sanados com a promoção da Escola (SÃO PAULO, 1904).

As atividades da Escola se iniciam em 1905 sob a direção de Giuseppe Bassoti com a instalação de viveiro e importação de plantas da França para enxertia, totalizando 37.850 indivíduos importados. A área foi dividida em talhões, contando com edifícios, estábulos, viveiros, horta, pomar, vinhas e espaço para cultivo de cereais e forrações. O curso continha 3 anos de duração e envolvia, para além dos conhecimentos diretamente relacionados à produção agropecuária, aulas de português e aritmética, além de aulas práticas que variavam de acordo com

o ano em que os estudantes estavam. O que era produzido na Escola era consumido diretamente pelos estudantes, assim como havia comercialização (principalmente de cardo, alcachofra, aspargos e suínos), que garantia um saldo financeiro positivo para a Escola, e doação de mudas gratuitas (SÃO PAULO, 1905).

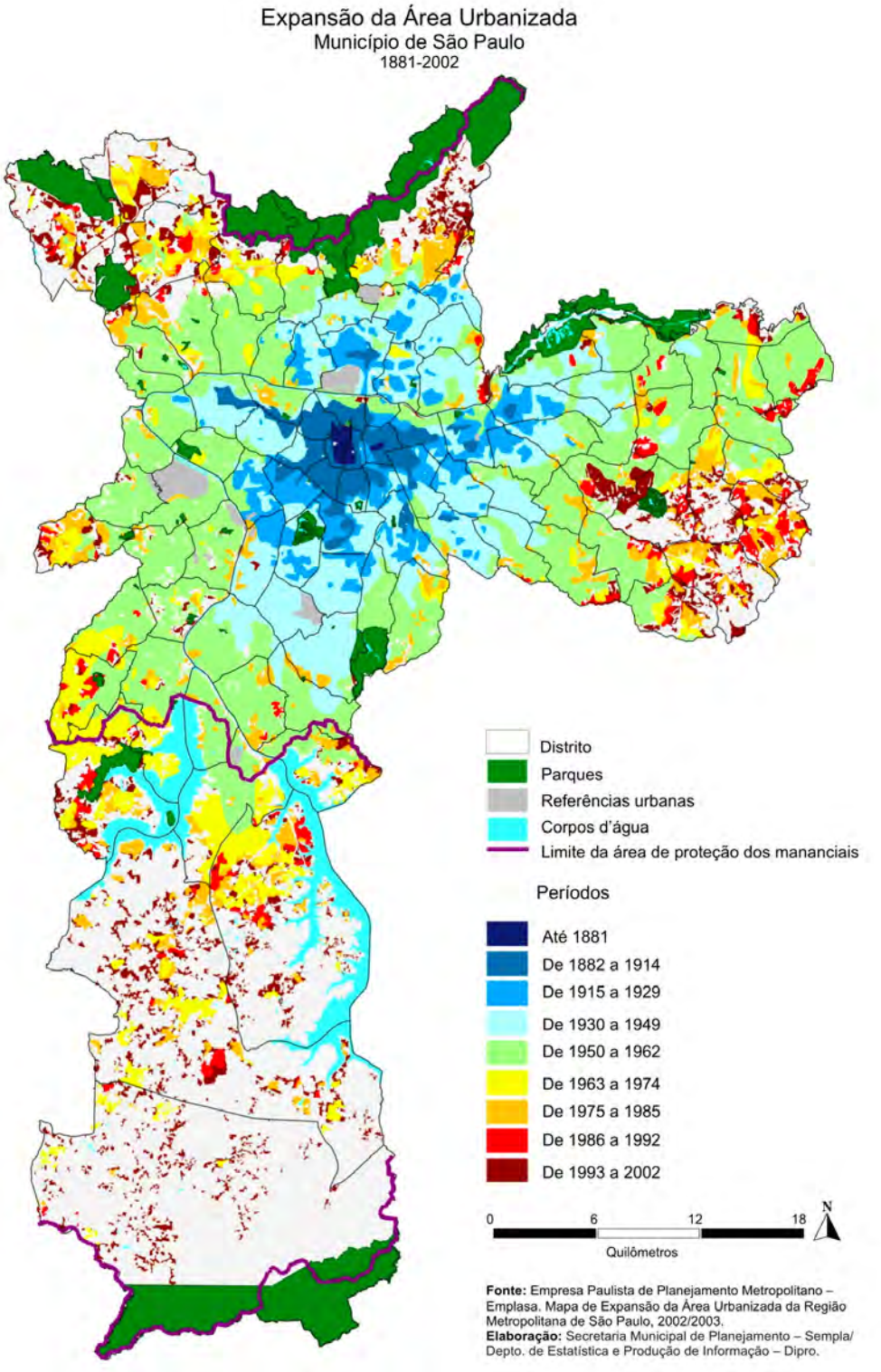
As ações ainda envolviam consultoria sobre plantio de certas culturas, visitação de estudantes e fazendeiros, troca de mudas e sementes com outros órgãos (como o Instituto Agronômico de Campinas - IAC) e experimentação para a construção de conhecimentos agronômicos e meteorológicos da cidade. O protagonismo de Giuseppe Bassoti é digno de destaque, uma vez que manteve constante comunicação com grupos e instituições brasileiras e internacionais para divulgação da Escola, assim como contribuiu largamente para o desenvolvimento da horticultura no Brasil. Em 1911, a Escola Municipal de Horticultura e Pomologia deixa de existir com a mudança de gestão na prefeitura e seu terreno, posteriormente, viria a se tornar o Parque Estadual da Água Branca (Parque Fernando Costa).

A crise do café e o excesso de mão de obra na cidade intensificam o processo de pauperização da população, que demonstravam dificuldades em consumir os alimentos frescos produzidos nas imediações da cidade. Em 1914 é iniciado um processo de instalação de feiras livres, de forma a eliminar intermediários e reduzir o preço dos alimentos, assim como são realizados os primeiros estudos para a centralização da comercialização de alimentos na cidade (que antes era feita em casas mal asseadas às margens do Tamanduateí e em mercados na região central) (MORSE, 1954, p.225; OLIVEIRA, 2004, p. 127). Também são disponibilizados, nesse período, bondes com passagens gratuitas para lavradores que trouxessem produtos agrícolas dos subúrbios para o centro da cidade.

Duas vertentes foram explícitas nesse período em que, por um lado, os trabalhadores da cidade eram estimulados a tornarem-se sitiantes independentes no interior, valorizando o campo e a desurbanização entre 1914 e 1916 (MORSE, 1954). Por outro lado, houve um afã industrial que estimulava a criação do exército industrial de reserva que teve como auge a década de 1920. Com o início do processo de industrialização, muitos dos imigrantes, junto de migrantes internos vindos de outras regiões do país, se instalam na cidade de São Paulo, em suas periferias e em seus arredores, para atuarem como mão de obra barata e exército de reserva para possibilitar o desenvolvimento da industrialização e a passagem de uma economia rural para a urbana (OLIVEIRA, 2013). Além do seu papel direto no trabalho operário, muitos imigrantes se engajaram em uma agricultura de subsistência e de produção de excedentes, tanto em meio rural quanto urbano, que também possibilitou, graças a sua exploração, a redução dos custos de

manutenção da força de trabalho pela produção de excedentes alimentares para as cidades (OLIVEIRA, 2013).

Figura 5. Expansão da área urbanizada do município de São Paulo entre 1881-2002



Tem-se à época de 1920 a estruturação mais clara dos núcleos suburbanos e satélites na periferia da cidade a partir de três funcionalidades distintas: núcleos residenciais e de recreio, núcleos industriais e núcleos agrícolas. Diversos autores, como Langenbuch (1971), Azevedo (1945; 1958) e Morse (1954) aprofundaram a análise das funcionalidades desses subúrbios no processo de estruturação e desenvolvimento da metrópole e não pretendemos discorrer aqui acerca de cada um deles, mas focar diretamente no que tange ao desenvolvimento de práticas agrícolas no território nesse período. Langenbuch (1971, p. 161) apresenta três facetas do desenvolvimento do meio rural dos arredores paulistanos no período de 1915 a 1940 que contemplam o equipamento hidrelétrico e hidráulico da cidade (nominalmente a formação das represas Billings e Guarapiranga); a recreação campestre dos paulistanos, pelo espraiamento de chácaras e sítios; e a agricultura comercial visando especificamente a cidade, com relação intrínseca ao desenvolvimento metropolitano. Como descreve Prado Jr. (1935, p.64):

> (...)os grandes centros urbanos (...) para seu abastecimento em certos gêneros, cercam-se de uma auréola de chácaras dedicadas a cultura hortense: de legumes, batatas, flores etc. É esse particularmente o caso de São Paulo. À sua volta toda, num círculo que abrange não só propriamente o município da Capital, mas ainda os municípios vizinhos de Cotia, Parnaíba, Juqueri, Guarulhos, Mogi das Cruzes e outros tem-se constituído nestes últimos vinte anos principalmente numa zona de propriedade rural muito dividida e cultivada…

De forma similar, complementa Azevedo (1945, p.33):

> Nos últimos 25 anos criou-se, em torno da cidade uma verdadeira zona hortense, com a multiplicação das culturas de legumes e também de flores; as chácaras, que já aparecem no próprio perímetro urbano, multiplicam-se através da região da Cantareira e nas vizinhanças da Penha e estendem-se mesmo muito além, na zona da 'Central'

Com o aumento populacional inflado pela industrialização, grande parte da zona rural foi ocupada por loteamentos que serviam puramente para a especulação imobiliária, esperando valorização no preço das terras na sua oferta para a expansão horizontal da cidade em número maior do que a real necessidade. A agricultura viu diminuir substancialmente seu espaço, mas mesmo assim manteve sua expansão comportando ampliação e diversificação das práticas. Toma corpo a horticultura, a floricultura e a fruticultura, assim como se estrutura o Cinturão Verde em volta da cidade (LANGENBUCH, 1971).

Inicia-se, a partir dessa ampliação e estruturação das práticas agrícolas e, de forma análoga, a partir do desenvolvimento intensificado da urbanização, um deslocamento da agricultura para fora do núcleo urbanizado, rumo aos subúrbios e às periferias da cidade. Como afirma Penteado (1958, p.9),

> (...) os novos arruamentos e a necessidade de aproveitar o mais possível o espaço urbano ocasionaram o deslocamento de numerosas chácaras, de flores ou de legumes, até então localizadas em plena cidade.
>
> Tais fatos começaram a registrar-se a partir de 1920, principalmente, quando muitos chacareiros portugueses, em grande maioria, transferiram suas atividades para a área suburbana, deixando suas chácaras localizadas na Água Branca, em Vila Pompeia, na Lapa, no Tatuapé, na Penha, no ltaim-Bibi, em Santana, na Casa Verde, etc.
>
> Hoje, raras são as chácaras que ainda persistem dentro da área urbana, quase sempre situadas em fundos de vales, até onde a urbanização ainda não chegou.

Apesar de uma estruturação da prática para ampliar a produção alimentar e abastecer a cidade em crescimento, nota-se uma lógica pautada no domínio da natureza, na valorização do urbano-industrial como paradigma de modernidade e de modo de vida e no desenvolvimento da cidade-empresa, com valorização da propriedade privada especulativa e uso dos recursos urbanos para benefício de uma elite empresarial. Inicia-se o processo de expulsão sistemática da população trabalhadora pobre das regiões mais centrais, forçada a morar cada vez mais distante, rumo às periferias da cidade onde o preço da terra é mais acessível. As práticas agrícolas de reprodução de vida dessas populações seguem como experiências isoladas e invisíveis em detrimento da lógica de dominação do campo pela cidade, como já abordado anteriormente. As chácaras tornaram-se loteamentos residenciais e comerciais, novos arruamentos são abertos e as paisagens naturais aos poucos passam a dar lugar à metrópole cosmopolita.

Com o crescimento e expansão da cidade, os subúrbios adquiriram importante função no desenvolvimento urbano, concentrando atividades industriais, residenciais e agrícolas, ora de forma homogênea (como Cotia, com função principalmente agrícola, e a Cantareira, com função principalmente residencial), ora de forma complexa, onde duas características coexistem e se sobrepõe. Boa parte dos subúrbios agrícolas e residenciais, nos arredores de 1950, demonstravam características dispersas, com residências modestas e agricultura com pouca expressão, tendo uma população que oscilava entre 5 e 10 mil habitantes e com presença marcante de grupos imigrantes (PENTEADO, 1958).

A imigração cumpre um papel essencial nessa reestruturação das práticas agrícolas da cidade, principalmente em relação aos imigrantes japoneses, transformando radicalmente a produção hortícola da cidade e modificando profundamente os hábitos alimentares dos paulistanos. Os fluxos da imigração a respeitos destes empreendimentos agrícolas na cidade de São Paulo apresentam dois momentos distintos com características próprias: no século XIX, a imigração alemã e italiana foram promovidas por meio de núcleos coloniais oficiais do governo, com maior concentração territorial e menor sucesso, enquanto a imigração japonesa, no século

XX, de forma diversa, se deu por iniciativa de empreendimentos em terras particulares, como é o exemplo da Colônia de Itaquera, possibilitando maior dispersão no território (LANGENBUCH, 1971).

A presença japonesa em São Paulo data desde 1908 nos diferentes subúrbios nos arredores da cidade, caracterizada por dois tipos distintos de imigrantes: aqueles que abandonaram a vida de colono do café e aqueles que se dispuseram a tentar a vida na cidade, arrendando terras afastadas para o plantio de subsistência, principalmente de batatinha na região de Cotia, Juqueri, Taipas e Morro Grande. Essa agricultura era marginal às grandes lavouras comerciais que estavam presentes no estado de São Paulo, como a cana de açúcar e o café e pouco interferia na dinâmica da cidade (SAITO, 1961; p. 133-145).

Em meados da década de 1930, houve uma nova corrente de deslocamento dos imigrantes para as cercanias da cidade de São Paulo, consolidando e estruturando essa nova forma de agricultura de tipo suburbano em novos núcleos, como Suzano, Mogi das Cruzes, Itaquera, Jundiaí e outras localidades às margens do eixo ferroviário. Isso se deu graças, em parte, à crise do café que impactou os agricultores, causando a dispersão dos lavradores japoneses para áreas vizinhas (como São Roque, Itapecerica da Serra, Vargem Grande e Ibiúna) e aumentando a diversidade de culturas produzidas para além da batatinha, como frutas, verduras e aves. O desenvolvimento da agricultura de tipo suburbano está intimamente condicionado à formação das cooperativas agrícolas, como a Cooperativa Agrícola de Cotia (CAC, formada em 1927 por cerca de 83 agricultores) e a Cooperativa Agrícola Sul Brasil (antiga Cooperativa de Juqueri), formada em 1928 (SAITO, 1961; YONEYA, 2008).

Ambas as cooperativas se estruturaram ao longo do tempo, sendo que a CAC chegou a tornar-se a maior cooperativa agrícola do Brasil durante a década de 80, chegando a ter cerca de 15.000 associados no ano de 1986. Apesar de importantes instituições de comercialização e associação dos agricultores da comunidade nipo-brasileira que chegou a envolver boa parte dos agricultores da região Sul do município de São Paulo, essas cooperativas foram levadas à falência em 1994 devido à inúmeras dívidas contraídas ao longo do tempo. Nesta época é também construído o Mercado Municipal de São Paulo, em 1933, substituindo o então Mercado dos Caipiras, localizado nas várzeas do Rio Tamanduateí desde 1867 e formado por pequenas vendas em condições precárias de higiene que recebiam produtos para serem enviados ao litoral pela rede ferroviária (SACONI, 2013; OLIVEIRA, 2004).

Em 1924, fruto dessa corrente de deslocamento e da estruturação de novos núcleos agrícolas de imigrantes japoneses, chegaram as primeiras famílias em Itaquera para reforçar a vocação agrícola da região, caracterizada por espaços desocupados, proximidade do mercado

consumidor e facilidade de ligação com o transporte ferroviário. Antes da chegada dos japoneses, já havia uma agricultura cabocla incipiente com pequena produção de gado, quando foi planejada a instalação de um núcleo colonial agrícola nas antigas terras da Fazenda Caaguaçu por parte da Companhia Comercial, Pastoril e Agrícola (LEMOS; FRANÇA, 1999). Estabeleceu-se a Colônia Agrícola de Itaquera, onde foram divididos cerca de 600 lotes para o plantio de hortaliças e legumes para abastecer São Paulo com mão de obra japonesa, se desenvolvendo no tempo conforme o cronograma apresentado na tabela:

Tabela 5. Cronograma da Colônia de Itaquera

Nos tempos passados	1924	Pasto velho abandonado. Sem moradores, exceto uma família do campeiro na área de 800 Arqs
	1925	Aumento de 6 famílias. A produção começou-se em hortaliças.
	1926	Com 15 famílias. Produção: tomate, repolho, couve-flor, alface, nabo, rabanete, pimentão, pepino, etc.
	1927	Com 25 famílias. Começo da plantação de morango. Início da Avicultura. Há certa uma produção de hortaliças.
	1930	Com 30 famílias sofreram muito com a experiência da Revolução neste ano. Plantações de Morango.
VIDA DIFÍCIL	1932-33	Com 35 famílias. Tempo de crise. Vida Colonial Ficaria Estagnada. Depois Repetidas Revoluções. Começou-se plantação de Eucaliptos.
	1934-35	Com 60 famílias. Situação agrícola da Colônia Melhrado. Pouca Plantação de Pessegueiros. Começou-se com a maneira certa.
	1938	Com 80 famílias. Situação melhorou mais. Aumentaram galinhas e Morangos BIWA começou a aparecer
	1940	Com 150 famílias. Aumentaram galinhas. Morangos também. Grande plantação de pêssegos
	1942-44	Com 200 famílias. Devido à Guerra Mundial e sua restrição e falta de liberdade toda a Colônia lutou com inconveniência, porém a produção de pêssegos aumento muito e é abundante.
	1945	Com 230 Famílias. Início da Produção de KAKI FUYU
	1949	Com 250 famílias. Galinha aumentou pouco. Pêssego aumentando. 1ª Festa de Pêssego. "SAWABE", "PÉROLA DE ITAQUERA", "REI DE CONSERVA", "RUBI" Melhoramento da Estrada São Miguel-Itaquera. II Festa do Pêssego (não dá para ler)
	1951	Melhoramento da Estrada a São Paulo. III Festa do Pêssego. (ilegível)
COLÔNIA FORMADA		Especializada especialmente em Fruticultura e Hortaliças. IV Festa do Pêssego. (ilegível)

Fonte: LEMOS; FRANÇA, 1999; p.63

A Colônia de Itaquera chegou a ter em 1940 entre 800 a 1000 pessoas, entre japoneses, brasileiros, alemães, russos, húngaros, lituanos, poloneses, tchecos e outros (AZEVEDO, 1958). Os primeiros 10 anos de estruturação da colônia representou uma importante experiência de comercialização, potencializada pela CAC, uma vez que começaram a produzir morango e tomate e expandiram para novos mercados, diversificando a produção e promovendo um processo educativo de transformação dos hábitos alimentares dos mercados consumidores. Seu apogeu se deu entre 1947 e 48, com 280 famílias entre proprietários e colonos, com o cultivo comercial de pêssego, pioneiro no Brasil na época. Além da produção da fruta, o pêssego tornou-se o acontecimento social mais importante do bairro, sendo realizada, desde 1949 até 1970, a Festa do Pêssego, primeira festa agrícola no Brasil e reconhecida no calendário oficial da Prefeitura de São Paulo (LEMOS; FRANÇA, 1999). A partir de 1950, a avicultura passa a ser importante para a Colônia, que comercializa para o Mercado Municipal de São Paulo, além de frutas finas como pêssego, morangos, caquis, ameixas, cítricos, pêras e uvas, também hortaliças, ovos e galinhas.

A desestruturação da Colônia de Itaquera se deu por diversas razões relacionadas diretamente com a expansão da urbanização: poluição das indústrias do entorno dificultava a produção, falta de espaço para rotação de culturas, erosão causada pelos loteamentos residenciais, violências e assaltos e desestruturação da comunidade pela chegada de novas pessoas ao bairro (LEMOS; FRANÇA, 1999). Segundo relatório do IPT (1983), na década de 1960 cerca de 45% do território de Itaquera estava diretamente envolvido em atividades agrícolas, sendo 47% da população rural. Em 1980, apenas 6% da população permanece em atividades agrícolas em um território já 100% urbanizado em uso prioritariamente residencial.

Outros bairros e cidades da região Leste de São Paulo (como Guaianazes, São Miguel Paulista, Poá, Suzano, Ferraz de Vasconcelos entre outras) também tiveram um território permeado de agricultores em 1954. Há relatos de pequenos sítios e chácaras particulares com produção de hortaliças, batata, feijão, milho, ovos, galinhas, uvas e morango sendo produzida nessa região e que, provavelmente, foram também engolidas pela urbanização massiva ocorrida a partir de então. Mesmo assim, não era uma atividade generalizada, uma vez que esses bairros se estruturaram como subúrbios-dormitório para a população trabalhadora.

Cabe também destaque a ocupação alemã existente desde aproximadamente 1820 na região do então município de Santo Amaro, que englobava boa parte da região Sul do município e também produziam batatas de origem germânica (MIKETEN, 2013, p. 68-69). A colônia alemã foi oficialmente estabelecida em 1829 com 62 famílias e 299 pessoas, porém não teve sucesso e entrou em decadência. Em 1838 possuía 157 colonos e em 1847 eram apenas 9 famílias que

permaneciam no território, sendo que a maioria se engajou em outras atividades mais urbanas, como artífices e serralheiros (ZENHA, 1950).

De terras menos férteis e difícil produção agrícola, os alemães se espraiaram e se miscigenaram pelo território, somando-se a eles outros imigrantes no início do século XX e, principalmente, os japoneses ao redor da década de 30, quando o município de Santo Amaro incorporou-se à São Paulo (MIKETEN, 2013, p. 70). A principal atividade agrícola do território era a extração de madeiras para a construção de casas na cidade de São Paulo e a produção vegetal, havendo relatos de diversas carvoarias e fornos espalhados pelo território (ZENHA, 1950).

A região também se destacava pela produção animal e pecuária, contendo núcleos reprodutores de bovinos, cavalos, suínos e ovinos, com especialização da pecuária leiteira existente desde tempos coloniais. Estima-se a existência, em 1922, de cerca de 800 estábulos com 12.000 vacas de leite, fornecendo mais da metade para consumo da capital. Com a expansão urbana, esses estábulos foram transferidos para outras regiões da cidade (PIZA, 1924). O sertão de Santo Amaro também abrigou o último refúgio dos índios Guarani, historicamente destituídos de suas terras e de seus modos de vida, resistindo no território até a demarcação de parte de suas terras na década de 80 (OLIVEIRA, 2004).

Na zona Norte da cidade, apesar do caráter residencial e pela dificuldade topográfica, existiram experiências de produção agrícola dignas de nota. O bairro de Santana, um dos bairros mais antigos da cidade surgido a partir de uma propriedade rural de jesuítas (Fazenda do Tietê ou Fazenda de Santana), torna-se um núcleo colonial no início do século XIX, tendo, em 1886, as terras divididas em 68 lotes com 136 habitantes que produziam vinha, batata e milho. Sua urbanização foi dificultada pelas constantes cheias do Tietê e pelas dificuldades de comunicação e transporte. Apenas com a instalação do Tramway da Cantareira e o ramal para Guarulhos em 1901 que o surgimento de chácaras com produção de hortaliças foi incentivado, chegando a começar um processo mais intenso de urbanização a partir de 1920. (MENDES, 1958).

Toda a região da Cantareira apresentava características similares, com chácaras e residências de campo, núcleos residenciais de classe média e operária, horticultura intensiva, locais de recreio e extração de granito. As chácaras funcionavam tanto como refúgio da cidade quanto como locais de produção agrícola em pomares e hortas que eram similares às fazendas paulistas. A horticultura era dificultada pelos acidentes do terreno, mas encontrava seus meios de adaptação ao território, com intenso aproveitamento dos fundos de vale ou planícies às margens de tributários do Rio Tietê e Rio Atibaia e uso de técnicas como rotação de culturas e terraceamentos. As áreas de produção eram dispersas pela região, o que dificultava o acesso à

água e o transporte dos produtos até as estradas para escoamento (os produtos eram comercializados no Mercado Municipal de São Paulo e levados com veículos próprios ou de intermediários), sendo difícil, inclusive, localizar e visualizar essas áreas. Os principais grupos que se engajavam na agricultura nessa região eram, principalmente, espanhóis e portugueses, havendo núcleos residenciais operários e horticultores em Perus e Caieiras e horticultores japoneses em Franco da Rocha (PENTEADO, 1958).

Na Zona Oeste, por sua vez, foram estruturados os subúrbios propriamente agrícolas, com uma paisagem agrária característica e força econômica voltada para ser o celeiro de São Paulo em termos de abastecimento alimentar. No passado, a região foi marcada por aldeamentos indígenas e fazendas com técnicas rudimentares de agricultura, com cultivo itinerante de mandioca, feijão, cana de açúcar, milho, trigo, vinha, arroz, algodão e legumes. Ao longo do século XIX e início do século XX, se esboçou a região como centro abastecedor de São Paulo, que apenas nos arredores 1930 de fato começou a se consolidar, a partir da atuação de imigrantes (principalmente japoneses, que se fixaram na região a partir de 1913). Em Cotia, nos arredores de 1950, cerca de 50% do território municipal era cultivado, com destaque para a horticultura nas várzeas associada à avicultura, para granjas leiteiras próximo à cidade e para as culturas maiores nos topos arredondados e encostas de colinas (como batata, milho, feijão e até silvicultura de eucalipto). Em Itapecerica da Serra, no mesmo período, 9% do território municipal era cultivado, com predomínio de sítios de recreio e exploração de matas (madeira e carvão) (COSTA, 1958).

Mais uma vez, a presença imigrante japonesa é nevrálgica para a estruturação da agricultura na região de forma análoga à já descrita em Itaquera. O predomínio era de pequenas propriedades arrendadas ou de propriedade própria, com culturas intensivas e cuidadosamente organizadas, chegando a ter, em 1951, um total de 1557 propriedades entre 1 a 15 alqueires em Cotia e 1500 propriedades menores que 20 alqueires em Itapecerica da Serra. As exigências do mercado são o que direcionam a produção, com o transporte e a assistência técnica sendo realizadas pela CAC e a comercialização em feiras livres, barracas em beira das estradas de rodagem e nos mercados Central e de Pinheiros (COSTA, 1958).

Os textos históricos citam brevemente a existência de uma agricultura caipira ou cabocla anterior e concomitante à chegada dos imigrantes, com técnicas rudimentares e baixa produtividade. O caipira é tido como um indivíduo com inércia, falta de ambição e desorganizado, preferindo trabalhar para outros e produzindo apenas parte de sua subsistência com canteiros assimétricos e desalinhados e uma pequena roça de milho, mandioca, cítricos e bananeiras (COSTA, 1958).

Pouco se sabe sobre essa agricultura para subsistência, apenas que ela sempre esteve presente ao longo de todo o desenvolvimento da cidade e que ocupava terras incultas (como barrancos, várzeas, quintais e outros espaços muitas vezes negligenciados), tendo pouco ou nenhum incentivo público para seu desenvolvimento. É comum essa associação ao elemento nacional como atrasado, preguiçoso e sem determinação (HOLANDA, 1978; FREYRE, 1981), porém é necessário buscar observar e entender a importância histórica do caipira enquanto uma identidade cultural que desenvolve suas próprias formas de reprodução social e que mantém uma lógica particular de produção agrícola não capitalista.

Também é relevante observar os sítios de recreio e as práticas agrícolas associadas a eles, que se multiplicaram a partir de 1930 na região Oeste e Norte de São Paulo. Esses sítios são responsáveis por trazer certa heterogeneidade para a paisagem rural de São Paulo, com finalidades que incorporam lazer, religião, turismo e outros. Esses sítios possuíam habitação e atividade agrícola própria, com hortas, pomares, jardins e pequenas criações de animais sem finalidade comercial, tendo a estética como um dos principais princípios para sua produção. Esses sítios tinham como proprietários portugueses, italianos e brasileiros e se evidenciava a presença de um caseiro, diarista ou agregado que coordenava e realizava as práticas agrícolas pelo uso de técnicas que misturavam o empirismo caipira e os ensinamentos do proprietário. Como destaca Seabra (1971, p.9):

> (...) os elementos mais atuais e mais dinâmicos da ação de São Paulo sobre a área estão relacionados de modo cada vez mais significativo com a presença de chácaras e clubes de fim de semana de moradores de São Paulo, da indústria e, de certo modo, da própria cidade de São Paulo, visto que o núcleo do Distrito de Vargem Grande (...) é habitado por uma população que, em parte, trabalha na própria Cidade e, em parte, nas indústrias que aparecem ao longo da estrada (...)

De forma geral, as práticas agrícolas acompanharam o desenvolvimento da cidade de São Paulo e se intensificaram até meados da década de 1960, com o aumento da população e a necessidade desta se alimentar. O chamado Cinturão Verde e os espaços de comercialização na cidade se estruturaram e sofreram pressões com a expansão da cidade por uma demanda maior tanto de alimentos para a população quanto de terras para o desenvolvimento imobiliário. A rapidez com que se deu o crescimento da cidade a partir de 1960 desestruturou inúmeras práticas agrícolas caipiras e de imigrantes e expulsou agricultores para terras mais longínquas, transformando o cinturão caipira e seus sertões em um cinturão de especulação imobiliária (PETRONE, 1995, p.378).

> (...) a horta, a granja ou a chácara de flores substituíram a roça, ao mesmo tempo que o adubo, a irrigação e a drenagem, o arado e o trator, substituíram a queimada, o chuço e a enxada; o caipira tornou-se sempre mais raro, submerso pela massa da população cosmopolita que do aglomerado transbordou para todas as direções; recuou quando possível, buscando uma sobrevivência de si e de seu modo de vida nos ângulos mais isolados. (PETRONE, 1995, p.378).

Em estudo encomendado pela Prefeitura Municipal de São Paulo, tem-se uma fotografia da procedência dos principais legumes e verduras recebidas no atacado da cidade em 1967, elaborada a partir de uma média das 15 principais redes atacadistas, em porcentagem:

Tabela 6. Procedência de legumes e verduras recebidas no atacado da cidade em 1967, em porcentagem.

Produtos	**Procedência**	
	Cinturão Verde[3]	**Outros municípios**
Abobrinha	60	40
Alface	95	5
Berinjela	30	70
Cenoura	75	25
Couve	90	10
Pimentão	20	80
Repolho	75	25
Tomate	20	80

Fonte: SÃO PAULO, 1967; p.43

Ainda no estudo, o município de São Paulo se destaca como produtor de batata (responde por 17% da produção do estado, com 1242 mil sacos de 60kg), de pêssego (a quarta maior produção do estado, perdendo apenas para Atibaia, Guararema e Mogi das Cruzes), de tomate (cerca de 23.550 toneladas), de cenoura (cerca de 1.703 toneladas) e de cebola (1120 arrobas de 15 kg) (SÃO PAULO, 1967).

[3] Municípios do Cinturão Verde de São Paulo: Atibaia, Arujá, Bom sucesso, Casa Grande, Embu, Guarulhos, Itaquera, Itapecerica da Serra, Mairiporã, Mauá, Mogi das Cruzes, Parelheiros, Taipas, Taboão da Serra, Ribeirão Pires, Santo André, Santo Amaro e Suzano.

A cidade se expandia no território e começava a pressionar as iniciativas de agricultura por meio, principalmente, da valorização do preço da terra pela especulação imobiliária, da expansão dos eixos de transportes, de operações e de dinâmicas urbanas que desvalorizavam a prática. Aos poucos, os agricultores se viam englobados pela cidade e passavam a optar por dois caminhos diversos: ou resistiam em suas práticas, que se transformavam com a incorporação da dinâmica dos territórios urbanos, ou eram expulsos para regiões mais distantes e periféricas da cidade.

A década de 70 é marcada por uma crise econômica que culmina no aumento do custo de vida da população, aumento do desemprego e a desvalorização dos salários. Nesse período, São Paulo já se configura como a cidade da vanguarda econômica, apresentando uma cultura baseada no industrialismo e na livre iniciativa empresária. Surgem novos movimentos sociais na cidade que sintetizam uma organização social enraizada nos territórios que transcende a atuação sindicalista nos locais de trabalho, integrando o cotidiano da cidade em uma rede de solidariedade entre os movimentos. Tais movimentos lutam por melhores condições de vida, pela melhoria de serviços urbanos e pela garantia de direitos a partir da coesão comunal diretamente nos bairros, como é o exemplo das Sociedades Amigos do Bairro (SABs), surgidas em 1950, e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), a partir da atuação de grupos vinculados à igreja em meados de 1970 (SADER, 1988).

Por parte da sociedade civil organizada, surge o Movimento do Custo de Vida (MCV) em 1978, contra a carestia e contra o aumento no custo de vida, que acompanhava a flutuação dos preços de alimentos e organizava a população nos territórios para realizar compras coletivas e aplacar a fome. Por parte do governo, foram desenvolvidas estratégias assistencialistas de suplementação alimentar e abastecimento, baseadas em grandes centrais de abastecimento e redução dos custos de comercialização.

Em 1975 a cidade inaugura sua Escola Municipal de Jardinagem no Parque Ibirapuera, com o intuito de formar jardineiros da Prefeitura Municipal, realizando cursos abertos a toda a população pouco tempo depois. Houve um primeiro estímulo à horticultura, sem muito apelo e com foco mais paisagístico do que de fato para a produção alimentar. No entanto, a agricultura na cidade de São Paulo passa a ter investimento público novamente a partir da década de 80, com o incentivo à hortas comunitárias pelo então Governador de São Paulo, Franco Montoro, para melhorar a alimentação da população empobrecida com a crise econômica oriunda do período de ditadura militar.

O Governo Montoro teve como foco o desenvolvimento de projetos menores que visavam a descentralização do aparelho do Estado e a valorização da participação popular. A

alimentação foi um dos focos da gestão, empreendendo a chamada Batalha da Alimentação com 3 diretrizes: maior produção de gêneros de primeira necessidade, incremento à produção de alimentos para o autoconsumo e reorientação da distribuição de alimentos, fortalecendo a venda direta ao consumidor e a suplementação alimentar. A Batalha da Alimentação também foi estruturada com base em 3 princípios que nortearam toda a Gestão Montoro: descentralização, com participação dos municípios nas políticas públicas estaduais; participação das comunidades, com envolvimento de instituições sociais na implementação de programas e projetos; e ação integrada entre as agências governamentais (SÃO PAULO, 1987).

Montoro, além de criar normas e legislações para implantação de hortas comunitárias (como o Decreto 22.024, de 22 de Março de 1984, que autorizava a doação de sementes e mudas para projetos de horta comunitária), incentivou os plantios domésticos, junto de sua mulher, Lucy Montoro, com a implantação de uma horta comunitária em vasos no telhado do Palácio dos Bandeirantes durante sua gestão entre 1983 e 87. Além disso, a Batalha da Alimentação possuiu 4 modelos básicos de intervenção, cujo eixo condutor foi a municipalização da alimentação escolar e a busca por construir Sistemas Municipais Integrados de Alimentação: Programa Nossa Horta, Programa Municipal de Alimentação, Cozinhas Comunitárias e Programa de Apoio aos Municípios para o Desenvolvimento Alternativo.

Figura 6. Implantação do programa "Hortas Comunitárias" do Governo Franco Montoro em 1983.

Fonte: Arquivo Franco Montoro - CPDOC/FGV.

O Programa Nossa Horta surgiu a partir de um projeto-piloto desenvolvido na Zona Leste de São Paulo, nos distritos da Mooca, Penha, São Miguel-Ermelino Matarazzo, Itaquera-Guaianazes e Vila Prudente, beneficiando cerca de 6.000 famílias inicialmente. O programa foi ampliado e tornou-se uma política pública estadual, que teve início em 1984 enquanto uma ação permanente e de caráter educativo, com estímulo e apoio à formação de hortas domiciliares e comunitárias, com objetivo de instrumentação social da população carente e produção alimentar. De forma mais ampla, o programa tinha também como objetivos sensibilizar, motivar a capacitar tecnicamente os grupos da comunidade, incentivando a população ao plantio, cultivo e consumo de hortaliças; reduzir os gastos da população com alimentação; estimular a utilização de áreas disponíveis com possibilidade de produção de hortaliças; propiciar a participação comunitária na resolução de problemas; e suprir deficiências nutritivas da população (SÃO PAULO, 1987).

A tipologia de hortas apoiadas pelo programa consistia em hortas comunitárias (envolvimento da população na melhoria do seu padrão alimentar por meio do associativismo), hortas educacionais (focadas em educação para o cultivo e consumo de hortaliças em escolas e outras instituições), hortas caseiras (foco na produção privada domiciliar para complementação

da dieta), hortas municipais (desenvolvidas pelas próprias Prefeituras para atender merenda escolar) e hortas geradoras de emprego (produção alimentar focada na geração de renda ao trabalhador). O programa ainda incluía a formação e capacitação de agentes multiplicadores, atendendo principalmente famílias com média de 5 pessoas, com baixo grau de instrução e renda familiar abaixo de 3 salários mínimos (OLIVEIRA, 1984).

Figura 7. Visita de Lucy Montoro a horta comunitária relacionada ao plano agrícola municipal de cidade paulista em 1983.

Fonte: Arquivo Franco Montoro - CPDOC/FGV.

A coordenação do programa era realizada pelo Fundo Social de Solidariedade (FUSSESP) em parceria com a Coordenadoria de Abastecimento e a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), ambas da Secretaria de Abastecimento e Agricultura (SAA) do Estado de São Paulo. Ao Fundo Social de Solidariedade cabia o repasse inicial de recursos (kits de ferramentas, adubo orgânico, comida para os mutirões, sementes; totalizando cerca de 2.000 ferramentas e 5.709 toneladas de composto distribuídos) e acompanhamento social das famílias, enquanto a SAA era responsável pelo repasse de sementes e a assistência técnica agronômica (totalizando 4.015 visitas pela CAB e 5.110 visitas pela CATI). Os agentes executores eram grupos carentes da população em diferentes níveis de organização, seja em associações de bairro, instituições sociais, cooperativas ou organizações não-governamentais, de forma que o

nível de organização comunitária impactava diretamente no desdobramento dos projetos. As hortas tinham tamanho médio de 1000 m2 e cerca de 750g de sementes eram doadas para iniciar o plantio. Outros parceiros também participaram do programa, como a SABESP (com cessão de terrenos e ligação de água), a Caixa Econômica do Estado (com materiais instrutivos, cartazes e sementes) e empresas privadas (com análises de solo). Para todo o programa, foram distribuídas 3.148,738 kg de sementes (FUNDAP, 1987; SÃO PAULO, 1987).

Tabela 7. Hortas implantadas durante a gestão de Franco Montoro no Governo do Estado de São Paulo 1983-1986

Hortas Implantadas - ação direta do governo Junho/83 a Novembro/86				
Regiões	**Hortas comunitárias e escolares**	**Hortas domiciliares**	**Criação de animais**	**Beneficiados**
Capital	911	40.252	54	457.141
Grande São Paulo	862	68.260	18	425.585
TOTAL	1.773	108.512	72	882.726

Fonte: SÃO PAULO, 1987

No ano seguinte, em 1985, a FUSSESP e a SAA assinaram convênio com a Eletropaulo para implantação do programa Horta e Criação Comunitária, em moldes similares ao programa Nossa Horta, ampliando-o na RMSP. A concessão de uso dos terrenos era realizada por meio de contratos de comodato entre a Eletropaulo e as instituições sociais organizadas e famílias agricultoras por tempo indeterminado. O tamanho médio das hortas era de 4.000 m2 e o trabalho com grupos já organizados possibilitava uma melhor organização dos trabalhos e maior produção agrícola. Além da cessão, cabia à Eletropaulo o cercamento da área, a instalação de telas e cavaletes e o acompanhamento periódico das atividades. Ao Fundo Social de Solidariedade cabia o repasse inicial de recursos (kits de ferramentas, adubo orgânico, comida para os mutirões, sementes) e acompanhamento social das famílias, enquanto a SAA, por meio da Coordenadoria de Abastecimento e a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), era responsável pelo repasse de sementes e a assistência técnica agronômica. A destinação da produção era de atribuição dos participantes do programa, sendo, principalmente, para o autoconsumo e para comercialização dos excedentes para o entorno a preços mais baixos que o mercado (FUNDAP, 1987).

As etapas desse processo foram descritas como:

- Verificação da área
- Assinatura do comodato
- Contato com lideranças
- Reunião prévia
- Cadastramento de grupo
- Mutirão/cercamento da área
- Limpeza
- Instalação de cavaletes
- Ligação de água
- Treinamento agronômico
- Abrigo de ferramentas
- Fornecimento de adubo
- Demarcação de canteiros
- Semeadura e plantio
- Primeiras colheitas
- Atividades práticas

(FUNDAP, 1987)

De acordo com coordenadores da Eletropaulo, parte desses projetos foram interrompidos por uma variedade de causas de ordem técnica, como dificuldades na ligação de água, obras de extensão da rede elétrica e interrupção no fornecimento de insumos por parte do Governo; como de ordem organizacional da população, como conflitos entre lideranças, desentendimentos dos participantes em relação à divisão dos trabalhos e o envolvimento comunitário (FUNDAP, 1987). Se percebe também uma descontinuidade do programa pela gestão consecutiva do Governo Estadual, dificultando a manutenção das ações pela ausência de recursos iniciais e apoio técnico para a continuidade das hortas. Mesmo assim, diversos agricultores e empreendimentos (como viveiros de mudas) ainda presentes em linhas de transmissão datam dessa época, com cerca de 20 a 30 anos de ocupação dos terrenos e com contratos de comodato antigos, uma vez que não se viu mais iniciativas robustas de utilização desses espaços pelas empresas de energia elétrica do Estado de São Paulo. Na RMSP, até o início de 1987, haviam sido implantadas 56 experiências, beneficiando cerca de 28.000 pessoas e totalizando quase 200 mil m2 cedidos para hortas (FUNDAP, 1987; ELETROPAULO, 1986).

Em 1986, a Secretaria de Educação buscou a FUSSESP e a SAA para também iniciar um programa de hortas educacionais escolares, com o objetivo de desenvolver 1.000 hortas escolares na RMSP e 2.340 no interior. As escolas inscreviam-se como entidade social e a Secretaria de Educação contribuía com recursos financeiros para aquisição de kits e acompanhamento pelas Diretorias Regionais de Ensino.

Outra iniciativa do Governo Montoro voltada à instalação de hortas foi a Política Municipal de Alimentação (PMA), a partir de 1983, com projetos integrados que envolviam horta e pomar municipal, criação de pequenos animais, piscicultura e apicultura, processamento básico de alimentos, cozinha piloto e padaria municipal. Os projetos tiveram maior sucesso, principalmente, em municípios de porte médio (de 15 a 100 mil habitantes), sendo que não houve nenhuma iniciativa de horta relacionada ao PMA na capital. As hortas e pomares tinham como objetivo a produção para escolas da rede pública, com alimentos fornecidos para a merenda escolar municipalizada, e eram mantidas por funcionários das Prefeituras em uma área aproximada de 10.000 m2 (FUNDAP, 1987).

Neste período, empresários incentivam a realização de hortas nas indústrias, por meio de um programa da Secretaria de Agricultura do Estado, para que os funcionários produzissem alimentos fora do horário de serviço para complemento da renda e "objetivo comum" (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1983, p.5). Especificamente na cidade de São Paulo, há relatos de hortas comunitárias organizadas diretamente pela população do município em práticas autogestionadas, como a horta realizada por motoristas de ônibus no Largo Ana Rosa em 1985 (BIGIO, 1985, p.16), ou com apoio direto da Prefeitura (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1982, p.19). Também se encontram relatos de experiências de hortas implantadas por meio do Programa Hortas Comunitárias implantado por Montoro, mas que fracassaram devido à falta de apoio da Prefeitura (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1982, p.19).

Não é possível quantificar quantas hortas comunitárias haviam na época na cidade, mas muitos projetos foram desenvolvidos durante este período, alguns com maior êxito que outros. É possível já reconhecer uma estrutura pública de apoio à essas iniciativas no âmbito da Prefeitura, assim como certo protagonismo da mesma na implantação de hortas comunitárias. Em 1988, o então Prefeito de São Paulo Jânio Quadros firma convênio entre a Prefeitura e o Ministério da Agricultura para implantação de um Projeto de Horta Comunitária, por meio da Lei Municipal 10.453/1988.

Os anos 90 introduzem uma nova perspectiva para as regiões mais rurais do município, com particular interesse na criação de unidades de conservação ambiental, principalmente na região sul (MIKETEN, 2013). A região é considerada como produtora de água para o abastecimento do município, com duas represas de grande magnitude, Guarapiranga e Billings, que chegam a abastecer cerca de 40% do município e que sofriam impactos pela ocupação desordenada em suas margens e avanço da cidade sobre suas áreas. As ações de proteção dos reservatórios são fortalecidas a partir da criação da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde em 1994 pela UNESCO/ONU e Lei de Mananciais (Lei Estadual 9.866/1997). Foi a partir da

articulação entre o estado e o município para proteção das áreas que se gerou uma mudança significativa para as atividades produtivas da região, por meio da implantação de uma série de unidades de conservação na região a partir dos anos 2000 (MIKETEN, 2013).

As discussões acerca da elaboração do primeiro Plano Diretor Estratégico (PDE) do município, assim como as iniciativas no plano federal do Programa Fome Zero, possibilitaram o reconhecimento da agricultura urbana dentro do zoneamento da cidade. O PDE de 2002 trouxe um capítulo específico sobre agricultura urbana, com o objetivo de combater a fome e a exclusão social mediante a cessão de terrenos públicos e privados, além de criar as Zonas Especiais de Produção Agrícola e Extração Mineral (ZEPAG) nas Zonas Norte, Leste e Sul da cidade. Isso possibilitou tanto a implantação de hortas comunitárias pela cidade, como foi o caso da Horta das Flores, quanto o desenvolvimento de uma legislação específica que estruturava definitivamente o apoio governamental à iniciativas de agricultura na cidade. Esta legislação é o Programa Municipal de Agricultura Urbana e Periurbana (PROAURP), instituído pela Lei Municipal 13.727/04 e regulamentado pelo Decreto 51.435/10.

O decorrer dos anos 2000 foi marcado por um movimento duplo de fortalecimento da atuação pública e da sociedade civil no apoio aos agricultores e de aumento das pressões sofridas por eles pelo desenvolvimento urbano da cidade. Neste período, foram realizados diversos projetos financiados pelo Fundo Especial de Meio Ambiente (FEMA/SVMA) que auxiliaram no desenvolvimento das Áreas de Proteção Ambiental da Zona Sul do município (APA Capivari-Monos e Bororé-Colônia), auxiliando, inclusive, o desenvolvimento da agricultura na região. Outros projetos do FEMA também envolveram a promoção da agricultura urbana e da educação ambiental nas outras regiões do município, como foi o caso do edital FEMA 8, lançado em 2009 e que apoiou projetos de agricultura urbana e periurbana em todo o município.

Ainda nos anos 2000 é possível destacar o fortalecimento da agricultura também na região Norte do município. Apesar de haver a existência de um arco de agricultores ao redor do Parque Estadual da Serra da Cantareira, nas regiões que compõem o Jardim Damasceno, a Fazenda Santa Maria, Taipas e os arredores do Horto Florestal, há poucas informações sobre os agricultores da região. Destaca-se a existência da Associação de Pequenos Agricultores Familiares do Jardim Damasceno (APAFA), relacionada à Agroverde (Cooperativa de Agricultores Familiares de Guarulhos e Região), com a produção de hortaliças, a criação de animais e atividades de reciclagem de resíduos (GABANYI, 2015). Também é possível destacar a ocupação do Acampamento Irmã Alberta do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), na região de Perus, oriunda de uma luta contra a implantação de um aterro sanitário na região em 2002 e

que estabeleceu, em 2009, cerca de 37 famílias que atualmente produzem hortaliças e criam pequenos animais (GABANYI, 2015).

Diversas organizações da sociedade civil iniciaram projetos neste período que visavam a promoção da agricultura urbana na cidade de São Paulo e o auxílio e fortalecimento dos agricultores existentes no município, como foi o caso das organizações não governamentais Cidades Sem Fome, Instituto Kairós, Instituto 5 Elementos, Instituto Pedro Matajs, Associação Comunitária Pequeno Príncipe, Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP/USP) entre outras. Tais projetos foram importantes para auxiliar os agricultores no processo de organização da atividade, de transformação das práticas produtivas de acordo com as exigências ambientais e no reconhecimento mútuo.

Além destes projetos, a estruturação dada pelo PROAURP com a criação da Casa de Agricultura Ecológica da Zona Sul, criada em 2006, e da Casa de Agricultura Ecológica da Zona Leste, em 2011, possibilitou o acompanhamento dos agricultores por meio de assistência técnica rural, distribuição de insumos e cadastro dos produtores do município. O desenvolvimento e fortalecimento dos agricultores enquanto grupo social possibilitou, em 2009, a criação da Associação de Produtores Orgânicos de São Mateus (APO-São Mateus), que em 2016 tornou-se Associação de Agricultores da Zona Leste (AAZL) e, em 2011, a Cooperativa Agroecológica dos Produtores Rurais e de Água Limpa da Região Sul de São Paulo (COOPERAPAS).

A estruturação das cooperativas de agricultores no município, após fechamento da CAC em 1994, representou um novo momento na história da agricultura em São Paulo, uma vez que incorporou a dimensão ambiental junto à produção agrícola, buscando práticas de produção que não utilizavam agrotóxicos e que valorizavam a produção de água nas regiões de mananciais. A história da COOPERAPAS e de seu desenvolvimento são retratados por Miketen (2013) e Nakamura (2017), onde é possível entendê-la como um resultado das políticas públicas do município destinadas à agricultura, mais do que um esforço de associação própria dos agricultores (NAKAMURA, 2017, p. 254-255). Mesmo assim, demonstra um importante movimento para *transição agroecológica* dos agricultores do município, principalmente no extremo Sul, onde, apesar de alguns agricultores nunca terem utilizado agrotóxicos na produção (NAKAMURA, 2017, p. 33), a maior parte deles se baseia no cultivo convencional (GABANYI, 2015, p.98).

Esta perspectiva da transição agroecológica passa, principalmente a partir de 2010, a ser entendida como eixo condutor das ações de assistência técnica, tanto no município quanto no estado, por meio do Protocolo de Boas Práticas Agroambientais, desenvolvido junto ao Projeto Guarapiranga Sustentável, do Governo do Estado, e ao Programa Água Limpa, da Prefeitura Municipal. A necessidade de reduzir o impacto das atividades produtivas sobre as áreas de

mananciais levou à assinatura do protocolo e ao início de atividades junto aos agricultores para realizar a adequação das práticas a partir de um enfoque agroecológico. O decreto de regulamentação do PROAURP estruturava, a nível municipal, as secretarias que seriam responsáveis e os princípios que norteariam as ações governamentais.

Finalmente, a partir de 2010, a agricultura urbana ganha corpo e espaço na agenda pública a partir de uma série de fatores que serão aprofundados ao longo desta pesquisa. Por enquanto, cabe destacar o desenvolvimento de uma série de hortas comunitárias a partir da interação de cidadãos em redes sociais, por meio, principalmente do grupo dos Hortelões Urbanos. Motivados por uma alimentação saudável, pelo ativismo em prol da sustentabilidade urbana, pela ocupação de espaços públicos degradados e pela agroecologia, cidadãos iniciaram hortas comunitárias em espaços públicos, articuladas em rede, baseadas na autogestão e na produção de alimentos para autoconsumo e para fins pedagógicos. As hortas comunitárias foram construídas, principalmente, na região Centro-Oeste, ganhando espaço nos meios de comunicação e incentivando cidadãos a organizarem iniciativas por toda a cidade.

Cabe aqui também destacar o início de diversas hortas nas periferias da cidade, como o caso da Horta da Vila Nova Esperança e da Horta di Gueto, ambas na Zona Oeste do município, próximas a Taboão da Serra. Na Zona Leste, tem-se o desenvolvimento do Projeto Quebrada Sustentável do Instituto Núcleo União e Arte (NUA), com a implantação de uma horta comunitária no Bairro de São Miguel Paulista e o Projeto PlantaPeriferia, em Cidade Tiradentes. Na Zona Sul, é constituída a Horta Cores e Sabores, pela Associação Capão Cidadão no bairro do Capão Redondo, assim como a Casa Ecoativa, que desenvolve trabalhos de arte, agroecologia e cultura na Ilha do Bororé, no Extremo Sul da cidade. Estes coletivos, em maior ou menor grau e junto a outros coletivos de cultura, se articulam entre si por meio da Rede PermaPerifa, que busca desenvolver iniciativas de permacultura e agroecologia nas periferias do município com apoio do Movimento Urbano de Agroecologia (MUDA_SP).

Por fim, cabe destacar que a invisibilidade da agricultura e seu espaço residual na forma urbana ao longo da história de São Paulo pode ter como base analítica o que Tornaghi (2014) aponta como uma combinação de três esferas. A primeira diz respeito à disponibilidade de terras, onde as privatizações, o cercamento de terras comunais e as migrações rurais/urbanas cumprem um papel decisivo. O loteamento de chácaras para a estruturação dos bairros e subúrbios e a especulação imobiliária que avançou sobre o eixo de estruturação das linhas de transporte da cidade trouxeram impactos diretos nas atividades agrícolas realizadas pela população, reduzindo-as a espaços diminutos ou expulsando-as para as periferias. Os fundos de casas, margens de rios e barrancos onde a agricultura era praticada de forma mais comunal foram gradualmente sendo

objeto de operações urbanas e abertura de vias de transporte, consolidando a urbanização e restringindo as áreas verdes disponíveis.

A segunda esfera diz respeito à transformação dos regimes alimentares e dos mercados agrícolas, deslocando a agricultura local por meio de uma lógica de abastecimento e adaptando os hábitos alimentares da população. O crescimento e estruturação da metrópole tencionava a produção alimentar e requereu a estruturação de um amplo sistema de abastecimento para além do Cinturão Verde que se consolidou ao redor da cidade. Ao passo que a metrópole crescia e recebia migrantes de todas as regiões do país, o desenvolvimento dos eixos de comunicação e transporte possibilitaram a ampliação da logística e armazenamento de produtos alimentares, estruturando São Paulo como o principal mercado consumidor do país e *locus* de negociações e conexões com o mercado de alimentos a nível nacional e internacional. Aliado a esse processo, a influência dos grupos imigrantes na cultura alimentar local foi decisiva para a introdução de novas culturas agrícolas e de práticas de cultivo complementares àquelas praticadas pelos caipiras. A conexão com regiões de produção alimentar longínquas auxiliou no deslocamento das práticas agrícolas do município para regiões mais distantes, fortalecendo a exploração do campo pela cidade e negligenciando a produção mais local dos alimentos.

A terceira e última esfera diz respeito aos sistemas de planejamento, onde as utopias urbanistas e seus conceitos modernos de funcionalidade do urbano desconsideravam a agricultura como um fator relevante no desenvolvimento da cidade. O ideário de inúmeros pensadores e urbanistas sobre a forma urbana influenciaram diretamente o planejamento de São Paulo no favorecimento de uma cidade funcional baseada em transportes automotivos, em grandes obras de infraestrutura e nas dinâmicas do mercado imobiliário enquanto principal fator de desenvolvimento. Nesse cenário de modernização e renovação, a cidade era organizada conforme propostas de zoneamento e separação que relegaram as áreas verdes a jardins domésticos privados, parques improdutivos, áreas residuais junto à eixos de transporte e áreas de proteção ambiental isoladas e distantes da população. A agricultura se manteve restrita a iniciativas espontâneas, pequenas e residuais em áreas abandonadas ou ainda não apropriadas pelos mercados imobiliários.

Agricultura urbana no município de São Paulo: uma caracterização

A agricultura no município de São Paulo é caracterizada por vários tipos de agricultura, como agricultura familiar, pequenas empresas agrícolas, fazendas e hortas urbanas, hortas comunitárias, hortas institucionais, quintais produtivos e produção pecuária. Esta diversidade

representa, em certa medida, as diversas formas de relações com natureza e de apropriação e produção do território urbano pelos cidadãos. Ela demonstra projetos de cidade em disputa que ora se alinham e ora se confrontam diretamente com o que a urbanista Raquel Rolnik chamou de *poder urbano*, "um conjunto de mecanismos econômicos, ideológicos e políticos que funciona no cotidiano da cidade para reprimir ou transformar tudo que se diferencia da ordem social", definida enquanto modelo criado pelas classes dominantes para garantir uma homogeneidade social (ROLNIK, 1994, p. 98).

Seja realizada para garantia da sobrevivência, como uma agricultura de subsistência, para geração de trabalho e renda e garantia de segurança alimentar e nutricional; ou para construir uma sustentabilidade urbana, onde a ocupação de espaços públicos, o ativismo alimentar, a luta pela transformação do sistema alimentar pela agroecologia e o trabalho pedagógico de aproximação entre consumidores e produtores assumem papéis mais centrais, a agricultura urbana em São Paulo parece envolver um número crescente de sujeitos de classes sociais distintas. Apesar de todas estas experiências estarem de alguma forma conectadas, em um fluxo de troca de informações e de encontros em mutirões, reuniões e eventos, é preciso certa delimitação do campo de estudo da pesquisa.

Grande parte dos pesquisadores em agricultura urbana buscam desenvolver tipologias próprias para se referir às inúmeras formas das experiências existentes, considerando desde tipologias mais simplistas, como o faz Caldas e Jayo (2019), ao definir dois tipos de agricultura urbana em São Paulo, de escala e de visibilidade, até tipologias mais dinâmicas e complexas, como apresentado por Oliveira (2017) e Giacchè et al. (2020). Baron (2017) também explora uma categorização interessante, em que reconhece seis grupos diversos: hortas comunitárias, hortas para produção de alimentos, hortas em instituições de ensino, hortas em unidades de saúde, hortas em equipamentos públicos e semi-públicos e hortas em espaços privados, autônomos e terceiro setor. É importante contribuir para a categorização de forma a melhor compreender a realidade sem estigmatiza-la ou restringi-la a certas características que apresenta.

Dessa forma, a partir das tipologias adaptadas de McClintock (2014) e Opitz et al. (2016), sugere-se distinguir os diferentes tipos de agricultura urbana encontradas no município de São Paulo. Tal distinção é importante para reconhecer certos padrões inerentes às diversas formas em que se estruturam as iniciativas de agricultura realizadas no município. Como já foi dito, tais tipologias não poderão ser analisadas de forma estanque, pois são conceitos que não se fecham em si, mas interagem, se mesclam e se interpenetram de acordo com a dinâmica que é estabelecida na gestão das hortas e nas relações entre o sujeito e a horta, entre os sujeitos entre si e entre as experiências entre si. Uma horta comunitária pode assumir características de guerrilha,

uma fazenda urbana pode se desmembrar em lotes de acordo com o envolvimento de novos atores na horta, uma horta institucional pode se abrir a uma forma de gestão comunitária de forma mais "livre" da instituição e desta forma segue-se uma infinidade de jeitos que a realidade pode assumir. O que importa neste momento é entender que tais experiências possuem características diversas entre si, o que permite distingui-las para fins analíticos e de pesquisa, mas nunca como forma de restringir a realidade a um número limitado de formas.

Tabela 8. Tipos de agricultura urbana do município de São Paulo

Tipo de agricultura urbana	**Organização**	**Escala de produção**	**Função primária ou orientação**	**Forma de manejo e trabalho**	**Comercialização**
Quintal produtivo (residencial)	Inexistente	Canteiros, vasos e pequenas áreas	Produção para autoconsumo, recreação, paisagem, doação	Individual ou doméstica	Mínima
Loteamento	Associação, Cooperativa ou Governamental	Canteiros, lotes e parques	Produção para autoconsumo, doação, venda de excedente, segurança alimentar e nutricional	Individual de cada lote, comunitária ou coletiva	Ocasional
Guerrilha	Ocasional, em coletivos	Canteiros, vasos e pequenas áreas	Ativismo, ocupação de espaços públicos, criação de paisagens comestíveis	Individual, coletiva ou comunitária	Inexistente
Horta comunitária	Coletivizada, Associações ou Cooperativas	Canteiros, lotes, estufas	Produção para autoconsumo, ativismo, ocupação de espaços públicos, segurança alimentar e nutricional, comunidade, venda ocasional	Coletiva ou comunitária	Ocasional
Horta institucional	Institucional ou Governamental	Canteiros, lotes, vasos, estufas e pequenas áreas	Produção para autoconsumo, doação, educação, reabilitação, capacitação e treino, venda ocasional	Individual, coletiva ou comunitária a partir de uma orientação institucional	Rara
Fazenda ou horta urbana	Inexistente, Associações ou Cooperativas, Governamental	Canteiros, áreas de médias a grandes,	Produção para autoconsumo, produção para venda, segurança alimentar e nutricional, abastecimento	Individual ou coletiva	Frequente
Agricultura familiar	Inexistente, Associações ou	Parcelas grandes de	Produção para autoconsumo,	Individual ou familiar	Frequente

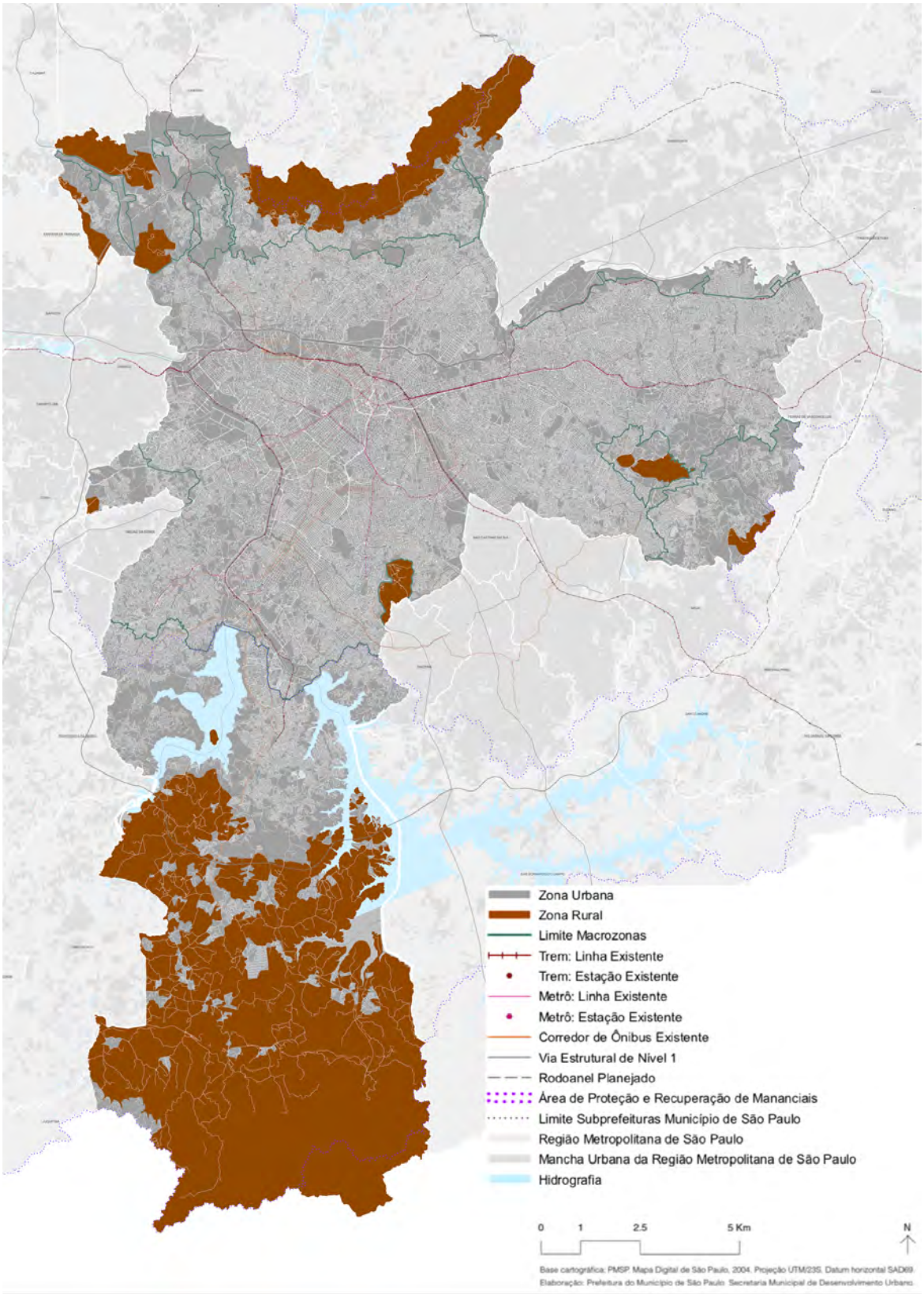
	Cooperativas	produção, estufas, áreas arrendadas	produção para venda, abastecimento		
Empreendimento agrícola	Associações, Cooperativas ou Instituições	Parcelas grandes de produção, estufas, áreas arrendadas	Produção para venda, abastecimento	Relações capitalistas de produção	Sempre

Fonte: Elaboração própria, adaptado de McClintock (2014, p.150).

Há grande dificuldade em se quantificar o número de agricultores existentes no município de São Paulo. Por ser uma atividade de pouca importância econômica perante os setores industrial e de serviços, pouca pesquisa foi destinada a entender e analisar o setor agrícola. No entanto, há alguns dados que são possíveis destacar e que apresentam um panorama geral da agricultura no município, mesmo que ainda parcial do que de fato se apresenta na realidade.

Primeiramente, cabe aqui ressaltar a reintrodução, em 2014, da Zona Rural no município, o que trouxe um olhar importante para as áreas com características rurais ou com produção agrícola. Esse olhar contribui para reconhecermos, no território, as regiões que possuem contribuição expressiva para o desenvolvimento das práticas agrícolas e que devem ser objeto de políticas públicas.

Figura 8. Mapa da Zona Rural do município de São Paulo



Fonte: PDE, 2014.

O retorno da Zona Rural do município trouxe importantes avanços relacionados à importância estratégica da agricultura para o desenvolvimento urbano. Há importantes estudos que foram realizados, principalmente pelo DIEESE (2016), que analisam a população envolvida com atividades agropecuárias no município, a partir de dados do Censo Demográfico (2010) e outros levantamentos. Dessa forma, é importante apresentar esses dados e localizá-los no contexto histórico do município. Conforme o Censo Demográfico de 2010, realizado pelo IBGE, da população residente de São Paulo (cerca de 11.253,5 mil pessoas), 99,1% localizam-se em Zona Urbana e 0,9% em Zona Rural, com maior contingente populacional nas zonas Sul 2 e Leste 2. Considerando moradores das áreas rurais, 45,6% estava na região Sul 2 e 30,6% na região Leste 2[4]. As zonas Norte 2 e Norte 1 ficaram com 18,3% e 5,3%, respectivamente. A Zona Sul 1 apresentou total de 199 residentes em área considerada rural, representando 0,2%. Por ser um Censo de 2010, tais dados se referem ao Plano Diretor Estratégico de 2002[5], em que o município era considerado zona urbana em sua totalidade, mas comportando zonas com especificidades rurais (como zonas de produção agrícola e de preservação ambiental) (DIEESE, 2016; IBGE, 2010).

A população moradora em domicílios com situação rural concentra-se nas Subprefeituras de Parelheiros (Sul 2) com 21,0%, São Miguel (Leste 2) 16,7% e Capela do Socorro (Sul 2) 14,8%. Somadas as participações dessas três subprefeituras, elas concentraram a maioria (52,5%) da população rural da cidade.

[4] A organização territorial de São Paulo é diversa e possui diversas características históricas analisadas com profundidade por Hidalgo (2013). A partir do estabelecimento da Lei Orgânica do Município de São Paulo (1990), foi proposta uma reformulação da organização do território. O município de São Paulo é hoje distribuído em 96 distritos, 32 Subprefeituras (com funções administrativas) e 5 zonas distintas, sendo elas as zonas Sul, Leste, Norte, Centro e Oeste. Tal divisão se dá para fins político-administrativos e possui grande diversidade. Pela extensa dimensão das zonas Sul, Leste e Norte, cada uma foi divididas em duas, sendo compreendidas conforme segue. Região Centro: Subprefeitura Sé; Região Norte I: Subprefeituras Jaçanã/Tremembé, Santana/Tucuruvi e Vila Maria/Vila Guilherme; Região Norte II: Subprefeituras Casa Verde/Cachoeirinha, Freguesia/ Brasilândia, Perus e Pirituba; Região Leste I: Subprefeituras Aricanduva/Formosa/Carrão, Mooca, Penha, Sapopemba e Vila Prudente; Região Leste II: Subprefeituras Cidade Tiradentes, Ermelino Matarazzo, Guaianases, Itaim Paulista, Itaquera, São Mateus e São Miguel; Região Sul I: Subprefeituras Ipiranga, Jabaquara e Vila Mariana; Região Sul II: Subprefeituras Campo Limpo, Capela do Socorro, Cidade Ademar, M'Boi Mirim, Parelheiros e Santo Amaro; Região Oeste: subprefeituras Butantã, Lapa e Pinheiros.

[5] LEI Nº 13.430 , DE 13 DE SETEMBRO DE 2002, disponível em https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/infraestrutura/sp_obras/arquivos/plano_diretor_estrategico.pdf. Acesso em 20/01/2020.

Tabela 9. Estimativa dos moradores por situação do domicílio e Subprefeitura do município de São Paulo - 2010

Estimativa dos Moradores por Situação do Domicílios e Subprefeitura
Município de São Paulo, 2010

Subprefeituras	Rural		Urbana		Total	
	nº absoluto	distrib. (%)	nº absoluto	distrib. (%)	nº absoluto	distrib. (%)
Parelheiros	21.097	21,0	118.344	1,1	139.441	1,2
São Miguel	16.758	16,7	352.738	3,2	369.496	3,3
Capela do Socorro	14.919	14,8	580.011	5,2	594.930	5,3
São Mateus	7.324	7,3	419.470	3,8	426.794	3,8
Perus	7.113	7,1	138.933	1,2	146.046	1,3
M'Boi Mirim	6.283	6,2	557.022	5,0	563.305	5,0
Freguesia-Brasilândia	6.283	6,2	400.962	3,6	407.245	3,6
Itaquera	6.165	6,1	517.683	4,6	523.848	4,7
Pirituba-Jaraguá	4.722	4,7	432.870	3,9	437.592	3,9
Cidade Ademar	3.583	3,6	407.415	3,7	410.998	3,7
Jacanã-Tremembé	3.277	3,3	288.590	2,6	291.867	2,6
Santana-Tucuruvi	2.041	2,0	322.774	2,9	324.815	2,9
Cidade Tiradentes	505	0,5	210.996	1,9	211.501	1,9
Casa Verde-Cachoeirinha	267	0,3	309.109	2,8	309.376	2,7
Jabaquara	199	0,2	223.581	2,0	223.780	2,0
Campo Limpo	-	-	607.105	5,4	607.105	5,4
Penha	-	-	474.659	4,3	474.659	4,2
Ipiranga	-	-	463.804	4,2	463.804	4,1
Sé	-	-	431.106	3,9	431.106	3,8
Butantã	-	-	428.593	3,8	428.593	3,8
Itaim Paulista	-	-	373.127	3,3	373.127	3,3
Vila Mariana	-	-	344.632	3,1	344.632	3,1
Mooca	-	-	343.960	3,1	343.960	3,1
Lapa	-	-	305.150	2,7	305.150	2,7
Vila Maria-Vila Guilherme	-	-	297.713	2,7	297.713	2,6
Pinheiros	-	-	289.743	2,6	289.743	2,6
Sapopemba	-	-	284.524	2,6	284.524	2,5
Guaianases	-	-	268.508	2,4	268.508	2,4
Aricanduva-Formosa-Carrão	-	-	267.702	2,4	267.702	2,4
Vila Prudente	-	-	246.589	2,2	246.589	2,2
Santo Amaro	-	-	238.025	2,1	238.025	2,1
Ermelino Matarazzo	-	-	207.509	1,9	207.509	1,8
Total	**100.536**	**100,0**	**11.152.967**	**100,0**	**11.253.503**	**100,0**

Fonte: Censo Demográfico, IBGE.
Elaboração: DIEESE.

Da população residente em área rural, 52,3% concentrou-se em apenas 4 distritos dos 19 que apresentaram moradores nessa situação de domicílio. O distrito com maior participação foi Jardim Helena com 16,7%, pertencente à subprefeitura de São Miguel e à região Leste 2. Em segundo, o Grajaú concentrou 14,7% e compunha os distritos da subprefeitura de Capela do Socorro na Região Sul 2. Parelheiros e Marsilac em terceiro e quarto lugar concentraram 14,2% e 6,8%, respectivamente e pertenciam à subprefeitura de Parelheiros, também na zona Sul 2 do município (DIEESE, 2016).

Diversos levantamentos, com diferentes metodologias, foram realizados para estimar a quantidade e o perfil dos agricultores existentes no município. O estudo temático do DIEESE (2016), apesar de bem completo e ter considerado também os dados desses levantamentos, considera como ocupados muitos sujeitos que não atuam diretamente na produção agrícola e que não necessariamente tem no município de São Paulo sua área de atuação. Sendo assim, é

importante analisar outras fontes. Os dados apontados buscam se aproximar da realidade, mas dificilmente conseguirão expressar a diversidade de práticas, sujeitos e motivações existentes para a agricultura na cidade. Mesmo assim, é fundamental observar os dados, descrevê-los e analisá-los para termos clareza da importância que a agricultura apresenta e identificar os principais gargalos e desafios que precisam ser superados para garantir a qualidade de vida, a geração de renda e a conservação ambiental pelos agricultores.

Dentre os diversos levantamentos, temos:

Tabela 10. Número de estabelecimentos agropecuários por estudo e cadastro

Nome	**Número de estabelecimentos**	**Número de pessoas envolvidas**	**Área total aproximada**
Cadastro do Produtor Rural (2012)	446 unidades de produção		5.000 ha
Levantamento Unidades de Produção Agropecuária (LUPA – 2007/2008)	253 unidades de produção		3.000 ha
Levantamento Unidades de Produção Agropecuária (LUPA – 2016/2017)	323 unidades de produção	802 pessoas (proprietários, familiares e mensalistas)	4.388,40 ha
Censo Agropecuário - IBGE (2006)	193 estabelecimentos agropecuários	767 pessoas ocupantes	8.000 ha
Censo Agropecuário - IBGE (2017)	550 estabelecimentos agropecuários	1.945 pessoas ocupantes	11.000 ha
Cadastro Ambiental Rural (CAR) - 2016	458 imóveis inscritos		
Cadástro Único (CadÚnico) - 2018		609 famílias de agricultores familiares, 38 famílias assentadas, 33 famílias ribeirinhas, 44 famílias de pescadores artesanais, 17 famílias extrativistas e ainda 390 famílias indígenas	

Fonte: Elaboração própria.

A Prefeitura Municipal de São Paulo, por meio do Departamento de Agricultura da Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional (COSAN) da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDET), realizou um levantamento prévio de produtores, denominado Cadastro de Produtor Rural (CPR). Valdiones (2013) analisou com profundidade este cadastro em 2012 e identificou que, no município, existem aproximadamente 446 unidades de produção agropecuária (UPA), ocupando uma área total de 5.000 ha e

distribuídas principalmente nas periferias das regiões Norte, Sul e Leste (VALDIONES, 2013, 87-90).

A autora já identifica nestes dados a ausência de algumas Unidades de Produção Agropecuária (UPA) apontadas por levantamentos locais e contrasta estes dados com o Levantamento Censitário de Unidades de Produção Agropecuárias (Projeto LUPA), realizado pela Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI/SP) da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo em 2007/2008 e em 2016/2017 (SÃO PAULO, 2009a; SÃO PAULO, 2019). A UPA é definida como "conjunto de propriedades agrícolas contíguas e pertencentes ao mesmo proprietário; localizada dentro de um mesmo município; com área igual ou superior a 0,1 ha; e não destinada exclusivamente para lazer" (SÃO PAULO, 2009b).

De acordo com o Projeto LUPA, em 2008 foram identificadas 253 UPAs no município de São Paulo, atingindo uma área de cerca de 3.000 ha de produção agrícola. No LUPA realizado em 2016/2017, com dados preliminares divulgados apenas no final de 2019, foram identificadas 323 UPAs, em sua maior parte com propriedades menores que 10 ha e com culturas temporárias, totalizando uma área de cerca de 4.388 ha no município e 802 pessoas envolvidas diretamente na produção, entre proprietários, familiares e mensalistas (SÃO PAULO, 2009a; SÃO PAULO, 2019).

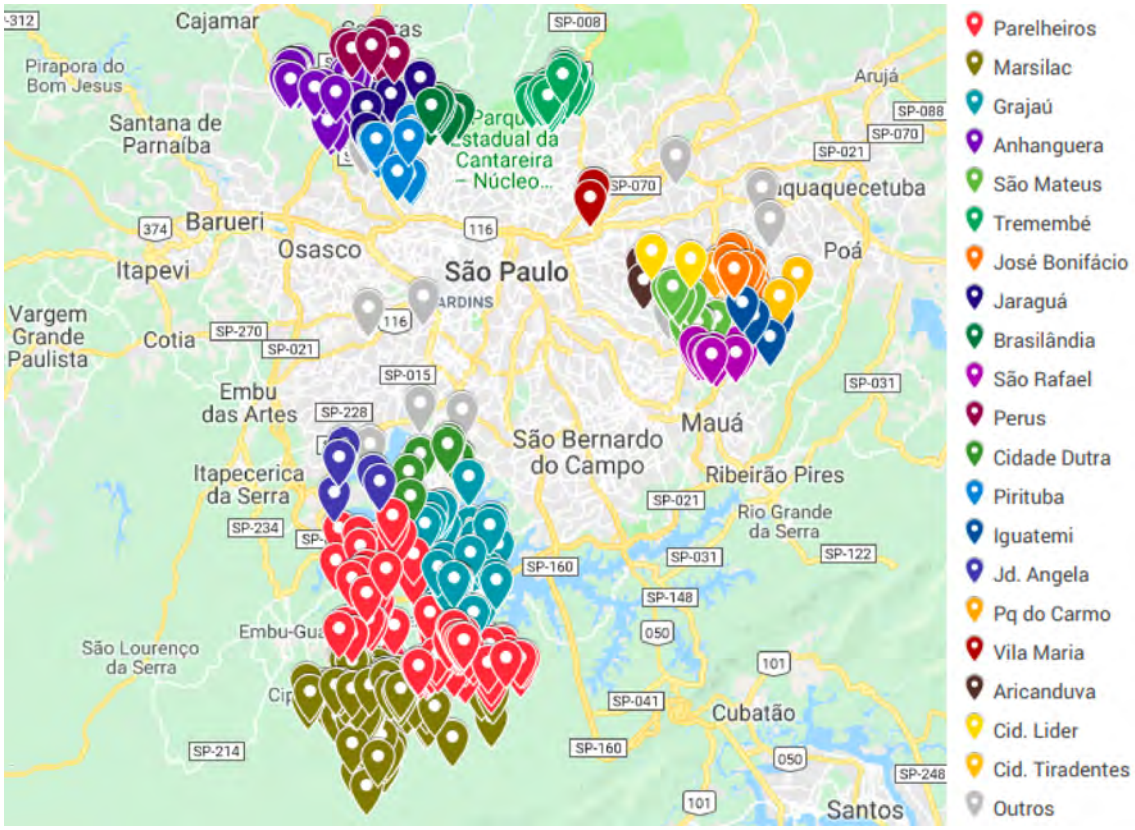
A diferença entre os dois dados, do CPR e do LUPA, conforme argumenta Valdiones, se dá em relação ao entendimento da UPA pelo CPR como a área cultivada por determinada família, independente da forma de acesso da terra, o que engloba arrendatários, posseiros, meeiros e comodatários, e de forma diversa pelo LUPA, considerando a propriedade da terra na definição da unidade. Dessa forma, para o LUPA, uma área de produção de um mesmo proprietário, mas loteada para mais de um agricultor produzir, é considerada uma unidade de produção agropecuária. (VALDIONES, 2013).

O Censo Agropecuário de 2006, assim como os resultados do Censo Agropecuário 2017, também trazem dados interessantes. O conceito utilizado pelo Censo Agropecuário é o de estabelecimento agrícola, em que é considerada "toda unidade de produção dedicada, total ou parcialmente, à exploração agropecuária, florestal ou aquícola, independente do seu tamanho, de sua forma jurídica (...), de sua localização (...), tendo como objetivo a produção (...)" (IBGE, 2019, p.14). Ainda se diferencia o imóvel rural do estabelecimento agropecuário, ocasionando situações em que um único imóvel rural, ocupado por mais de um produtor em lotes definidos dava origem a mais de um estabelecimento agropecuário entre outras situações, o que diferencia do observado no LUPA.

O Censo de 2006 indicava a presença de 193 estabelecimentos agropecuários no município, com 767 pessoas ocupantes e cerca de 193 produtores rurais, sendo 130 de agricultores familiares e 63 não familiares, com predominância de cultivo temporário (861 ha) e grande presença de áreas naturais (3.111 ha) e espaços construídos (1.836 ha). Por sua vez, o Censo de 2017 indicou 550 estabelecimentos agropecuários com 1.945 pessoas ocupantes, com predominância de cultivo temporário (689 ha), áreas naturais destinadas à preservação (7.832 ha) e produção de flores (432 ha) (IBGE, 2006; IBGE, 2017).

Há um incremento em 65% do número de estabelecimentos em cerca de 10 anos entre um estudo e outro, além de um incremento de pouco mais que o dobro do número de ocupantes e de áreas naturais protegidas. Há alterações metodológicas em ambos os censos, alterações do escopo da pesquisa ou o valor de fato representa um incremento expressivo? Observando os dados e em conversas com técnicos da Prefeitura que acompanham a região durante o período, é de se considerar certa subnotificação no Censo de 2006 em relação ao número de estabelecimentos e pessoal ocupado em relação ao Censo de 2017.

Figura 9. Mapa dos estabelecimentos agropecuários da cidade de São Paulo por distrito - Censo Agropecuário IBGE 2017

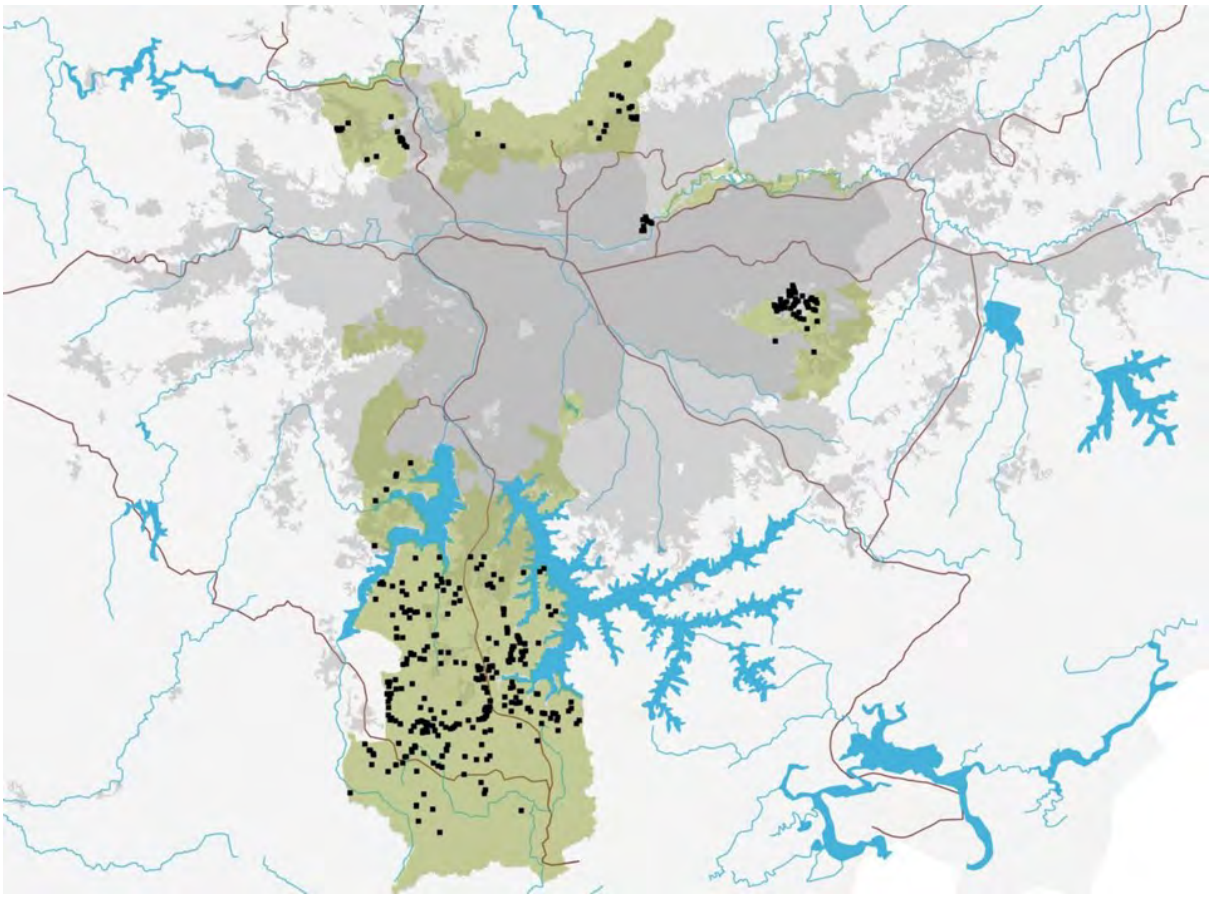


Fonte: IBGE, 2017. Elaboração própria.

De acordo com o CPR, a maioria das propriedades tem cerca de 0,1 a 5 ha, exceto na região sul, onde podem chegar a ser maiores que 50 ha. Um dado interessante da pesquisa de

Valdiones (2013, p.114) demonstra que boa parte dos agricultores urbanos do município possui a propriedade da terra, muitos deles adquiridos por herança de parentes imigrantes. Apenas na região Norte e em São Mateus, na região Leste é que há outras formas de posse da terra, como o arrendamento e a contratação por comodato. Nos dados do Censo Agropecuário mais recente (2017), também há indicação de uma maioria proprietária nos estabelecimentos agropecuários (426 unidades). É possível que tais pesquisas estejam subnotificadas, tendo em vista a dificuldade de obtenção de dados e a variedade dos tipos de agricultura que são consideradas nas pesquisas.

Figura 10. Mapa dos produtores rurais cadastrados no Cadastro do Produtor Rural (CPR) - 2014

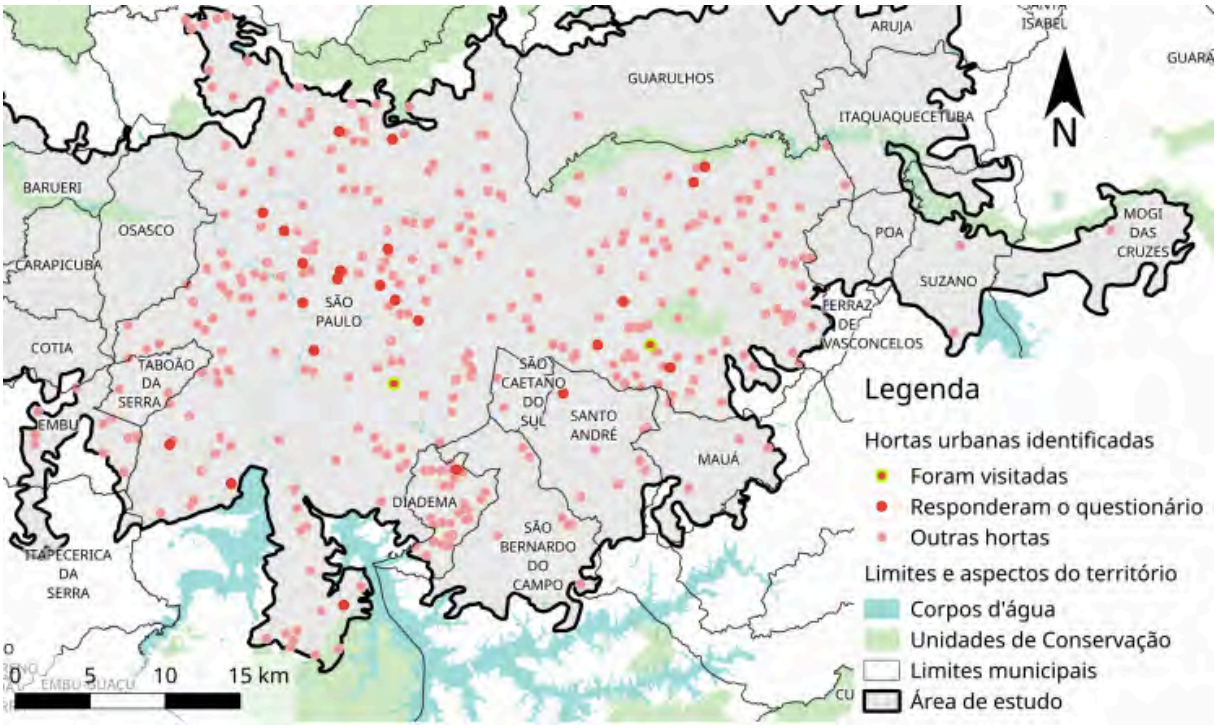


Fonte: Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDET), 2014

Para além dos levantamentos governamentais, também é digno de nota o mapeamento realizado por Baron (2017), consolidando diversas fontes de dados, governamentais ou não, e pesquisas acadêmicas, de forma a identificar hortas urbanas na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). O autor identificou 412 hortas em onze municípios da RMSP, com destaque para os municípios de São Paulo, Diadema, Santo André e Embu. Além de hortas produtivas/comerciais (em que o autor denomina como agricultores urbanos, segundo Rostichelli, 2013) e comunitárias (denominados como hortelões, segundo Nagib, 2016), o autor

ainda considera hortas institucionais escolares e em unidades básicas de saúde, além de outras tipologias. Assim, pode-se considerar um avanço no que diz respeito a identificar iniciativas que transcendem um olhar para agricultura urbana pautado apenas no que diz respeito ao abastecimento alimentar da metrópole (BARON, 2017).

Figura 11. Mapa de hortas urbanas da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), reconhecidas e estudadas na pesquisa de Baron, 2017.



Fonte: BARON, 2017

Tais dados demonstram a dificuldade em termos de assertividade em relação à agricultura no município, tendo em vista sua dinâmica e a multiplicidade de formas que assumem. Como dito, os dados existentes no CPR, no Censo Agropecuário e no LUPA, apesar de trazerem um retrato relativamente aprofundado sobre o perfil da agricultura urbana de São Paulo, não são suficientes para possibilitar uma análise completa de todos os tipos de agricultura urbana do município. Hortas institucionais, comunitárias, quintais produtivos e outras práticas de menor escala permanecem invisíveis no retrato geral da agricultura da cidade, apesar de sua importância em diversas esferas da vida urbana. Na realidade, não há estudos que consigam apreender em sua totalidade as práticas de agricultura urbana, tendo em vista sua dinâmica e a flexibilidade de formas que ela pode assumir.

Políticas públicas e articulações da sociedade civil

O município de São Paulo chegou a ter uma secretaria municipal responsável pelo abastecimento da cidade. A Secretaria Municipal de Abastecimento (SEMAB), criada em 1987

pelo então Prefeito Jânio Quadros, foi responsável, durante a década de 90, por coordenar, controlar e fiscalizar as atividades relativas ao abastecimento de gêneros alimentícios do município, organizar e gerir as compras públicas, contribuir para a melhoria da alimentação da população, por meio de programas de educação alimentar e fomentar a produção agropecuária, especialmente dos produtos hortifrutigranjeiros do município. No início dos anos 2000, a secretaria é transformada na Supervisão de Abastecimento (ABAST), descentralizando boa parte dos equipamentos, cargos e serviços para outras secretarias e para as subprefeituras.

Apesar de ter a estrutura voltada à agricultura e alimentação diminuída, diversas articulações foram feitas para estimular e promover a agricultura urbana e periurbana no município como uma forma de combate à fome no início dos anos 2000. Em 2004, após a realização de uma série de seminários temáticos para discussão sobre o assunto, o município aprova seu Programa de Agricultura Urbana e Periurbana (PROAURP - Lei 13.727/04[6] e Decreto 51.801/10[7]), que regulamenta a produção de alimentos na cidade de forma inovadora. O PROAURP traz, em seu primeiro artigo, uma ampla definição do que é considerada a agricultura urbana na cidade: "toda a atividade destinada ao cultivo de hortaliças, legumes, plantas medicinais, plantas frutíferas e flores, bem como a criação de animais de pequeno porte, piscicultura e a produção artesanal de alimentos e bebidas para o consumo humano no âmbito do município". A amplitude do conceito traz oportunidades e desafios, na medida em que, por um lado, reconhece e prevê uma série de atividades de produção agropecuária e artesanal no município, como também deixa de regularizar com profundidade tais atividades, como a produção animal.

O PROAURP traz importantes instrumentos de fomento para a agricultura urbana, como levantamentos georreferenciados de áreas disponíveis para implantação do programa, incentivos fiscais para a atividade em propriedades privadas e o estabelecimento de três Casas de Agricultura Ecológicas, responsáveis por oferecer assistência técnica e extensão rural aos agricultores do município. Outro aspecto importante é o reconhecimento, em princípio, de duas formas distintas de exercício da agricultura urbana, considerada como uma atividade produtiva comercial e também como uma atividade pedagógica, voltada para o autoconsumo e para outros fins para além do abastecimento alimentar.

---

[6] LEI 13.727, DE 12 DE JANEIRO DE 2004 , disponível em http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/negocios_juridicos/cadlem/integra.asp?alt=13012004L%20137270000. Acesso em 28/5/2018.

[7] DECRETO Nº 51.801, DE 21 DE SETEMBRO DE 2010, disponível em http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/negocios_juridicos/cadlem/integra.asp?alt=22092010D%20518010000. Acesso em 28/5/2018.

A competência de implantação do programa ficou a cargo de duas principais secretarias, a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, responsável pelas ações de educação ambiental, formação técnica e assistência à hortas pedagógicas e para fins de autoconsumo, e a Secretaria de Subprefeituras, por meio da ABAST, para oferecer assistência técnica e extensão rural aos agricultores com produção comercial voltados ao abastecimento do município. Apesar de sua instituição e da realização de inúmeras hortas e ações ao longo dos anos 2000, o PROAURP possui fragilidades e dificuldades de implantação até os dias atuais, com falta de orçamento e de estrutura técnica para o desenvolvimento de suas ações para todos os agricultores do município. Diferentes visões das gestões municipais contribuíram para a fragmentação das ações e para a ausência de continuidade nas ações propostas. Das três Casas de Agricultura Ecológicas previstas, apenas duas foram de fato implementadas com estruturas precárias (na Zona Leste e na Zona Sul do município), as hortas comunitárias e para fins de autoconsumo possuem dificuldades de reconhecimento oficial por parte da Prefeitura e diversos instrumentos previstos em lei não foram operacionalizados (como o incentivo fiscal e a criação do sistema georreferenciado de áreas para implantação do programa).

Além do PROAURP, outros programas foram criados que dialogam diretamente com o desenvolvimento da agricultura urbana no município. O Programa Escola Estufa Lucy Montoro, criado e regulamentado pelo Decreto nº 50.741, de 16 de julho de 2009[8], visa estimular a implantação de hortas comunitárias e o cultivo de hortaliças sem a utilização de agrotóxicos por meio de cursos gratuitos sobre o tema, em consonância com o PROAURP. Até 2012, foram inauguradas 32 Escolas Estufas em Centros Educacionais Unificados (CEU), Subprefeituras, escolas da rede municipal de ensino, entre outros equipamentos públicos. Essas Estufas são espaços importantes para a promoção descentralizada da agricultura urbana para auto abastecimento e para o envolvimento cidadão com a temática. Além dessas, outras políticas públicas têm buscando incentivar a gestão de hortas, como a Lei da Alimentação Escolar

[8] DECRETO Nº 50.741, DE 16 DE JULHO DE 2009, disponível em http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/negocios_juridicos/cadlem/integra.asp?alt=17072009D%20507410000. Acesso em 28/5/2018.

Orgânica (Lei 16.140/2015[9] e Decreto 56.913/2016[10]) e a Lei de Gestão Participativa de Praças (Lei 16.212/2015[11]).

Importantes políticas públicas e articulações da sociedade civil também emergiram na década de 2010. Paralelamente ao surgimento de hortas urbanas em São Paulo, a Plataforma de Apoio à Agricultura Orgânica na cidade de São Paulo foi formada em 2012 e coordenada por três instituições não governamentais: Instituto 5 Elementos, Instituto Kairós e Associação de Agricultura Orgânica (AAO). Combinadas com outras ONGs, cooperativas e associações de agricultores urbanos e rurais, a Plataforma foi responsável por discutir propostas de apoio à agricultura no município, congregar e sistematizar as demandas dos agricultores e articular o tema com políticos do Legislativo e Executivo Municipal para obter o comprometimento para inclusão dessas pautas nos planos de governo. Após o processo eleitoral, a Plataforma tornou-se um espaço importante de articulação entre Câmara Legislativa e sociedade civil, que possibilitou o desenvolvimento de políticas públicas importantes e o controle social de acordo com as demandas diretas dos agricultores (PLATAFORMA DE APOIO A AGRICULTURA ORGÂNICA NA CIDADE DE SÃO PAULO, 2013; 2014).

Como parte de um processo dinâmico e complementar à rede dos Hortelões Urbanos e à Plataforma, um terceiro movimento surgiu em 2014. O Movimento Urbano de Agroecologia (MUDA SP) tornou-se um coletivo com ativistas e instituições que propunham ações para o desenvolvimento de uma cidade mais verde, reconectada à natureza, incentivando a promoção da agricultura familiar, a construção de uma cadeia produtiva justa e solidária e a ocupação responsável e coletiva do espaço público (MUDA, 2017). Nesse sentido, um dos principais projetos implantados pela MUDA, por meio de um edital do município chamado Redes e Ruas, se chama Cidades Comestíveis, que visa promover a agricultura urbana em São Paulo, por meio de uma plataforma colaborativa para o intercâmbio de recursos, conhecimento e trabalho entre os horticultores urbanos. Além disso, MUDA desempenhou um papel fundamental na criação de um mapa colaborativo do município de São Paulo e arredores, apontando as hortas comunitárias, mercados e feiras livres que comercializam produtos orgânicos e restaurantes que utilizam

---

[9] LEI Nº 16.140, DE 17 DE MARÇO DE 2015, disponível em https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/lei-ordinaria/2015/1614/16140/lei-ordinaria-n-16140-2015-dispoe-sobre-a-obrigatoriedade-de-inclusao-de-alimentos-organicos-ou-de-base-agroecologica-na-alimentacao-escolar-no-ambito-do-sistema-municipal-de-ensino-de-sao-paulo-e-da-outras-providencias. Acesso em 28/5/2018.

[10] DECRETO Nº 56.913, DE 5 DE ABRIL DE 2016, disponível em http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/negocios_juridicos/cadlem/integra.asp?alt=06042016D%20569130000. Acesso em 28/5/2018.

[11] LEI Nº 16.212, DE 10 DE JUNHO DE 2015, disponível em https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/lei-ordinaria/2015/1622/16212/lei-ordinaria-n-16212-2015-dispoe-sobre-a-gestao-participativa-das-pracas-do-municipio-de-sao-paulo-e-da-outras-providencias. Acesso em 28/5/2018.

produtos orgânicos. Além disso, o movimento se engajou na criação de uma feira livre de produtos orgânicos no Shopping Villa Lobos, além de ajudar os agricultores urbanos na comercialização dos seus produtos em toda a cidade por meio do apoio a formação de grupos de consumo responsável e no incentivo e apoio junto aos movimentos de permacultura nas periferias, como a Rede PermaPerifa (MUDA, 2017).

Tanto o Movimento Urbano de Agroecologia quanto a Plataforma de Apoio à Agricultura Orgânica na cidade de São Paulo foram importantes grupos de articulação política e ativismo para a consolidação de políticas públicas que incorporassem as demandas dos agricultores do município. Dentre estas políticas públicas e processos que se desenvolveram com o fortalecimento destes movimentos e dos grupos de agricultores, alguns são dignos de nota e apresentação.

O primeiro processo diz respeito à revisão do Plano Diretor Estratégico do município de São Paulo em 2014, um dos principais marcos regulatórios para o desenvolvimento do município até 2030, que direciona as ações dos produtores do espaço urbano, públicos ou privados, para que o desenvolvimento da cidade seja feito de forma planejada e atenda às necessidades coletivas de toda a população. Foram realizadas 114 audiências públicas (SÃO PAULO, 2018), nas quais os agricultores do município e os movimentos associados tiveram papel fundamental em todas as etapas do processo. O novo Plano Diretor Estratégico (PDE 2014)[12] deixa de ter um capítulo específico de agricultura urbana, como o anterior, mas incorpora o retorno da Zona Rural em um terço da área do município, inclui uma ferramenta de Pagamento por Serviços Ambientais, cria novos parques, traz a agricultura urbana como diretriz do Sistema de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres e inclui a agricultura como uma atividade estratégica para o desenvolvimento do município por meio do Polo de Desenvolvimento Econômico Rural Sustentável. Além disso, a agricultura urbana e familiar orgânica foi considerada uma das prioridades da Política Ambiental. O retorno da zona rural em uma região metropolitana como São Paulo, trazendo a agricultura como uma atividade para geração de renda, para contenção do crescimento horizontal da cidade e para proteção e conservação ambiental, possibilita importantes direcionamentos para a estruturação de políticas públicas e projetos (SÃO PAULO, 2018).

O PDE 2014 também cria o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Solidário e Sustentável (CMDRSS), um órgão colegiado responsável pela elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e pela gestão participativa dos territórios com atividades

[12] LEI Nº 16.050, DE 31 DE JULHO DE 2014, disponível em http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/arquivos/PDE-Suplemento-DOC/PDE_SUPLEMENTO-DOC.pdf. Acesso em 25/05/2018.

rurais no município. O conselho foi implantado por meio da 1a. Conferência Municipal de Desenvolvimento Rural Solidário e Sustentável do município de São Paulo, realizada em junho de 2016, onde houve a eleição dos representantes da sociedade civil e a indicação das principais diretrizes para elaboração do plano. Uma das diretrizes da conferência instituiu a importância do trabalho não apenas na zona rural do município, mas também nas atividades agrícolas realizadas dentro das áreas urbanas. O conselho possui representantes dos agricultores de todas as regiões, assim como de hortas urbanas, comunidades tradicionais e de outros conselhos (SÃO PAULO, 2016b).

A partir do fortalecimento da temática possibilitada por todos esses movimentos da sociedade civil e suas articulações políticas, foi realizado processo eleitoral e empossada, em 2015, a 5a. Gestão do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMUSAN) com presidência, pela primeira vez na história, da sociedade civil e com participação de diversos integrantes da Plataforma de Apoio à Agricultura Orgânica que decidiram realizar a articulação política no conselho, como forma de fortalecer os espaços oficiais de participação social. No mesmo ano, foi realizada a 6a. Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de São Paulo, com a participação de mais de 1.000 pessoas, onde foram definidas diretrizes para a elaboração do 1o. Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PLAMSAN), lançado em 2016 com ações previstas para até 2020 (SÃO PAULO, 2015; 2016a). Todas estas ações são fortalecedoras do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), do qual o município de São Paulo, por meio da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional[13], é signatário desde 2013 e responsável pela garantia de ações gradativas para a atenção ao direito humano à alimentação adequada (DHAA).

A partir das discussões com os parlamentares no âmbito da Plataforma de Apoio à Agricultura Orgânica, foi construído o Projeto de Lei 451/2013, com coautoria entre os vereadores Gilberto Natalini (PV), Nabil Bonduki (PT) e Ricardo Young (REDE), no qual prevê a criação de um plano progressivo de introdução desses alimentos. A Lei da Alimentação Escolar Orgânica[14] foi sancionada em 2015, depois de uma série de debates e diálogos entre a assessoria dos vereadores, entidades da sociedade civil, associações e cooperativas de agricultores e técnicos

[13] LEI Nº 15.920, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013, disponível em https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/lei-ordinaria/2013/1592/15920/lei-ordinaria-n-15920-2013-estabelece-os-componentes-municipais-do-sistema-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional-sisan-criado-pela-lei-federal-n-11346-de-15-de-setembro-de-2006. Acesso em 25/05/2018.

[14] LEI Nº 16.140, DE 17 DE MARÇO DE 2015, disponível em https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/lei-ordinaria/2015/1614/16140/lei-ordinaria-n-16140-2015-dispoe-sobre-a-obrigatoriedade-de-inclusao-de-alimentos-organicos-ou-de-base-agroecologica-na-alimentacao-escolar-no-ambito-do-sistema-municipal-de-ensino-de-sao-paulo-e-da-outras-providencias. Acesso em 25/05/2018.

de diversas secretarias da Prefeitura Municipal. O processo de regulamentação da lei[15] em 2016 também contou com um intenso processo participativo que integrou diversas secretarias (como Educação, Verde e Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico e Trabalho), tendo em vista a amplitude da ações previstas, como o desenvolvimento de hortas escolares, formações com o corpo escolar, adequação das cozinhas e o plano de inserção progressiva de alimentos orgânicos na alimentação escolar. De acordo com o plano, até 2026 a alimentação escolar será inteiramente orgânica, com prioridade para agricultores do município que sejam certificados ou estejam em processo de transição agroecológica.

Tal lei teve inúmeros desdobramentos, desde a mudança no processo das chamadas públicas dentro da própria Coordenadoria de Alimentação Escolar (CODAE/SME), possibilitando a compra regionalizada e em menor volume para conseguir adequar à oferta de produtos dos agricultores da cidade, até a ampliação no número de escolas com hortas escolares, que foram de 351 hortas em 2016 para 509 em 2017[16]. Além disso, a lei ainda estimulou processos de articulação no âmbito do estado, com a assinatura do Protocolo de Transição Agroecológica em 2017 entre diversas instituições estaduais (como a Coordenadora de Biodiversidade e Recursos Naturais (CBRN/SMA, a Coordenadoria de Desenvolvimento dos Agronegócios (Codeagro/SAA) e outras) e instituições da sociedade civil (como o Associação de Agricultura Orgânica (AAO) e o Instituto Kairós). Este protocolo visa promover boas práticas agroambientais e o uso sustentável dos recursos naturais por agricultoras e agricultores, além de fomentar o incremento da produção, da oferta e do consumo de alimentos saudáveis e biodiversos.

De forma complementar, buscou-se avançar na regulamentação das hortas desenvolvidas em praças e espaços públicos. A chamada Lei da Gestão Participativa de Praças (Lei Municipal 16.212 de 10 de Junho de 2015) foi construída de forma participativa com o Movimento Boa Praça, criado em 2008 por cidadãos que buscam articular junto a governos e empresas ações para revitalizar, ocupar e qualificar os espaços públicos e áreas verdes. A Lei, proposta e aprovada pelo vereador Nabil Bonduki (PT), buscava desburocratizar o cuidado com as praças públicas, possibilitando a criação de Comitês de Usuários que auxiliariam na gestão dos espaços juntamente com a Subprefeitura. A Lei também regulava as propostas de instalação de hortas comunitárias em praças, sob a condição de serem orgânicas e terem caráter educativo,

[15] DECRETO Nº 56.913, DE 5 DE ABRIL DE 2016, disponível em https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/decreto/2016/5692/56913/decreto-n-56913-2016-regulamenta-a-lei-n-16140-de-17-de-marco-de-2015-que-dispoe-sobre-obrigatoriedade-de-inclusao-de-alimentos-organicos-ou-de-base-agroecologica-na-alimentacao-escolar-no-ambito-do-sistema-municipal-de-ensino-de-sao-paulo. Acesso em 25/5/2018.

[16] Dados coletados diretamente com a Secretaria Municipal de Educação (SME) por meio de um levantamento interno à secretaria.

dirigindo às Subprefeituras as responsabilidades de se manifestar e autorizar ou não a instalação dos projetos, ouvindo os Comitês de Usuários, quando houver. Apesar da aprovação da lei, proponentes de projetos de hortas comunitárias ainda encontram dificuldades e restrições junto às Subprefeituras.

Outra importante conquista em termos de fortalecimento de políticas públicas para agricultura urbana foi a vitória de São Paulo no Prêmio Mayor's Challenge Latin America 2016, realizado pela Bloomberg Philantropies em 2016. A partir de uma iniciativa da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, o município venceu a competição com aproximadamente 290 cidades da América Latina com o Projeto Ligue os Pontos, que visa desenvolver uma uma plataforma digital que pretende potencializar as políticas públicas relacionadas à cadeia de valor da agricultura local, envolvendo produtores, distribuidores e consumidores. A ação tem o objetivo de contribuir para facilitar e ampliar a distribuição do alimento produzido pela agricultura familiar local, fortalecendo o território rural por meio de conexões e sinergias entre as ações do poder público e iniciativas da sociedade. O município recebeu um aporte de cinco milhões de dólares para implementação do projeto, que contempla, além do desenvolvimento da plataforma digital, ações de cadastramento e mapeamento dos agricultores, assistência técnica e extensão rural e o desenvolvimento de estudos e políticas públicas de fortalecimento da atividade.

Por fim, é de fundamental importância destacar o processo de articulação entre diversas hortas comunitárias de São Paulo na constituição da União de Hortas Comunitárias de São Paulo em 2017. A União visa promover a troca de experiências e o fortalecimento da agricultura urbana comunitária da cidade, aproximando iniciativas e possibilitando um espaço de reconhecimento político entre os diversos voluntários. Dentre os objetivos da União de Hortas Comunitárias, temos:

- Conhecimento mútuo entre as hortas e troca de experiências
- Soberania e empoderamento sobre o território
- Trazer a conexão com o alimento e natureza para cidade
- Fortalecimento e ajuda mútua para proteger as hortas e impedir seu término
- Articulação e força política para influenciar decisões e políticas públicas.

Atualmente, fazem parte da União de Hortas Comunitárias de São Paulo cerca de 15 hortas da região do centro expandido da cidade, como Horta das Corujas (Vila Madalena), Horta do Centro Cultural São Paulo (CCSP), Horta das Flores (Mooca), Horta da Faculdade de Medicina da USP (Avenida Dr. Arnaldo), Horta da Saúde (Saúde), Praça da Nascente (Pompeia), Horta do Ciclista (Avenida Paulista), Horta do Parque Linear Zilda Arns (Vila Ema), Batata Jardineiras (Largo da Batata), Horta da City Lapa, Hortão da Casa Verde, Horta da Praça Amadeu

Decome (na Rua Cerro Corá), Horta Madalena (Praça Jornalista Roberto Corte Real, Vila Madalena) e Horta do Instituto Goethe. O grupo ainda definiu critérios para definir as hortas comunitárias com características semelhantes, considerando as hortas que:

- Não usam insumos químicos e venenos;
- Cultivam com base nos princípios agroecológicos e permaculturais, respeitando a natureza;
- Realizam de forma coletiva, colaborativa e inclusiva o uso do espaço, o trabalho, a colheita e a gestão;
- Promovem atividades de educação ambiental gratuitas e abertas ao público;
- Compartilham a colheita livremente pelos voluntários e pela comunidade.

Tais critérios não restringem a participação de hortas comunitárias com outras características, mas buscam aproximar hortas semelhantes que não possuem apoio público e que se direcionam a objetivos similares de ocupação qualificada de espaços públicos, promoção da agroecologia, fomento à educação ambiental e articulação política horizontal, colaborativa e inclusiva. Além do compartilhamento de informações sobre estrutura dos mutirões, estratégias de comunicação, engajamento de voluntários e situações que ocorrem nas hortas comunitárias, também é discutido sobre a relação com hortas localizadas em periferias, formas de apoio mútuo, compra coletiva de insumos e apoio a moradores em situação de rua que interagem diretamente com as hortas nos espaços públicos.

De forma geral, os últimos anos têm sido fundamentais para a estruturação da agricultura urbana no município de São Paulo na perspectiva tanto do desenvolvimento de políticas públicas quanto para a articulação social em torno do tema. Em parte, tais conquistas são fruto do incessante trabalho em hortas comunitárias que tem inserido novos sujeitos na discussão pública de produção da cidade, em que a agricultura urbana tem sido reconhecida como uma estratégia de promoção da sustentabilidade urbana, da participação social e da reestruturação do sistema alimentar a partir de novos arranjos de produção e consumo.

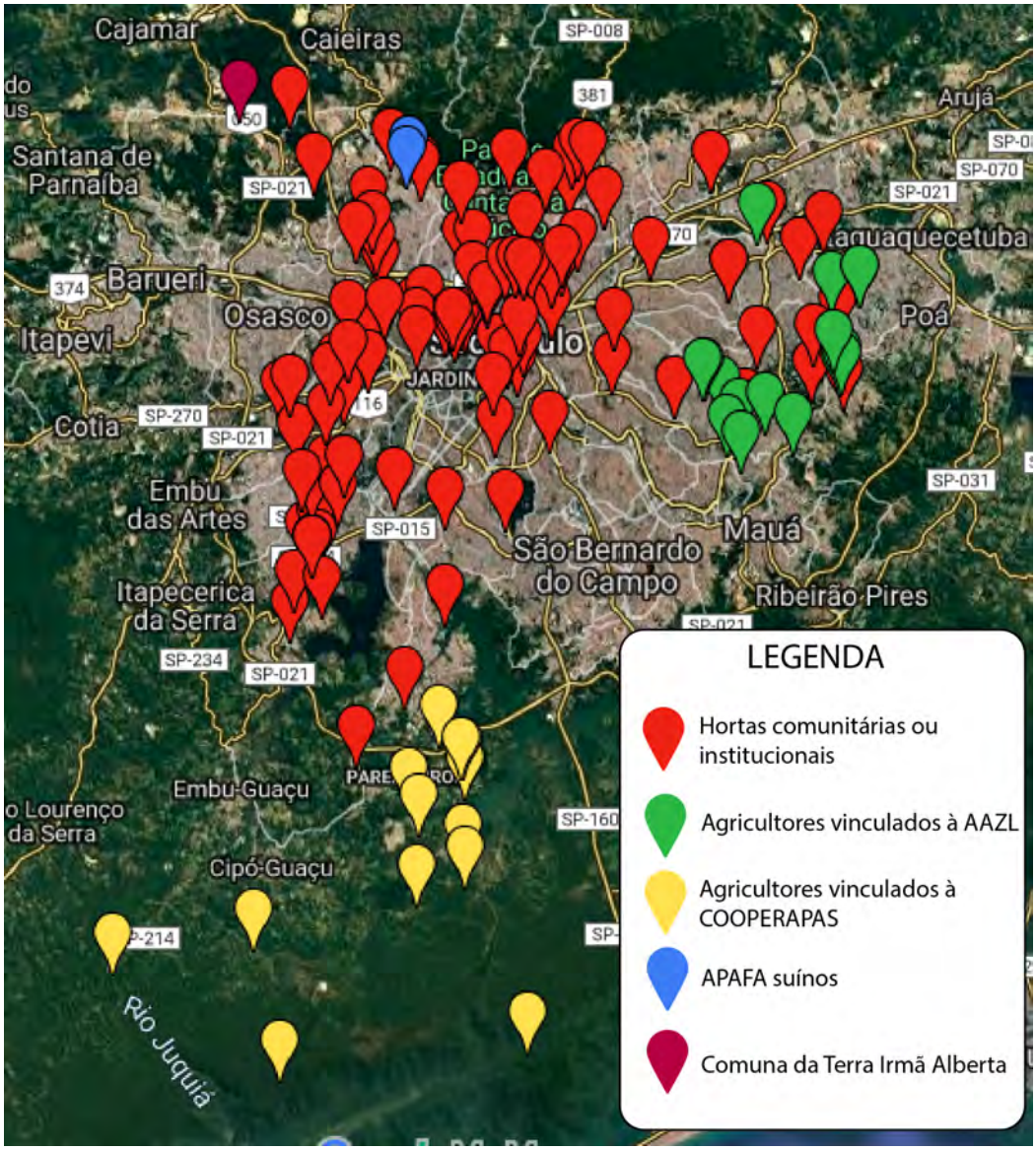
Hortas Comunitárias do município de São Paulo

Cabe aqui, portanto, apresentar os dados disponíveis sobre as hortas comunitárias de São Paulo, reconhecendo desde já a ausência de pesquisas quantitativas extensivas deste tipo de prática na cidade e o desafio colocado por sua aparente invisibilidade perante o poder público e a academia e por sua dinamicidade. Os próprios grupos e coletivos relacionados ao tema desenvolveram, a partir de 2012, diversos mapeamentos colaborativos que visavam minimamente identificar as iniciativas de hortas comunitárias presentes na cidade. Dentre tais mapeamentos,

julgamos o mais completo aquele realizado pelo Movimento Urbano de Agroecologia (MUDA_SP), que buscou identificar hortas comunitárias e institucionais existentes no município, assim como outros locais de interesse, como restaurantes com consumo de produtos orgânicos, instituições que trabalham com o tema e feiras e mercados que comercializam produtos orgânicos e agroecológicos. Tal levantamento carece de visitas técnicas em todas as propriedades assinaladas e de um maior aprofundamento para reconhecimento destas práticas, de suas dinâmicas, de suas características e de suas formas de atuar no território. No entanto, é um importante exercício de localização de experiências antes invisibilizadas que pode preencher uma lacuna de informação existente no campo científico.

Conforme o mapeamento do MUDA_SP realizado no final de 2017, existem no município de São Paulo cerca de 95 experiências de agricultura urbana, considerando, inclusive, a região do Centro expandido da cidade, destacados em vermelho na figura abaixo. Dentre os pontos considerados, as hortas comunitárias têm, em sua maioria, menos de 0,5 ha e possuem produção variada, com preponderância de culturas temporárias como verduras e legumes, plantas alimentícias não convencionais, ervas medicinais, assim como frutas e plantas ornamentais. Sua gestão se dá de forma coletiva e, na maioria das vezes comunitária, baseada na autogestão do próprio grupo nas decisões sobre o plantio, sua manutenção e a colheita. Muitas hortas comunitárias baseiam sua produção no autoconsumo e na promoção de benefícios que vão além do alimento em si, como o fortalecimento de vínculos comunitários, a aproximação de consumidores e produtores, o desenvolvimento de atividades pedagógicas, a produção de ambientes verdes e saudáveis e a cooperação política. A produtividade desses espaços tende a ser menor que das outras tipologias, devido ao seu caráter dinâmico e da complexidade em termos da gestão social existente na horta.

Figura 12. Mapa colaborativo da agricultura urbana de São Paulo



Fonte: MUDA, 2017. Elaboração própria.

A própria categoria de hortas comunitárias é vasta e compreende uma série de iniciativas que diferem entre si. Tais diferenças se dão de acordo com variáveis sociais, ambientais, econômicas e culturais, que definem diferentes formas de gestão e de apropriação do espaço. As motivações dos participantes também diferem de acordo com diversos fatores, como localização da horta, classe social, formas de acesso, acesso a serviços básicos e interesses políticos e sociais. Como aponta Casadevante *Kois* e Morán,

> as hortas comunitárias são o reflexo das necessidades e expectativas do grupo humano que se encarrega de gestioná-las. (...) Dependendo da composição social de cada horta, esta toma uma forma ou outra, já que uma de suas fortalezas é, precisamente, ser um

> reflexo da diversidade dos grupos intergeracionais e culturais que a promovem."[17]
> (CASADEVANTE *KOIS*, MORÁN, 2016; p.152.)

Há também casos de hortas comunitárias associadas a outras categorias abordadas anteriormente, principalmente hortas institucionais, hortas de guerrilha e fazendas urbanas. Serão analisadas as experiências de hortas comunitárias da região do Centro expandido de São Paulo, principalmente aquelas relacionadas à rede Hortelões Urbanos e vinculadas à União de Hortas Comunitárias de São Paulo, tendo em vista seu caráter de inovação social e o envolvimento direto dos sujeitos dessas práticas na construção de políticas públicas (BIAZOTI, NEMOTO, 2017).

Em relação às periferias e bairros de baixa renda, existem várias iniciativas que demonstram a possibilidade de geração de renda e abastecimento alimentar por meio da agricultura urbana, como as hortas da Associação de Agricultores da Zona Leste (AAZL). A agricultura comercial foi reconhecida pelos conselhos municipais e pelo município como uma forma de promover o desenvolvimento de famílias de baixa renda e abastecer regiões onde há dificuldade de se encontrar alimentos frescos. Há também exemplos de hortas comunitárias em bairros de baixa renda, como a Horta da Vila Nova Esperança (no bairro Vila Nova Esperança, a Zona Oeste da cidade), o Projeto Quebrada Sustentável (no bairro São Miguel Paulista) e a Horta Cores e Sabores (no bairro do Capão Redondo) dentre outras que não são mapeadas ou conhecidas fora de sua região de entorno. Algumas dessas hortas têm sido apoiadas pelo município por meio de programas de transferência de renda (como o Programa Operação Trabalho - POT), mas não contam com apoio técnico frequente para o desenvolvimento de suas atividades.

Nos últimos sete anos, uma série de iniciativas de hortas comunitárias, surgidas de comunidades de bairro, grupos da sociedade civil, associações e organizações não governamentais (ONGs), começaram a surgir e ganhar força em São Paulo. As iniciativas abordam diversos temas referentes à qualidade de vida e aos direitos dos cidadãos como agentes de transformação com responsabilidades compartilhadas pela gestão de sua cidade e território. Além de hortas comunitárias, outras iniciativas e coletivos urbanos também surgiram no município, abordando tópicos como o uso e a regeneração de praças públicas, a criação de parques urbanos, a mobilidade urbana, a igualdade racial e de gênero, a ocupação de espaços públicos, a arte urbana entre outros.

[17] Tradução livre.

2. A FILOSOFIA DE ESPINOSA E O COMUM[18]

Formando o mundo, a potência dos indivíduos forma também o mundo social e político. Não é preciso alienar essa potência para construir o coletivo - o coletivo e o Estado constituem-se pelo desenvolvimento das potências. A democracia é a fundação do político.

Antonio Negri (2016, p.31)

2.1. Notas introdutórias à filosofia de Espinosa

A obra de Espinosa é vasta e possibilita inúmeras interpretações e diferentes caminhos de análise. Diversos autores e autoras se debruçaram em sua leitura e buscam, até a atualidade, diferentes significados que possibilitem conceber a realidade e os fenômenos sociais a partir dos conceitos espinosistas. Dentre estes autores, cabe mencionar aqui aqueles que auxiliaram a leitura que resultou no presente texto e que realizam interpretações inovadoras e atuais da obra do filósofo, como Antônio Negri, Gilles Deleuze e Marilena Chauí. É a partir de suas análises e interpretações que as obras de Espinosa possibilitaram uma análise empírica da realidade das hortas comunitárias de São Paulo. Para poder construir este entendimento e articulá-lo às reflexões presentes nesta pesquisa, será necessário apresentar certa gênese dos conceitos e das principais discussões que emanam da obra do filósofo.

A obra de Espinosa é considerada fundadora do materialismo e inaugura o período da modernidade filosófica por meio da conciliação de duas perspectivas a princípio inconciliáveis: a filosofia da Natureza e sua necessidade absoluta (em que a totalidade do real é inteligível ao intelecto) e a filosofia ética baseada na liberdade humana (atribuindo à razão uma função libertadora). Seu pensamento ataca diretamente a superstição religiosa, a tirania política e a servidão ética do indivíduo, buscando com radicalidade o exercício da razão livre e da alegria de pensar como formas de afastar o medo e a tristeza. Além disso, Espinosa confronta os saberes da época ao constituir uma *ciência dos afetos* (CHAUÍ, 2011, p.101-132) em que analisa os movimentos do desejo humano e suas paixões de forma geométrica, de forma que sejam inteligíveis, passíveis

[18] As obras de Espinosa serão citadas com as seguintes siglas e abreviaturas:
E: Ética. As partes serão indicadas em algarismos romanos (E, I; IV etc); em arábico serão indicados, seguidos de abreviaturas: as definições (E, I, def. 6), os axiomas (E, I, ax. 1), os enunciados das proposições (E, I, prop. 5), os corolários (E, I, prop. 5, cor. 1), as demonstrações (E, I, prop. 5, dem.), os escólios (E, I, prop. 5 escólio 2), os postulados (E, I, prop. 5 post.) e os prefácios das partes (E, I, prefácio).
TP: Tratado Político. Em algarismos arábicos será indicado o capítulo, seguido do número do parágrafo: TP, 1 #2.
TTP: Tratado Teológico-político. Em algarismos arábicos será indicado o capítulo: TTP, 7.

de moderação e que possam exprimir a potência constitutiva dos sujeitos em sua busca por felicidade. É a partir da conceituação de Deus como substância imanente necessária ao mundo que Espinosa constrói sua concepção sobre corpo e alma de forma inovadora e estrutura seu entendimento dos afetos como variação da potência vital dos sujeitos e da ética como a interiorização reflexiva que possibilita a expressão adequada desta potência. Nessa formação ontológica e constituinte do sujeito na expressão da sua potência individual, Espinosa identifica no agir ético e racional o cerne de sua concepção de política, em que a união dos humanos em uma vida comum se dá pela garantia do exercício de seu direito natural, de sua liberdade, por meio do direito civil constituído a partir da potência coletiva da multidão. É agindo de forma conjunta que as instituições políticas emergem e fundam o direito civil que garante a liberdade individual dos sujeitos.

O confronto que as ideias de Espinosa geram em relação aos poderes teológicos não é pequeno e explicita a importância de seu pensamento para a época. O filósofo se encontra no centro do debate entre transcendência e imanência do poder divino de Deus, debate esse que também delineia importantes noções políticas que serão analisadas ao longo da dissertação. Para Espinosa, Deus é a única substância necessária e livre, constituída de infinitos atributos infinitos (E.I, def.III e IV e prop. XI e XIV). Deus age por sua própria natureza, produzindo, por meio de sua potência, todas as coisas do mundo de forma imanente, ou seja, Deus ao mesmo tempo em que é causa de tudo que é criado é também expresso no efeito de sua criação; em outras palavras, tudo que é, é em Deus e por Deus deve ser concebido (E., I, prop. 15).

A expressão da eternidade de Deus se dá pela identidade de sua existência, de sua essência e de sua potência, o que desmonta radicalmente a imagem historicamente construída pela tradição teológica de um Deus antropomorfo, transcendente (separado do mundo), onipotente, onisciente e onipresente, incorporado como legislador, monarca e juiz do Universo. Nessa concepção, difere-se liberdade (como a escolha entre duas possibilidades) de necessidade (o que acontece sempre e não pode deixar de acontecer como acontece), entendendo que Deus arbitra a partir de uma escolha voluntária livre, tendo um poder onipotente (capacidade infinita de produção), mas exercendo apenas parte de sua potência de acordo com escolhas ocultas e ininteligíveis para nós. A tradição teológica assumiu assim que havia uma separação clara e distinta entre o necessário, o que acontecia "por natureza" em um automatismo bruto, e a liberdade, ou o que acontecia "por vontade", fruto da ação racional e inteligente, à imagem de Deus (CHAUÍ, 2011, p.122-123). O que está em nosso poder, segundo essa tradição, é apenas o que é possível entre alternativas contrárias, da qual se supõe uma escolha deliberada. Esta noção é chamada de *metafísica do possível* (CHAUÍ, 2011, p.123).

A contestação de Espinosa se dá justamente nisso: Deus é sua própria potência criadora (seu poder é idêntico a sua potência), presente no mundo no incessante processo de constituição, exprimindo e sendo expresso em todas as coisas existentes, denominado por Deleuze como *eterno movimento* (DELEUZE, 2017). Não há diferença entre necessidade e liberdade, visto que Deus é substância (ou seja, é causa de si e existe em si por si mesmo) que produz incondicionalmente (ou seja, é infinito) e é causa eficiente de todas as coisas do mundo, permanecendo nelas e sendo por elas exprimida de uma forma determinada e imanente. Deus existe necessariamente (E. I, prop. XI) e não opera de forma contingente, mas expressando sua própria potência criadora. Não há arbítrio ou decisão por uma vontade própria de Deus: sua própria ação exprime sua essência (E., I, prop. 36). Daí a famosa expressão de Espinosa "Deus ou Natureza", em que, como diz Chauí, "o que chamamos de 'leis da Natureza' não são decretos divinos, mas expressões determinadas da potência absoluta da substância" (CHAUÍ, 2011, p.125). Da mesma forma é dizer que a liberdade nada mais é do que a expressão própria da essência da Natureza, ou seja, de Deus. Espinosa constrói assim o que é chamado de *ontologia do necessário* (CHAUÍ, 2011).

De acordo com Espinosa, apesar de Deus ser constituído por infinitos atributos infinitos, apenas dois são conhecidos por nós: Pensamento e Extensão. A atividade destes atributos produz modificações que expressam a substância divina que podem ser tanto infinitas como finitas. Desta forma, o atributo Extensão produz todo o universo material enquanto um modo infinito de expressão da substância e, a produção desse modo, por sua vez, constitui os corpos enquanto expressão finita da substância. De forma semelhante, a atividade do atributo Pensamento produz o modo infinito denominado Intelecto de Deus que, por sua vez, produz mentes como modos finitos de expressão. Portanto, tanto os corpos quanto as mentes são efeitos imanentes que possuem como causa adequada a Substância Divina, expressando-a e sendo expressadas por Ela de modo finito no mundo (E., I, prop. 16 e II, prop. 1, 2 e 7 escólio). Desta forma, constitui-se a chamada *teoria do paralelismo*, amplamente discutida por Deleuze em sua obra (2017, Segunda Parte), onde é traçada a relação entre corpo e mente como modos singulares distintos de expressão da atividade imanente de uma mesma Substância.

Para Espinosa, o corpo é uma unidade estruturada, complexa e dinâmica formada por um conjunto relacional de outros corpos fluidos, moles e duros em constante mudança de estados de repouso e movimento, estrutura descrita em sua *pequena física* (E., II, prop.13). A mente, por sua vez, é a ideia de seu corpo, a consciência da vida do seu corpo e a consciência de ser consciente disso, uma força pensante que afirma ou nega ideias ou imagens e que não está separada do seu objeto, pois é a própria atividade de pensá-lo. O paralelismo se dá na relação entre a mente e o corpo de uma forma que não é hierárquica e de dominação entre eles (como

pensavam a tradição filosófica e Descartes), mas como expressões isonômicas de uma mesma Substância que obedecem às mesmas leis e princípios, mas expressando-se diferentemente. São diferentes modos de uma mesma substância, de forma que assumem características ativas ou passivas conjuntamente, e não separadas entre si: uma mente pode o que pode seu corpo. Assim como o corpo é uma estrutura complexa de outros corpos, também a mente se estrutura de forma complexa pelo encadeamento de ideias, sejam elas adequadas (ou verdadeiras, ideias em que conhecemos a gênese ou causa necessária de algo a partir do trabalho da mente ao pensar) ou inadequadas (ou imaginativas, ideias que surgem a partir da experiência imediata ou noções vagas que ignoram a causa real ou premissas) (CHAUÍ, 2011).

Um corpo pode afetar e ser afetado de inúmeras maneiras por corpos externos (E., II, prop. 13 post. 3 e 6), enquanto a mente cria ideias dessas afecções e desses corpos de uma forma confusa e fragmentada, vivendo imaginariamente a partir de imagens, sensações e memórias criadas pelas formas que o corpo foi afetado. O conhecimento gerado desta forma pela mente não apreende a essência dos corpos externos e tampouco de seu próprio corpo, mas gera associações, diferenciações, generalizações e conexões entre essas imagens para se orientar no mundo, ao que se chama de *ideias imaginativas* (CHAUÍ, 2011).

> As ideias imaginativas urdem um tecido de relações e causalidades abstratas que pretendem oferecer-se como explicação dos acontecimentos, como interpretação dos afetos e como conhecimento do real. Embora a gênese das imagens esteja nas afecções corpóreas (a maneira pela qual o corpo se percebe e percebe os demais corpos quando afetados por eles ou quando os afeta), na mente, as ideias imaginativas envolvidas pelas imagens corporais desconhecem essa gênese e fabricam outra, como se as ideias imaginativas houvessem nascido sem relação com as imagens corporais. (...) A imaginação relaciona imagens por semelhança, contiguidade espacial e sucessão temporal, opera com analogias e, para explicar o que não compreende e cuja causa verdadeira ignora, inventa uma causalidade nova e inexistente, a causalidade segundo fins, ou causa final (CHAUÍ, 2011, p.153-154).

Espinosa chama esse encadeamento de ideias imaginativas como *ordem comum da Natureza*, na qual as coisas se relacionam sem, no entanto, sabermos por que e como isso acontece. No entanto, esta não é a expressão da potência da mente, mas sim o primeiro gênero do conhecimento da realidade. O acesso à verdade se dá quando a mente assume a sua potência natural para pensar e, assim, buscando a gênese e as causas adequadas e eficientes do que ocorre no mundo, gera *ideias adequadas* e nos faz reconhecer aquilo que o filósofo denomina de *ordem necessária da Natureza* (CHAUÍ, 2011).

Neste sentido, Espinosa apresenta três gêneros de conhecimento, sendo o primeiro relacionado à imaginação e vinculado às percepções por experiência vaga e às ideias imaginativas surgidas a partir destas percepções; o segundo relacionado ao exercício da razão, constrói noções comuns a partir das propriedades gerais das partes e do todo, no entendimento das leis universais da natureza e da concordância ou conveniência entre as partes; e o terceiro gênero, exercício próprio do intelecto que expressa o atributo divino, que conhece adequadamente as essências singulares das coisas por meio de uma ciência intuitiva (E., II, prop. 40 escólio 2). A passagem das ideias inadequadas da mente (do primeiro gênero do conhecimento) para as ideias adequadas (do segundo e terceiro gênero) é a expressão do aumento da potência do indivíduo (CHAUÍ, 2011).

2.2. Desejo e *conatus:* a potência de agir

Marilena Chauí faz uma arqueologia do conceito de desejo em seu livro "Desejo, Paixão e Ação na Ética de Espinosa" (2011). Surgido a partir de diversos conceitos, dentre eles *appetitus*, o desejo é preenchido de ambiguidade entre ataque e demanda, atividade e passividade, necessidade e falta. Ao mesmo tempo que indica a tomada do destino nas próprias mãos sem a necessidade de consultar os astros (em *desiderium* e *bóulesis*), significa também a carência oriunda da privação deste saber sobre o destino, que impele à busca exterior em busca de preenchimento (como em *hormê*). Sendo dinâmico e tendo como *locus* as relações intersubjetivas, o desejo nunca foi objeto de uma ciência até a modernidade, mas apenas da retórica, como modo de persuasão e moderação sobre a inconstância e instabilidade das paixões, e da ética, onde a razão assumia o objetivo de educar as paixões para assumirem sua direção natural. Por ser mescla de atividade e passividade, o desejo, incrustado naturalmente nas particularidades de cada indivíduo, nos coloca sob o poderio das contingências, da Fortuna incerta e caprichosa, e exige algum tipo de intervenção para a correta direção da vida humana (CHAUÍ, 2011).

A tradição filosófica e religiosa, por meio da retórica, buscava, dessa forma, três possíveis caminhos para lidar com o desejo: a ascese do desejo (Platão), a educação do desejo (Epicuro e Aristóteles) e a abolição do desejo (estoicos e cristãos). O cristianismo, herdando os preceitos da moral estóica, situa a oposição entre a contingência e a vontade guiada pela razão, onde a autonomia dos humanos perante o cosmos submete-se ao pecado e aos caprichos do Mal quando estes julgam estar inteiramente sobre o próprio poder de seu desejo, transgredindo a vontade racional que os aproxima de Deus (CHAUÍ, 2011).

O desencantamento do mundo, uma série de acontecimentos que se dão em grande parte a partir da nova mecânica de Descartes e do entendimento do corpo sob o paradigma da máquina, possibilita uma nova forma de concepção de alma e corpo que eleva o desejo a um patamar de objeto de um saber matemático, dedutivo, prático e inteiramente racional. É a partir do novo conceito de movimento que Hobbes elabora o conceito de *conatus*, ou esforço de autoconservação dos seres, que surge a partir do desejo em relação a outros corpos externos. Os contemporâneos de Espinosa viam o desejo dentro do campo do conhecimento imaginativo ligado às sensações, enquanto atribuía-se à razão as faculdades de agir e julgar. A razão deveria se impor sobre a imaginação e estabelecer seu domínio, tendo a ética profundamente relacionada com uma moral normativa que teria ações virtuosas como fim (CHAUÍ, 2011).

Espinosa surge então como o principal filósofo que adentra o campo dos desejos e dos afetos a partir de uma análise geométrica, de forma a entendê-los pelo que são, sem lamentá-los, detestá-los ou dominá-los, mas entendê-los e compreender o que pode a mente para moderá-los (TP, 1 § 1 e 4). Ele radicaliza o conceito de *conatus* de Hobbes enquanto a essência singular dos seres para perseverar na existência, chamando-o de *desejo* enquanto dele temos consciência. Em suas palavras, "o esforço pelo qual cada coisa se esforça para perseverar em seu ser não é nada além da essência atual da própria coisa" (E., III, prop. 7). Desejo é movimento, mas não em direção a um fim, mas como estado do corpo, como intensidade, que se realiza em meio a um campo de forças em conflito que são largamente superiores e mais potentes. O *conatus* assume a característica de resistência frente à destruição do corpo pelas forças externas a ele que o impele a agir de determinadas maneiras (CHAUÍ, 2011). Chauí nos mostra que, de acordo com Espinosa:

> (...) definidos pelo conatus como potentia agendi, ou potência de agir, os indivíduos se definem pela variação incessante de suas proporções internas de movimento e repouso, ou variação de sua força interna para a conservação, de sorte que o esforço de autoconservação visa manter a proporção interna no embate com as forças externas, pois são elas que podem destruí-lo, como também são elas que o auxiliam a regenerar-se e ampliar-se. (CHAUÍ, 2011, p.48)

É na relação com outros corpos que perseveramos, resistimos e nos potencializamos ou não para nossa ação no mundo e para o entendimento do que nós somos, mesmo que ainda no campo das ideias imaginativas, uma vez que "as ideias que temos dos corpos externos indicam mais a constituição do nosso corpo do que a natureza dos corpos externos" (E., II, prop. 16 corolário II). É também na relação com o Outro e na abertura do nosso corpo para ser afetado de inúmeras formas que pensamos e conhecemos mais sobre o mundo e sobre nós, uma vez que quanto mais um corpo tem a capacidade de afetar e ser afetado, mais apta estará a mente para

perceber as coisas que acontecem a esse corpo e exercer sua potência de pensar (E., II, prop. 14). Esse conhecimento nos impele a fazer mais, buscando a perseverança do nosso ser nos processos que nos alegram e nos potencializam de forma reflexiva e afirmativa na existência. Como nos apresenta Chauí, "é esse vínculo entre desejo e ação determinada que o transforma no principal objeto da ética e da política modernas" (CHAUÍ, 2011, p. 48).

O desejo é a fonte do processo constitutivo das sociedades humanas. É a partir dele que o ser persevera na existência em busca de afetos de alegria que aumentem sua potência de agir e existir no mundo. Espinosa identifica nos indivíduos uma *intercorporeidade originária* (CHAUÍ, 2011, p.73), em que a vida se realiza na coexistência com outros corpos por meio das afecções (possibilidade de um corpo afetar e ser afetado). O conhecimento gerado a partir destas afecções, na experiência imediata, é sempre imaginativo, confuso, parcial e incompleto, mas que serve de base para o indivíduo se situar no mundo.

> Enlaçado nas imagens, o desejo enlaça nosso ser à exterioridade (coisas, corpos, os outros), carregando-a para nossa interioridade (sentimentos, emoções) e, simultaneamente, enlaça o interior ao exterior, impregnando este último com os afetos, fazendo todos os seres surgirem como desejáveis ou indesejáveis, amáveis ou odiosos, fontes de alegria, tristeza, desprezo, ambição, inveja, esperança ou medo. (CHAUÍ, 2011, p.50-51).

É denominado como *afeto* a afecção que promove uma variação da potência do sujeito e sua consciência desta variação (E., III, def. 3). Espinosa nos apresenta três afetos primários, dos quais todos os outros decorrem de formas infinitamente variadas: *desejo, alegria* e *tristeza*. O *desejo*, aqui, é o próprio sentimento que nos determina a existir e a agir de maneira determinada, fazendo parte intrínseca de nossa essência humana singular. Espinosa o entende como todos os esforços, impulsos, apetites e volições do homem, que variam, opõe-se e reforçam-se dinamicamente no Homem. "Nele (no desejo) e com ele é tecida a irredutível individualidade de nossas vidas. Somos desejo, e nossos desejos são nós" (CHAUÍ, 2011, p.64). A *alegria* é o afeto que expressa o aumento do *conatus* de um sujeito, ou seja, quando nos alegramos, nossa potência de agir expande e aumenta, ao passo que a *tristeza* é o afeto diretamente inverso, diminuindo o *conatus*. Dessa forma, é possível concluir que somos definidos pela intensidade da nossa força de existir, que varia conforme somos afetados por forças internas e externas a nós. Essa força de existir é sempre afirmativa, pois nos impele a perseverar na existência, buscar sempre relações com o que nos fortalece e desfazer os laços com o que nos enfraquece. No entanto, a infinidade dos afetos, sua complexa interação entre si e o fato de nosso corpo nunca ser afetado inteiramente por um único afeto dificultam nossa compreensão sobre eles. De que forma é possível perseverar em meio ao mar revoltoso das relações que nos afetam? (CHAUÍ, 2011)

Espinosa apresenta algumas saídas. Nosso *conatus*, sendo definido pela intensidade da nossa força de existir, depende diretamente da qualidade atribuída a nosso desejo enquanto *causa adequada* ou *causa inadequada*. Dizemos que o desejo é causa adequada quando ele é causa eficiente total de seus afetos, definido inteiramente pela nossa potência. Dizemos que, nosso desejo sendo causa adequada, nós *agimos* e *tomamos parte* na Natureza do mundo. No entanto, quando o desejo é causa inadequada, estamos no campo da *paixão* e da passividade, em que somos causas eficientes parciais de nossos afetos, de forma que padecemos de forças que são exteriores a nós. Assim, *somos parte* da Natureza, mas não tomamos ativamente nosso papel na interferência no mundo. A moderação dos afetos nos leva a mudança em sua qualidade, para que deixemos de ser causa inadequada (que nos leva a ter ideias igualmente inadequadas da causa dos afetos) para sermos causa adequada, em que nossa virtude se iguala a nossa potência enquanto precursora de desejos que emanam da nossa própria essência (CHAUÍ, 2011).

Esse é o princípio em que se baseia a *ética* em Espinosa, a partir da interiorização da causalidade dos afetos. É o reconhecimento de que nossa ação não se movimenta a partir de uma finalidade externa a nós (que denominamos paixão), mas a partir da nossa essência desejante que fortalece nosso esforço de perseverar na existência. O *conatus* fortalecido dessa forma é potência em expansão, que encontra em si mesmo o poder de expandir-se sem depender de nada que é externo a si (CHAUÍ, 2011).

Assim, chega-se a um importante postulado no conhecimento de Espinosa. O ato de conhecer as causas de forma adequada aumenta nossa alegria, da forma que o aumento da alegria nos torna capazes de conhecer racionalmente a Natureza da qual somos e tomamos parte. A razão não impera sobre as paixões e afetos, dominando-os e controlando-os como se fossem contrários à Natureza, mas, antes, os modera, encontrando a justa medida que media a relação entre os afetos que emanam de nossa potência e favorecendo aqueles que expandem nossa alegria de viver e nossa capacidade de atuar. Essa razão, no percurso ético e constituinte do ser, não oprime os desejos a operarem de determinada forma, mas torna-se desejante ao ser vivenciada como um afeto, com a alegria de conhecer as causas adequadas do que se passa em nós e assim, viver eticamente de acordo com nossa própria natureza (CHAUÍ, 2011).

2.3. Ética e liberdade

A ética de Espinosa é uma ética da alegria e da afirmação como potência constitutiva do ser. A existência só pode ser uma afirmação que nos leva a perseverar e a expandir nossa atuação no mundo, tomando parte na necessidade imanente da Natureza. Naturalmente vivemos de

forma imaginativa e apaixonada a partir das experiências imediatas que nos afetam, a partir da relação com outros corpos que são exteriores a nós. Temos ideias desses afetos que se articulam de forma confusa e parcial em nossa mente, relacionando-se e se conectando a outras ideias que formam o conhecimento imaginativo e inadequado. Os afetos diminuem, enquanto paixões, e aumentam, enquanto paixões e ações, nossa potência de agir. Uma paixão triste, diz Espinosa, não pode ser destruída ou modificada por uma ideia adequada desenvolvida racionalmente pelo intelecto, mas apenas por outra paixão mais forte e alegre que seja contrária a ela (E., IV, prop.14). A dinâmica da vida se baseia nessa demonstração de força de um afeto para vencer outro mais fraco e contrário, onde Espinosa apresenta que os afetos mais fortes são aqueles da alegria (sendo a ação mais forte que a paixão), que potencializam nosso ser na existência (E., IV, prop 18), assim como são mais fortes os afetos voltados para algo presente e imaginado como necessário, que se sobrepõem àqueles voltados para algo futuro ou passado de natureza contingente (E., IV, prop. 11).

A tradição filosófica e religiosa, dentro da perspectiva da *metafísica do possível*, entendia a natureza humana como sendo um império dentro de um império, ou seja, dotado de potência absoluta sobre suas ações de forma que não é determinado por outras forças além de sua própria, sendo, portanto, contrário à força da Natureza. Espinosa utiliza a expressão *império num império* em uma tríplice significação: em sentido teológico, em que Deus entregou ao Homem o império do mundo; em sentido político, em que tem império quem tem o poder de mando e é considerado soberano; e em sentido metafísico e moral, em que a soberania da vontade razão possui domínio absoluto sobre o desejo e as paixões. Sendo império, a soberania humana contrapõe-se à soberania da Natureza, sendo a ela independente e, quando entregue à paixão e ao desejo, causa da sua perturbação. Cria-se, assim, uma oposição entre uma ordem natural necessária e uma ordem da absoluta vontade humana de escolha, a liberdade (CHAUÍ, 2011).

A imagem do Homem é assim vista como prodigiosa, no sentido de sua autonomia na produção de suas próprias leis (senhor absoluto da sua vontade), e sediciosa, no sentido de que sua maneira de viver é contrária à Natureza (dominado pelos afetos). Opera-se, assim, um discurso retórico realizado por teólogos e filósofos que enaltecem a figura do Homem prodigioso ao mesmo tempo que maldizem a natureza humana, colocando-se em um patamar de sabedoria do conhecimento divino que os conduz sob o signo da reta razão enquanto princípio moral do "viver correto". Surge a oposição entre virtude e vício como oposição entre razão e paixão. Este artifício retórico atua como uma máquina de poder, donde a moral e as normas sociais do viver correto se impõem como regras das quais a razão dispõe para educar e domar os desejos e vícios humanos. Os motores desta máquina funcionam com base em dois afetos culturalmente

estabelecidos pelos poderes teológicos e políticos: a cultura da culpa, interiorizada e essencializada na natureza humana, e a cultura do medo, escorada no desejo de segurança que leva o povo à submissão medrosa ou à licença desenfreada (CHAUÍ, 2011).

A crítica de Espinosa se dá justamente no reconhecimento da moral religiosa como uma ferramenta de dominação dos humanos. Refutando as imagens de pecado original, ele critica a noção do livre-arbítrio guiado pela reta razão. Em contraponto, ele propõe não o império sobre as paixões e desejos, mas sua *moderação*, no sentido de uma autoridade sábia capaz de encontrar uma medida para o desejo desmedido que não supõe uma regra pré-estabelecida. Para o filósofo, não há nada que acontece na Natureza que seja dela um vício: tudo acontece por sua virtude, sendo que não há partes dela que sejam contrárias ou independentes a ela. As coisas são modos de expressão da Substância Divina, efeitos de sua própria produção e que ocorrem de acordo com a necessidade de sua potência de ação. Da mesma forma são os afetos, que seguem da mesma necessidade e força da Natureza, sendo, ao mesmo tempo, efeitos da causa eficiente que as produziu e causas naturais determinadas.

Faz-se assim, a *ontologia do necessário*, onde tudo o que existe é uma potência ou uma causa que produz efeitos de forma necessária e imanente. Nada há de contingente na ação humana: a liberdade não é concebida como livre-arbítrio que age em vista de uma finalidade externa ao indivíduo, mas antes é vista como expressão da potência de ação necessária de sua natureza (CHAUÍ, 2011). Como apresenta Chauí, "a liberdade não é, pois, escolha voluntária nem ausência de causa necessária, e a necessidade não é um mandamento, lei ou decreto externos que forçariam um ser a existir e agir de maneira contrária à sua essência" (CHAUÍ, 2011, p.127).

A liberdade é antes a potência para o múltiplo simultâneo, nossa capacidade de afetar e de desejar ao máximo a partir apenas das leis necessárias de nossa própria natureza, onde nos aproximamos ao máximo de nós mesmos, conhecendo a identidade de quem se é e do que se pode.

> A *Ética* julga sentimentos, condutas e intenções, conectando-os, não a valores transcendentes, mas a modos de existência que eles supõem ou implicam: há coisas que não podemos fazer nem mesmo dizer, acreditar, sentir, pensar a não ser que sejamos fracos, escravos, impotentes; outras coisas que não podemos fazer, experimentar etc., a não ser que sejamos livres ou fortes. *Um método de explicação dos modos de existência imanentes* substitui, assim, o recurso aos valores transcendentes. (DELEUZE, 2017; p.299)[19].

[19] Grifos do autor.

A questão ética, assim, relaciona-se diretamente aos afetos, principalmente àqueles que são ativos, alegres e potencializam o exercício da liberdade. A chave da ética encontra-se, assim, em posicionar o *conatus* como fundamento primeiro da virtude, podendo afetar de inúmeras maneiras simultâneas outros corpos e ser por eles afetados igualmente. Sendo fundamento primeiro da virtude, o *conatus* se apresenta inteiramente como a força do corpo e da mente para afirmar-se como causa adequada de suas ações e pensamentos, ordenando as afecções do corpo e as ideias da mente segundo a ordem própria do intelecto. Sendo forças de existir e de agir, os afetos jamais serão vencidos por ideias ou por vontades, daí que a razão é impotente para delineá-los e dominá-los. O caminho do agir ético é necessariamente afetivo e envolve uma alteração na qualidade dos afetos, segundo seus graus de força e intensidade e do reconhecimento de suas causas adequadas (CHAUÍ, 2011).

O conhecimento da causa dos afetos como internas aos indivíduos nos leva cada vez mais à ação, que é sempre positiva e afirmativa, expandindo nossa potência de agir e de pensar e ampliando nosso conhecimento sobre o mundo e sobre nós mesmos. Isso se dá por meio de um afeto decisivo, um salto qualitativo, que é vivenciado como o mais forte dos desejos e a mais forte das alegrias, onde descobrimos a diferença entre a potência imaginante, destruindo as causas externas imaginárias, e a potência pensante da mente, que se percebe como causa de seus próprios desejos no próprio ato de desejar (CHAUÍ, 1995). A liberdade é, assim, o distanciamento dos afetos tristes, a busca ativa pela alegria e pela potencialização da essência do ser.

2.4. O sistema medo-esperança

Dos afetos tristes e afetos alegres desenvolvem-se uma infinidade de afetos que se articulam de forma complexa na relação entre os corpos. Um sistema particularmente importante em Espinosa se dá entre o medo e a esperança. O medo, segundo o filósofo, sempre será uma paixão triste e se dá de forma articulada a outras, determinando a maneira de sentir, viver e pensar que estão submetidos a ela. Somos parte finita da Natureza, padecemos na medida que não podemos nos conceber sem as outras coisas (E., IV, prop.2) e estamos constantemente circundados de forças que são infinitamente mais potentes que nós, podendo a qualquer momento nos destruir (E., IV, prop.3). Isso amedronta nosso *conatus* e o enfraquece (CHAUÍ, 2011).

O medo e a esperança formam um sistema integrado e dinâmico que se baseia na insegurança e na dúvida existente no passado ou no porvir, de forma que não existe medo sem

esperança e não existe esperança sem medo. A instabilidade dos afetos demonstra a expressão máxima de nossa finitude e da nossa relação com a contingência, onde, numa transformação dinâmica, podemos temer enquanto esperamos ou esperar enquanto tememos. A única forma de superar esses afetos é suprimir a dúvida, levando-nos à segurança, no caso do afeto de alegria, ou ao desespero, no caso do afeto de tristeza. Portanto, o medo é um afeto de tristeza inconstante de algo futuro ou passado do qual não temos certeza se acontecerá ou não (E., III, Definição dos Afetos, 13), emergindo a partir das ideias imaginativas que temos ao conceber os acontecimentos sucessivos de forma imprevisível e na perspectiva da ordem comum da Natureza (CHAUÍ, 2011).

Por desconhecermos as causas do que ocorre no mundo, imaginamos que tudo é contingente e está nas mãos da Fortuna. Nosso *conatus* buscará o reconhecimento de elementos de constância e firmeza em meio ao caos e buscará distinguir o que é bom ou mau conforme sua utilidade à conservação da existência. Este esforço poderá seguir por dois caminhos: desfazer-se e jogar o Homem no desamparo e na servidão (identificada com a impotência de agir ocasionada pela incapacidade de moderação dos afetos e da submissão total à exterioridade), cedendo à contingência que não pode ser controlada; ou reforçar-se enquanto fortaleza contra o medo, distinguindo o que está em poder de causas externas e o que está em nosso poder (CHAUÍ, 2011).

Há aí, porém um perigo, na medida que a dúvida existente extrema a oscilação dentro do sistema medo-esperança, fazendo o que é temido ou esperado parecer independer da ação humana e lançando os humanos na superstição, onde o desejo se posiciona fora de si, a potência se distancia e se separa num estado de servidão e os bens e males que venham a ocorrer se tornam incompreensíveis. A superstição e o mistério do incompreensível e da contingência se apresentam assim como um saber: um saber secreto reservado aos iniciados e intermediários entre os humanos e as altas potências Divinas. Vê-se o surgimento da religião enquanto um corpo doutrinário fixo que mantém duradoura a instabilidade entre medo e esperança e de uma autoridade sacralizada (por meio de cerimônias, rituais, segredos e monopólio do poder de repressão) que promete segurança em meio ao caos, instituindo leis e normas morais ortodoxas para dominação dos humanos (CHAUÍ, 2011).

Institui-se assim uma *política do medo*, que se baseia na duplicação do medo em um medo do desconhecido (medo de Deus) e o medo da contestação (medo do soberano). A obstrução imaginativa oriunda da superstição despedaça o real e paralisa o esforço de agir em um estado de servidão humana voluntária, onde o desejo de submissão a um poder uno, soberano e transcendente à sociedade produz uma relação de subserviência ao poder misterioso dos governantes (CHAUÍ, 2011).

No entanto, o *conatus* resiste! O segundo caminho apontado acima só é possível na medida em que dirigimos os esforços para manter as circunstâncias sob nosso poder e ampliar sua presença enquanto necessidade de nossa potência. Isso se dá, no campo político, a partir da criação de instrumentos de estabilização da temporalidade, como leis e instituições políticas sob o poder da multidão, refundando a política a partir da esperança da vida ao invés do medo da morte. A ausência da dúvida é construída à partir da qualidade das leis e das instituições sob o poder dos cidadãos, que garantam a segurança necessária que amplie a potência do indivíduo e reforce o encadeamento de afetos de alegria. A política, assim construída, é imanente e democrática, ampliando o *conatus* individual dos cidadãos em busca de um *conatus* construído coletivamente, ou seja, a potência de multidão (CHAUÍ, 2011; NEGRI, 2016).

2.5. Ordem dos encontros

Outro aspecto relevante da filosofia de Espinosa é explorado por Deleuze (2017) no que se refere aos encontros que possibilitam a ampliação ou a restrição da potência de agir dos indivíduos. Segundo o autor, a noção de ordem da Natureza de Espinosa é complexa e possui três níveis de distinção. Em primeiro lugar, há uma ordem das essências, determinada pelos graus de potência que coloca cada ser em seu constante movimento de produção. Em seguida, tem-se a ordem das conexões, onde as composições dos corpos se dão segundo leis que fazem os modos passarem à existência e continuarem a existir. Essas conexões se compõem ao infinito, porém não se dão de forma aleatória. Dessa forma, em terceiro lugar, temos a ordem dos encontros, que determina, por conveniências ou desconveniências parciais, temporárias e locais, a forma como os corpos se conectam e as afecções decorrentes destes encontros (DELEUZE, 2017).

Há dois tipos de encontros que devem ser diferenciados. Primeiramente, há encontros em que um corpo se compõe com o meu, onde é estabelecida uma conexão que, naturalmente, contribui para manter a conexão global do meu corpo. As conexões se dão de tal forma que ambos os corpos se conservam entre si, onde é dito que convém com a natureza um do outro. Em outras palavras, é bom e útil para ambos os corpos que essa conexão se estabeleça. Essa afecção é considerada passiva, uma vez que se explica por um corpo exterior e cuja ideia é, consequentemente, uma paixão. No entanto, é uma paixão alegre, na medida que as naturezas dos corpos convêm e aumentam ou ajudam a potência de agir. (DELEUZE, 2017).

Apesar de toda paixão nos separar de nós mesmos, na medida em que é uma ideia inadequada dos afetos, ela preenche de alegria o corpo até o ponto em que ele conceba a si mesmo e suas ações de maneira adequada (E., IV, 59, dem.). Dessa forma, segue a importância de

conservar esses afetos de alegria, mesmo que paixões, pois aumentam nossa potência de agir até o momento em que passamos a ação. Essa impotência é típica da nossa essência e da nossa própria potência de agir, na medida em que nossa apropriação do mundo se dá, primariamente, por meio de imagens, paixões e sentimentos passivos. Como aponta Deleuze:

> Com efeito, um sentimento, qualquer que seja, determina nossa essência ou conatus. Ele nos determina, portanto, a desejar, ou seja, a imaginar e a fazer alguma coisa que decorra da nossa natureza. Quando o próprio sentimento que nos afeta convém com a nossa natureza, nossa potência de agir fica necessariamente aumentada ou ajudada. Pois essa própria alegria se junta ao desejo que dela se segue, de maneira que a potência da coisa exterior favorece e aumenta nossa própria potência. (DELEUZE, 2017, p.265)

Portanto, nosso *conatus* é determinado por alguma afecção que nos é útil ou boa que faz aumentar nossa potência de agir, mesmo que ainda a mantenha separada de nós. Quanto mais felizes estamos, experimentando um sentimento de alegria, a potência é expandida e nos faz desejar a conservação desse estado de felicidade e do objeto que acreditamos nos afetar dessa maneira. Dessa forma se constitui e se integra o amor a esse sentimento de alegria, nos instigando à união com aquilo que nos traz felicidade. A experiência do encontro é, portanto, tida como boa, um bom encontro, que é útil e convém aos corpos e os incita a desejar a manutenção dessas paixões alegres que ampliam a potência de agir de ambos, mesmo que com a limitação de não sermos a causa adequada dessas afecções (DELEUZE, 2017).

O segundo tipo de encontro se dá a partir de corpos cuja conexão não se compõe e não convém com a natureza um do outro. É um encontro ruim e nocivo, cuja afecção traz, como ideia, um sentimento de tristeza que diminui a potência de agir. As condições nas quais o encontro se dá, assim como o grau de potência desses corpos e as conexões feitas, determinará a forma como será decomposta essa conexão ou destruído um dos corpos. De qualquer forma, o sentimento de tristeza que advém é a única forma com a qual concebemos que o outro corpo não convém com o nosso e seremos vitoriosos se conseguirmos nos distanciar e terminar essa conexão que diminui nossa potência de agir. A esse encontro denominamos mau encontro ou encontro ruim, sendo que apenas conseguimos conceber o ruim a partir da ideia de tristeza que experimentamos com a afecção (DELEUZE, 2017).

Mesmo com a tristeza, o *conatus* persevera:

> Determinado pela tristeza, o conatus não deixa de ser a busca daquilo que nos é útil ou bom: esforçamo-nos para triunfar, isto é, para fazer com que as partes do corpo que nos afeta de tristeza ganhem uma nova conexão que se concilie com a nossa. Somos, portanto, determinados a fazer tudo para descartar a tristeza e destruir o objeto que é sua causa. (DELEUZE, 2017; p.268)

As afecções que têm a tristeza como base se encadeiam e preenchem todo nosso poder de ser afetado, impedindo e restringindo o desejo e diminuindo, portanto, nossa potência de agir. No entanto, não podemos analisar de forma simplista e excludente. Somos afetados de inúmeras formas e estabelecemos conexões diversas, podendo, inclusive, amar e odiar certo corpo em um mesmo momento. Também devemos observar que não há o Bem e o Mal na Natureza enquanto essência, pois tais adjetivos se referem sempre a um ponto de vista particular de um modo existente: "(...) há o que é bom e o que é ruim, o que é útil e o que é nocivo, para cada modo existente." (DELEUZE, 2017; p. 273).

Tendo em vista que quanto mais passivos somos, estamos mais distantes de nossa própria potência e temos menos capacidade de ser afetados de inúmeras formas distintas, a questão ética colocada por Espinosa é como ter o máximo de paixões alegres de forma a nos aproximar de nossa potência e possibilitar a produção de afecções ativas. Essa busca incessante pela perseverança do ser, pelo exercício da liberdade e pelo desejo por felicidade, quando buscados coletivamente pelos indivíduos, exige mediação para que seja de fato viável, levando à tarefa de organizar os encontros entre os corpos, de forma a buscar o útil. Dito de outra forma, é esforçar-se para encontrar corpos que convém entre si sob conexões em que eles convêm (DELEUZE, 2017):

> (...) esforçamo-nos para nos unir ao que convém com a nossa natureza, para compor nossa conexão com conexões que combinem com a nossa, para juntar nossos gestos e nossos pensamentos à imagem de coisas que concordem conosco. De um esforço como esse temos o direito de esperar, por definição, um máximo de afecções alegres. Nosso poder de ser afetado será preenchido em condições tais que nossa potência de agir aumentará. (DELEUZE, 2017; p.290)

Os humanos convêm entre si por natureza, na medida em que buscam a realização da sua potência a partir do que é útil e convém com suas conexões. A diferença ética que se coloca se dá em relação às afecções que determinam o *conatus*, levando os humanos livres, fortes e racionais, que agem a partir do seu desejo, à posse plena da potência de agir e os humanos que padecem de ideias inadequadas à separação constante de sua própria potência. É, portanto, imperativo aos humanos organizar encontros de forma aumentar a potência de agir ao mesmo tempo em que garantem o máximo de afecções passivas alegres:

> É ele, portanto, que se esforça para safar-se do acaso dos encontros e do encadeamento das paixões tristes, para organizar os bons encontros, para compor sua conexão com conexões que combinam diretamente com a sua, para unir-se com aquilo que convém com ele por natureza, para formar a associação racional entre os homens; tudo isso, de maneira a ser afetado de alegria. (DELEUZE, 2017; p.291)

A partir do encontro e da composição entre as conexões, cria-se um indivíduo maior, de maior potência ampliada e com desejos compartilhados, elevando as possibilidades de ação e a capacidade desse corpo coletivo de afetar e ser afetado. A afecção de um corpo passa a ser comum e coletiva, apesar do direito natural manter-se conservado. Dessa forma é desenvolvida a Cidade, pautada na conveniência das conexões entre os corpos que os possibilita o exercício do direito natural de perseverar em seu ser.

2.6. Democracia e multidão

A política em Espinosa se constitui como um dos pilares da teoria democrática moderna. Para o filósofo, a constituição da sociedade se dá na medida que os humanos se associam em busca de exercer coletivamente a potência de cada um enquanto uma singularidade constitutiva. A democracia assume, assim, a universalidade humana, onde a liberdade é a própria potência no processo de constituição do indivíduo e de expansão da vida.

> A *potentia*, que é figura geral do ser e sustenta a concepção do *conatus* como pulsão de todo ser para a produção de si e do mundo, exprime-se então como *cupiditas* (desejo) e investe de maneira constitutiva o mundo das paixões e das relações históricas (NEGRI, 2016, p.29).

Espinosa se coloca contrário a qualquer filosofia que não considere o tecido das paixões humanas como única realidade efetiva a partir da qual a análise política pode movimentar-se. O objeto da política parte da experiência vivida, sendo a relação entre o desenvolvimento do desejo e da potência individual e o constituir-se enquanto sujeito político coletivo, a multidão. Neste aspecto, é Negri que se aprofunda no estudo de Espinosa em sua dimensão política a partir das leituras da *Ética* (E), do *Tratado Teológico-Político* (TTP) e do *Tratado Político* (TP), esta última uma obra póstuma e incompleta, mas que se apresenta como ápice do pensamento político do filósofo (NEGRI, 2016).

Espinosa refuta a existência de um direito natural objetivo (como uma imagem de uma ordem jurídica natural entre os humanos) e de um direito natural subjetivo (como um sentimento inato de justiça), como havia sido apresentado pela tradição filosófica. Para ele, o direito natural é o próprio *conatus*, ou seja, se estende até onde se tem poder de conseguir e potência para exercer, defender e fazer valer seu direito. O direito natural se relaciona diretamente à liberdade humana para realizar a potência de cada um (NEGRI, 2016).

Em um estado de Natureza, os humanos se isolariam em busca da satisfação de seus próprios desejos muitas vezes contrários aos do Outro, gerando ódio, medo, inveja e solidão,

diminuindo o *conatus* de todos e gerando um estado de servidão que possibilitaria o surgimento da tirania e da superstição. Desta forma, em um estado de Natureza, não é possível aos humanos exercer seu pleno direito natural e expandir sua potência. O medo da solidão e a busca pelo que lhes é útil e necessário leva os humanos à cooperação em busca de uma segurança que garanta a estabilidade no tempo frente aos eventos contingentes que os rodeiam. A sociedade e o direito civil surgem, assim, não para alcançar o bem comum como finalidade, mas para regular as relações sociais e possibilitar a realização do direito natural, da liberdade de cada um, garantindo a paz e a segurança para todos. Assim, o bem comum é entendido não como finalidade, mas como consequência (NEGRI, 2016). Como afirma Negri: "a passagem para a sociedade não representa uma cessão de direitos, é, antes, um ir adiante, integrativo do ser, passando da solidão para a multidão, para a socialidade que, em si e por si, suprime o medo" (NEGRI, 2016, p.38).

O processo de constituição da multidão se dá a partir de um movimento duplo, interno ao indivíduo e exterior a ele, na relação com o outro para a garantia do direito natural de todos. Somos naturalmente discordantes em nossa vida imaginativa e é necessária uma ruptura para passarmos a ser concordantes um com o outro no advento da sociedade civil. Esta ruptura passa do medo do outro ao desejo de não o prejudicar, na esperança dos benefícios que a ajuda mútua pode oferecer para a garantia de nossa liberdade (CHAUÍ, 2011).

Em outras palavras, somos naturalmente passionais e racionais, sendo que as paixões podem dividir os humanos, enquanto, a razão possibilita apenas a união. A instituição da política se dá justamente na intersecção entre paixão e razão, chamada, por Espinosa, de *lei natural* (E., IV, prop. 37 escólio 2). Esta *lei*, enquanto paixão, é apresentada de forma que um afeto só pode ser vencido por outro afeto mais forte e contrário a ele (E., IV, prop. 7) e que preferimos nos abster de causar um dano por medo de receber um dano maior (E., III, prop. 30). Tal lei, quando relacionada à razão, se comporta de maneira semelhante, tendo em vista que entre dois bens, sempre escolhemos o maior e, entre dois males, sempre escolhemos o menor (E., IV, prop. 65), assim como sempre escolhemos um bem maior futuro a um bem menor presente, e de forma inversa, em relação a um mal (E., IV, prop. 66). Essa lei natural que rege paixão e razão é o alicerce da cooperação e da instituição das regras civis que regem a vida comum.

Em Espinosa, a liberdade do indivíduo é uma potência constitutiva que possibilita a fundação da democracia a partir das relações sociais e políticas. Como expressão da potência individual de cada um, o direito natural não pode ser alienado para a constituição das leis e do Estado por meio de um contrato social, conforme acreditava Hobbes e Locke. De forma contrária, Espinosa entende que o Estado e o coletivo se constituem pelo desenvolvimento das

potências da multidão, uma vez que os humanos não querem ser governados, mas possuem um desejo inato de governar e serem senhores de si mesmos (NEGRI, 2016).

Sobre esta diferença entre sua obra e a de Hobbes, Espinosa afirma que "a diferença consiste em que mantenho sempre o direito natural e que considero que o magistrado supremo, em qualquer cidade, só tem direitos sobre os súditos na medida em que seu poder seja superior ao deles; coisa que sempre ocorre no estado natural" (Correspondência; Carta 50, p.390). Como diz Negri: "é essa materialidade da existência e de seu direito, acompanhada da firme asseveração de que, através do trabalho comum e igual, uma sociedade livre pode ser construída, organizada, mantida" (NEGRI, 2016, p.43) que escandaliza a teoria da legitimidade pela normatividade transcendente proposta pela tradição filosófica e política (NEGRI, 2016).

A teoria contratualista em Espinosa foi aprofundada por Negri no capítulo III em "Espinosa subversivo e outros escritos" (2016). A crítica do autor reside no fato de que o contrato social é visto como uma ficção sociológica para fundar um conceito jurídico que legitima a transferência de poder da sociedade civil para o Estado. Assim, o conceito da substância do Estado é visto a partir de outro conceito da época, o conceito monárquico (unidade, absolutidade e transcendência), atribuindo ao Estado um caráter absolutista, cuja soberania é garantida por meio da transferência do poder. A estes conceitos se opõem Maquiavel e Althusius que pressupõem a política, mesmo que ainda com transferência de poder, mas subordinada às práticas sociais e à multiplicidade das potências (NEGRI, 2016). Espinosa também se encontra nesta vertente e o desenvolvimento de sua obra nos leva a afirmação de que "direito e política participam imediatamente da potência do absoluto, que ambos nada têm a ver com a essência negativa, dialética, do contratualismo, que seu caráter absoluto é a participação e revelação da verdade da ação" (NEGRI, 2016, p.55). Para os contratualistas, a liberdade é requalificada juridicamente, a partir da alienação no direito natural para se constituir a soberania do Estado pela transferência de poder e retornar aos sujeitos em termos jurídicos da lei (NEGRI, 2016).

O desenvolvimento do capitalismo na modernidade exigiu uma ideologia que pudesse sujeitar as novas forças produtivas a um poder absoluto e transcendente, que desse legitimidade às novas relações de produção. Um duplo movimento foi necessário. Por um lado, realizou-se um longo processo de expropriação dos comuns, desestruturando as comunidades em sua reprodução social, instituindo a propriedade privada como base da vida econômica e mistificando o comum na invenção da utilidade pública e do Estado de bem-estar social. Por outro lado, foi preciso tolher dos sujeitos todo o reconhecimento de sua potência e de sua alienação, num intenso processo de subjetivação que perdura até os dias atuais. A teoria contratual, neste sentido,

foi crucial para garantir o arcabouço conceitual que legitimaria a servidão dos humanos perante o governo do soberano (NEGRI, 2016).

Em Espinosa, a soberania do Estado não é pressuposta pela lei nem pelo ordenamento constitucional, mas deriva de um processo contínuo de legitimação e de instituição pela multidão, que se enraíza de modo inalienável na coletividade. Não há um contrato social, mas um consenso, onde a multidão, enquanto potência constitutiva, organiza a necessidade de liberdade coletivamente, de forma que soberania e poder alcançam até onde alcança a potência coletiva organizada. Sendo assim, em seu *Tratado Político* (TP), Espinosa defende uma concepção do Estado que exclui toda teoria que faça a transcendência como fundamento do poder, reafirmando que o político se exerce a partir da potência social da multidão em um movimento contínuo que atravessa os antagonismos sociais. O título do poder (legitimidade) e seu exercício (legalidade) são estreitamente conjugados, sem haver possibilidade de articulação dessa relação, daí o conceito de absoluto que emana da prática democrática. Não há, portanto, alienação do poder, mas antes, a liberação de todas as energias sociais em um movimento contínuo de organização da liberdade de todos na construção da sociedade civil, ou, nas palavras de Espinosa, o *conatus da multidão* (NEGRI, 2016).

Para o filósofo, democracia é um império absoluto, em que a projeção das potências dos sujeitos se inclina para a unidade do poder e sua totalidade é entendida como a própria vida, sempre aberta, interna e dinâmica. Em outras palavras, a potência do ser se manifesta em um duplo movimento constituinte da multidão: em uma força unificante que a inclina para o absoluto (convergente) e em uma força difusa e plural das singularidades dos sujeitos (divergente). É a partir deste paradoxo que se entende a multidão como um conceito dinâmico e aberto, um sujeito político coletivo inapreensível e constitutivo para o qual tende a razão política na medida em que o poder se adapta à potência da multidão (NEGRI, 2016).

São duas as naturezas que formam a multidão: natureza física, múltipla e inapreensível do conjunto das singularidades que se dirige à multiplicidade dos sujeitos; e a natureza subjetiva, jurídica, criadora do direito e das instituições que se dirige à unidade do político (NEGRI, 2016). Neste movimento, "todo valor, toda escolha, todo ato político deve se dar sobre a relação inconclusa entre absolutidade do poder e multiplicidade das propostas, das necessidades, das experiências" (NEGRI, 2016, p.67). Em outros termos, a razão busca constituir uma unidade política apreensível, como uma única mente que operasse em um sentido claro para a normatização da sociedade, no entanto, as vontades, paixões e os desejos, em sua selvageria, tendem a dispersão. É a partir de uma articulação subjetiva da multidão que os desejos são colocados para convergir, moderados pela razão vivenciada como um afeto, e movem-se do bem

individual para o coletivo, permitindo a convivência das singularidades e a tolerância (NEGRI, 2016).

A democracia, portanto, tem como fundação a multidão na medida em que esta permite a cada indivíduo singular levar à coletividade os próprios desejos de liberdade para o desenvolvimento de sua potência. Não é a escolha de representantes, mas a fundamentação do governo a partir do respeito recíproco à liberdade dos indivíduos singulares que o compõe. Ela parte das potências dos sujeitos e de suas éticas (cujo principal instrumento é o desejo de fazer o bem a partir da condução da razão - *pietas*) e se constitui como uma prática social de singularidades que se entrecruzam em um processo coletivo na tendência ao amor universal (E., IV, prop. 18 escólio). É a partir da prática desses sujeitos, onde as forças produtivas são dadas a partir da liberação da potência singular, que ocorre a desconstrução da soberania transcendente e o reconhecimento da multidão instituinte como construtora do comum (NEGRI, 2016).

A singularidade, definida a partir da substância única e eterna e que vive e se transforma em uma relação ética interindividual, possibilita dois modos distintos de ser na multidão, relacionados diretamente com o movimento constitutivo dos afetos. O primeiro deles oscila entre o medo da solidão no estado de natureza e a segurança oferecida pela vida em comum, fazendo os humanos aptos à vida civil e existentes como multidão. O segundo modo instaura um processo material e coletivo dirigido pela paixão e pela ação oriundos de um desejo comum que movimenta a potência da multidão no sentido de instituir o direito e criar instituições, o fazer multidão. É este segundo modo que adensa as singularidades e as coloca em movimento, liberando as potencialidades individuais em busca da constituição da multidão. Aqui, não há diferença entre o sujeito e o cidadão, pois a soberania e o poder se fundem à própria multidão e à limitação de sua potência (NEGRI, 2016).

Temos, então, que a sociedade política é produto do desejo que tem o *ser* como fundamento a partir de sua contínua produção:

> Espinosa ensina que temos a possibilidade de viver a descoberta selvagem de territórios sempre novos do ser, territórios construídos pela inteligência e pela vontade ética. O prazer da inovação, o alargamento do desejo, a vida como subversão, esse é o sentido do espinosismo, no presente momento histórico. A revolução é um pressuposto: não um abstrato projeto, mas uma tarefa prática, não uma escolha, mas uma necessidade (NEGRI, 2016, p.127).

É nessa contínua abundância e transbordamento do ser na expansão de sua potência que ocorre o enlace do indivíduo e da totalidade, da singularidade e do absoluto, do movimento do desejo à instituição política. O processo institucional nasce de dentro da luta social, como uma mediação necessária da potência da multidão em sua afirmação: a construção do *comum*.

2.7. A constituição do comum

Castoriadis analisou três esferas da atividade humana a partir da observação da democracia na Grécia que pautaram o desenvolvimento filosófico moderno. A primeira diz respeito à esfera estritamente privada, do lar relacionada ao conceito *oikos*. A segunda, a esfera pública/privada, correspondente à *ágora*, é o local onde os cidadãos se encontram e estabelecem vínculos para além da esfera política. A terceira é a esfera pública/pública, relacionada ao conceito *ekklésia*, que incide diretamente nas decisões políticas enquanto lugar onde são deliberados e decididos os assuntos comuns (CASTORIADIS, 2013). A distinção entre *ágora* e *ekklésia* é justamente o que define a esfera pública. Possibilitar o autogoverno do comum é entender a primazia com que se apresenta como potência para articulação dessas esferas, em que esse espaço de encontro e discussão entre os cidadãos se torne uma escola diária de codecisão, ou seja, se torne um espaço político (DARDOT, LAVAL, 2017).

O comum se configura como um sistema político baseado na construção de instituições com regras e acordos determinados coletivamente por aqueles que se apropriam de determinado recurso e o gerem a partir de uma lógica colaborativa e pautada na reciprocidade. É imprescindível considerar que o uso comum esteja vinculado à codecisão das regras e à coobrigação resultante dela. O comum surge com o reconhecimento de que há instituições para além da estrutura do Estado, a partir de uma regulação coletiva auto-organizada. Ele se afirma enquanto um princípio político baseado na coatividade humana pautada na práxis, uma vez que apenas a atividade prática dos humanos pode tornar as coisas comuns. Não é um bem ou recurso, na medida em que não se constitui a partir de qualidades intrínsecas de determinada coisa (como sua forma inapreensível, não exclusiva e rival, características atribuídas a bens considerados comuns), mas como um princípio de autogoverno sobre regras de uso de determinados recursos e serviços. (DARDOT, LAVAL, 2017).

Dessa forma, tem-se que "há na sociedade formas coletivas de entrar em acordo e criar regras de cooperação que não são redutíveis ao mercado e ao comando estatal." (DARDOT, LAVAL, 2017, p. 159). Essa concepção baseia-se na ideia de que a ação humana não é, em essência, egoísta e individualizada, fruto de uma mente calculista que busca constantemente maximizar os benefícios individuais em detrimento à coletividade, conforme abordou Hardin em seu polêmico artigo sobre "a tragédia dos comuns" (HARDIN, 1968). Antes, tal comportamento egoísta que exploraria os recursos coletivos à exaustão é um produto social, consequência direta do desenvolvimento capitalista explorador dos recursos naturais, e não fruto de uma natureza humana essencialmente oportunista. Há diversas formas pelas quais os recursos podem ser geridos por determinada coletividade e é justamente sobre o estabelecimento de regras de

utilização que se pode estimular o estabelecimento de condutas mais cooperativas e sustentáveis (DARDOT, LAVAL, 2017).

A questão de propriedade é fundamental na proposição do comum e acompanha o desenvolvimento civilizatório humano desde o princípio. Locke considerava a propriedade privada como um direito natural, a partir da justificativa de que se referenciava à propriedade de si mesmo e no direito da autoconservação. Essa perspectiva se mantém até os dias atuais enquanto um dogma econômico fundamental, em que o indivíduo é proprietário do seu eu e do seu corpo e os bens são como prolongamentos, frutos e meios de conservação de si (DARDOT, LAVAL, 2017).

Essa característica jurídica e teológica do direito à propriedade vinculada ao desejo divino de conservação da vida é reformulada por Hume e Bentham em um entendimento de que o direito emana da autoridade política terrena (e não divina), que pauta a motivação e ação humana pela busca do prazer e pela vida em sociedade. A existência da propriedade, então, se justifica pela sua utilidade para os humanos enquanto instrumento econômico de geração de riquezas que garantam a vida humana, servindo como instituição inseparável do mercado e garantidora da eficiência na alocação de recursos. Dessa forma, estrutura-se o arcabouço filosófico para que a propriedade privada seja vista como um dos principais pilares para o desenvolvimento do capitalismo (DARDOT, LAVAL, 2017).

O comum fica, assim, restrito ao que não pode ser apropriado no momento, à "coisas naturalmente comuns" que são, de forma simultânea, propriedade de ninguém e de todos. Essa restrição é relacionada à doutrina jurídica e ao pensamento político que gera uma bipolarização entre o que é privado e o que é público, que se prolongará ao longo do século XIX e XX na oposição entre Estado e mercado. Essa doutrina surge inspirada no direito romano, em que o direito público é construído a partir do que não é privado, cujo foco dos juristas estava muito mais na figura do indivíduo-proprietário e sua capacidade de alienação do que é seu na troca mercantil do que nas propriedades vistas como coletivas (DARDOT, LAVAL, 2017).

O direito público surge com uma distinção dupla em seu bojo: de um lado, propriedades cujo domínio era do Estado, cabendo a ele conceder ou vender essas terras consideradas públicas; de outro lado, uma zona de uso público, em que, por meio de uma decisão institucional, o próprio Estado delimitava a indisponibilidade de certas coisas para apropriação privada, destinadas ao uso da coletividade. Essa distinção demonstra dois conceitos diferentes do público: a propriedade pública (parte do patrimônio do Estado) e o uso público (inapropriável pela sua destinação). É justamente esta esfera do uso público que mais se aproxima da instituição do

comum, uma vez que está fora do alcance da propriedade e que é institucionalmente destinado ao uso das pessoas. Em poucas palavras, é o público não estatal (DARDOT, LAVAL, 2017).

O comum traz uma perspectiva contrária ao direito de propriedade, na medida em que é inapropriável se instituído como um princípio que possibilita a sociedade viver junto. Isso se dá na medida em que o comum provém diretamente de uma atividade de pôr em comum que produz um direito, vinculado diretamente à ação humana, e não um bem que possa ser apropriado, trocado e possuído. Não se trata da natureza intrínseca das coisas em relação a possibilidade de sua apropriação, mas antes da sua qualificação pelo e no direito, por meio da ação humana. O comum se origina, assim, a partir do direito de uso dos cidadãos, privados de qualquer direito de propriedade, que destituem o sujeito proprietário como titular de direito e coproduzem normas jurídicas não estatais por meio do uso coletivo ativo. A ausência de qualquer relação com o sujeito proprietário indica, inclusive, em certos casos mais radicais, uma 'despersonalização do pertencimento' no plano jurídico. Portanto, não se pode transformar o direito de uso em um direito de propriedade ampliado, mas, antes, contrapô-lo radicalmente contra qualquer direito de propriedade, seja ele privado ou estatal. (DARDOT; LAVAL, 2017).

Esse deslocamento da questão para o terreno do uso ao invés da propriedade possibilita a criação de regras e acordos que garantam o proveito desse uso para todos, levando à concepção de instituição pela prática. A própria noção de comunidade pode ser entendida como a partilha de um dever ou obrigação que é construída a partir do exercício prático da colaboração. Como afirmam Dardot e Laval:

> (...) cumpre estabelecer como princípio que a coobrigação nasce do compartilhamento de uma mesma tarefa ou atividade (...) Se o agir comum é um agir instituinte, é precisamente porque consiste na coprodução de normas jurídicas que sujeitam todos os coprodutores, na própria qualidade de coprodutores, no decorrer da realização da tarefa. (DARDOT, LAVAL, 2017; p. 297)

A criação de um corpo jurídico em comum, para além do Estado e suas estruturas, por meio do trabalho coletivo é crucial na medida em que insere sujeitos na tarefa ativa de produção da sociedade e desenvolve o direito de forma progressiva e constante. É Proudhon que observa e analisa o desenvolvimento da *força coletiva* da sociedade e a forma com que é apropriada pelo capitalismo para sua expansão. Essa força coletiva é o motor da vida social, uma vez que se baseia na solidariedade, na potência ampliada na constituição da multidão e na produção de direitos sociais pela e para a sociedade. A fonte da lei, assim entendida, não se origina, como no direito romano, na figura do legislador, mas no próprio bojo social a partir da prática instituinte

dos cidadãos enquanto negação do controle estatal e religioso da vida (DARDOT, LAVAL, 2017). Como diz Proudhon:

> Abaixo do aparelho governamental, à sombra das instituições políticas, longe dos olhares dos homens de Estado e dos sacerdotes, a sociedade produzia lentamente, e em silêncio, seu próprio organismo; criava uma ordem nova, expressão de sua vitalidade e autonomia, e negação da antiga política e da antiga religião.[20] (PROUDHON, 1982 *apud* DARDOT, LAVAL, 2017; p.394)

Para ele, o direito social é soberano e deve prevalecer sobre a soberania do Estado, sendo contrabalanceado pela organização jurídica da própria sociedade. Para além do universalismo, que uniformiza a comunidade como um superindíviduo e suprime as singularidades, e contra o individualismo liberal, que isola o sujeito da rede de relações complexas da sociedade, Proudhon defendia uma organização jurídica emanada diretamente da força da sociedade a partir do contrato e da livre associação entre as pessoas. O estabelecimento de uma *constituição social* que surge da força coletiva da sociedade é o reconhecimento de que há uma razão comum que dá origem a ordens e regras sociais pautadas na solidariedade, no protagonismo cidadão e na cooperação. Nessa perspectiva, as formas de associação devem ser entendidas como instituições inteiramente políticas, não como ferramentas de gestão econômica e regulação social (DARDOT, LAVAL, 2017).

A tendência encontrada na sociologia diz respeito à confusão da instituição pelo instituído, em que é definida como um conjunto de crenças, hábitos e práticas sociais predecessoras ao indivíduo, sendo o fato social preestabelecido sua característica principal (DARDOT, LAVAL, 2017; CHAUÍ, 1982). Isso delimita que anteriormente ao sujeito há um contexto social no qual ele se insere que lhe é imposto em maior ou menor grau, em que importa menos a forma como tais regulamentos são decretados, mas sim o quanto são obedecidos. Porém, outros olhares para a questão da instituição têm demonstrado sua força enquanto verbo: o ato de legislar, de estabelecer um estado de coisas por meio da força da prática. Nesse sentido, a instituição não se assemelha apenas ao que já está constituído pelas práticas sociais passadas, mas incorpora simultaneamente sua dimensão de práxis, de construção de regras no próprio ato de instituí-las pela força da prática (DARDOT, LAVAL, 2017).

Hardt e Negri (2016) apresentam essa discussão como duas linhas: uma majoritária, que entende o contrato social como a base das instituições, na medida em que subsume o conflito com o consentimento do sujeito à transferência do seu direito de rebelar-se, trazendo unidade ao corpo social; e outra minoritária, que assume o conflito como interno e constante alicerce da

[20] Tradução do autor.

sociedade, evidenciando os caminhos tortuosos da própria constituição da multidão. Espinosa alinha-se à vertente minoritária, em que a instituição possui uma conflituosidade assumida em seu interior e se coloca, assim, de forma democrática justamente por estar aberta ao conflito e constituída por ele. Além de assumir o conflito interno, as instituições, nessa visão, também ampliam a ruptura social operada pela revolta à opressão de forças dominantes sobre o corpo social (HARDT, NEGRI, 2016).

Outros dois elementos constituem a concepção de instituição abordada pelos autores. As instituições, enquanto sistemas de crenças, hábitos e costumes sociais, consolidam novas formas de vida surgidas na prática social, adquirindo esse caráter de práxis instituinte em ato. Além disso, a instituição mantém-se aberta a sua própria transformação, não se separando o instituído do seu próprio ato de constituição. As diversas singularidades existentes que a compõem a inserem em uma dinâmica permanente de autotransformação, contrapondo-se à linha majoritária que reconhece o instituído enquanto algo paralisado e cristalizado no corpo social (HARDT, NEGRI, 2016).

Castoriadis também traz uma perspectiva similar, reforçando a primazia do instituinte sobre o instituído enquanto poder de criação pautada na concepção imaginária da sociedade. A força do novo, de novas concepções, relações e instituições, compõe o fazer histórico e é testemunho da capacidade humana para a construção do mundo social. Para o autor, o imaginário possui duas dimensões: a instituinte e a do instituído. Enquanto a última se refere às significações e instituições já existentes, constituídas por um poder soberano em sua função legislativa, a primeira é a fonte de onde emerge as novas possibilidades de ação e pensamento. A sociedade, no desenvolvimento do modo capitalista de produção, se incumbiu de negar a dimensão instituinte por ela estar referida diretamente à política, na medida em que traz um questionamento à instituição dada e apresenta sua alternativa. O poder efetivamente instituinte, portanto, é aquele que se constitui pela obra coletiva de consolidar novas significações imaginárias emergentes da vida social preexistente, num exercício de garantir a autonomia e um poder de participação a todos (CASTORIADIS, 1982).

De forma conclusiva,

> Os homens, embora 'façam' sua história, fazem-na sempre em circunstâncias e condições que eles não escolheram, que eles 'encontraram sempre aí', porque foram herdadas das gerações anteriores. Por esse lado, o 'fazer' dos homens é sempre condicionado pelos resultados da atividade daqueles que os precederam. (...) ao agir em determinadas condições, os homens agem sobre essas condições de tal modo que 'estabelecem' novas condições. Eles subvertem assim o antigo estado de coisas e trazem à existência o que não possui precedentes na história. (DARDOT, LAVAL, 2017; p.462-463)

Ao construir o novo em sua ação prática a partir das condições já existentes, é exercida uma mudança não apenas estrutural na sociedade, mas também interna aos sujeitos. Não são produto das novas condições estabelecidas, mas, antes, os sujeitos se produzem em e por sua ação prática no mundo. A práxis se forma justamente pela autoprodução do sujeito que se modifica no curso de sua ação em um processo de subjetivação, e não em decorrência dela. Daí o conceito de práxis instituinte, na medida em que produz seu próprio sujeito na continuidade do processo de estabelecimento de novas regras sociais que buscam se renovar para além do ato criador. Assim, o comum é entendido no seu próprio movimento de instituição, em que os sujeitos se engajam na atividade de forma a não separar o produto dela das relações que constroem entre si, dos valores e significações construídos e das regras sociais que são institucionalizadas no fazer (DARDOT, LAVAL, 2017).

A nova sociedade em gestação se forma, portanto, no horizonte do comum:

> A criação de organismos cooperativos e associações livremente escolhidas, auto-organizadas e autogeridas, à margem do mercado lucrativo e do Estado, no setor da alimentação, da educação, da guarda de crianças, da habitação e do lazer parece restabelecer o grande sonho de constituição de enclaves emancipados dentro da sociedade. (...) Pressupõe condições materiais, institucionais e subjetivas que, se ainda não estão reunidas na atualidade, poderiam se concretizar sob o efeito do entusiasmo coletivo para fazer essa 'outra coisa' que tenha sentido, ou pela rejeição às formas capitalistas e mercantis de produção e troca, que se tornaram ecologicamente insustentáveis e psicologicamente repulsivas. (DARDOT, LAVAL, 2017; p.536)

Para isso, é necessário cidadãos ativos politicamente, assumindo suas responsabilidades na produção do comum e capazes de construir instituições em que sejam coprodutores conscientes de seus direitos, e não apenas consumidores de serviços. Tais sujeitos se constituem na própria prática afirmativa no território onde ocorrem os encontros e a produção da cidade a partir do desejo de transformação. O desejo e o afeto ampliam a potência de ação de forma a constituir a multidão que, em sua práxis, cria instituições e constrói ativamente o comum.

3. A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA NAS HORTAS URBANAS

Militância é corpo presente.
Maria Alves
Liderança do Movimento Sem Terra
Comuna da Terra Irmã Alberta - São Paulo

3.1. Agricultura urbana e política: por uma agricultura cidadã

A comida possibilita um despertar político por impactar cotidianamente a vida das pessoas de diversas formas a partir de entendimentos sobre a história, a cultura, o futuro humano compartilhado e a estruturação do sistema alimentar (WELSH, MACRAE, 1998). O sistema alimentar é um sintoma e um símbolo de como nos organizamos enquanto sociedade, de forma que a comida reflete a disputa entre forças de controle e a pressão pela democratização dos fluxos de produção e consumo (HASSANEIN, 2003). A economia corporativa alimentar levou, nos últimos 70 anos, a uma crescente separação das pessoas de suas fontes de alimentação por meio de processos industriais complexos, sistemas de logística e comercialização em larga escala e intensas campanhas midiáticas para a promoção dos produtos industriais (POLLAN, 2008).

A estruturação do sistema alimentar dominante, industrializado, economicamente concentrado e globalizado, não deve ser vista como algo estanque, inevitável e lógico, mas, antes, como um produto social e histórico contestável, de onde emergem resistências criativas em que os próprios cidadãos se apropriam do poder para determinar políticas agrícolas e construir novas relações de produção e consumo. Movimentos sociais têm buscado construir sistemas agroalimentares alternativos e diversos a partir da perspectiva da democracia alimentar, considerada um método pragmático ideal para tomada de decisões sobre o sistema alimentar que incorpora oportunidades e conhecimentos de todos os envolvidos para desenhá-lo e operá-lo (HASSANEIN, 2003).

Ao avaliar o caráter político que envolve a agricultura urbana, três conceitos aparecem como relevantes na obra de Casadevante Kois e Morán (2016) que a vinculam a discursos utópicos e transformadores: resiliência, o direito à cidade e o comum. A resiliência se refere diretamente à dependência urbana dos ecossistemas naturais, cuja degradação aprofunda a vulnerabilidade das cidades frente às mudanças climáticas, a crises econômicas e à desestruturação territorial e da paisagem do entorno. Há uma dupla inviabilidade existente hoje no que diz respeito ao abastecimento alimentar em que, por um lado, tem-se o tamanho

incompatível das aglomerações urbanas em relação à capacidade de carga dos ecossistemas em que estão inseridas, e, por outro lado, o sistema alimentar industrial baseado em grandes corporações desvinculadas das práticas alimentares, culturais e ambientais dos povos.

A capacidade de produção de alimentos na proximidade ou no interior das cidades se torna um dos principais fatores de adaptação, resiliência e promoção da sustentabilidade urbana frente à crise planetária, na medida em que amplia o acesso a alimentos de forma mais autônoma em relação à energias fósseis e insere a discussão da alimentação na perspectiva do direito humano e da justiça social. Como aborda Casadevante Kois e Morán (2016; p.309):

> A preocupação crescente pela agricultura urbana como forma de reconectar psicologicamente cidade e natureza, a proliferação de hortas de todas as tipologias possíveis nos interstícios e bordas urbanas, o impulso cidadão de circuitos curtos de comercialização para a agricultura de proximidade, a maior presença da agroecologia na agenda política, o avanço das políticas públicas que impulsionam sistemas locais de produção e consumo de alimentos, são uma fonte de resiliência, pois mediante essas iniciativas estão sendo experimentados novos modos de organização do sistema, desdobrando soluções diversas, multiplicando as relações e interações em rede e estabelecendo vínculos entre os processos que se produzem em diferentes escalas do território.[21]

Além da resiliência, os autores também abordam o conceito de direito à cidade de Henri Lefebvre, em que direitos urbanos de moradia, de espaços públicos e de equipamentos sociais estão diretamente relacionados aos direitos culturais, socioeconômicos e políticos. Trata-se de uma forma coletiva de reivindicar a cidade desejada, onde a democratização do planejamento urbano e a promoção de iniciativas autogestionadas cumprem um papel dramático no território. A existência de vazios urbanos e o olhar para os ecossistemas naturais tornam-se potenciais para a reimaginação da cidade enquanto um espaço também para conservação ambiental e garantia de segurança alimentar e nutricional. O direito à terra cumpre um papel como direito a cultivar os próprios alimentos, onde o acesso à terra, o uso do solo, a soberania alimentar e a autonomia individual e coletiva são imprescindíveis e trazem importantes discussões sobre a gestão dos recursos urbanos (CASADEVANTE *KOIS*, MORÁN, 2016).

Nesse sentido, os autores abordam o último conceito que emerge para a discussão política sobre agricultura urbana: o comum. As comunidades locais se estruturam e se constituem continuamente a partir de suas práticas no território, envolvendo a gestão dos recursos existentes de forma relativamente independente da estrutura urbana e econômica vigente. Apesar da amplitude que o termo comporta, a comunidade denota, primariamente, a forma com que se formam os vínculos entre as pessoas e as regras sociais com que são geridos os recursos de um

[21] Tradução livre.

determinado território (ZIBECCHI, 2006). O comum é assim determinado enquanto um princípio político de autogoverno das comunidades, em que se constituem regras para a gestão comunitária dos recursos compartilhados baseados em:

- Delimitação clara e específica dos recursos e limites de exploração.
- Consideração sobre as condições locais, seus limites e a coerência com as regras de uso e apropriação dos recursos.
- Criação participativa de acordos pactuados em decisões coletivas e consensuadas.
- Supervisão e controle social sobre as regras.
- Definição de sanções e mecanismos de mediação de conflitos.
- Reconhecimento do direito à auto-organização e à constituição de instituições próprias

(AGUILERA KLINK *apud* CASADEVANTE *KOIS,* MORÁN, 2016; p.313).

As hortas comunitárias são consideradas como uma das primeiras ações coletivas a serem concebidas sob a perspectiva dos comuns urbanos, em que cidadãos se organizam no território para produzir seu alimento e gerir os recursos naturais de forma autônoma. A proliferação destes espaços verdes são uma conquista cidadã, uma vez que são ocupações de áreas públicas ou privadas abandonadas pelo mercado e pelas políticas públicas sob a lógica do sucateamento do Estado e da especulação imobiliária. Organizadas pela população ou por organizações sociais para seu próprio sustento ou para comercialização local, enquanto comum urbano, as hortas adquirem um aspecto de luta pelo valor de uso coletivo da terra, tendo como princípio a reciprocidade e a colaboração, mediante a promoção de espaços públicos voltados ao encontro, à expressão e a produção de processos comunitários. O que importa é a intensidade e a qualidade das relações sociais construídas, sua capacidade de gerar interação entre grupos distintos e seu estímulo a expressão e a integração cultural. São espaços que constroem alternativas à erosão social causada pelo sistema capitalista e pelo neoliberalismo (CASADEVANTE *KOIS,* MORÁN, 2016).

Além disso, a produção nas hortas se desenvolve para além da economia monetária, onde a lógica da doação, das trocas e dos vínculos de reciprocidade possui tanta ou mais força do que a lógica de venda de mercadoria. O papel que o autoconsumo cumpre em hortas comunitárias é fundamental, incluindo o apoio social a instituições e a pessoas da própria comunidade, priorizando o atendimento e a satisfação às necessidades básicas e o vínculo entre consumidores e produtores. Assim, essas hortas diluem a fronteira entre atividades produtivas e atividades reprodutivas, priorizando suas práticas fora do mercado e se orientando ao cultivo das relações sociais assim como à produção alimentar propriamente dita (CASADEVANTE *KOIS*, MORÁN, 2016).

A atuação dos grupos e os resultados de suas práticas no território, apontam diretamente para a relação entre a agricultura urbana e sua importância política em diversas dimensões, como a produção da cidade e a construção de vínculos urbano-rurais, a autonomia e autodeterminação dos povos no sistema alimentar, a participação política, o controle social na construção de políticas públicas e a normatização das práticas a partir dos conhecimentos produzido de forma dialógica entre o saber científico e o saber popular. Pesquisas têm apresentado uma conexão entre agricultores urbanos e ativistas pela soberania e ética alimentar, demonstrando o embrião de um movimento mais amplo de promoção da democracia alimentar a partir de uma perspectiva prática de fortalecimento de vínculos sociais (GOTTLIEB, JOSHI, 2010).

No entanto, não são todas as práticas de agricultura urbana que apontam para estes caminhos, onde se verifica um caráter contraditório das experiências de agriculturas urbanas no Brasil e no mundo. Algumas delas são identificadas como práticas cidadãs de promoção do direito à cidade e à alimentação adequada e problematizadoras das concepções de agricultura e de sistemas alimentares em disputa no mundo atual, enquanto outras são identificadas como promotoras de estruturas neoliberais de produção e mercantilização da cidade. Certas iniciativas promovem o acesso à terra a certos grupos sociais, mas têm dificuldades e limitações em garantir esse acesso à toda população, faltando, em muitos casos, uma perspectiva voltada à justiça social. Em outros casos, a agricultura urbana é meramente uma ferramenta para gerar recursos em épocas de crises financeiras, focados na produção de pequenos empreendimentos sem conseguir promover radicalmente formas alternativas de vida e de sustentabilidade urbana. (McCLINTOCK, 2014; TORNAGHI, 2014).

É preciso aprofundar o quanto a agricultura urbana e periurbana, por meio dos encontros, do trabalho comunitário e dos afetos e da construção de laços de confiança, potencializa os cidadãos para uma gestão compartilhada, instituinte e participativa dos espaços produtivos. As pesquisas realizadas nas dimensões políticas e das políticas públicas da agricultura urbana e periurbana tendem a ser prescritivas no que concerne a como deveria se dar ação governamental para apoio às iniciativas (GORE, 2008), mas pouco examinam o que de fato tem sido realizado *in loco*, que instituições políticas emanam dessa prática pelo comum e como as ações da sociedade civil têm se relacionado com as dinâmicas governamentais.

A literatura internacional sobre agricultura urbana tem se aprofundado nos últimos anos no caráter político inerente às práticas do Norte Global e seu potencial para transformar os sistemas alimentares, democratizar o direito à cidade, construir comunidades e direcionar o desenvolvimento urbano para a sustentabilidade (CERTOMA, TORNAGHI, 2018).

Levkoe (2006) sugere que por meio de hortas comunitárias, participantes podem ganhar um melhor entendimento do seu papel como cidadãos ativos, onde o trabalho coletivo desenvolvido com uma visão comum fortalece a comunidade e aumenta seu pertencimento, sua autonomia e seu poder sobre suas próprias vidas. A horta comunitária ainda possibilita os participantes assumirem responsabilidades enquanto reconhecem seus direitos, desenvolvendo estratégias de engajamento para causas comuns de forma coletiva e desenvolvendo redes de relação alternativas que podem quebrar as dependências de sistemas de caridade e do mercado de alimentos de forma mais ampla.

Apesar da contínua constatação dos benefícios e potenciais que as práticas de agricultura urbana trazem, é necessária uma leitura crítica sobre as experiências, como aponta Tornaghi (2014, p. 2):

> Práticas agrícolas urbanas estão sendo apontadas como benevolentes e não problemáticas, com o potencial para resolver parcialmente os problemas associados à qualidade e acessibilidade alimentar, redução da pegada ecológica, aumento da coesão comunitária, conquista de maior resiliência comunitária e promoção da sustentabilidade urbana. No entanto, várias dinâmicas injustas potenciais e controversas permanecem inexploradas.[22]

A análise crítica apontada pela autora deve considerar a observação do contexto sociopolítico em que as experiências de agricultura urbana se desenvolvem e seu papel na reprodução do capitalismo, na transformação de processos urbanos e na produção de novas condições socioambientais, levando em consideração, principalmente, a reprodução de injustiças e a implementação de novas formas de viver e reconstruir o comum. Os cidadãos estão presos na crônica insuficiência de espaço agriculturável na cidade, onde podem exercer sua liberdade criativa, em regulações de criação animal desfavoráveis, na ausência de tempo devido aos empregos assalariados e na falta de apoio público na obtenção de recursos e insumos produzidos na cidade. Essa subjugação ao sistema alimentar agroindustrial e ao sistema capitalista de forma mais ampla tanto restringe a atuação em hortas quanto impulsiona práticas não capitalistas que buscam reconciliar atividades de produção e reprodução da vida e quebrar a dicotomia urbano-rural (TORNAGHI, 2014).

No que se refere aos diferentes significados e interpretações atribuídos à agricultura urbana (principalmente às hortas comunitárias), encontramos uma variedade de concepções que evidenciam conflitos conceituais e tipológicos do que compreendem as experiências, seus proponentes e até a comunidade beneficiada. Kurtz (2013) elabora a reflexão em que reconhece

[22] Tradução livre.

que diferentes objetivos na constituição de hortas comunitárias trazem implicações na forma que são constantemente negociadas as relações entre as pessoas, delas com o bairro e delas com os elementos da natureza, a partir das noções de como são organizados os trabalhos de plantio, organização e colheita e como são definidas estratégias de acesso, inclusão e exclusão de pessoas que vivem nas regiões adjacentes. Cada pessoa possui uma vivência muito particular na horta que influencia na formação de sua identidade, na sua interpretação da realidade e na sua ação no mundo. Atuar no espaço público com outros sujeitos possibilita a construção coletiva de saberes baseados na experiência única dos sujeitos que se coletivizam (KURTZ, 2013).

Uma crítica comum em recentes estudos abordam o caráter contraditório e ambíguo que projetos de agricultura urbana trazem em si, tendo, tanto um caráter radical de mudança social (perspectiva essa comum nos artigos sobre o tema, que buscam evidenciar os benefícios que a agricultura traz para as cidades e a potencialidade da transformação que ela apresenta em diversos aspectos da vida urbana), quanto o aspecto de manutenção da lógica capitalista, trazendo em si valores neoliberais que fortalecem a individualização do cidadão enquanto um consumidor com escolhas que podem ser mais "sustentáveis", incentivando uma apropriação capitalista da prática para ampliar a acumulação de capital (MCCLINTOCK, 2014; PUDUP, 2008; TORNAGHI, 2014).

Ao longo da História, a agricultura urbana sempre foi um espaço de disputa permeado por ideologias, narrativas e conflitos. O próprio movimento orgânico e movimento ambientalista serviram como palco para disputas ideológicas entre nazistas, liberais e progressistas, na tentativa de buscar na natureza alguma forma de justificativa para seus ideais de mundo. A horta, principalmente em contextos urbanos, torna-se o que Paul Gough denomina de *paisagem polêmica*, um espaço que comporta uma variedade de concepções muitas vezes antagônicas e conflituosas entre si, como espaços de memória, de posicionamento político e até de confronto com autoridades (MCKAY, 2011).

Tendo em vista o reconhecimento do caráter conflituoso que a agricultura urbana assume em sua articulação com a política, é importante assumir a existência de contradições, de incoerências e de uma diversidade de projetos políticos existentes no cotidiano do trabalho em hortas comunitárias. A própria concepção da comunidade deve ser observada não como uma massa uniforme de desejos e necessidades, mas, antes, um amplo espectro complexo e diverso de sujeitos que interagem, se desenvolvem e pactuam as ações em meio a conflitos. Portanto, é essencial analisar a forma como é construído o projeto político que instiga a criação de hortas comunitárias dentro de seu contexto histórico e com um olhar também para os sujeitos que se formam e se transformam por meio da prática coletiva.

A agricultura urbana, ao mesmo tempo em que se insere numa lógica de contraposição ao capitalismo, cumpre um importante papel em lógicas de gentrificação e expulsão de comunidades de seus territórios de vida. Esse caráter dúbio e contraditório é o que permite sua própria existência enquanto um movimento social viável, se inserindo em processos capitalistas que criam oportunidades para seu desenvolvimento, ao mesmo tempo em que impõem obstáculos para sua expansão. As práticas surgem como uma forma de proteger a sociedade dos efeitos perniciosos da economia de mercado, mas acabam imersas nas dinâmicas neoliberais que enfraquecem o Estado, reforçam a ênfase na responsabilização pessoal pelas mazelas do próprio sistema alimentar e incentivam soluções baseadas no mercado e no consumo de produtos diferenciados, construindo um nicho específico de mercado (MCCLINTOCK, 2014).

Mesmo assim, há um reconhecimento de que as hortas comunitárias são espaços de contestação que negam a noção privatista e fragmentada da produção capitalista da cidade, existindo como locais de transformação onde valores e práticas se formam mutuamente e geram mudanças na estrutura social e espacial da sua localidade. As hortas são espaços socialmente construídos e possuem um importante papel na luta de cidadãos ordinários pela produção da cidade que se deseja, uma vez que é nesse espaço que práticas cotidianas se entrelaçam com ideias sociopolíticas e redes locais são construídas e fortalecidas. A diferença de outros movimentos urbanos se dá justamente no fato de que as hortas estão presentes no cotidiano dos cidadãos e compõem o território urbano como práticas contínuas no tempo, trazendo um potencial político de transformação das relações existentes (EIZENBERG, 2004).

Simultaneamente ao incentivo ao empreendedorismo na agricultura urbana, enquanto uma apropriação de empresas capitalistas em busca de novos nichos de mercado, as hortas podem ser entendidas como formas de aproximar o trabalhador do fruto de seu trabalho, levando progressivamente ao retorno dos meios de produção para residentes urbanos depois de anos de restrição de práticas agrícolas no zoneamento e na própria concepção da cidade. É, simultaneamente, uma superação e uma reação para as crises do capitalismo que dificilmente conseguirá, em iniciativas dispersas e fragilmente conectadas, transformar radicalmente o sistema alimentar controlado pelo monopólio de grandes corporações. No entanto, oferece caminhos, a partir da reivindicação da produção alimentar enquanto um direito pautado no comum, para um contínuo e longo processo de reclamar a vida social de volta às mãos dos cidadãos. A conexão da agricultura urbana a lutas mais amplas por justiça social e transformações estruturais é essencial para seu escalonamento enquanto mudança paradigmática do urbano, reconhecendo que ela compõe com outras iniciativas as ferramentas para a construção da sustentabilidade nas cidades. Em outras palavras, ela, sozinha, não irá promover a cidade perfeita para todos seus viventes e

construir uma nova sociedade, porém, é um começo e um meio importantíssimo para esse processo (MCCLINTOCK, 2014).

A principal característica que faz as iniciativas de agricultura urbana levarem em si o potencial para uma transformação paradigmática do urbano é o caráter político que essas práticas assumem. Alguns autores relacionam a prática de agricultura urbana diretamente à promoção de uma *cidadania ecológica urbana*, identificando duas perspectivas: oportunidades para participação pública e aprendizado social sobre práticas e decisões sobre consumo e produção de alimentos (TRAVALINE, HUNOLD, 2010).

A partir da participação na ecologia política das cidades por meio da criação de espaços compartilhados e comunitariamente geridos, os agricultores urbanos tornam-se potencialmente cidadãos e produtores da cidade. É um processo de inclusão de novos sujeitos na política urbana que produzem estruturas sociais e espaciais, constituem o público e criam o comum por meio de um processo de habitar uma visão cocriada do que a cidade pode vir a ser. Além disso, não se trata apenas de uma questão de acesso a espaços e instituições públicas, mas da própria construção democrática e ativa da cidadania (DELSESTO, 2015).

É importante a reflexão de Follmann e Viehoff (2015) sobre o quanto a jardinagem política pode se tornar de fato uma nova forma de ação política e de participação democrática. O questionamento se dá justamente pelo caráter ambíguo e contraditório que a prática apresenta ao combater e auxiliar processos neoliberais de produção capitalista da cidade. Apesar de impulsionar a criação de comuns urbanos que podem auxiliar na luta por justiça social, as práticas são comumente cercadas e apropriadas pelo Capital de forma monetarizada e comodificada. São três os principais desafios encontrados pelos autores em sua análise de experiências de agricultura urbana na Alemanha em relação a sua natureza enquanto novo comum urbano em construção: comunicação da horta enquanto um comum urbano; a horta como um elemento da cidade neoliberal; e a horta como um cercamento (FOLLMANN, VIEHOFF, 2015).

Nesse sentido, Follmann e Viehoff (2015) trazem importantes reflexões sobre a perspectiva do direito à cidade, em que vê como necessário abordar questões de classe para não se restringir ao que chama "uma revolta de estilo" da classe média. Até que ponto as hortas comunitárias mobilizam o engajamento das classes oprimidas e desfavorecidas em sua reivindicação por direito à cidade? A consolidação de uma coesão comunitária garante que ela seja inclusiva, aberta e promotora do comum entre diferentes sujeitos do espectro social? O recorte de classe, portanto, é essencial para entender que tipo de cidade e de comunidade é construída e o quanto ela de fato fortalece as lutas por justiça social (FOLLMANN, VIEHOFF, 2015).

Outro desafio analisado na literatura é a forma como as hortas se relacionam diretamente com os poderes instituídos da cidade neoliberal, de forma a proteger-se do perigo de cooptação por empresas privadas e da domesticação de seu potencial transformador do espaço. O surgimento da perspectiva do comum nas hortas resulta em tensões em relação à legalidade política da prática e seu reconhecimento pelo Poder Público, em um complexo processo de definição de responsabilidades perante o espaço público e de exigências que são feitas em uma escala mais ampla do zoneamento urbano. Construir o comum é também planejar cenários para o uso das terras em uma perspectiva mais ampla do que a mera localidade da horta, exigindo o engajamento político a nível do bairro, regional e até municipal. A escala é um aspecto essencial da política democrática, na medida em que justamente evoca a tensão entre o interesse privado de determinado grupo com o interesse coletivo mais amplo, ao qual é imprescindível remeter (FOLLMANN, VIEHOFF, 2015; PURCELL, 2007).

Por fim, os autores observam os desafios que se colocam na horta na medida em que a própria comunidade exerce certo cercamento do espaço da horta, buscando proteger o espaço do uso exploratório de quem está fora, ou seja, proteger o comum urbano da cooptação capitalista de investidores privados. Hortas comunitárias serão sempre comuns incompletos e imperfeitos, comuns em construção (EIZENBERG, 2012). Reconhecer o caráter positivo do cercamento e a forma como ele protege o comum auxilia a entender a transformação dos hortelões em ativistas, na medida em que se tornam melhor informados, sob uma perspectiva crítica, de como opera a cidade neoliberal e quais são as estratégias para superá-la. A barreira de engajamento que é criada pelo cercamento de uma horta restringe a aproximação àqueles que se identificam ativamente com a proposta de ser um espaço inapropriável e aberto à toda a coletividade de acordo com as regras sociais estabelecidas (FOLLMANN, VIEHOFF, 2015).

O acesso restrito à governança urbana pelos cidadãos tende a dificultar sua participação em iniciativas de agricultura por uma série de razões, como a tendência histórica que definiu o alimento como uma questão rural, a economia urbana que restringe o uso da terra para a produção alimentar e a falha das Prefeituras Municipais em incluir as populações nos processos de decisão (TRAVALINE, HUNOLD, 2010). Mesmo assim, a atuação em hortas sob a perspectiva da cidadania urbana aponta para um maior entendimento do que é a cidade enquanto relações sociais e espaciais em construção e disputa, impulsionando agricultores para uma participação ativa na política (DELSESTO, 2015).

A prática da produção alimentar urbana pode ser considerada promotora do comum na medida em que estabelece uma demanda nova pela cidade, com a redescoberta e apropriação de espaços abandonados, e possibilita às pessoas perceberem os efeitos nefastos da urbanização

neoliberal e a interdependência entre o privado e o público. Gerir a horta como comum desafia a cidade à renunciar a lógica neoliberal para a promoção plena do direito por espaços verdes mais produtivos e envolvimento direto do cidadão na promoção da cidade. A transformação política é feita a partir do exercício prático no território e de forma convidativa à participação popular, exercitando a democracia e possibilitando o aprendizado social da convivência. Tem-se assim o que se considera uma *jardinagem política*, que busca reivindicar o direito à cidade pela criação de uma horta comunitária na forma de um comum existente em ato (FOLLMANN, VIEHOFF, 2015; EIZENBERG, 2012).

As próprias funções de um agricultor podem ser aplicadas para o contexto político, de acordo com a perspectiva de Delsesto (2015). O agricultor urbano possui uma árdua tarefa de cultivar coletivamente o potencial produtivo da terra urbana ano após ano, garantindo uma melhora nas condições socioambientais do espaço em uma perspectiva temporal e espacial. O próprio ato do cultivo é, em si, altamente seletivo, cultural, coletivo e relacionado à produção humana do ambiente em relação com os ciclos naturais, A perspectiva de guerrilha, pelo qual o agricultor ocupa espaços urbanos ociosos para a produção sem prévio consentimento do Estado, possibilita a transição de um hobby passivo e um projeto ornamental para um ato político criativo em resposta às necessidades por comunidade, expressão, encontro ou abastecimento alimentar. É por essa perspectiva que são desenvolvidas lideranças locais orgânicas, sujeitos cuja potência é ampliada para uma ação que consiga conectar condições locais com estruturas e sistemas mais amplos (DELSESTO, 2015).

Como nos apontam Casadevante *Kois* e Morán:

> As hortas comunitárias são espaços em que convivem as reivindicações de sustentabilidade urbana e a melhora da qualidade de vida, com o avanço de processos de autogestão a nível do bairro que enfatizam a participação direta e que tratam de infundir determinados valores sociais (ajuda mútua, solidariedade, consciência ambiental, interculturalidade), criando espaços onde se materializava o que alguns autores denominaram 'horticontracultura'[23] (CASADEVANTE *KOIS,* MORÁN*,* 2016; p.184.)

A produção de alimento por meio da ajuda mútua em um trabalho coletivo unificado não só pode atender às necessidades básicas dos sujeitos, mas os instigar à produção de uma cidade em que se quer viver a partir da sua liberdade e do seu desejo de se autogovernar autonomamente. A mudança prática de transformação do espaço ocioso e abandonado pelo poder público em hortas vibrantes e alimentadas por suas comunidades com um objetivo comum

[23] Tradução livre.

pode potencializar a consolidação de um sujeito coletivo a partir da experiência prática de gestão do território. Esse incremento de potência no agir dos sujeitos, antes imersos em suas dinâmicas de trabalho e de reprodução de sua vida sem envolver-se com uma dinâmica coletiva de produção da cidade, tende a colocar em movimento um circuito de afetos potentes que os abre para novas formas de agir. Não são poucos os sujeitos que dizem terem transformado suas vidas a partir da vivência nas hortas comunitárias, tanto em busca de trabalhos relacionados à prática de agricultura urbana quanto ampliando seu entendimento do que é a cidade, do que é política e da importância da atuação da sociedade civil para a garantia de políticas públicas inclusivas e permanentes.

O aparecimento de novos atores sociais na cena política, conforme aponta Leff (2001), fazem "novas reivindicações de melhoria da qualidade do ambiente e da qualidade de vida, como também de espaços de autonomia cultural e autogestão produtiva" (LEFF, 2001, p. 62). Conectados ao potencial produtivo da natureza e dos fazeres humanos nas cidades, os sujeitos conseguem contribuir para a construção de uma racionalidade ambiental na produção do ambiente urbano. As experiências de hortas comunitárias em São Paulo parecem possibilitar a convivência comunitária baseada na diversidade, nas relações intergeracionais e na manutenção de tradições relacionadas ao alimento enquanto expressão cultural da sociedade e fator essencial na formação da identidade dos povos (MONTANARI, 2008).

O resgate sociocultural das identidades rurais, perdidas em meio ao processo intenso e veloz da urbanização e dos êxodos rurais, pode aproximar cidadãos urbanos e possibilita a criação de tecidos sociais caros à construção de comunidades. O alimento, segundo a literatura consultada e as experiências vivenciadas nesta pesquisa, desenvolve um papel aglutinador, reunindo desde migrantes de zonas rurais que vieram à cidade buscando melhores condições de vida, até o crescente público interessado na mudança de hábitos de consumo, promovendo intercâmbios intergeracionais, construção de novos conhecimentos e técnicas e fortalecendo redes capilarizadas pelo territórios, incentivando a economia solidária e o engajamento cidadão na política.

Essa incidência política e a extensão das relações construídas por meio dessas redes de interação relacionadas à hortas urbanas ainda não foram sistematicamente pesquisadas e carecem de estudos qualificados no campo da sociologia, antropologia e ciências políticas para atestar sua dimensão no sentido da mudança de paradigma rumo à sociedades sustentáveis no Brasil. Se a literatura apenas recentemente começou a demonstrar maior interesse na prática da agricultura urbana no Brasil, são ainda pífios os estudos que abordam esta temática a partir do engajamento político que emana dessas experiências. Apesar de reconhecermos a importância histórica que a

agricultura urbana teve e tem nos movimentos políticos frente a crises societárias, demonstrando, inclusive, sua capacidade utópica de enunciar outras cidades possíveis (CASADEVANTE *KOIS* e MORÁN, 2016), é difícil encontrar na literatura científica, estudos de iniciativas brasileiras que possam ser reconhecidas como uma *agricultura urbana ativista* (NAGIB, 2016), no sentido de experiências cujo objetivo primeiro é reivindicação política. Nesta perspectiva, as hortas comunitárias de São Paulo assumem um caráter de inovação social que pouco é reconhecida em outras experiências do país (BIAZOTI, NEMOTO, 2017).

Em São Paulo, principalmente dois autores trabalharam com a questão, investigando as nuances políticas existentes nas hortas comunitárias. Nagib (2016) estudou com profundidade o caso da Horta das Corujas, onde identifica a horta comunitária como:

> um espaço questionador da ordem urbana contemporânea. Ela não consegue – nem tem a intenção de – promover a autossuficiência alimentar de seus voluntários. Entretanto, ela conferiu uma nova dinâmica ao espaço compartilhado por aquele corpo social, sendo um de seus objetivos ampliar a cooperação e a integração sociais por intermédio da produção de alimentos na cidade. Em espaço publico, aquela horta comunitária estimula as relações sociais horizontais (sem hierarquia), torna-se um exemplo para outras inspirações ativistas, é um laboratório para possíveis politicas publicas e revela-se uma experiência conectada à ideologia dos orgânicos (NAGIB, 2016, p.361).

Nagib (2016), citando Harvey (2014), também coloca que a agricultura urbana, em sua expressão ativista, surge enquanto

> uma oposição ao urbanismo que venha enaltecer 'a venda da comunidade e o 'estilo butique' [...] como um produto criado pelos agentes imobiliários para satisfazer os sonhos urbanos'; ao contrario, as iniciativas comunitárias, tal como as hortas em praças públicas, tendem a reverter a ética do individualismo exacerbado, que produzem formas espaciais de 'cidades de fragmentos fortificados, de comunidades muradas e de espaços públicos mantidos sob vigilância constante' (HARVEY, 2014, pp. 47-48 apud NAGIB, 2016, p.365).

As hortas comunitárias contrapõem-se à lógica vigente de desenvolvimento da cidade, tensionando a relação urbano-rural e a lógica de uma cidade meramente consumidora e destruidora de recursos naturais. Assim, as hortas se constituem pelo viés de "uma narrativa de cura da relação com a cidade. Espaços de encontros construídos coletivamente que são capazes de mitigar uma aversão à vida na capital, que leva a querer transformá-la, enfrentando, de certa maneira, lógicas já arraigadas sobre o que é o urbano" (MACHINI, 2018, p.176)

Além dele, Machini (2018) também observa nas hortas comunitárias noções de política que se dão no cotidiano das práticas, a partir da atuação conjunta que define o caráter da comunidade. Em seu estudo antropológico, a autora identifica que as hortas urbanas emergem por meio da construção do comum, em seu embate entre as noções de público e de privado, onde opera uma política do cotidiano, em que:

> a satisfação e a dimensão da autonomia advinda do cultivo, o cuidado que gera frutos e estabelece com eles fortes laços, também é relação que se estabelece com o cuidado de um espaço público. Entender e agir para que as plantas da horta persistam na selva de pedra tem a potência de se fazer entender e agir sobre a cidade, o que significa, segundo meus interlocutores, fazer política. (MACHINI, 2018, p. 159)

A autora ainda analisa a relação entre os sujeitos e as hortas sob uma perspectiva de *domesticação do espaço público*, em que as categorias da casa e da rua formam um *continuum* espacial, onde "estabelece entre o público e o privado esse espaço comum de ação que gera pertencimentos e é ao mesmo tempo fermentado pelas memórias afetivas de vida na roça" (MACHINI, 2018, p.162). A horta passa a ser um espaço contínuo da casa, apesar de ser coletivo e de estar em um espaço público, e é também levada para dentro da casa, trazendo a noção da coletividade da rua para dentro do espaço doméstico, dando permeabilidade a essas fronteiras.

Figura 13. Mutirão de implantação da Horta do CCSP

Crédito: Pops Lopes

Há um reconhecimento, por parte dos sujeitos das hortas comunitárias, de que a ação para as mudanças sociais que se desejam deve recair tanto sobre o âmbito da casa quanto fora dela. A atuação política desses atores se dá de uma forma dinâmica e prática, na construção da cidade em que se quer viver não a partir de um projeto, mas de uma práxis que se constitui em ato. Os agricultores urbanos vinculados à rede dos Hortelões Urbanos são multimilitantes, ligados a uma série de outros movimentos de melhoria da cidade, e se engajam em diferentes formas de atuação política. (MACHINI, 2018).

Conforme a autora,

> esse desenrolar de cura com o espaço urbano, somado à percepção de que somos seres políticos trazida pelas hortas ao notar como suas ações podem, mesmo que pequenas, acarretar em transformações pessoais e sociais, tende a gerar uma espiral de participação política na cidade (MACHINI, 2018, p.177).

3.2. Engajamento político na agricultura urbana: apresentação dos dados de campo

É dessa forma que as insurreições se prolongam, molecularmente, imperceptivelmente, na vida dos bairros, dos coletivos, das ocupações, dos centros sociais, dos seres singulares (...). Não porque elas colocam um programa político em marcha, mas porque elas põem devires-revolucionários em ação. Porque aquilo que se viveu brilha de tal forma que aqueles que o experienciaram se tornam fiéis, não querem se separar disso; pelo contrário, querem de fato construir o que agora faz falta à sua vida de antes.

Comitê Invisível

Aos nossos amigos (2016, p.52)

Sendo assim, serão apresentados os dados coletados em campo por meio da observação participante e das entrevistas semiestruturadas, buscando analisá-los à luz da revisão bibliográfica e das discussões apresentadas. É, possivelmente, por meio dos afetos de alegria, da ação prática afirmativa e potente e dos bons encontros que, aos poucos, se forma uma rede de confiança, apoio e solidariedade entre os voluntários da horta que potencializa os sujeitos para uma ação mais ampla sobre os espaços de decisão política.

Em 2011, foi criado um grupo público no Facebook, denominado Hortelões Urbanos, com o objetivo de reunir pessoas interessadas em trocar experiências pessoais com o plantio de alimentos orgânicos e também com o objetivo de inspirar a formação de jardins comunitários. Embora Hortelões Urbanos não seja caracterizado como um movimento ou associação política, parte dos integrantes do grupo trabalhavam ativamente em hortas comunitárias e iniciativas relacionadas, tornando-se, em alguns anos, uma rede de compartilhamento e troca de informações. Portanto, a partir das discussões das redes sociais, alguns integrantes da rede Hortelões Urbanos tomaram a iniciativa de promover encontros e discutir estratégias e ações de ocupação do espaço público para criar hortas comunitárias (NAGIB, 2016).

A utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) é um fator relevante e inovador tanto na forma como são criadas essas hortas como na articulação política entre elas também. Essas ferramentas digitais são a principal forma de organização e estruturação dos grupos, tanto internamente, para definição das ações de manutenção da horta, como externamente, como forma de garantir visibilidade para o trabalho e reivindicar demandas junto ao Poder Público. O uso da internet possibilitou a esses grupos se estruturarem de uma forma nova frente aos movimentos sociais mais tradicionais, reforçando um modelo horizontal de decisão política e focado na autogestão do grupo por meio de assembleias e encontros locais. As TIC são utilizadas como forma de mobilizar recursos fundamentais para a ação dos grupos,

divulgar informações, articular parcerias e definir estratégias de atuação (GIARETTA, DI GIULIO, 2018).

Boa parte dessas hortas relacionadas ao grupo dos Hortelões Urbanos e à União de Hortas Comunitárias de São Paulo possui características em comum entre si, que lhe dão um perfil que difere das demais hortas do município. As atividades realizadas são organizadas por meio de grupos de Facebook e de WhatsApp específicos, onde são decididos os dias de trabalho conjunto, as atividades a serem realizadas, a divisão de tarefas e a resolução de problemas. É também nessas redes sociais que é feita a divulgação dos mutirões de trabalho e das ações realizadas na horta, a troca de conhecimentos e informações sobre agricultura urbana em geral e a interação entre os voluntários. As decisões não se restringem apenas à comunicação virtual, mas são também pactuadas em diálogos que ocorrem nos encontros na horta. Há poucas assembleias para decisão, mas é exercitado o consenso entre os voluntários ao longo do desenvolvimento das ações, havendo uma liderança com maior peso de decisão no núcleo dos voluntários. Há uma tarefa específica de coordenação das atividades que não é realizada por uma pessoa específica, mas é feito um rodízio de forma auto organizada pelos voluntários ou de forma natural que possibilita a realização das ações de forma compartilhada.

Figura 14. Horta comunitária das Corujas

Crédito: André Biazoti

Todas as hortas realizam mutirões periódicos de trabalho conjunto para manutenção dos canteiros, que incluem retirada de matos, feitura de canteiros, tratos culturais, adubação, plantio, podas, tratamento com defensivos naturais e colheita. O mutirão é, em muitos casos, o único momento de encontro presente entre os voluntários e, de fato, é o principal espaço onde ocorrem as trocas, os afetos, o exercício político e o trabalho comunitário. Ele é a porta de acesso às demais ações ocorridas na horta e é por meio do trabalho conjunto que se dá o envolvimento mais profundo dos voluntários entre eles e deles com as hortas. Todo o trabalho realizado é voluntário, com raras exceções para trabalhos especializados, como podas em árvores de grande porte, atividades com maquinário específico, atividades de construção de estruturas entre outras. Na medida do possível, são feitas parcerias ou engajados voluntários específicos para auxiliar no que é necessário. As hortas não dispõem de financiamento e os gastos são realizados pelos próprios voluntários conforme as necessidades.

Por meio da observação participante, e em conversas informais com os principais grupos de voluntários da Horta das Corujas, Horta do CCSP, Horta das Flores e Horta da Saúde, é possível perceber três diferentes níveis de engajamento de voluntários e estimar o seguinte número de participantes em cada horta. O primeiro, o núcleo, possui de 3 a 7 participantes, que organizam as atividades e cuidam mais intensamente da horta, coordenando e produzindo as ações, fazendo a gestão efetiva do grupo, resolvendo problemas, realizando decisões estratégicas e políticas, comprando ferramentas e insumos e realizando a manutenção diária da horta. O segundo, o grupo dos participantes, é dinâmico e abrange aproximadamente entre 20 e 30 pessoas, que frequentemente participam dos dias de mutirão e se engajam com ações pontuais promovidas, podendo se envolver com maior intensidade de acordo com o tipo de atividade e com a demanda de tempo requerida. A terceira, a rede de apoio, é o grupo mais dinâmico, envolvendo aproximadamente 50 ou mais pessoas que apoiam a horta e participam ocasionalmente. Muitas dessas pessoas da rede de apoio participam de mais de uma horta, e alguns voluntários do núcleo ou do grupo participante de uma horta participam da rede de apoio de outra.

Esses diferentes níveis de participação implicam diretamente no envolvimento e engajamento dos participantes com a horta, o que gera sobrecarga sobre o núcleo e sobre as lideranças (chamados também como "guardiões da horta") e conflitos acerca do peso decisório de cada nível de participação, acerca das colheitas e acerca dos usos das ferramentas. Tais questões trazem importantes reflexões que impactam diretamente a micropolítica de cada horta. Em certas hortas, como é o caso da Horta da Saúde, os trabalhos são definidos e coordenados por uma liderança reconhecida pelo grupo, o que centraliza o trabalho apesar dos esforços em

garantir decisões compartilhadas e engajamento de voluntários para assumirem trabalhos de forma mais proativa. As lideranças são reconhecidas, principalmente, pelo tempo de dedicação na horta, pela proatividade em conseguir recursos e pela capacidade de dialogar tanto com os voluntários, promovendo um espaço horizontal de decisão sobre o espaço, como com o Poder Público e parceiros externos. Inegavelmente, há decisões que recaem sobre o núcleo, que as fazem ora ampliando a discussão para os participantes, ora de forma restrita.

A própria decisão do que levar ao grupo ampliado traz em si um paradoxo, pois restringe a participação dos voluntários e participantes à decisão coletiva, mas possibilita o desenvolvimento do grupo justamente por operacionalizar com agilidade determinadas questões que auxiliam na organização geral e a permanência das pessoas com participação mais esporádica. O que se percebe na organização das hortas é uma constante preocupação com o envolvimento e a participação das pessoas, buscando garantir a horizontalidade nas decisões mais estratégicas ao grupo e garantir o acesso de qualquer pessoa ao núcleo de guardiões. Mesmo assim, não é trivial a participação do voluntário nas decisões e há exigências por parte do núcleo no que diz respeito à responsabilidade perante o espaço público, os acordos firmados e as decisões realizadas. A dificuldade de acesso ao núcleo, apesar do esforço para sua abertura, visa justamente restringir a apropriação privada da horta e os interesses oportunistas de determinados voluntários que pouco se engajam com o processo de participação e manutenção, mas se apropriam do trabalho coletivo dos demais.

Assim, é possível reconhecer que os voluntários que participam mais intensamente do dia a dia da horta, auxiliando nos trabalhos e dedicando mais tempo, possuem maior acesso à horta e ao núcleo, com maior poder de decisão frente aos demais, gerando conflitos inerentes ao processo de autogestão. Foram observados casos, como na Horta das Flores, de voluntários que se engajavam mais intensamente e que decidiam por ações a revelia do restante do grupo, ocasionando situações de conflito que precisaram ser mediadas pelo grupo de forma aberta. Também houve casos, na Horta do CCSP, em que voluntários deixaram de participar por sentir que o núcleo era fechado e não dava abertura para participarem, apesar de terem ido apenas poucas vezes na horta. A legitimidade de decisão oriunda da ação prática demonstra a apropriação do espaço enquanto um local de exercício da liberdade que se choca com o desejo das outras pessoas participantes, necessitando um exercício de mediação e de construção necessariamente coletiva.

Essas questões são cruciais, uma vez que explicitam conflitos existentes e a forma como são mediados e resolvidos. Em casos assim, houve a necessidade de reuniões específicas e ampliadas com o núcleo e os participantes para realização de acordos e definição dos espaços

coletivos de decisão. Interessante observar que as situações de conflitos trouxeram o ímpeto de constituição de acordos e regras de acesso e uso mais claros entre os participantes, com avanços ou não na forma como esses acordos são comunicados e pactuados ao longo dos encontros. Mas, sem dúvida, como abordado adiante, situações como as exemplificadas levaram a aprendizados coletivos sobre metodologias de participação e autogestão e suas limitações.

O dia dos mutirões foram decididos na criação de cada horta e seguem uma agenda que é definida no início do ano e revista a cada mês nos grupos virtuais para alinhar de acordo com imprevistos, feriados e outras questões que forçam uma mudança na data. A mudança, quando existente, é definida por consenso pelos participantes. Os convites virtuais e a comunicação dos mutirões e atividades são feitos, na maior parte das vezes, por integrantes do núcleo. A forma de organização dos mutirões varia no tempo, demonstrando um processo de ação, reflexão e aprendizado buscando alterar as práticas para conseguir angariar mais voluntários, promover o engajamento e aproximar pessoas da vizinhança próxima. Dessa forma, são testadas periodicamente novas formas de comunicação e novas metodologias de organização das tarefas para conseguir atingir os objetivos.

As decisões sobre as tarefas dos mutirões e as necessidades da horta são realizadas, em um primeiro momento, pelo núcleo de guardiões e são submetidas à avaliação, aprovação ou modificação dos participantes e integrantes da rede de apoio. Esse processo nem sempre é estruturado, ocorrendo nos grupos virtuais ou de forma informal ao longo dos mutirões. Há grande abertura para qualquer voluntário sugerir intervenções, trazer mudas para plantar e propor novos projetos, sugestões estas que são avaliadas pelo grupo de acordo com as decisões realizadas previamente, com o planejamento de plantio e com o propósito geral da horta. Como poucas hortas realizam reuniões propriamente de gestão do grupo (até onde se tem conhecimento, apenas a Horta das Flores realiza reuniões de gestão), essas decisões são consolidadas durante os mutirões, em momentos de assembleia, durante as pausas para lanche e confraternização ou durante os trabalhos de forma dispersa. Ao mesmo tempo que essa falta de estrutura decisória (assembleia ou reunião específica) pode dificultar ao novo participante de compreender como são decididos os assuntos da horta, ela fortalece a decisão horizontal do grupo, o caráter experimental e o envolvimento de voluntários.

O cultivo de hortaliças, frutas e ervas medicinais é para o autoconsumo, havendo raros ou nenhum episódio de comercialização da produção. Além disso, qualquer pessoa tem o direito de colher e comer a produção, uma vez que a horta está localizada em espaços públicos e isto se estabelece como uma certa ética entre os participantes. O grupo de voluntários entende que toda a comunidade de entorno da horta tem o direito de se beneficiar dela, podendo participar

gratuitamente das atividades e plantar e colher livremente. Mesmo assim, há frustrações constantes relacionadas ao roubo de mudas, à colheita desorientada e excessiva de determinadas plantas e à descontinuidade do processo de plantio, manutenção e colheita. Essa frustração levou algumas hortas a focarem principalmente em Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCs) ou até restringirem a colheita para os momentos de mutirão, buscando orientar o público em geral sobre técnicas de colheita apropriadas.

A quantidade de alimentos produzidos não é grande o suficiente para alimentar integralmente todos seus participantes, devido ao pequeno tamanho das hortas, aos desafios da auto-organização e à falta de apoio técnico para melhorar a produção, servindo mais como complemento da alimentação e atividade pedagógica, experimental e recreativa. Todo o cultivo é realizado de forma agroecológica, valendo de técnicas de produção que não utilizam agrotóxicos e fertilizantes químicos e que se baseiam nos conhecimentos tradicionais de produção. A horta se estrutura como um espaço aberto para troca desses conhecimentos entre os participantes das atividades, que compartilham saberes que ajudam a estruturar os plantios e consolidar novas formas de produção.

Figura 15. Participantes do mutirão na Horta Comunitária das Flores

Crédito: André Biazoti

Serão apresentadas, de forma breve, quatro hortas consideradas referências por sua atuação no tempo e pelas características homogêneas que servem de inspiração para a estruturação de novas hortas, de forma a ilustrar o surgimento destes espaços e as dinâmicas que se estabeleceram a partir do engajamento dos voluntários. Observa-se as características que cada horta assume em seu desenvolvimento, suas particularidades, as instituições, regras sociais e formas de ação que se constituem por meio das práticas e os debates que emergem com a sua constituição no território, seja acerca de seu próprio funcionamento, das relações que se estabelecem no espaço e do seu confronto com os poderes instituídos.

A primeira horta comunitária que emerge da rede dos Hortelões Urbanos é a Horta das Corujas, surgida a partir de um encontro físico articulado no grupo de Facebook realizado em fevereiro, dando origem à horta em setembro de 2012. A Horta das Corujas localiza-se no bairro Vila Beatriz, Zona Oeste de São Paulo, e é uma horta comunitária experimental, presente na Praça Dolores Ibaturri, próxima ao Parque Linear das Corujas. A proposta da horta é criar um espaço de convívio social e de educação ambiental. Nela, os voluntários cultivam, aprendem e ensinam a cultivar, respeitando as regras locais definidas de forma colaborativa. Os mutirões são realizados normalmente aos sábados e os voluntários se comunicam pelo grupo de Facebook da horta quando vão trabalhar em horários diferentes do mutirão. Há outras formas de organização do grupo, umas com mais sucesso e outras com menos, das quais pode se destacar um blog (https://hortadascorujas.wordpress.com/) onde são compartilhadas as ações, placas sinalizadoras no local e divulgação informal da horta por meios não-virtuais. A horta não se restringe às atividades de mutirão e tampouco à produção de alimentos, havendo no local a captação de água de nascentes identificadas na praça (por meio de cacimbas), uma área destinada à compostagem (onde, anteriormente, havia sido implantada a primeira composteira em praça pública de São Paulo), um meliponário, um galpão de ferramentas e áreas de convivência. Também são realizadas festas, visitas em grupo orientadas, visitas escolares, piqueniques colaborativos entre outros eventos.

A partir da inspiração e desenvolvimento da Horta das Corujas, outras hortas se seguiram a partir da identificação de terrenos ociosos na cidade e da organização local dos cidadãos residentes na região, mediados pelas relações que se estabeleceram dentro da rede dos Hortelões Urbanos. Em ordem cronológica, foram construídas a Horta do Ciclista, a Horta da Pompéia, a Horta do CCSP e diversas outras da qual não se teve uma informação cronologicamente sistematizada. Em determinado momento difícil de se precisar, o tamanho do grupo dos Hortelões Urbanos, com a divulgação das hortas na mídia e o aumento de sua

aceitação pela opinião pública, tornou-se um empecilho à organização e articulação para a criação de novas hortas, tendo em vista o alto fluxo de postagens relacionadas ao plantio urbano de alimentos. Mesmo assim, é perceptível o aumento de espaços produtivos na cidade pela iniciativa de cidadãos.

Figura 16. Mutirão na Horta comunitária do Centro Cultural São Paulo (CCSP)

Crédito: André Biazoti

A Horta Comunitária do Centro Cultural São Paulo (CCSP)[24] surgiu da parceria entre um grupo de voluntários, articulados por meio do grupo Hortelões Urbanos, e a Divisão de Ação Cultural e Educativa (DACE) do CCSP, com o intuito de ser um espaço experimental de cultivo de hortaliças e troca de experiências e conhecimentos sobre agricultura urbana aberto a toda população. O espaço destinado a horta se encontrava inutilizado, devido a uma iniciativa frustrada de estabelecer uma horta no local. A partir do estabelecimento de uma parceria, oficializada por um contrato assinado por três voluntários e com duração de um ano, passível de renovação, iniciou-se a realização de mutirões para implantação da horta em abril de 2013. A

[24] Centro Cultural São Paulo (CCSP) é um equipamento da Secretaria Municipal de Cultura inaugurado em 1982 e que reúne bibliotecas, programação de artes visuais, cinema, dança, literatura, música e teatro, além de atividades educativas, ateliês abertos, cursos e oficinas, palestras e debates.

horta é autogestionada desde então pelo grupo de voluntários, por meio de um grupo de e-mails, um grupo de WhatsApp e um grupo e uma página de Facebook, em contato direto e constante com DACE e outras divisões do CCSP. São realizados mutirões todo último domingo do mês, que são divulgados nas páginas do Facebook e organizados pelo grupo de voluntários nas outras redes sociais. As atividades realizadas em cada mutirão são sistematizadas em uma página na plataforma Wikiversidade[25] e também são realizadas outras atividades como festas, oficinas, cursos e festivais abertos e gratuitos a participação do público.

Outra horta passível de breve descrição é a Horta Comunitária da Saúde, que surgiu em novembro de 2013 no bairro Saúde, como uma iniciativa de moradores da região. A partir da identificação de um terreno baldio, os moradores iniciaram um processo de ocupação do local para a produção de hortaliças e envolvimento comunitário. O grupo se organiza de forma autônoma e horizontal, com decisões consensuadas de forma democrática e coletiva, utilizando redes sociais para comunicações internas e externas ao grupo. Os alimentos produzidos são distribuídos entre os voluntários e participantes da horta. São realizados também mutirões periódicos, todo o segundo domingo do mês, além de atividades complementares, como festas, cursos, visitas guiadas e oficinas. Apesar de público, a horta se localiza em um terreno fechado, onde os voluntários detêm a chave e controlam o acesso, o que gera constantes reflexões sobre como ampliar o uso pela comunidade e preservar ao mesmo tempo o trabalho realizado. A horta também possui estruturas de apoio, como captação de água de chuva e depósito de ferramentas, além de uma ampla variedade de espécies alimentícias não convencionais e plantas ornamentais.

Caso similar ocorre na Horta das Flores, no bairro da Mooca, onde o espaço da praça é gradeado e o acesso livre é limitado. Surgida desde 2004, durante os primeiros anos do Programa de Agricultura Urbana e Periurbana de São Paulo (PROAURP), a horta foi referência na cidade de São Paulo na inclusão de pessoas em vulnerabilidade social em atividades de produção de alimentos e geração de renda. Após a desarticulação do programa, o espaço foi transformado em praça pública e houve tentativas de vender a área, que se manteve pública graças à mobilização da associação de bairro em meados de 2007. Com o Programa Escola Estufa Lucy Montoro, entre 2011 e 2012, foi instalada uma estufa na praça e foram oferecidos cursos gratuitos para a população, projeto que não foi seguido pela gestão seguinte e o espaço foi abandonado. Um grupo de voluntários e moradores do bairro passou a realizar mutirões a partir de março de 2015 para revitalizar o espaço e iniciar novamente os trabalhos de produção de alimentos na horta. Atualmente são realizados mutirões no primeiro domingo do mês, abertos à comunidade e

[25]Disponível em https://pt.wikiversity.org/wiki/Horta_do_Centro_Cultural_S%C3%A3o_Paulo_(CCSP). Acesso em 24/05/2018.

organizados pelo Coletivo da Horta das Flores, que detém a chave para a praça e tem buscado articular sua abertura junto à Prefeitura Regional. O coletivo realiza parcerias com instituições do bairro, como o Arsenal da Esperança, que realiza mutirões mensais na horta com moradores em situação de rua. Além disso, outros projetos têm sido realizados na praça, como um viveiro de árvores, pelo coletivo Pedra 90, e um orquidário associado à um ervanário cuidado por uma moradora do bairro.

A partir desse primeiro olhar para as hortas comunitárias em questão, é possível sugerir alguns apontamentos acerca do envolvimento político dos sujeitos. Esta união de singularidades que ocorre nas hortas comunitárias fortalece os laços de confiança baseados no amor e na criação de consensos, de forma que a ação no território fortalece sua conexão com a realidade e o aprendizado social do que significa, de fato, produzir a cidade. A utopia de um lugar melhor para se viver passa a ser uma construção prática, cotidiana e política. É nos afetos alegres e ativos que observamos a ampliação do *fazer política*, do reconhecer a existência de inúmeras singularidades que produzem um comum por meio da atuação coletiva auto-organizada que institui em suas práticas novas subjetividades e novos modos de se viver. Daí o fato de cada horta ser única, possuir um caminho próprio de desenvolvimento e de instituição de formas de fazer que são, ao mesmo tempo, compartilhadas e diversas entre si.

O fazer política também é fortalecido pelos conflitos, uma vez que o grupo busca perseverar e encontrar formas de mediar atritos e encaminhar questões que necessitam conciliação. Os afetos tristes oriundos de frustrações e atritos entre os sujeitos também são impulsionadores de mudanças tanto nas percepções dos participantes em relação a determinados assuntos quanto nas formas de ocupar e gerir o espaço público. Dessa forma, é importante destacar que nem todo encontro na horta amplia a potência de agir. Há voluntários que deixam de participar, que não se adequam à organização do grupo ou que têm suas expectativas frustradas por não conseguirem produzir alimentos de forma comunitárias. Mesmo assim, é possível sugerir que os afetos de alegria possibilitados na horta são estruturantes ao longo do tempo, possibilitando uma ampliação da potência de agir daqueles que perseveram, compreendem as dificuldades e buscam transformar suas práticas para melhor garantir o usufruto da coletividade a partir do desejo de uma cidade melhor.

Dentre as formas de atuação política, é possível destacar algumas, que são objeto central desta pesquisa. Essa atuação se dá de maneira esporádica (como a participação em audiências públicas, a realização de ações direta de ativismo entre outras) ou contínua (como a participação em órgãos colegiados e grupos de trabalho, a realização de reuniões com o governo local, a pactuação constante entre os voluntários das hortas no processo de autogestão entre outras). O

fazer político surge na medida que os sujeitos têm sua potência de ação ampliada, possibilitando um nível de conhecimento mais adequado sobre a realidade e sobre seu papel ativo na produção de afetos de alegria que convém não só para si, mas para uma coletividade.

Diversos voluntários, a partir da sua atuação nas hortas, passam a se engajar politicamente por meio de órgãos colegiados e conselhos municipais, como o Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz regionais (CADES), o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMUSAN) e o Conselho Municipal de Desenvolvimento Solidário e Sustentável (CMDRSS). A atuação nesses espaços se dá no sentido de construir políticas públicas e exercer o controle social das políticas já existentes, de forma a favorecer e ampliar o apoio às iniciativas de agricultura na cidade para além das hortas comunitárias. Nesses espaços, são fortalecidas as articulações com outros sujeitos, sejam eles envolvidos com temáticas mais amplas, com práticas de agricultura em outros territórios, com burocracias governamentais, com relações políticas diversas e com diferentes poderes de decisão dentro da esfera pública. Esta articulação favorece um maior conhecimento sobre a lógica de atuação do Estado e sobre suas brechas, nuances, normas e regras, possibilitando não apenas a melhoria das práticas como também a reivindicação mais qualificada das demandas existentes nos locais.

Outra forma de atuação política destes sujeitos se mostra na relação direta com os poderes locais instituídos, principalmente no que concerne à relação com as Subprefeituras dos distritos de São Paulo. O contato pessoal com as equipes técnicas para obtenção de recursos (como triturados de poda para cobrir os canteiros), para evitar a destruição de canteiros ou para obter autorizações informais para permanência da horta no espaço é feito por voluntários de formas diversas, reforçando a política baseada no personalismo e em relações clientelistas com o poder constituído. Mesmo assim, tal envolvimento possibilita a própria existência das iniciativas e garante alguns recursos que a via mais longa da construção de políticas públicas e do acesso a elas não consegue garantir. É de interesse desta pesquisa entender se essa relação constituída no nível local consegue se estruturar a ponto de se constituir como uma política pública construída a partir "de baixo", das demandas sociais dos grupos e da sua contínua articulação política a partir das bordas do sistema burocrático do Estado.

Além disso, os voluntários participam de audiências públicas para defender os interesses diretos dos grupos de agricultores do município em ocasiões específicas de apreciação e aprovação de legislações e de definição do orçamento municipal. Conforme testemunharam os voluntários que participam das audiências, em diálogos informais desses sujeitos com o pesquisador, o momento de fala nesses espaços institucionais são tidos como experiências

emocionalmente fortes, onde a enunciação dos discursos toma corpo e revela não só a ação, mas também os sujeitos e seus significados sociais, em um processo duplo de comunicação e reconhecimento (SADER, 1988). Desde a organização da reivindicação até o reconhecimento de si próprio como um agente político, esta participação opera transformações importantes nos sujeitos que podem ampliar sua potência de ação e atuar como *afetos decisivos* (CHAUÍ, 1995, p.71), em que enunciar um discurso é sentido de forma significativa e possibilita um salto qualitativo, da passividade para a ação. Importante ressaltar que passividade e ação são consideradas aqui dentro da perspectiva de Espinosa, enquanto qualidades dos afetos que são entendidos de forma inadequada, em que somos parcialmente responsáveis, e de forma adequada, quando reconhecemos que somos causa integral de nossos afetos.

Outra forma de atuação política reconhecida ao longo da presente pesquisa entre os voluntários das hortas se dá por meio a ação direta de reivindicação, onde a pauta da agricultura urbana e da agroecologia entra em cena diretamente no espaço público. A própria instalação de muitas hortas comunitárias de São Paulo se deu desta forma, sem prévia autorização e por meio da ocupação de espaços ociosos da cidade. Além da própria ocupação de espaços com hortas, árvores, lagos e plantas a revelia da permissão governamental, os voluntários também participam e organizam atos públicos, assinam e escrevem manifestos e organizam suas pautas para apresentação em espaços informais e na própria rua. Esta forma de atuação, mais dispersa e generalizada, ajuda as hortas a se consolidarem frente à opinião pública e a apresentarem a cidade que está sendo construída em nome do bem-estar comum, a partir dos ideais de seus voluntários e de suas práticas efetivas no território.

Por último, cabe também apresentar o incessante trabalho contínuo da autogestão comunitária em cada horta, onde a política se dá a partir das relações, dos afetos e da construção de consensos que direcionam as ações realizadas pelos grupos no território. As decisões tomadas principalmente na relação com o poder governamental local, demonstram um aprendizado social e político dos voluntários que é feito coletivamente, com erros e acertos na definição das estratégias de atuação e que amplia a potência de agir no reconhecimento das singularidades enquanto pertencentes a um coletivo maior que busca perseverar sua prática em meio a forças políticas mais fortes. O fazer junto, pensar junto e decidir junto é um processo constitutivo da multidão que se consolida e se institucionaliza no espaço, fazendo a horta perseverar apesar de não possuir autorização formal para existir, demonstrando uma força instituinte que precede a norma e que, em alguns casos, elabora suas próprias normas.

A constituição das hortas comunitárias, envolvendo diretamente sujeitos da classe média e de outras classes nas lutas por demandas relacionadas diretamente à agricultura, reafirmaram a

construção de laços de solidariedade e de confiança que se perderam com o processo de urbanização, trazendo novamente à luz a reelaboração idealizada de uma vida comunitária do passado rural e afirmando a luta social enquanto passagem da esfera privada para a vida pública. É a partir dessa ressignificação da experiência do urbano que esses sujeitos elaboram uma nova utopia para a cidade e uma nova identidade coletiva, se reconhecendo enquanto parte dessa construção e engajando-se ativamente no processo de construção de políticas públicas juntamente com outras classes sociais localizadas à margem do processo de urbanização.

Os agricultores urbanos, principalmente aqueles envolvidos com hortas comunitárias mais centrais, atuaram diretamente nas audiências públicas de revisão do Plano Diretor Estratégico da cidade de São Paulo, realizado em 2014, que possibilitou o retorno da Zona Rural do município e o reconhecimento das inúmeras ruralidades presentes na cidade. Esses encontros nas audiências, além de eventos organizados em conjunto, participação em feiras e em troca de experiências entre os agricultores, possibilitaram o fortalecimento dos diálogos sobre os vínculos existentes entre a cidade e o campo, reconhecendo a importância da Zona Rural para o desenvolvimento da metrópole e engajando diferentes atores na construção de políticas públicas para a cidade.

A emergência do discurso da sustentabilidade urbana, das áreas verdes na cidade e da alimentação saudável na esfera pública fazem surgir uma nova matriz discursiva e novos sujeitos coletivos que reivindicam direitos sociais, sejam eles o direito humano à alimentação adequada, o direito à cidade ou o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado enquanto comum. Os participantes das hortas comunitárias não só atuam diretamente nos territórios onde as hortas são instaladas, como também passam a atuar politicamente em diversas escalas de construção de políticas públicas, seja na esfera dos conselhos municipais, na ação direta de ocupação de áreas ociosas, em reuniões com representantes do poder instituído ou até mesmo concorrendo às eleições para cargos representativos. Muitos desses sujeitos nunca haviam participado diretamente e ativamente na esfera política além do voto eleitoral, mas passam a fazê-lo graças a sua atuação nas hortas comunitárias.

Observando o aspecto da transformação do sistema alimentar em sua totalidade, além de promoverem a ocupação qualificada dos espaços públicos, reforçada pela característica comunitária e pela valorização do território de moradia dos participantes, a implantação das hortas reforça o discurso da agroecologia e da permacultura enquanto movimentos políticos e referenciais teóricos que se articulam à construção de um novo paradigma produtivo, no qual a centralidade da reprodução da vida e do interesse comum se distanciam da lógica de mercantilização e industrialização impostas pelo agronegócio e pelo sistema agroalimentar

contemporâneo à atividade agropecuária e à produção de alimentos (ALTIERI, 2012; NAGIB, 2016).

Ao trazerem o discurso da agroecologia para o ambiente urbano, as hortas não só evidenciam as experiências de agricultura urbana existentes no território e invisibilizadas pela urbanização, mas possibilitam também re-elaborações do significado social da cidade enquanto um espaço onde a natureza é existente, resistente e necessária para a garantia de qualidade de vida. Não obstante, as hortas surgem como um espaço vivo para reflexão acerca dos hábitos de consumo dos participantes e do papel cidadão destes na construção de uma cidade mais sustentável. De algumas delas, emergem grupos de compras coletivas de produtos agroecológicos de agricultores familiares, contribuindo ativamente para a promoção da economia solidária, da transformação do sistema alimentar e do fortalecimento dos vínculos urbano e rurais, como veremos nos próximos itens.

3.3. Sujeitos e suas histórias: um ponto de partida

Eu vejo a cidade assim, cada canto como uma potência, uma possibilidade, né. Então, mudou completamente meu olhar. Antes eu via a cidade como uma coisa dura, seca, triste, cinza e hoje eu vou andando e vou percebendo o que que tem por traz disso, sabe. Então você vê as PANC nascendo no concreto, você vê a regeneração o tempo todo acontecendo mesmo num lugar cinza, cheio de concreto.
A., voluntária da Horta das Corujas.

Para iniciar a análise de como se dá o engajamento político dos sujeitos das hortas comunitárias do município de São Paulo é preciso observar o sujeito em si, a constituição de sua subjetividade e o incremento de sua potência de agir a partir do envolvimento nesses espaços. As histórias pessoais dos sujeitos e suas vivências na cidade são relevantes na medida em que o desenvolvimento da sua liberdade, de sua identidade e da capacidade de afetar e ser afetado é tido como o embrião para a constituição do sujeito político. Os afetos de alegria e as ideias desses afetos impulsionam o desejo individual a partir de uma série de significados socioculturais que compõem a relação do sujeito com o território, com sua própria história e com as dinâmicas sociais de seu entorno. Como afirma Deleuze (2017):

> Em Espinosa, a razão, a força ou a liberdade são inseparáveis de um devir, de uma formação, de uma cultura. Ninguém nasce livre, ninguém nasce racional. E ninguém pode fazer por nós a lenta experiência daquilo que convém com a nossa natureza, o lento esforço para descobrir nossas alegrias. (DELEUZE, 2017; p. 292)

Dessa forma, observar as motivações dos sujeitos em participar de uma horta comunitária e reconhecer as transformações individuais que nela ocorrem são importantes para verificar os elementos que ampliam a potência de agir a partir das perspectivas pessoais. Também é essencial para análise apreender a significação dada à horta por seus participantes, elencando aspectos sobre a funcionalidade que assume no espaço urbano e sobre as relações que possibilita enquanto local de encontro, de construção de conhecimento e também de interiorização de cada sujeito. Por fim, observar a identidade que é construída e elaborada coletivamente por esses sujeitos, se reconhecendo enquanto agricultores urbanos e integrando-os a um grupo social mais amplo.

Um dos primeiros aspectos observados na relação entre sujeito e a horta diz respeito ao envolvimento com práticas agrícolas no passado, em que a memória cumpre um importante papel na afecção do indivíduo e no estabelecimento de conexões. O afeto de alegria experimentado na horta retoma a imaginação de um tempo passado em que muitos sujeitos se

relacionavam com hortas, sítios, chácaras e fazendas familiares vivenciadas na infância e preenchidas de significados e interpretações:

> E eu tinha um lance mais forte com horta, porque todas as férias e passava no sítio do meu avô, então a gente ia colher manga, laranja e eu acordava às quatro da manhã, passava o dia depois vinha trazer fruta em casa. Eu adorava essa onda, aí, depois dos quinze anos, nunca mais tive esse contato. (...) Eu tenho esse vínculo emocional com o lance de criança. Eu tenho o vínculo da minha mãe, que é falecida, a minha mãe é da roça, e minha mãe tinha bastante planta em casa, adorava plantar e tal, então eu tenho essas lembranças. - F., voluntário da Horta das Flores

> (...) quando eu faço toda recuperação de resgate de onde que veio essa coisa com planta… aí eu comecei a lembrar um pouco do fundo de quintal da minha vó, do que ela fazia pro vizinho… e aí começa a fazer todo o sentido do que me compõe como pessoa, no que eu acredito. De fato a gente não tá só plantando alimento, tem um valor ali que é muito maior do que o plantio, né, é muita coisa que envolve. - D., voluntário da Horta Madalena.

As lembranças dessas relações do passado invadem como afetos de alegria no presente, fortalecendo o sentimento de pertencimento e de identidade com o território. A horta torna-se o sítio familiar, o espaço em que são construídos laços de confiança e de sociabilidade juntamente com o sentimento de segurança existente no passado. O sujeito, a partir dessa imagem de algo passado que trazia alegria e conforto, é afetado pela mesma alegria a partir da imagem da coisa presente, desejando reproduzir as mesmas circunstâncias da experiência primeira (E., III, prop. 18; E., III, prop. 36).

A construção dessa imagem de uma ruralidade bucólica e preenchida de sentidos emerge como uma utopia para a cidade moderna, impulsionando o desejo por construir, no aqui e agora, um espaço similar àquele vivenciado. Essa lembrança, portanto, aumenta a potência de agir dos sujeitos que vêem na horta uma forma de se conectar não apenas com a Natureza, de forma ampla, mas com a sua própria história e sua própria identidade. Nesse processo, percebe-se também o resgate a saberes familiares e tradicionais que foram negligenciados no passado dos sujeitos e que retornam agora com outros significados. A busca pelos conhecimentos familiares potencializa a troca intergeracional e fortalece as tradições orais das famílias dos sujeitos. São buscadas receitas culinárias, formas de manejo específicas, histórias e superstições, metodologias de reconhecimento de características físicas do terreno e outras informações que possam ser relevantes para aplicação direta no espaço da horta:

> A araruta foi bem especial porque, tipo, a gente começou a plantar araruta aqui (...) e é óbvio que eu não sabia o que era araruta, né? Mas aí assim que eu comentei com a minha mãe, por exemplo, ela falou: 'Nossa, o polvilho de araruta é o melhor polvilho

> que existe, não sei o que', eu falei 'nossa, então tá bom, né? Essa planta é especial' - M., voluntária da Horta do CCSP.

Sujeitos urbanos passam, então, a reconhecer, identificar e valorizar conhecimentos tradicionais guardados de suas famílias, reforçando sua identidade cultural e possibilitando a atualização desses saberes na experiência prática. A horta passa a ser o laboratório para experiências com sementes trazidas dos sítios familiares e com o uso de técnicas tradicionais de cultivo e manejo, assim como um espaço de troca desses conhecimentos e de formação empírica dos sujeitos em práticas nunca antes vivenciadas. Essa característica experimental, de aprendizagem junto com a Natureza a partir de conhecimentos herdados e trocados, é tido como um importante impulsionador do desejo de participar de uma horta:

> O que é legal, é esse contato, assim, lá eu posso por a mão na terra, entendeu? Eu posso plantar as coisas que eu não sei como que são. Eu vejo elas crescerem assim, são as filhinhas, aí depois eu como, aquilo lá tem outro sabor, então… O que eu acho que é, que é… intenso. É isso, que me faz, querer ir lá, ou ir lá, é esse que me preenche, assim. - R., voluntária da Horta das Flores.

É em contato com a Natureza e com um agrupamento mais amplo, que troca seus conhecimentos e experimenta formas diferentes de plantio, que os sujeitos se potencializam para a ação. As hortas se apresentam como refúgios da vida urbana, espaços em que os sujeitos podem experienciar o espaço natural com um viés terapêutico e contemplativo, observando os ciclos naturais, reconhecendo plantas e animais e interagindo entre si a partir de conhecimentos próprios ou construídos conjuntamente:

> Então, essa ausência de mato, de planta, de terrinha me fez… aumentou minha vontade de participar aqui na horta. (...) primeiro eu achei interessante porque você pertence a um grupo, né? Não tá sozinho lá trabalhando. Então já… o objetivo é outro, né? Você pertence a alguma agrupação com quase os mesmos objetivos. E para mim é um prazer trabalhar na terra e mexer. É muito importante, né? - E., voluntária da Horta do CCSP.

> Sabe gente que fala assim: 'nossa, tem uma hora que eu não aguento, estou em São Paulo, eu preciso ver o mar'? Eu não preciso mais ir lá ver o mar. Mas eu preciso ir pro meio do mato, da roça, embora eu plante na minha casa (...). Quando você tá na horta, você não vê muro, não vê a cidade, tem nascente, é outra coisa. Então, por que eu participo? É porque eu gosto. - C., voluntária da Horta das Corujas.

Em suma, as motivações dizem respeito à memória dos sujeitos no ambiente da horta, à relação com a Natureza enquanto refúgio terapêutico da cidade, à agremiação em um grupo com

objetivos afins, à experiência da prática em um laboratório social e à busca pessoal e curiosa por conhecimentos tradicionais sobre agricultura. A horta representa um espaço de liberdade em meio à cidade, tanto por sua característica enquanto um espaço verde, quanto pela possibilidade de intervenção e construção ativa da cidade.

É aí que a horta se diferencia do jardim, um espaço confinado e construído para um proveito estético e paisagístico em que a Natureza é controlada para atender à forma urbana. Na horta, os sujeitos interagem diretamente com a Natureza numa perspectiva de aprendizagem, manejando e intervindo de acordo com a observação e com o entendimento das potencialidades do local. Tornaghi (2014) aborda sobre a linha tênue entre a produção alimentar e a jardinagem, onde tal divisão tende a desconsiderar a agricultura marginal, a história sociopolítica do urbano, os conflitos de acesso à terra e os aspectos alternativos que as práticas de agricultura urbana apresentam em relação à estética, às políticas de lazer e aos projetos políticos radicais. De forma similar ao jardim, o parque também assume as características de um local em que a relação com a Natureza é passiva, contemplativa e distanciada, onde os ideais de preservação ambiental não preveem a interferência humana ou a restringe[26]. A vivência na horta evoca justamente esse espaço de liberdade para repensar certos aspectos da vida urbana:

> Porque no parque acho que você, você não está tão integrada, eu acho que na horta eu tô mais integrada com a terra, eu tenho mais possibilidade de participar, interagir com a terra mesmo, entendeu? De saber como plantar, de ir lá mexer, ver o que cresceu ali, tirar os matinhos... No parque eu vou de tênis, caminho e vou embora, entendeu? Lá não, lá eu consigo participar, assim. (...) O parque é de todo mundo, a horta é mais minha. - R., voluntária da Horta das Flores.

Essa participação mais ativa dos sujeitos na gestão do espaço verde público confronta diretamente com a lógica privatista com que a cidade se desenvolveu, em que o distanciamento e controle da Natureza, o esvaziamento do espaço público e a centralização da gestão na figura do Poder Público possuem proeminência. A desconexão entre ambiente natural e ambiente construído tende a afastar as pessoas desses espaços, enquanto a horta fortalece uma reconexão com a cidade e com um olhar ativo para a manutenção das áreas verdes:

> Então, quando você vê as pessoas pondo a mão na terra, eu acho que isso incomoda muito, essa desconexão … e essa coisa de sair de casa, né, que eu acho que isso torna o bairro tão mais seguro e as pessoas não se deram conta disso, de que é o contrário, né,

[26] Sobre a discussão acerca da interferência humana em unidades de conservação, ver Diegues (2004). Evidente que cada unidade de conservação prevê ou não a intervenção humana. Em parques urbanos, essa discussão assume diferentes aspectos acerca da participação popular, principalmente, nos Conselhos Gestores e na construção dos Planos de Manejo, como forma de regulamentar as ações de intervenção no parque. No que diz respeito a discussão aqui, o caráter de experimentação junto à Natureza e de gestão dos recursos pela comunidade é diverso entre a horta e o parque.

> elas tem medo de que um grupo de pessoas ali, né, confabulando e felizes, mexendo com terra, coloquem em risco a segurança delas ou coloque em risco uma coisa muito mais íntima, né, coloque em risco a saúde mental dessa pessoa, que perdeu essa conexão e de repente isso afronta, né, uma coisa que ela não quer lidar. (...) são os medos, a pessoa tem que ficar trancada em casa, só sair de carro com um controle remoto… medo de encontrar gente, medo de encontrar o diferente. - N., voluntária da Horta City Lapa.

O foco na ação ativa e prática gera profundas transformações nos sujeitos que antes se viam imersos em dinâmicas de trabalho e moradia, alheios ao cotidiano da cidade e aos espaços públicos. Tais transformações operam a partir do aumento da potência de agir, levando os sujeitos a experienciar uma transição da passividade à atividade por meio de afetos de alegria e de idealização de projetos alternativos de desenvolvimento:

> Eu tinha acabado de voltar de uma cidade incrível, vivia de um jeito muito mais leve, muito mais (...) Tinha parque, tinha verde, tinha praia... e aí eu voltei para São Paulo, esse moedor de carne, essa coisa... e a horta era meio que um refúgio. Eu lembro que estava trabalhando na época em uma agência de inteligência de mercado, uma parada que eu não queria fazer, eu aceitei essa proposta de emprego sem querer trabalhar lá, e aí a horta era meio que um lugar que eu ia e falava 'caralho, pode ser... poder ser diferente' - G., voluntário da Horta do CCSP.

> Trabalhava no maior fast-food árabe do mundo, como publicitário, então, você fica bitolado ali. Eu ficava no escritório dia inteiro e tal, e a gente fica completamente fora, assim, do que está rolando e do que interessa para cidade, por isso que eu acabei me afastando (...) porque eu fiquei muito tempo lá enfiado no escritório, e você não vê, não presta atenção nas coisas da cidade. (...) E... eu percebi que a cidade precisa de pessoas que façam isso, entendeu? Procurem cuidar de áreas verdes. - F., voluntário da Horta das Flores.

A mudança de perspectiva possibilitada pela atuação na horta comunitária evoca o desejo de transformação tanto na esfera privada quanto na esfera pública. A mudança de hábitos de consumo, de ultraprocessados para produtos orgânicos, agroecológicos e mais frescos, torna-se um desejo de aproximar consumidores e produtores na formação de circuitos curtos de produção em escala mais ampla. Da horta privada que se inicia ou se intensifica, os sujeitos iniciam um movimento para o espaço público, para produzir seus alimentos em locais maiores, com mais pessoas e buscando construir uma alternativa de cidade que contemple as áreas verdes e agrícolas de forma integrada em seu planejamento. Os sujeitos na horta passam a ter suas vidas voltadas também ao público, engajando-se em processos políticos em que representam certa

comunidade. Já não são mais os mesmos de antes, mas novos sujeitos que veem a cidade com outros olhos, conhecem pessoas de outros círculos sociais e vivenciam novos desejos impulsionados pelos encontros.

O movimento do privado ao público coincide com outros dois movimentos. Primeiro, temos o movimento da paixão para a ação, em que os sujeitos passam a organizar encontros de forma a ter o máximo de paixões alegres até o momento em que vivenciam o processo de interiorização da causalidade dos afetos. Entender-se como responsável por seus afetos é um passo crucial para passar a organizar ativamente bons encontros. A partir daí, o sujeito passa a agir e ser causa adequada dos seus afetos, organizando bons encontros em que a potência dos corpos de serem afetados e o número de conexões que formam entre si por conveniência se expandem. Nessa interiorização, o sujeito encontra e afirma sua identidade em conexão com outros corpos, expandindo sua potência:

> (...) na horta eu voltei a me sentir eu mesma, sabe, e descobri um potencial que eu sempre tive, mas a horta mostrou que ele era real, que é regenerar e ser parte dessa regeneração, né. E o pertencimento, assim, é muito legal você sentir que você faz parte de alguma coisa junto com as pessoas e ver o resultado disso no tempo, que é muito potente, é muito poderoso. - A., voluntária da Horta das Corujas.

> (...) plantar sua própria comida te religa também com o seu corpo, com os seus ciclos… porque você começa a se observar dentro do ciclo maior da natureza. Poxa, é um enorme despertar, eu acho, assim. Claro que ele não é de uma hora pra outra… demorei anos pra ser a pessoa que eu sou agora, do modo que eu vivo agora, mas é potente, assim. Cada passo que você dá, você não volta pra trás. E eu observo também que as pessoas dificilmente voltam, quem entra nesse caminho, entra, né… - E., voluntária do coletivo Batatas Jardineiras.

Outro movimento se dá a partir do individual para o coletivo, em que o processo de constituição da multidão se apresenta não apenas pela relação entre os sujeitos, mas também no desenvolvimento da singularidade individual de cada um. Os sujeitos entendem-se como parte de algo maior que si e que a cidade é composta por uma imensa diversidade de seres em disputa, vivenciando uma experiência nada trivial. O reconhecimento da conveniência entre as pessoas de uma cidade leva à constituição de conexões e de afinidades políticas que tecem uma rede sutil e invisível entre as pessoas, que imaginam a cidade em que se deseja viver e atuam de forma conjunta no exercício prático da produção dessa cidade. Vivenciar a experiência da multidão tomando parte da mesma, fazendo multidão, transforma os sujeitos de forma a ampliar sua potência de forma coletiva, reconhecendo que juntos podem mais e agindo a partir do desejo individual rumo à coletividade autogestionada.

A horta comunitária, portanto, por meio dos encontros realizados nela e da própria relação com o ambiente natural, instiga os participantes para novas possibilidades de cidade e os faz assumir essa tarefa de construir, na prática, a alternativa que se deseja. Muitos não acreditavam que isso era sequer possível, vendo a cidade a partir apenas da perspectiva hegemônica do espaço urbano enquanto espaço construído:

> Então é um trabalho marginalizado da agricultura, né, que é… a agricultura dentro da cidade ser vista como algo inviável… Eu mesmo tinha essa visão quando vim pra cá, né, assim, eu não vou conseguir plantar na cidade, não é possível produzir alimento dentro da cidade. Isso tava na minha cabeça, mas hoje eu tô vendo, aqui mesmo a gente já consegue ter uma alta produtividade. - M., voluntário da Roça de Nossa Senhora.

Essa nova perspectiva de cidade também é possibilitada a partir da multiplicidade de funções que uma horta comunitária compõe no ambiente urbano e que é percebida pelos sujeitos. A horta não serve apenas para a produção alimentar, mas também para informar sobre o sistema alimentar, aprender sobre novas formas de produção e sobre novos alimentos, articular conexões entre sujeitos para possibilitar a implantação dos cultivos, provocar para novas perspectivas sobre o espaço público, promover a educação ambiental informal e impulsionar o exercício da participação política, dentre outras funções assumidas de acordo com o território, seus agentes e suas conexões em determinado momento histórico:

> (...) esse mundo de horta comunitária ainda, pra mim, tá sendo formatado… eu percebi que é conforme cada região mesmo, vai ter uma formatação diferente, cara. O que o pessoal local quer, como que eles querem… É um negócio difícil de você dar um padrão, sabe, de falar 'vai ser assim ou vai ser assado'. Por vários motivos também, o tamanho do espaço né. Talvez não comporte produções, mas o cara quer fazer alguma coisa ali pra comunidade, sabe. Ele tá sendo formatado ainda de várias formas aí, cada local acho que vai encontrar a sua melhor forma de ter a sua horta comunitária, né. - S., voluntário da Horta da Saúde.

A multifuncionalidade da agricultura urbana e a forma como os sujeitos compreendem o papel que a horta cumpre no território são importantes justamente na medida em que é considerada uma prática atrasada para o desenvolvimento urbano e insuficiente para o abastecimento alimentar da cidade. Reconhecer essa diversidade de usos e perspectivas é central para transformação dos sistemas alimentares, uma vez que aproxima consumidores da realidade do agricultor e possibilita a construção de circuitos curtos e de alternativas para a comercialização. Nas hortas se discute como são produzidos os alimentos, quais os principais impactos da agricultura convencional e as dificuldades vivenciadas pelos agricultores, o que sensibiliza os sujeitos a transformarem hábitos de consumo e a construírem alternativas:

> (...) pra mim a horta aqui é um espaço de informação, eu diria até educativo. (...) Mas, aqui é para informar em princípio, eu faço bastante terrorismo, né, comento isso do veneno e outras coisitas, mas é pra ver se as pessoas entendem qual é o problema, porque não vai acontecer um Alzheimer, um câncer lá na Conchinchina, vai acontecer com ele que vai todo dia no supermercado. Então, a função da horta, pra mim, é essa: informar, mostrar como é que é que eles mexem, que participem, que sinta. Porque todo mundo vai lá e encontra produto pronto, mas não sabe quem produziu, como produziu, o que gastou, o que se esforçou, né. - E., voluntária da Horta do CCSP.

A horta é um espaço educador, onde os sujeitos ampliam suas concepções sobre o sistema alimentar, sobre a cidade e sobre si próprios. É também um lugar de encontro, uma ferramenta que possibilita o convite para a ocupação qualificada do espaço público e o exercício de gestão coletiva dos recursos existentes no território. A horta possibilita o desenvolvimento amplo de ações que não estão necessariamente relacionadas à produção alimentar, mas emergem a partir do encontro entre sujeitos, do estabelecimento de conexões e do reconhecimento da potência do território:

> (...) a gente tava vendo como fazer as pessoas olharem para aquele lugar e começarem a frequentar, porque os moradores vizinhos eles davam a volta pela praça, então como a gente trazer as pessoas lá pra dentro. E a horta foi um elo muito grande nessa história porque ela serviu muito pra isso, porque a gente foi muito sistemático e foi muito bacana, porque todo… durante um ano, mais ou menos, um ano e pouco, a gente fez mutirões todos os sábados. Às quatro da tarde era sagrado, mutirão na horta. E a gente... com isso, as pessoas que foram passando, que... já foram chegando, e isso serviu pra formar o sentido de comunidade ali, sabe. Foi o principal motivo, e assim… claro, a gente colheu berinjela, plantou umas coisas legais e tal, enfim, todo mundo no fim colhia, mas ela teve esse aspecto muito importante de… das pessoas entrarem na praça. - A., voluntária da Praça da Nascente.

Ao mesmo tempo em que se desenvolvem novos sujeitos a partir do exercício prático e da experiência periódica do encontro em espaços públicos, uma nova cidade surge no imaginário desses sujeitos a partir da mudança subjetiva que é experienciada. Descobre-se que a cidade é fruto de um modelo de desenvolvimento e de uma lógica urbana que pode ser radicalmente diferente. O desejo e a imaginação de uma cidade diferente se fortalecem com o encontro e com a relação com a Natureza, provocando um afeto definitivo que leva os sujeitos a se entenderem enquanto agentes ativos dessa transformação desejada. O projeto de mudança do território da cidade e das relações políticas existentes é constantemente ressignificado, pactuado e deliberado a partir da própria prática de transformação dos espaços públicos em áreas verdes vibrantes com o engajamento comunitário.

O voluntário torna-se cidadão e se reconhece desenvolvendo novas identidades nunca antes imaginadas. De um consumidor urbano, ele se torna um agricultor urbano que ativamente ressignifica sua vida a partir do alimento e da relação com a cidade. Reconhecer-se agricultor passa por uma valorização simbólica da agricultura em todos seus desafios. Percebe-se quão bonita e difícil é a prática da agricultura, quão desafiador é o preparo do solo, o cuidado com as plantas e a observação do território. Essa interação possibilita enxergar os agricultores não a partir de uma lógica da dominação do campo pela cidade, da prática agrícola como primitiva frente à mecanização do campo e à expansão do urbano enquanto paradigma da modernidade, mas a partir da perspectiva de sua valorização enquanto sujeitos históricos que garantem não apenas a reprodução da vida, mas a própria produção da paisagem em consonância com os ciclos naturais e com os saberes tradicionais.

Identificar-se como agricultor é visto pelos sujeitos como uma honra, na medida em que são valorizados pelo seu papel de agentes socioambientais na conservação dos territórios e pelo seu conhecimento produzido diretamente pela prática em suas propriedades. A experiência com a produção agrícola é vivenciada com alegria, na medida em que a relação com a Natureza se faz a partir da interação e observação com as plantas e animais existentes no espaço. Não é apenas o usufruto passivo de ambientes naturais, mas o sentimento de sentir-se parte ativa da Natureza, vivenciando-a como parte de si:

> Eu me considero um microagricultor, né? Porque se você falar de experiência assim, eu sou uma formiguinha, mas eu me considero, eu me gabo disso (...) e é uma experiência que todo mundo adoraria ter, né? Pena que não tem acesso, até não rola muito isso, porque todo mundo deveria ter essa essa sensação que é muito boa, a hora que você se envolve e começa a aprender (...) e lá, na horta, eu me sinto presente também - F., voluntário da Horta das Flores.

> Se agricultura é cultivar alguma coisa, eu acho que sim. Eu sou agricultora… agricultora urbana… eu acho chique falar isso. - N., voluntária da Horta City Lapa.

Ser agricultor ou agricultora fortalece uma identidade que é compartilhada por outros sujeitos pela cidade, aproximando consumidores de produtores e possibilitando um vínculo coletivo que se direciona para a constituição de uma multidão. Vivenciar a agricultura na prática, em meio ao território urbano, e calejar as mãos no trabalho na terra vincula os sujeitos numa perspectiva mais ampla em defesa da Natureza e da agricultura, criando noções compartilhadas da cidade, que também é vista como um local passível de ter produtividade agrícola.

É a partir desse reconhecimento e da construção dessa identidade coletiva que o corpo político ampliado, a multidão, inicia seu processo de constituição. Mesmo que ainda de forma

menor, micropolítica, mas é a partir dessas frestas existentes nos sujeitos que a multidão, ou uma nano-multidão, começa a se desenhar como um corpo coletivo a partir do sujeito. Defender a agricultura na cidade é defender a prática de todo um coletivo de agricultores e agricultoras diversos entre si, com práticas singulares e desafios comuns. Quando se defende politicamente a agricultura na cidade, se defende todos esses sujeitos, independente do território onde estão inseridos, das características particulares de suas práticas e das especificidades de cada um:

> E se eu deixar de vivenciar o dia a dia do que é carregar esterco, mexer na enxada, colocar a muda lá, aí o sabiá vai lá e arranca a muda, né, eu não vou conseguir levar para esses espaços de poder essas demandas e não vou conseguir enquadrar essas pessoas que estão de fora. Então, meu principal papel político é ser agricultora. Eu falo isso, tenho a mão aqui… nessas reuniões é difícil a pessoa acreditar, às vezes eu falo "ó, minha mão. Viu, eu sou agricultora." E eu sou mesmo. - C., voluntária da Horta das Corujas.

Não são apenas agricultores e agricultoras urbanos que são constituídos nas práticas em hortas comunitárias, mas *agricultores cidadãos e agricultoras cidadãs*, pessoas engajadas politicamente na promoção da agricultura como um paradigma de sustentabilidade para o território urbano. É uma agricultura ativista que provoca, instiga e impulsiona cidadãos e cidadãs a reconhecerem a produção alimentar enquanto um direito humano que evoca a proteção ambiental, a soberania alimentar e o direito à cidade propriamente dito. A política é construída, dessa forma, a partir dos afetos vivenciados na relação com a Natureza, com as pessoas e com o território de uma forma mais ampla, construindo um projeto de cidade autogestionado a partir da liberdade e da felicidade dos sujeitos em seus encontros.

O processo de tornar-se agricultor e agricultora, portanto, ocorre ao longo da participação dos sujeitos nos mutirões das hortas comunitárias, em um rico e extenso trabalho de melhoria do solo e qualificação do espaço público que os faz resgatar memórias de suas vidas, vincular-se a um território, construir comunidades e aproximar-se de outros sujeitos que também fazem da agricultura sua forma de ser e estar na cidade. É nos mutirões que os afetos são vivenciados pelos sujeitos, expandindo sua potência por meio das diversas conexões que são estabelecidas e das trocas de conhecimentos, histórias de vida e utopias para a cidade que são realizadas nesses encontros. Nesse sentido, o mutirão assume um importante papel na formação identitária dos sujeitos, em que, por meio da ajuda mútua, se reconhecem como um coletivo e ampliam a sua potência com a ação prática no território, fazendo-os atuar politicamente para construir em ato a cidade em que desejam viver.

3.4. Mutirão enquanto ferramenta política: o incremento da potência de agir

O sentido é o grupo, a comunidade, né. Isso é importante.

E., voluntária da Horta do CCSP

O mutirão enquanto prática de ajuda mútua na realização de trabalhos específicos esteve presente ao longo da história do desenvolvimento do Brasil, trazendo, inclusive, dúvidas acerca de sua origem e do papel dos elementos indígenas, negros e europeus na instituição dessa prática no meio rural (CALDEIRA, 1956). De forma mais ampla, a ajuda mútua está presente ao longo de toda a história humana e não humana e foi um fator relevante na evolução do mundo, conforme aponta Kropotkin em seu estudo sobre o assunto (KROPOTKIN, 2009).

É possível encontrar em todos os continentes exemplos de instituições de auxílio mútuo com diferentes denominações, mas com estruturas muito similares, que compuseram a história dos países e serviram de lastro para formas mais avançadas de cooperação nos regimes de trabalho modernos. Mesmo assim, com a mudança dos regimes de trabalho para práticas mais individualizadas e com o avanço dos costumes urbanos capitalistas, é difícil a manutenção de tais práticas comunalistas, uma vez que compunham o eixo de sociedades mais tradicionais, e sua presença em comunidades rurais e urbanas têm sido diminuída com o passar do tempo (CALDEIRA, 1956).

Apesar dessas transformações, a prática permanece viva e coexiste com diversos arranjos de trabalho na modernidade, uma vez que, para além de ser apenas uma prática social, o mutirão pode ser visto como um resultado da vida em sociedade, uma representação da solidariedade no que diz respeito à união de esforços para a realização de tarefas economicamente vantajosas para aqueles envolvidos (GALVÃO, 1954).

A palavra mutirão possui uma etimologia vasta explorada por Plínio Ayrosa (1934, p.49-55), que se estende em diversos vocábulos de acordo com variações regionais brasileiras, tendo como principal origem as palavras *muxirom* e *potirom*, advindas de compostos dialetais do Tupi-Guarani. No entanto, as origens da prática são vastas e suas variações são também encontradas entre o povo negro e europeu, o que leva ao entendimento de que a prática conhecida nos dias atuais é consequência direta da interação dos povos que compuseram a formação social brasileira como um todo (CALDEIRA, 1956). Como afirma o autor:

> (...) as práticas solidaristas no ambiente rural brasileiro não resultaram de uma simples superposição de influências, mas da integração, dentro de uma grande variedade de condições regionais de hábitos que já tinham validade no Direito comum das três etnias

> (portuguesa, indígena e africana) (...) despiram-se de alguns aspectos originais e adquiriram características autônomas. (CALDEIRA, 1956, p. 45)

De maneira geral, a palavra e sua sinonímia (incluindo aqui a palavra adjunto, de origem portuguesa) significam "colocar as mãos ao trabalho", "trabalho associado", "mãos juntas" e "auxílio", "congresso de amigos ou vizinhos para o trabalho comum" configurando uma forma de atividade coletiva solidária (AYROSA, 1934; CALDEIRA, 1956). Apesar das variações, é possível identificar certas características comuns da prática no território brasileiro. Como apresenta Caldeira (1956):

> Estas práticas de auxílio mútuo, a que não são estranhas, também, motivações de amizade, parentesco e compadrio, ora revestem caráter pessoal e se traduzem na prestação recíproca de tôda a sorte de serviços, ora grupal ou coletiva, envolvendo a maioria dos elementos que formam a vizinhança. (CALDEIRA, 1956, p.29)

O mutirão se dá, como observa o autor, de forma individual, onde forma-se um contrato de reciprocidade moral entre amigos, parentes ou vizinhos para a realização de certa atividade que será retribuída em tempo oportuno; ou de forma coletiva, a partir das necessidades de um agrupamento mais amplo, como a vizinhança ou a comunidade. Tal demonstração de solidariedade pode ser tanto espontânea, a partir do instinto solidário de certo grupo para com um necessitado, ou de forma solicitada, havendo um convite solicitando apoio com antecedência para certo dia de trabalho. Por meio de um contrato informal baseado na tradição comunitária, há um vínculo de reciprocidade que é formado em que quem recebe o auxílio retribui de forma instantânea, por meio de comidas, bebidas e festejos oferecidos no dia do mutirão, ou de forma adiada, ofertando um dia de serviço quando solicitado pelo outro (CALDEIRA, 1956).

Outro caráter interessante que se nota é o caráter festivo e lúdico que os mutirões apresentam, considerado um elemento estrutural da prática tanto por seu caráter de compensação imediata quanto pelo aspecto comemorativo de realização. A celebração é tida como um importante fator de agregação dos presentes, favorecendo a criação de laços de confiança e servindo como espaço de encontro descontraído que reforça os valores comuns compartilhados pela comunidade (CALDEIRA, 1956).

Nesse sentido, o trabalho cooperativo também é um forte elemento que influencia na construção da identidade coletiva de uma comunidade, fortalecendo laços para resistir à forças externas que constantemente a pressionam para desagregar-se. Citando e resumindo o trabalho realizado por Pauvert sobre a comunidade Fang do Gabão, Caldeira apresenta que

> (...) o trabalho coletivo não visa apenas aos fins da produção e nutrição, mas responde também à necessidade experimentada pelos Fang de se consolidarem e defenderem sua estrutura contra os 'atentados da modernização', traduzidos na individualização tanto da propriedade como da produção agrícola, assim como na dispersão das forças da

> coletividade no curso das migrações e sob a influência da colonização. (CALDEIRA, 1956, p.73)

O autor ainda apresenta alguns fatores que têm contribuído para a obliteração dos hábitos solidaristas, como a transformação da economia de subsistência para a economia de mercado, a expulsão e migração das populações campesinas para as cidades, a mecanização do trabalho do campo, a monetarização das relações de troca existentes na economia tradicional e a transformação dos regimes de trabalho, priorizando o assalariamento sobre outras formas de reciprocidade no meio rural (CALDEIRA, 1956). Mesmo assim, em diferentes graus, é possível ainda encontrar zonas onde o sentimento de cooperação vicinal e comunitária ainda é forte, moderada ou até episódica, inclusive em comunidades migrantes que estabelecem relações intra-grupais em seus locais de moradia e trabalho nas cidades, estabelecendo mutirões de construção de casas e relações de apoio mútuo (CALDEIRA, 1956; BRAZ, 2008).

Há poucos estudos que abordem as práticas coletivas de apoio mútuo existentes na contemporaneidade e suas transformações ao longo da história da urbanização, principalmente no que se referem às influências dessas práticas rurais sobre a solidariedade existente em meio urbano. Para além de aprofundar sobre as inúmeras práticas urbanas de ajuda mútua existentes, é importante verificar como a tais ações de solidariedade se configuram em experiências de agricultura urbana e quais novos papéis são atribuídos aos mutirões realizados em hortas comunitárias contemporâneas.

Sendo assim, um primeiro ponto de análise no que se refere ao mutirão é a conceituação da prática pelos sujeitos que atuam nas hortas comunitárias de São Paulo, buscando observar a forma como é caracterizada e os pontos similares e destoantes daqueles previamente analisados na literatura sobre o tema. O mutirão realizado em experiências de agricultura urbana possui uma multifuncionalidade típica relacionada à localidade onde ocorre, à sua forma de organização e ao público que envolve:

> O mutirão é tipo, ele é muita coisa ao mesmo, ele não é só um jeito de dar conta das tarefas da horta, ele é um momento de socialização, é um momento de articulação política às vezes, é um momento de discutir várias coisas, de confraternizar também, né? (...) se não for no sentido de criar uma nova amizade, que seja no sentido de um apoio, para que ela (a pessoa) faça a mudança que ela precisa fazer na vida dela, para que ela comece a dar um passo depois do outro em direção a uma vida mais saudável, mais sustentável, né. Tipo, entender que ela tem um apoio ali e tem pessoas que estão fazendo isso, na real, na prática, e que vão poder ajudar. Então acho que a gente se juntar e estar aqui, trabalhar junto, é muito poderoso em vários sentidos. - M., voluntária da Horta do CCSP.

> (...) tem um lance do mutirão, que eu acho que foi o que mais me manteve na horta, enquanto eu estive muito ativo, que é essa noção de interdependência, porque ele funciona, porque a gente se apoia uns nos outros, cada um leva um pouquinho de comida que no final vira um banquete, todo mundo oferece ali um pouquinho de trabalho, que no final dá um resultado muito grande. A gente troca informações, referências, conhecimento, a gente conhece gente de tudo quanto é lugar, história, enfim, pra mim o mutirão tem esse lance do... era uma aula, era uma parada muito louca, sempre quando chegava lá tinha alguém novo, com alguma coisa nova - G., voluntário da Horta do CCSP.

A partir dessa primeira leitura, é possível distinguir alguns papéis que o mutirão assume nas experiências urbanas contemporâneas, como a realização de tarefas da horta, a socialização e confraternização entre a comunidade, a articulação política, o apoio específico a determinadas pessoas, a troca de informações e conhecimentos, o caráter educador que a prática assume e o encontro com o diferente. Esses papéis trazem especificidades características do ambiente urbano enquanto território de trocas, de diversidade e de centralidade política, ao mesmo tempo que mantém características da ajuda mútua no meio rural, como o fortalecimento do vínculo comunitário e o auxílio específico.

Esse caráter de solidariedade e apoio mútuo que é formado para além das atividades da horta compõe uma importante característica para a construção do tecido social e de laços de confiança que estruturam uma comunidade com princípios comuns pautados na sustentabilidade. Além disso, os participantes do mutirão nem sempre se conhecem, uma vez que o convite feito é amplamente aberto, não restringindo a participação a integrantes de certa comunidade ou de vizinhos direto da horta. Dessa forma, o mutirão torna-se um espaço de encontro e convívio entre diferentes e desconhecidos para além do núcleo e da rede primeira de voluntários que têm uma participação mais periódica.

De forma geral, não é apenas um encontro, mas um bom encontro, que amplia a potência de agir dos sujeitos e possibilita vivenciar paixões alegres que levam à ação. É importante destacar que a variação de potência é uma experiência de cada sujeito, uma vez que o mutirão pode ser bom para uns e ruim para outros. Há mutirões em que a potência de agir de um sujeito pode não variar ou ser diminuída por diversos motivos, sejam expectativas frustradas, conflitos em relação ao trabalho e a gestão do grupo ou outra afecção que impossibilitou a conexão entre os corpos. A forma livre e, muitas vezes, desestruturada que o mutirão assume, no sentido de que não há uma coordenação explícita dos trabalhos e a liderança ocorre de maneira difusa, pode desestimular a participação daqueles que vão à horta na expectativa de um aprendizado mais direto e concentrado sobre o cultivo de alimentos, como em uma oficina ou

curso de pouca duração. Mesmo assim, há um esforço dos grupos de hortas para que os mutirões sejam bons, possibilite o exercício da liberdade individual e o acolhimento de novos integrantes ao grupo.

Uma das características mais relevantes para o encontro na horta ser considerado bom é o acolhimento dos presentes pelos voluntários que atuam há mais tempo, buscando apresentar o espaço, suas regras de uso e sua forma de gestão. Esse acolhimento é responsável por gerar o sentimento de pertencimento e organizar o esforço coletivo para a realização das ações previstas no mutirão. Ver o resultado das ações atingido colaborativamente e tendo participado ativamente do processo de decisão sobre o que seria feito traz felicidade e evoca a noção de uma intenção comum compartilhada pelos participantes. É um sentir-se útil, partícipe e responsável pelo espaço compartilhado sem, de fato, possuí-lo, mas definindo seus usos a partir de um desejo que é constantemente pactuado, negociado e definido em conjunto com os outros participantes. A importância do acolhimento dos participantes na ampliação do sentimento de pertencimento ao grupo e ao espaço é citado como um mediador dos desejos de quem participa:

> O meu mutirão ideal é o acolhimento do pessoal. As pessoas tem que se sentir acolhidas e escutadas. Isso é… você aí vai despertar o interesse porque a horta não deixa de ser um intermediário, né? Entre o objetivo que a gente tem e as pessoas que a gente quer atingir. - E., voluntária da Horta do CCSP

> Olha, eu acho que o que faz o mutirão ser bom é a recepção das pessoas naquele espaço, porque você pode ter uma mega divulgação, você pode ter vários grupos envolvidos… se você chegar lá e não acolher a pessoa desconhecida, ela não vai voltar lá. É isso, você tá perdendo uma pessoa que talvez estivesse disposta a estar ali no rolê com a galera, então acho que tem que ter quase uma pessoa meio que de olho nisso pra dizer "ô, primeira vez que você vem?"... apresentar o espaço, o que que tá acontecendo ali… - D., voluntário da Horta Madalena.

> Eu acho que um sentimento útil, assim, de se sentir útil, útil pro bairro, útil pra terra. Uma horta orgânica que não usa veneno, que cuida do meio ambiente, então é uma sensação de sentir-se útil… pra sociedade e pro planeta. - M., voluntário da Roça de Nossa Senhora.

Em muitos casos, a horta é um dos únicos espaços de encontro com pessoas diferentes que não participam diretamente do círculo social dos sujeitos, trazendo, além do encontro, o desafio de confrontar sua visão de mundo com a população da cidade de forma mais ampla. É um desabrochar do sujeito que sai da esfera privada para se aventurar no público e construir uma cidade em comum, exercendo na prática a solidariedade do trabalho coletivo autogestionado, do

reconhecimento dos conflitos e do exercício de consenso. É o processo da perda do medo do Outro para o reconhecimento da conveniência entre as pessoas que convivem no mesmo território, possibilitando o exercício da liberdade individual a partir da vivência coletiva.

> Um mutirão é um encontro de trabalho coletivo, auto organizado e horizontal… e aberto. (...) O que faz ele ser bom é a quantidade e a qualidade do aprendizado e a sua potência em costurar novos elos nessa rede. A gente trouxe muitas dessas pessoas para o movimento, não só das hortas comunitárias, da agroecologia, de apoio ao agricultor, do movimento ambientalista, pro movimento da comida mais vegetal e natural, por meio dessas conexões feitas em hortas. - C., voluntária da Horta das Corujas

Um segundo ponto que se observa nas hortas comunitárias é uma ressignificação da prática do mutirão, em que assume diferentes papéis na construção de comunidades, na gestão territorial e na organização política dos sujeitos, indo além seu caráter mais utilitarista de realização de tarefas economicamente relevantes para a comunidade. Os mutirões são realizados em espaços públicos, podendo ou não estar estruturado com uma programação e metodologia específica para realizar os trabalhos do dia. Um exemplo interessante de estruturação de um mutirão pode ser visto na Horta do CCSP, em que os trabalhos se iniciam com uma roda de apresentação (dos participantes e da horta), alongamento e descrição e divisão dos trabalhos que serão realizados e responsáveis por coordenar cada atividade. Após certo tempo, é feita uma pausa obrigatória para um lanche coletivo, momento em que muitos voluntários apresentam as comidas que trouxeram para compartilhar e conversam sobre os assuntos da horta ou assuntos gerais. Porém, nem todas hortas se organizam dessa forma. Em outras, o mutirão se inicia com uma conversa breve entre os participantes presentes, que dialogam sobre o que precisa ser feito e se organizam para realizar as tarefas definidas para aquele dia. Em todas as hortas há o momento do lanche coletivo, mas apenas no CCSP foi observado como uma parada obrigatória dos trabalhos para interação.

Os convites são abertos, feitos virtualmente para divulgação ampla e também realizados de forma informal (boca a boca). Há um constante esforço em convidar a vizinhança direta da horta ou moradora do bairro, por meio, principalmente, de conversas informais, convites em reuniões de agremiações locais (tanto em reuniões de conselhos municipais quanto em eventos do bairro) e, em poucos casos, com cartazes alocados em determinados pontos. A principal divulgação do mutirão é feita virtualmente, atraindo um público interessado de outras regiões para além do bairro. É possível observar a participação constante de novos voluntários, sendo que apenas uma menor parte, quase ínfima, mantém a participação a ponto de integrar o grupo de voluntários e o núcleo de guardiões da horta.

Como dito, os mutirões também são os principais momentos de decisão entre os voluntários, tanto para definição de questões diretamente relacionadas ao trabalho de manutenção da horta quanto para questões estratégicas relacionadas à relação com o Poder Público. No entanto, são poucos os momentos de assembleia ou de reunião entre os participantes com intuito específico para definir questões relativas à autogestão do grupo. Esses momentos ocorrem, principalmente, em situações de conflito entre os participantes ou quando há alguma ameaça à horta e é preciso tomar alguma decisão estratégica. Fora desses momentos, as decisões ocorrem em pequenos grupos ao longo do processo de mutirão, principalmente no início, durante o lanche ou até durante a realização dos trabalhos. Esse aspecto de decisão horizontal faz trazer uma perspectiva de autogoverno do território, trazendo momentos de negociação, pactuação e decisão estratégica sobre formas de organização e manutenção do espaço e sua relação com o Estado.

Figura 17. Mutirão sendo realizado na Horta das Flores

Crédito: André Biazoti

O estabelecimento dessas conexões na horta e a integração de pessoas a movimentos políticos já existentes sugere a ampliação de uma atuação para além do cotidiano de cuidados

com a produção alimentar. A construção de novos elos indica justamente o estabelecimento de um coletivo mais amplo de atuação, uma nano-multidão em constituição que é tecida, pactuada e construída nos encontros e que se configura politicamente na medida que tem sua potência de agir ampliada. É o ser que é muitos, se traduz em braços e mentes conjugadas a um objetivo comum e que se reconhecem como agentes de transformação do território:

> (...) o que eu achei na horta ali, foi uma outra coisa, foi um lance assim de me conectar com jeitos de pensar diferentes dos meus, mas que me interessavam... (…) Que eu conseguia dialogar com uma instituição pública, por exemplo. Que eu poderia usar um espaço público, que antes eu nem cogitava, então, acho que aquilo ali começou a me alimentar e falar "caralho, eu posso interferir mais, no espaço onde eu tô inserido". Achava que antes eu era ali um agente (...) numa postura muita mais passiva, e aí eu comecei a perceber que eu talvez podia é… ser mais agente das coisas em volta (...). - G., voluntário da Horta do CCSP

> Eu me sinto plena, sabe. E participar de mutirão em uma horta, assim, é um sentimento de que você é muitos, sabe. Então… e que tá tudo interconectado, isso é legal, a gente não tem essa sensação no dia a dia e quando você tá num mutirão você percebe como isso é real, né. Não só o coração das pessoas, os braços, mas a terra, né, o que ela tá trocando com a gente nesse momento, então. Ah, eu acho que isso é o sentimento que te dá força pra viver. - A., voluntária da Praça da Nascente

Esse incremento de potência no agir dos sujeitos, antes sem envolver-se com uma dinâmica coletiva de produção da cidade, coloca em movimento um circuito de afetos potentes que os abre para novas formas de agir. Muitos sujeitos transformaram suas vidas a partir da vivência nas hortas comunitárias, tanto em busca de trabalhos relacionados à prática de agricultura urbana quanto ampliando seu entendimento do que é a cidade, do que é política e da importância da atuação da sociedade civil para a garantia de políticas públicas inclusivas e permanentes:

> A pessoa vai vendo, que a gente planta sem veneno, né? Que não precisa do veneno para plantar, e tudo mais, e aí vai vendo isso, vai vendo aquilo, daqui a pouco a gente já tá discutindo alguma coisa sobre cadeia de produção, de repente tá questionando alguns padrões alimentares, então eu acho que é, nesse, nessa convivência mesmo, aos poucos que a gente vai até, a gente vai se empoderando juntos dessas discussões que a comida traz... que a comida tem esse poder, né? De ligar tudo (...) Então, todas essas dimensões da vida e da política acabam se conectando por esse elo, que é o alimento e a gente vai devagarzinho desenrolando assim, esse fio, eu acho legal isso porque às vezes a pessoa chega cheia de preconceitos, né? E mais poderoso do que você chegar para ela fazer

> todo discurso, é fazer uma vivência, trazer para ela algumas coisas, de experiência mesmo que levem ela a refletir, né? - M., voluntária da Horta do CCSP

São justamente essas características que fazem do mutirão uma ferramenta política. A produção de alimento por meio da ajuda mútua em um trabalho coletivo unificado não só atende parcialmente às necessidades básicas dos sujeitos, mas os instiga à produção de uma cidade em que se quer viver a partir da sua liberdade e do seu desejo de se autogovernar autonomamente. A mudança prática de transformação, pelos indivíduos, do espaço ocioso e abandonado pelo Poder Público, em hortas vibrantes e alimentadas por suas comunidades com um objetivo comum potencializa a consolidação de um sujeito coletivo a partir da experiência prática de gestão do território.

A política, aqui, emerge dos afetos entre os corpos, que ampliam suas potências de realização e de perseverança do ser a partir do encontro, na busca pelo autogoverno ativo de suas vidas e constituindo-se a partir da experiência prática no mundo. É por meio da ação prática afirmativa e potente e dos bons encontros que, aos poucos, se forma uma rede de confiança, apoio e solidariedade entre os voluntários da horta, que potencializa os sujeitos para uma ação mais ampla sobre os espaços de decisão política.

É construindo na prática uma cidade melhor que o sujeito sofre um afeto decisivo, um salto qualitativo, que é vivenciado como o mais forte dos desejos e a mais forte das alegrias, em que o sujeito se descobre como causa de seus próprios desejos no próprio ato de desejar, assumindo de fato o controle de sua vida (CHAUÍ, 1995). Esse afeto ampliado possibilita um entendimento da realidade e uma ampliação da sua capacidade de pensar e de atuar no mundo. A partir daí, há um outro reconhecimento que provoca uma ruptura no ser, que passa do medo do outro ao desejo de não o prejudicar, na esperança dos benefícios que a ajuda mútua pode oferecer para a garantia da liberdade de todos (CHAUÍ, 2011). Como apresentam os entrevistados a seguir:

> Mutirão é essa bondade coletiva em forma de braço, em forma de muita troca. É muito afetivo. O mutirão é muito afetivo, ele alimenta a alma. Você sai daqui com fome, mas você sai daqui feliz, é isso, você sai alimentado, com o coração cheio, assim… é muito gostoso. - E., voluntária do coletivo Batatas Jardineiras

> Quando tem esse mutirão, existe a divisão de conhecimentos, então… e estar lá junto, com várias pessoas que são diferentes, então cada uma traz… não sei, eu posso chamar até de energia, mas tem uma hora ali que todo mundo está em prol de uma única coisa, né. E conversa, e compartilha uma comida e aprende. (...) Então, eu acho que é esse…

> unir as pessoas, é um jeito de unir. E onde cada um se expressa da melhor forma, né. M., voluntária da Horta das Corujas

O mutirão possibilita processos educadores, a troca de conhecimentos e a construção social de novos conhecimentos. O conhecimento não emerge a partir de um conhecimento científico institucionalizado e enclausurado em universidades e institutos de pesquisa, tampouco é hierarquizado a partir de uma lógica bancária da educação (FREIRE, 1987), mas surge da vivência pessoal e biográfica dos sujeitos, sendo compartilhado, colocado em prática na horta e mediado pelo mundo:

> Não adianta também você plantar uma coisa, e você não se apropriar do conhecimento de como você pode consumir aquela coisa, né? - M., voluntária da Horta do CCSP

> É um posicionamento, né? De vida, de cuidado da saúde, do repartir conhecimento com as pessoas, né? Que eu acho que é fundamental. Hoje em dia eu acho que a cidade peca pela falta de informação. Ninguém sabe o que que tá fazendo, mas faz. Então a gente se encontra com situações esdrúxulas que eu acho que a origem é essa, não sabe exatamente o que está fazendo, nem porque, nem de onde saiu esse impulso de fazer, né? - E., voluntária da Horta do CCSP

> Muita gente não sabe o que é comestível ou não, né, então, também é isso, o cara tá ali, vai ajudar na limpeza dos canteiros, mas "o que que é pra eu tirar?". Tem muita… com essa coisa das PANCs, tem muita gente que chega lá e fala "mas o que que é de comer e o que não é de comer?" e, de fato é assim, né, quem não conhece às vezes passa e é um mato. E não é! - D., voluntário da Horta Madalena

É comum, inclusive, a busca por conhecimentos tradicionais em comunidades rurais, com agricultores familiares e com integrantes das próprias famílias dos voluntários da horta, buscando estabelecer uma troca entre saberes acadêmicos e saberes oriundos das práticas nos diversos territórios. Alguns grupos mantêm registros de plantio, manutenção e colheita e geram conhecimentos práticos a partir do próprio exercício de experimentação na horta, identificando pragas, espécies de plantas, tipos de solo e outras características físico-químicas relevantes para a prática. Além de conhecimentos mais direcionadas à agricultura, também são registrados aprendizados sobre a estrutura política do município, assim como sobre a importância da formação de elos sociais na constituição de comunidades:

> (...) na horta eu conheci as pessoas que estavam mais envolvidas com política, e por elas eu entendi mais sobre o mecanismo formais de atuação política, então, eu não sabia se eu podia ir na Câmara (Municipal), ou não, não sabia como eu fazia para ir em uma manifestação, eu nunca tinha ido em uma manifestação. Em junho de dois mil e treze

> foi a primeira manifestação que eu fui (...) Eu fiz USP, e tinha greve todo ano, tinha movimento sindical, tinha movimento estudantil, eu vivi meio que a margem disso, acho que a horta foi que ajudou a me colocar nesse lugar. - G., voluntário da Horta do CCSP

Conhecer mais e melhor a realidade em que se atua, a partir de uma busca por conhecimento pelas causas primeiras das coisas, é o que Espinosa considera o caminho para se ter *ideias adequadas*, que expandem a potência de pensar dos sujeitos a partir não mais de opiniões baseadas na imaginação, mas reconhecendo as noções comuns entre o todo e as partes e levando ao exercício da potência inata da mente. Participar dessa incessante busca por novos conhecimentos por meio da troca com o outro mediado pelo mundo é o que Paulo Freire (FREIRE, 1987) chama de educação emancipadora e que instiga os sujeitos para pensar a partir da força do seu próprio intelecto:

> Muitas opiniões eram baseadas nas minhas opiniões, baseadas nas imagens que eu fazia por outras lentes, não pela minha própria experiência, e aí quando eu comecei a ir para esses lugares discutir e ouvir outras ideias e conhecer pessoas que de fato vivenciavam as situações que eu só projetava, isso começou a mudar muito a minha leitura de mundo. - G., voluntário da Horta do CCSP

Além disso, trabalhar em mutirão cria esses espaços informais de decisão sobre a gestão geral da horta, tanto referente à manutenção da produção alimentar, quanto à construção de um espaço que seja usufruído por toda a comunidade. É por meio das decisões realizadas conjuntamente, ao longo do "trabalhar junto", que se gera uma co-responsabilização pelo espaço de todos, onde não há uma noção de propriedade e, sim, de valor de seu uso pelo coletivo ampliado de sujeitos que moram ou atuam no território.

> Se a pessoa tá no mutirão, ela já tá participando ali, né, e ela tem voz e tem poder de decisão. - N., voluntária da Horta City Lapa.

Quem participa do mutirão é responsável pela horta e se integra ao conjunto de regras e princípios que orientam a ação dos voluntários, ao mesmo tempo que detém a possibilidade de construir suas formas de uso do espaço junto com o coletivo maior. A horizontalidade na gestão da horta enquanto comum faz da experiência da autogestão um verdadeiro chamado à ação para os sujeitos, sendo um espaço onde nada está dado, mas em constante processo de negociação e decisão coletiva. Ao mesmo tempo, o autogoverno também pode ser visto como um desafio, na medida em que tensiona os sujeitos à atividade, à responsabilização e à necessidade de lidar com o desconhecido. Como apresentado, é um afeto decisivo para o sujeito que o coloca em um

processo de interiorização das causas de seus afetos, impactando diretamente na estrutura identitária do sujeito:

> Eu acho importante porque ele quebra um monte estruturas que a gente está acostumado a usar, para se comportar, para se relacionar com o trabalho.. (...) eu acho que é isso, um jeito meio anárquico, meio horizontal, meio auto organizado, e que também é um jeito de você começar a mudar a sua relação com as estruturas da sociedade, então é legal por isso... e cara, mais uma vez, o mutirão tem um poder fudido, né? - G., voluntário da Horta do CCSP

> Eu acho que a horta tem um aspecto que é muito foda, que é, puta… Sentir que faz sentido, faz sentido estar ali. O que a gente está fazendo lá, é uma coisa meio experimental, uma coisa meio, assim... não simbólica, tem potência, mas… é meio sem saber onde vai chegar, mas é com uma motivação de mudar pra melhor a maneira como a gente se relaciona com a natureza, com a cidade, com as outras pessoas, com a comida, então é um sentimento, que sei lá, um sentimento bom. - G., voluntário da Horta do CCSP

Sentir que faz sentido estar ali, que o desejo individual se expande a um desejo coletivo por uma cidade melhor, essa é a potência do mutirão. Mesmo que o sonho da cidade em que se quer viver tenha que ser constantemente pactuado, ele é construído na prática e é por meio dela que o sujeito se reconhece, se transforma e se potencializa para mais. A cidade torna-se tão sua quanto seu próprio corpo, quanto sua própria casa, e atuar nela se faz como o exercício de um direito e com a responsabilidade de decidir seus caminhos. Portanto, o mutirão é entendido como uma ferramenta política que permite a constante formação da multidão e o processo permanente de instituição de novas formas de gerir o território, envolvendo, evidentemente, conflitos com os poderes instituídos. É a ampliação da potência de agir dos sujeitos em mutirão que os fazem passar de voluntários para cidadãos, exercendo sua solidariedade como fundamento para a produção da cidade.

3.5. Dos bons encontros à constituição da multidão hortelã

Cada horta vem a ser um reflexo da comunidade que a impulsiona e do lugar onde se insere, o que implica que cada um seja radicalmente diferente.
José Luis Fernandéz Casadevante Kois e Nerea Morán
(2016; p.315)

Os encontros ocorridos nos mutirões colocam as singularidades em relação e movimento, a partir da prática comum orientada pelo desejo de uma cidade melhor em um processo aberto e contínuo. Forma-se, assim, um corpo político coletivo com objetivo comum de promoção da prática agrícola na cidade, como forma de modificar as relações de produção e consumo existentes. Como já abordado, a multidão é um conceito aberto e de difícil apreensão, o que implica que o coletivo formado por agricultores urbanos pode indicar um caminho de constituição de uma multidão em caráter embrionário, uma nano-multidão em formação. Para analisar esse processo ao longo dos encontros em hortas comunitárias, é importante atentar para a relação entre individualidade e a coletividade. É a provocação que instiga M., voluntária da Horta das Corujas: "O que que tantas pessoas, de diferentes entendimentos de vida constroem juntos dentro de uma horta? Isso, pra mim, provoca muito."

Atuar numa horta comunitária evoca a constituição de uma comunidade, de um grupo delimitado que atua em conjunto e constrói suas próprias regras de gestão dos recursos de determinado território. O conceito de comunidade é amplo e carrega em si mais perguntas que respostas sobre sua delimitação, podendo comportar diferentes significados. Os cidadãos urbanos formulam e adaptam interpretações do significado de comunidade que são incorporados em diferentes tipologias de horta, fomentam diversos graus de acesso e levam a várias experiências de comunidade. Dessa forma, a horta é transcendida enquanto espaço puramente de produção de alimentos para uma arena política de negociação sobre significados, valores e visões de mundo que podem ser compartilhadas, mutáveis ou contestáveis entre os cidadãos (KURTZ, 2013).

As hortas são, de forma concomitante, consequência e fonte de capital social, variando de acordo com o objetivo da horta, sua estrutura de governança e as ligações estabelecidas com as comunidades locais. A constituição desse capital social se dá de quatro formas distintas: pelo encontro das pessoas com um objetivo comum, pela existência de um espaço de encontro voltado à criação de comunidades, pelas atividades inclusivas que possibilitam aproximar um público diverso e pelas relações com instituições e autoridades (FIRTH, MAYE, PEARSON, 2011). A partir dessas interações, forma-se o tecido social e os laços de confiança necessários onde se institui a horta comunitária enquanto um espaço político de gestão da cidade:

> Organizar comunidades diversas para gerir coletivamente uma horta requer habitar espaços onde se decidam as regras de funcionamento e se negociem os conflitos. Isto implica desenvolver na prática processos de aprendizagem das habilidades sociais imprescindíveis a tais efeitos, que foram erodidas por mais de um século de teorias liberais (a perseguição egoísta do interesse pessoal, individualismo, meritocracia, competência ou formalização do trabalho). (SENNET, 2013 *apud* CASADEVANTE KOIS e MORÁN, 2016; p.316).

Dentre as hortas estudadas, é notável uma dupla característica em termos de que tipo de comunidade é construída, tanto uma comunidade baseada no território (*place-based*) quanto uma comunidade de interesse (*interest-based*), em que indivíduos de fora do território interagem e participam das ações (FIRTH, MAYE, PEARSON, 2011). O envolvimento de diferentes pessoas que compartilham ou não um território fortalece o caráter de mediação política existente na horta, na medida em que as decisões sobre a produção, os desafios de acesso e as estratégias de atuação política devem ser constantemente negociados

> Olha, é um desafio porque embora todo mundo esteja querendo que a horta vai pra frente, cada um tem seu caminho de horta ir pra frente, né? Então aí que entra a parte em que você tem que conciliar, tem que aceitar… enfim, tem que compartilhar, né? Então essa é a parte da dinâmica do relacionamento que não deixa de ser um desafio para todo mundo. - E., voluntária da Horta do CCSP.

> (...) às vezes você está lidando com pessoas que às vezes têm visões diferentes também... É… de visões de mundo, de sociedade... e isso ajuda a treinar nosso olhar… e… perceber as diferenças, né? Ver que, às vezes algumas coisas parecem tão claras, né? A gente tem tanta convicção que parece que é coisa de todo mundo, mas acho que as diferenças ficam muito nítidas, assim, nas atividades da horta, e tal… E acho que isso é um exercício de democracia. - D., voluntário da Horta da Saúde.

O exercício da democracia surge enquanto um importante caráter educador e estruturador da vida em sociedade. As hortas tornam-se verdadeiras "escolas de democracia" (ROSE, 2000; LEVKOE, 2006), em que a ampliação da potência dos sujeitos de forma conjunta possibilita o conhecimento compartilhado das causas adequadas. Ter a potência ampliada no encontro entre os corpos leva ao início do processo de constituição da multidão em que se desenvolve uma cidadania ativa promotora do comum e da construção de sociedades sustentáveis sob o viés emancipatório da educação.

> (...) esse trabalho de base ele é ainda mais importante do que estar lá ocupando um mandato de deputado estadual, porque... a gente… é ruim falar estar fazendo formação política, não é isso, porque não tem gente ensinando só e gente aprendendo só… a gente está vivenciando o amadurecimento político de um grupo como um todo, grupo

> esse que ainda não é numericamente grande, mas já tem alguma influência, tende a crescer, tende a ser uma força política importante aqui no Brasil daqui há uns 10, 15 anos. - C., voluntária da Horta das Corujas

> É um espaço de formação política mesmo, ainda que seja um pouco assim dissimulada, eu acho bom que seja. - M., voluntária da Horta do CCSP

A formação política existente os espaços da horta se dá de algumas formas: a partir do reconhecimento do diferente, em que a mediação de conflitos e as negociações de significados e visões de mundo compõem essencialmente o exercício de consenso; do conhecimento sobre o funcionamento da máquina pública do Estado, potencializando os sujeitos para uma relação qualificada com os poderes instituídos; do movimento a partir do privado e em direção ao comum, em que as noções de ação pública são contestadas a partir de um sujeito que se coletiviza; da constituição de uma *nano-multidão hortelã*, cidadãos com princípios e objetivos comuns que fortalecem suas potências em um corpo político coletivo; e do reconhecimento e luta pelos direitos cidadãos que legitimam a prática social e instituem novas formas de gestão do território.

Figura 18. Mutirão na Horta das Flores

Crédito: André Biazoti

Em primeiro lugar, um dos principais aspectos trazidos pelas hortas comunitárias é impulsionar a relação entre pessoas diferentes e fomentar a união entre elas. Um dos primeiros passos para o movimento de formação da multidão é o caminho da experiência individual de ampliação da potência de agir para o entendimento de que apenas coletivamente é possível o exercício pleno da liberdade. Relacionar-se com o Outro é um dos fundamentos da democracia e exige dos sujeitos o desenvolvimento de qualidades próprias do fazer democrático, como o exercício do consenso, o reconhecimento da diferença e a mediação de conflitos. Reconhecer o Outro como um cidadão detentor de direitos e valorizar a interpretação do mundo diversa da sua a partir do conflito são ensinamentos que fazem a instituição de um ambiente de segurança para a construção de um projeto comum para o espaço público:

> Eu nasci e cresci num sítio como principal fonte de interesse pra horta, mas, depois, pra ver a cidade se movimentando em torno de coisas pequenas e fazendo tantas pessoas envolvidas de classes tão diferentes que eu acho que a horta, sempre disse, que era o espaço… é o espaço mais democrático que eu conheço dentro da cidade, porque todos que entram ali perdem o seu status social e tem uma causa comum. Então, isso, pra mim, sempre foi muito fantástico. - M., voluntária da Horta das Corujas.

> A cidade é muito rica, né? A gente tá aqui, não só porque tem as oportunidades de emprego, eu pelo menos estou aqui porque eu sinto que tem muita riqueza humana mesmo, sabe? Isso me atrai muito em São Paulo, tem toda essa diversidade de lugares, de pessoas, de saberes, e é tudo misturado, né? De uma forma muito caótica às vezes, excessivamente caótica, mas isso é muito interessante. E aí quando você tá no espaço público, e você tem essa abertura de estar lá, né? (...) Você entra em contato com essa diversidade, você aprende muita coisa, e é uma lição de convivência acima de tudo, né? - M., voluntária da Horta do CCSP.

A convivência com o diferente possibilita a criação e o fortalecimento de laços de confiança e o exercício da solidariedade. A sensação de união construída no trabalho colaborativo auxilia na formação de um horizonte comum de atuação baseado no auxílio mútuo e na reciprocidade em que o objetivo final transcende o benefício individual e se abre a construção coletiva:

> (...) quando você tá carregando esterco, quando você tá cavando com um monte de gente que no começo do dia era estranho, no fim do dia você tá se abraçando, sabe. Então… e é muito autêntica essa relação, ela não tem nenhuma impureza, ela é muito direta. Então eu acho que isso é muito forte, mutirão. - A., voluntária da Horta das Corujas

> Ah, essa coisa de união, de você, num momento ali que você compartilha conhecimentos e troca opiniões sobre as coisas. Saber um pouquinho respeitar esse

> espaço, né, que é democrático de você… nem sempre concorda com o que tá sendo feito, mas tentar… aceitar de que não é a sua opinião ali a que vale, mas a do grupo. Enfim, trabalhar pro bem comum… - N., voluntária da Horta da City Lapa.

Essa passagem do individual para o coletivo encontra correspondência não apenas em termos de identidade, mas em relação à totalidade da vida do sujeito. Traz em si uma nova perspectiva da coletividade para além do interesse privado, buscando construir a cidade a partir do interesse público. A produção alimentar na horta se dirige principalmente para o autoconsumo, mas não apenas para si, mas para toda a cidade que pode plantar e colher no espaço, uma vez que é reconhecida como pública. Esse próprio entendimento requer um exercício prático e constante de comunicação das ações para a comunidade, decisões sobre acesso e até de desapego sobre o que se planta no espaço. Reconhecer o que é o "público", quais são suas características e como ele deve ser gerido impulsiona a instituição de práticas baseadas na conveniência entre os humanos e no exercício do uso do espaço de forma aberta, inclusiva e expansiva:

> Eu acho que, quando a gente tá numa horta comunitária, além de todo o conhecimento que você precisa ir adquirindo pra você ter a prática do próprio plantio, o que mais me motiva, mesmo, é aproximação com as pessoas do meu bairro, assim. Hoje… em primeiro lugar, é isso. Tanto é que… eu tenho uma horta na minha casa… o trabalho quase todo que a gente desenvolve na horta é pra que as outras pessoas possam exercer isso aí, né. (...) eu nunca tô sozinho, mesmo quando as ações são mais individuais, assim, eu acho que a gente deixa na cidade, é da cidade e a cidade é de todo mundo. - D., voluntário da Horta Madalena.

> Eu me sentia bem a vontade porque eu tinha certeza do que eu estava fazendo, era super importante, era muito importante, então não era uma coisa só pra mim, não era pra mim, era além de mim, né, isso que eu acho que mais me motiva, né? Se fosse só pra plantar árvore em frente a minha casa, eu mesma plantava, mas é pra fazer uma coisa que é mais importante, né? Importante pra mais gente, pra uma comunidade, então, isso me deixa mais segura, eu falo com bastante convicção, das coisas, e eu acho que é isso que passa uma confiabilidade, né? Do que a gente vai fazer. - R., voluntária da Horta das Flores

O desenvolvimento das ações a partir da perspectiva do público traz segurança para os cidadãos e fortalece sua atuação perante a comunidade, uma vez que não as fazem para si, mas para um coletivo ampliado. Mesmo assim, os atritos existentes com os poderes instituídos os fazem desenvolver uma perspectiva própria do que de fato significa atuar em um espaço público, construindo regras de uso e apropriação dos recursos do território, definindo formas de acesso e

estabelecendo um espaço de decisão política acerca da horta. Nota-se a estruturação da horta enquanto comum, onde a co-atividade dos sujeitos institui um sujeito coletivo, um espaço de produção de uma série de regras próprias para a preservação e ampliação desse espaço na cidade. Os sujeitos passam a existir pela horta e a compor o território, construindo uma comunidade que constantemente se refaz a partir da atividade colaborativa existente:

> No dia a dia a gente tá aqui… quando a gente tá aqui manejando, plantando e cuidando, as pessoas se aproximam e, muitas delas, vem doar mudas, isso que é interessante, né? Porque as pessoas têm mudas dentro de casa e aí, quando vê que tem alguém cuidando num espaço maior, elas vêm e doam: "ah, planta aí"... então é uma relação bastante, assim, na base de troca de mudas. Aí a gente acaba colhendo alguma coisa aqui e dando pras pessoas, né. Às vezes a gente já viu pessoas aqui dentro colhendo, né, da gente… sem ter ninguém aqui, a gente chega e tem alguém do bairro que tá colhendo alguma coisinha ou outra. É uma relação muito na vizinhança mesmo, que passa, olha, se cumprimenta, colhe, troca… - M., voluntário da Roça de Nossa Senhora.

Dessa forma, partindo da vida privada, o sujeito segue seu movimento rumo ao público, ampliando sua potência de agir a partir do encontro e dos afetos de alegria. O que ele encontra, no entanto, é o comum, na medida que não reconhece no Estado a capacidade de gestão efetiva dos recursos da cidade de forma a beneficiar o coletivo maior da população. O que se vê é um Estado privatizado, gerido por interesses corporativistas e que opera a política de forma clientelista e patrimonialista, o que confronta diretamente o desejo cidadão pelo autogoverno do território e pela produção da cidade que se deseja viver. Os cidadãos descobrem e entendem os fluxos, as estruturas e os ritos da máquina pública e passam a interagir politicamente, ora construindo suas próprias noções do que é o espaço público e suas regras de uso e de gestão para salvaguardar a horta de forma pública para toda a população, ora se inserindo e negociando insumos, apoios e a própria permanência da horta no espaço.

O conhecimento da máquina pública possibilita aos cidadãos se inserirem em espaços de participação direta na construção de políticas públicas, uma vez que o diálogo com os poderes instituídos e a definição conjunta de estratégias para ocupação do espaço público constituem-se como ferramentas formativas para o entendimento dos ritos, burocracias e signos da política institucional, instigando os sujeitos a se inserirem em espaços institucionais de participação direta como também a pleitearem cargos eletivos enquanto representantes deste corpo coletivo.

> Puts, é importante participar de políticas públicas, vamos participar de CADES, de CONSEG, do diabo a quatro. No começo eu lembro do pessoal ficava: "ah, o S. é muito puxa saco de político". (...) Não é que eu sou puxa saco, acho que tem que fazer esse papel, não tem jeito. Que que adianta você ficar plantando mil árvores e as

> construtoras tão tirando 5 mil árvores, porra. Né? Então, é trabalho até na Câmara dos Vereadores. "(...) eu tô fazendo esse trabalho (...) de fortalecer outros CADES. Ajudei a eleger nego pra caramba nos outros CADES aí, tá… (…) então tem outros grupos já andando e assim a gente vai... no meu pensamento, que a gente vai conseguir verdejar São Paulo inteiro, né. (...) Porque o cara fica naquele pensamento "ah… puta, num...", talvez seja desculpa furada, "não gosto de política", né. Eu acho assim, se o cara tem engajamento e querer ajudar nossa sociedade, ou seu próximo pelo menos, né, o cara não tem que ficar com esse discurso de "não gosto de política". Você vai bater ali com esses caras e vai ter que enfrentar esses caras, né. - S., voluntário da Horta da Saúde

A participação em conselhos municipais, principalmente o Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz (CADES), é vista como essencial para o desenvolvimento das hortas comunitárias. O CADES é um órgão consultivo e deliberativo em questões referentes à preservação, conservação, defesa, recuperação e melhoria do meio ambiente natural, construído e do trabalho, em todo o território do município de São Paulo. Foi instituído pela Lei nº. 11.426, de 18 de outubro de 1993[27], e disciplinado pela Lei 14.887, de 15 de janeiro de 2009[28], tendo seu funcionamento regulamentado pelo Decreto nº 52.153/2011[29]. O CADES é possui abrangência no município como um todo e possui instâncias regionalizadas por Subprefeitura, sendo estas os principais espaços em que os representantes das hortas comunitárias se inserem para levar suas demandas.

O reconhecimento do espaço do conselho municipal é importante na medida que tensiona a participação popular para uma cidadania ativa, desejante por definir e deliberar sobre aspectos da cidade que impactam diretamente na prática da agricultura. Alguns desses conselhos estavam esvaziados, sem atuação relevante ou até desativados, sofrendo um processo de revitalização a partir do envolvimento de voluntários das hortas e de outros movimentos que possuem a sustentabilidade como pauta central (grupos em prol da instalação de parques municipais, grupos de plantios voluntários e arborização urbana, ativistas pela compostagem entre outros). Outros conselhos municipais que tiveram participação direta de agricultores urbanos são o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMUSAN) e o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Solidário e Sustentável (CMDRSS), ambos responsáveis por, respectivamente, elaborar o Plano Municipal de Segurança Alimentar e

---

[27] LEI MUNICIPAL nº. 11.426, de 18 de outubro de 1993, disponível em http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-11426-de-18-de-outubro-de-1993/detalhe. Acesso em 1/10/2019.
[28] LEI MUNICIPAL nº. 14.887, de 15 de janeiro de 2009, disponível em http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-14887-de-15-de-janeiro-de-2009. Acesso em 1/10/2019.
[29] DECRETO MUNICIPAL nº 52.153/2011, de 28 de Fevereiro de 2011 , disponível em http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-52153-de-28-de-fevereiro-de-2011. Acesso em 1/10/2019.

Nutricional de São Paulo e o Plano Municipal de Agroecologia e Desenvolvimento Rural Solidário e Sustentável, ainda em desenvolvimento.

Graças a essa atuação, que não esteve restrita a reuniões dos conselhos, mas também audiências públicas, articulação com vereadores, secretários e subprefeitos e ações diretas de manifestação, diversas ações destinadas a fomentar a prática agrícola no município foram consideradas nos planos. A própria existência de um conselho municipal destinado a agroecologia e ao desenvolvimento rural se deu graças à reinserção da zona rural no Plano Diretor Estratégico da cidade, fruto da mobilização de diversos sujeitos, dentro dos quais, agricultores urbanos estavam representados. O reconhecimento da importância da ruralidade na formação do território urbano é um marco, uma vez que possibilita a valorização da atividade agrícola por meio da sua multifuncionalidade, tanto para abastecimento alimentar, quanto para contingenciamento da mancha urbana e conservação de áreas verdes no município.

Além disso, a formação de laços de confiança e a potencialização dos sujeitos em um corpo coletivo levou alguns cidadãos a se candidatarem a cargos eletivos no poder legislativo. As mãos que se fazem muitas no mutirão também trazem um senso de unidade ao grupo de agricultores enquanto uma força política e uma matriz discursiva da sustentabilidade e da agricultura que tem sua potência aumentada. A prática agrícola negligenciada ao longo do desenvolvimento urbano no final do século XX surge com um discurso renovado que ressignifica as relações entre campo e cidade reforça os vínculos urbano-rurais. A tarefa da representação desses grupos agricultores na Câmara Municipal e na Assembleia Legislativa a partir de sujeitos que constroem uma vida pública por meio desses discursos e das práticas nas hortas comunitárias assume o papel de considerar a agricultura enquanto fundamental para o desenvolvimento urbano. Como apresenta uma voluntária recém-eleita a um cargo eletivo:

> Meu papel nesses espaços institucionais da política, talvez o principal papel seja ser agricultora. E eu percebo que os agricultores em geral, muitas vezes não tem acesso (...) tem muita gente borboleteando em volta da agricultura urbana, mas sem a vivência e que, quando eu vou pra esses lugares, que são espaços inclusive para os quais os agricultores não são convidados e deveriam; não são ouvidos, os saberes deles não são levados em consideração, e deveriam, eu vou com esse discurso. Sempre eu vou lá e falo, porque eu consigo falar a norma culta, eu consigo acesso a esses espaços, por ser pessoa de classe média e a minha mensagem é sempre assim: vocês precisam ouvir o agricultor. Vocês precisam fazer isso que está sendo desenhado aqui descer até o nível do agricultor. - C., voluntária da Horta das Corujas.

É interessante observar que, apesar da construção discursiva acerca de conceitos como agroecologia, permacultura, sustentabilidade e segurança alimentar e nutricional, é a partir do

exercício prático de atuação na horta comunitária que a legitimidade é construída. O fato de haver uma identificação enquanto agricultor urbano possibilita, para além do discurso, a construção prática do projeto que se deseja para o mundo, baseado na ideologia da agroecologia e do orgânico, como apresentado por Nagib (2016).

É também relevante considerar que o conhecimento da estrutura do Estado e a definição de espaços e momentos estratégicos para influenciar políticas públicas auxilia também na aproximação com pautas diversas de outros movimentos sociais, como a questão de moradia e questões identitárias de forma mais ampla. O reconhecimento de que a construção de um projeto de desenvolvimento alternativo e, até certo ponto, anticapitalista, deve ser construído de forma mais ampla por toda sociedade também se apresenta enquanto uma potência que se amplia e busca a conveniência com outros corpos em movimento:

> Acho que a agroecologia é muito política, mas isso vai extravasando, né, você sente a necessidade de se irmanar com outras lutas, porque é tudo junto. Todas as lutas tão juntas. Feminismo tem que estar junto, LGBT tem que estar junto… todas essas minorias que são maiorias, na verdade, né. O racismo… acho que tem que estar... tudo tem que vim junto, porque, senão, nada muda. A permacultura, ela não pode ficar restrita dentro do clubinho dos branquinhos que vão lá comprar sua terra e ficar lá numa ilhota da fantasia. Gente, isso não vai funcionar. Não é assim. Acho que a gente tem que estar no meio do povo. Por isso que o Largo da Batata é tão simbólico, porque, literalmente aqui você tá no meio do povo. E você tá se irmanando com eles, né. Na hora que a gente senta… que a gente termina o mutirão e senta todo mundo no chão, você se sente, assim, um igual. É muito gostosa essa sensação. - E., voluntária do coletivo Batatas Jardineiras.

É nessa perspectiva que se vê a formação de uma multidão, em que os sujeitos que se envolvem na horta têm sua potência expandida e estabelecem novas conexões com outros agricultores, permacultores e ativistas do município para além do território da horta em que atua e do seu círculo social mais restrito. O reconhecimento da conveniência entre as pessoas para o exercício de suas potências singulares leva à constituição de uma multidão, na medida em que esta permite a cada indivíduo singular levar à coletividade os próprios valores de liberdade para o desenvolvimento de si (NEGRI, 2016). Isso ocorre tanto em relação ao que se pode considerar como "movimento agroecológico" de São Paulo (envolvendo agricultores, consumidores, espaços de comercialização entre outros) quanto em relação a outros movimentos sociais e identitários que disputam narrativas e territórios para a produção da cidade. Os diversos movimentos se unificam e mantém sua singularidade na construção da cidade que se quer a partir da atuação

prática cotidiana dos sujeitos e contrapõem lógicas excludentes, privatistas e especulativas de corporações, empresas e do próprio Poder Público.

Esse processo de constituição da multidão, enquanto um conceito aberto e em permanente movimento, se forma de dois modos: ocorre a partir da relação entre as singularidades (*ser multidão*), e da prática material e coletiva dirigida pela paixão comum (*fazer multidão*), da qual emana o poder instituinte (NEGRI, 2016). É esse incessante e dinâmico processo da ampliação da potência de agir do sujeito coletivo em formação que deseja ativamente, e que resiste contra as forças contrárias que o tentam destruir. O engajamento político a partir da coletividade sugere a germinação da multidão, o início de um processo instituinte que se soma ao conjunto de forças contra hegemônicas que buscam produzir a cidade. A segurança de atuar no espaço público é possibilitada pelo exercício coletivo das liberdades singulares dos sujeitos na construção de acordos e regras de gestão territorial e na manutenção periódica das hortas.

Figura 19. Oficina com moradores em situação de rua na Horta das Flores

Crédito: André Biazoti

Na relação entre as singularidades que formam o *ser multidão*, tem-se novamente a perspectiva das mãos que se tornam muitas, desse corpo político coletivo que é formado a partir da união e da conexão de corpos na ação prática afirmativa. É uma afecção que preenche um corpo de afetos ao perceber que não está só, que vive em sociedade e que tem sua potência

ampliada na medida em que é apoiado por uma comunidade na transformação do mundo pelo exercício do seu desejo:

> Eu me emocionava fazendo o trabalho que eu estava fazendo, assim, que é um lance, que eu estava molhando para um coletivo, entendeu? Pra, pra… servir como alimento saudável para nós próprios mesmo, pro grupo. (...) As pessoas vão lá muito com a intenção de fazer um trabalho solidário, de se ajudar, de colaborar, e é isso que eu busco na vida, assim, hoje. - F., voluntário da Horta das Flores.

Esse apoio ao exercício da liberdade do Outro para a construção de uma sociedade cujos fluxos são controlados pelos cidadãos é essencial para a construção de novas instituições a partir da autonomia dos sujeitos. O ato político do trabalho colaborativo emerge do direito de se autogovernar por meio não do medo, mas da conveniência construída de forma prática:

> Se você tá conseguindo, de alguma forma, re-educar ou educar as pessoas pra isso, existe uma transformação política. Quando as pessoas começam a perceber que essa forma de cultivo, ela pode acontecer e que ela pode se alimentar daquele lugar e que aquele alimento é mais saudável, ela com certeza começa a bater, nos posts dela (nas redes sociais), contra os agrotóxicos liberados a todo momento. Então, de novo, é um ato político. (...) E eu acho que é uma forma muito genuína e bonita de se lutar, sabe. É uma batida no outro que não é uma batida, assim. Você faz o cara enxergar uma nova possibilidade e não é por meio do medo. Não é por um afastamento, é por aproximação. - D., voluntário do Horta Madalena.

> Porque você passa a conhecer um pouquinho de agricultura e quando você conhece um pouquinho de agricultura você pode fazer escolhas, você pode ser independente, você pode ser livre, você pode se rebelar contra a imposição da indústria alimentícia, né. Pode ser uma coisa muito simbólica e pequena, mas isso, na cabeça de quem participa, eu acho que amplia muito essa percepção e essa crítica, né, e pelas coisas pelas quais você vai lutar… quem você vai decidir apoiar… Eu acho que tudo parte daí, de ter uma horta… de soberania alimentar, de como a comunidade deveria se organizar e ter perto de si, né, alimentos locais. - N., voluntária da Horta da City Lapa.

O conhecimento sobre o sistema alimentar a partir de sujeitos que se inserem ativamente nele leva à construção de sua autonomia e a instituição de novos arranjos de produção em que a comunidade se organiza para ter os alimentos perto de si. A expansão da potência dos sujeitos estabelece um novo patamar para a crítica a partir de ideias adequadas, do entendimento da realidade a partir do conhecimento das causas dos acontecimentos em relação ao alimento. Saber mais leva os sujeitos a atuarem mais, assumindo a responsabilidade de suas ações e entendendo que é a partir da sua liberdade que a cidade é continuamente produzida. *Sendo*

multidão é que os sujeitos passam ao afeto decisivo de organizar encontros que os impulsionam a *fazer multidão*, a engajar-se coletivamente na prática instituinte:

> É uma cidade difícil, eu sempre gostei de São Paulo, mas estava cansada. E quando eu cheguei na horta, assim, percebi que as coisas podiam ser diferentes, que a gente podia resolver muitas coisas com as nossas próprias mãos, e se articulando, né? Participando desses movimentos, então, pra mim a visão da cidade antes e agora, é completamente diferente, assim. A cidade é um território que me pertence, e, onde eu posso agir também, né? Está ao meu alcance, tem muita coisa que pode não estar, tá, mas tem, muita, mas muita que está. Transformar os espaços, em espaços que estejam mais próximos da minha utopia, é possível. E tem muita gente que está nessa mesma vibração, então, a gente consegue fazer alguns pequenos milagres assim, e que esses milagres inspirem outras pessoas a fazer os seus próprios, né? - M., voluntária da Horta do CCSP

É partir da prática social que a cidade é ativamente produzida pelos cidadãos, da mesma forma que esses próprios cidadãos são fruto dessa produção. O sujeito se faz horta, se faz cidade, se faz multidão. É por meio da prática contínua de constituição da multidão no projeto coletivo da horta que é reconhecido seu caráter político e tido como real e legítimo, uma vez que surge da liberdade, do desejo e da potência do ser coletivo que se institui:

> Eu acho que é A política, né. Do jeito que a gente acredita, que é a política não do falar, mas do fazer, né, do materializar o desejo das pessoas. Então, eu acho que essa é a política que... não desmerecendo todas as outras formas de fazer política, mas é com a que eu me identifico, que é a cidade feita pelas pessoas, né. É parar de reclamar "ah, porque a Prefeitura, o governo..." e você vai lá e faz. "Ah, porque não cuida desse...", você vai lá e cuida. Então, esse não esperar ninguém e fazer é muito transformador, e é muito agregador e é muito potente. Então, é a política que eu acredito. E a… assim, não importa quem esteja no poder, não considero nem mais o que que é esse poder, né, eu acho que isso aqui é que é o poder, sabe, quando as pessoas percebem que elas são o poder, quando elas se juntam. Então, eu acho que é muito, muito forte. Não importa quem que tá ali naquela cadeira, sabe? A gente vai, a gente vai, a gente vai e tamo aqui. - A., voluntária da Horta das Corujas.

O duplo movimento da multidão se estabelece: a busca por unidade comum e a heterogeneidade das singularidades em movimento. A união se dá a partir da construção conjunta no território ao longo do exercício de negociação e de gestão dos recursos comuns, possibilitando a instituição de regras, acordos e princípios. A diversidade e a autonomia dos sujeitos, no entanto, se mantêm e são estimuladas, no reconhecimento de que é coletivamente que é garantida a liberdade do exercício da potência do Outro:

> Eu acho que todo mundo procura respeitar a autonomia do outro, a gente procura ter uma escuta, todo mundo pode falar, tentar dar a voz pra quem fala menos, pra quem, às vezes… nem todo mundo tem o mesmo conhecimento, né, então a gente tem que ter essa escuta aí. E também não pressurizar as pessoas que estão como voluntários, assim. (...). E a resposta quando você faz essa organização sem essa pressão é muito boa (...) Não é… como eu vou te dizer, não é aquela coisa perfeitinha como se tivesse um feitor ali dando as chicotadas, mas eu acho que, a longo prazo, é muito mais prazeroso e duradouro, porque o envolvimento das pessoas não é baseado em cobranças, em culpa. É baseado no prazer de estar ali ajudando. É muito… eu acho que a gente subestima o quanto de bem te faz fazer algo pelos outros. A gente acha que somos movidos só por princípios egoístas, né, o capitalismo é montado nessa lógica de que "ah, vai dar certo porque cada um vai fazer o melhor de si pra ter o melhor pra si", não, não é verdade. A gente tem esse lado, mas a gente tem um lado pouco apreciado de o quanto é bom fazer pelos outros. Isso é muito, muito bacana, assim. - E., voluntária do coletivo Batatas Jardineiras.

No entanto, é possível reconhecer que a formação da multidão se inicia para além do território direto da horta, envolvendo sujeitos de uma rede ampliada cuja atuação prática se dá em outros locais da cidade, mas visando um mesmo princípio comum de promover a agroecologia enquanto paradigma central para as mudanças no sistema alimentar. Agricultores urbanos com práticas das mais diversas tipologias se integram a esse corpo coletivo a partir de encontros esporádicos, para além de mutirões, trocando experiências de cultivo, desenvolvendo arranjos de comercialização e se articulando politicamente a partir das práticas existentes na cidade. Não se pode afirmar que todos os agricultores da cidade se envolvem e se conectam dessa forma, formando uma totalidade plenamente articulada. Reconhece-se a diversidade, os privilégios de certos grupos e os conflitos inerentes que existem, daí que o coletivo não se homogeneíza, mas se reconhece na diferença, se fortalece na diferença e amplia sua potência a partir dessas diferenças.

A relação que se forma entre certos agricultores de diversas tipologias de horta, dispersos espacialmente nos territórios da cidade (entre periferias e o centro), em encontros organizados de forma a fomentar essa troca, possibilita a construção de uma unidade política comum, um movimento de formação de um corpo político coletivo que luta pelo desenvolvimento de políticas públicas para agricultura na cidade. Daí a possibilidade de sugerir a formação de uma *nano-multidão hortelã*, cujo princípio de desenvolvimento da agroecologia em São Paulo se fortalece no encontro e na construção conjunta da cidade a partir de sua produção agrícola e do alimento.

O duplo movimento da multidão também implica no desenvolvimento das singularidades de cada agricultor em seu processo de constituição. O fazer político no incessante processo de constituição da multidão potencializa os sujeitos a agir em suas localidades,

ampliando sua capacidade de afetar e ser afeto e impulsionando-os a desenvolver ações que previamente não seriam concebidas senão coletivamente. A abertura da Feira Orgânica do bairro da Vila Mariana é um exemplo claro da potência ampliada a partir da horta comunitária da Saúde, do encontro entre voluntários da horta e outros agricultores e da articulação política para promover a abertura de um espaço de comercialização dos agricultores do município. A conveniência entre os humanos, no reconhecimento de que a multidão possibilita o benefício mútuo de diversas singularidades na realização da sua potência, fortalece o vínculo entre eles na luta política pela produção da cidade e pelo exercício de seus direitos.

É na constituição da multidão que os voluntários se tornam cidadãos que reconhecem a atuação na horta como uma forma de luta por direitos sociais:

> (...) você perceber que você tem direito a essa cidade, tipo, essa cidade é sua, espaço público é seu, e a gente pode também escolher como usar, não é só a Prefeitura que tem responsabilidade de cuidar e também não são só eles que podem tomar decisão sozinhos, então a partir daí o jogo político muda completamente, né? Porque, eles também não estão acostumados com essa postura ativa do cidadão de reivindicar o espaço, de cobrar o serviço, enfim, de propor coisas novas, rola muito esse estranhamento assim, né? - M., voluntária da Horta do CCSP

Descobre-se a cidade e descobre-se a própria política na ampliação das potências rumo à multidão. Assim, a formação política desses sujeitos encontra seu último aspecto: o reconhecimento e a luta por direitos sociais, de forma a institucionalizar sua prática na perspectiva do autogoverno. Produzir o próprio alimento evoca o conceito de soberania alimentar, construído por movimentos sociais, em especial a Via Campesina, em que não basta a defesa da segurança alimentar e nutricional para a garantia do combate à desnutrição e fome, mas é necessário reconhecer a autonomia dos povos na autodeterminação de seus sistemas alimentares culturalmente embasados. A produção do alimento envolve técnicas de manejo do solo e da paisagem culturalmente imbricados na identidade das pessoas, fortalecendo comunidades e suas formas de gestão do território.

Os voluntários das hortas comunitárias reconhecem a importância da autonomia nesse processo, em que o exercício da agricultura se vincula diretamente à gestão territorial, apesar de não produzirem a totalidade de alimentos para seu sustento.

> Porque a gente como seres cidadãos, como seres que habitam o planeta Terra, a gente tem o direito de produzir nosso próprio alimento e não precisar comprar tudo do supermercado, né, ficar… eu acho que isso faz com que seja um ato político, plantar nosso próprio alimento é um direito humano e… que traz um benefício humano pra quem tá fazendo isso. Não só pra quem tá fazendo, como pra toda a vizinhança, toda a

> comunidade. Então acho que sim, é um ato político. - M., voluntário da Roça de Nossa Senhora.

A política se faz na medida que se entende que atuar em uma horta comunitária não é apenas uma prática localizada, mas um direito constitucional legítimo de reprodução da vida social. A vinculação da prática ao Direito Humano à Alimentação Adequada, presente na Constituição Federal de 1988 desde 2010 por meio da Emenda Constitucional n. 64/2010 (BRASIL, 2010), legitima a autonomia dos cidadãos na construção do seu sistema alimentar, além de assegurar a exigência do Estado em promover alimentação em quantidade e qualidade necessárias para a população. O reconhecimento desse direito pelos sujeitos os insere em uma luta mais ampla pela cidadania no processo brasileiro de democratização, levando-os inclusive a reconhecer os espaços institucionais de participação popular enquanto legítimos e importantes para assegurar o avanço das políticas públicas.

Ao mesmo tempo, não só os voluntários diretamente vinculados às hortas são impulsionados para a atuação política, mas a própria horta se insere no território urbano enquanto um palco de disputa política de diferentes visões de mundo. Uma horta no espaço urbano incomoda na medida que atrai o diferente para uma comunidade territorialmente estabelecida (traz pessoas de outros bairros para atuarem em um bairro específico que pode ter uma comunidade já estabelecida) e implica na aproximação Humano-Natureza em meio à cidade que constantemente expulsa, destrói e controla a Natureza em seu interior. Mesmo assim, a horta emerge como um espaço democrático, pois traz ao espaço público a discussão sobre a cidade e suas formas de apropriação e produção, instigando um diálogo e a atuação política:

> Aí, num dia em que a gente fez uma festa, acho que de 2 anos, apareceu também uma pessoa da rua e leu um manifesto na horta. (...) manifesto do porquê que ela era contra, que ali não era lugar pra horta, que, pra fazer horta, tinha que saber cultivar, tinha que saber o que que tem que plantar, perto do que, que tinha que saber a época certa de podar, que tinha que saber que tipo de planta com o nível… com o Sol, de acordo com o Sol… Olha, umas coisas (...) e que aquele não era o modelo de horta, que a gente não sabia fazer horta, né, porque horta tinha que ser com canteirinhos, tal né, e o que a gente fazia era uma bagunça (...) Bom, muitos argumentos, né (risos)... mas ela leu e entregou ainda pra cada um dos participantes. - N., voluntária da Horta da City Lapa.

Não são técnicos planejadores, tampouco políticos profissionais e agentes estatais, mas os próprios cidadãos reivindicando espaços ociosos da cidade e tomando parte em sua produção e gestão. As hortas se colocam no espaço público como locais de resistência frente ao poder urbano, evocando alternativas que contrapõem discursos hegemônicos de cidade construídos por grupos que detém o poder. Daí seu caráter de luta pela cidadania, de instituição de formas de

gestão a partir da potência de quem de fato vive a cidade e usa seus recursos. Para além de uma elite que vê a cidade por seus automóveis e condomínios, a partir de uma lógica capitalista e liberal e de uma política clientelista de apropriação privada do público, são cidadãos construindo uma esfera do comum, a partir da prática social de uso do território urbano e de uma política que ganha legitimidade na constituição da multidão em sua potência de realização das liberdades singulares.

3.6. Hortas urbanas enquanto comum: conflitos e diálogos com o Poder.

(...) essa exigência de democracia direta não pode ser negligenciada: ela abre para a possibilidade de instituir, em escala local, serviços comuns que poderiam formar uma rede e, envolvendo a população na construção das políticas, recuperar o sentido da cidadania política e social.
Pierre Dardot e Christian Laval (2016, p.554)

A instituição do comum pelos grupos que atuam em hortas comunitárias, no entanto, não surge sem suscitar conflitos no que diz respeito à gestão do espaço público da cidade. Nem sempre a relação com o poder instituído trouxe avanços para o desenvolvimento da agricultura no município. As hortas comunitárias enfrentam constantes inseguranças sobre sua permanência nos espaços públicos, onde muitas delas possuem apenas uma autorização informal e opinião pública a seu favor. Não foram poucos os casos de hortas destruídas ou ameaçadas pela ação estatal, o que traz a reivindicação desses sujeitos para além da defesa do público. O que se percebe é um tensionamento constante entre os interesses comunitários, representados tanto pelo coletivo de voluntários quanto por associações locais, e os interesses estatais, que alternam a cada nova gestão municipal e que pouco consolida uma ação estruturante para a promoção da agricultura no território, apesar de haver aparato legal e estrutura técnica para tal.

Observando os conflitos gerados entre coletivos de voluntários e poder público local, é possível evidenciar o embate entre o comum e a gestão pública. O comum se expressa fortemente na contestação à regra da propriedade privada, vendo os recursos naturais locais como sendo de todos e passíveis de serem manejados de forma colaborativa, sem a necessidade de intervenção estatal. Trata-se de uma lógica de pertencimento a todos a partir não da propriedade, mas do valor de uso dos bens existentes no território. Essa lógica inclui também a contestação à propriedade pública e sob o controle do Estado, uma vez que os poderes econômicos e midiáticos invadem a esfera pública e a monopoliza de acordo com seus interesses, enfraquecendo o papel das estruturas governamentais representativas e privatizando o interesse público (HARDT, NEGRI, 2014).

Esse jogo entre público, privado e comum oferece uma importante perspectiva se analisado sob a narrativa de coexistência, do compartilhamento na gestão e da convivência no espaço urbano. Essa perspectiva, nota-se, aparece ligada também a outras formas de iniciativas no município de São Paulo, o que contribui para compreender as hortas não como ações isoladas, mas como pontos dentro um entremear de ações que têm como espaço as áreas públicas e como bandeira a ideia da cocriação, do convívio e do comum. Para tanto, é necessário observar as

formas em que se dá a relação entre os coletivos atuantes nas hortas e o poder público instituído, no caso, a Prefeitura Municipal.

É interessante observar o papel que é atribuído pelos voluntários das hortas à Prefeitura Municipal. Há certa expectativa de apoio, uma vez que os voluntários entendem promover a horta comunitária enquanto um espaço verde qualificado para o conjunto do município, promovendo educação ambiental, segurança alimentar e nutricional e aprendizado político. No entanto, a Prefeitura Municipal pouco ou nada colabora com as iniciativas, suscitando conflitos principalmente em relação à manutenção dos espaços (capina e roçado), à gestão geral das praças e à regularização das atividades do ponto de vista jurídico.

Apesar da existência do Programa de Agricultura Urbana e Periurbana da cidade de São Paulo (PROAURP), não há estrutura pública para o atendimento de hortas comunitárias, na medida em que toda prioridade das ações municipais que dizem respeito à agricultura é dada às iniciativas de produção que visam a comercialização e o abastecimento da cidade. As experiências comunitárias voltadas ao autoconsumo permanecem invisibilizadas da ação pública e não possuem reconhecimento de sua existência, salvo poucas exceções.

Há uma longa discussão sobre o estabelecimento de um instrumento jurídico para isso, uma vez que diversas experiências apresentaram dificuldades ao desenvolver o Termo de Cooperação, instrumento utilizado normalmente para "adoção de praças" pela iniciativa privada. As dificuldades observadas se referem a exigências burocráticas apresentadas pelas Subprefeituras, receio de assumir responsabilidades irrestritas por parte dos voluntários, rotatividade dos voluntários que integram os coletivos das hortas, má vontade e desconhecimento da legislação por parte de funcionários públicos e articulação política frágil dos coletivos. Algumas dessas dificuldades evocam um estranhamento do Poder Público ao lidar com iniciativas cidadãs informais:

> A gente era um grupo de pessoas, não fazia parte de nenhuma instituição, nenhuma ONG, e isso foi muito louco, né, porque era claramente uma disputa, um conflito entre o século vinte e um e o século dezenove ali... 'como assim, vocês não têm CNPJ? O que é isso? Vocês são um movimento cidadão?' - G., voluntário da Horta do CCSP.

A desconfiança do Poder Público com tais iniciativas se dá, em partes, pelo próprio processo de redemocratização do país e pelos conflitos inerentes que a participação popular instiga aos poderes instituídos. Não é trivial a participação cidadã na política de forma ativa e tampouco os espaços existentes para que essa participação se dê de forma complementar a atuação estatal, o que é percebido na prática pelos voluntários:

> Acho que a Prefeitura, o Poder Público tá engatinhando, assim, nesse acolhimento do cidadão. Eles não têm nenhum preparo pra isso, nenhum. - E., voluntária do coletivo Batatas Jardineiras.

Os coletivos das hortas mantêm diálogos com as Subprefeituras e com a Prefeitura Municipal de forma mais ampla, mas pouco conseguem extrapolar tais dificuldades de reconhecimento da prática no território, assim como pouco conseguem se inserir nas dinâmicas de gestão local do Poder Público. Apesar de haver avanços nesse diálogo, principalmente sob a perspectiva instituinte que as iniciativas apresentam ao tentarem contornar esses impedimentos e ao construírem sua legitimidade junto à comunidade local, tais dificuldades geram inseguranças em relação à permanência das experiências no tempo:

> (...) caiu no meu colo pra eu tornar oficial o espaço. O pessoal falou 'S., a gente tá plantando, suando pra caramba, amanhã a Prefeitura vem aqui, (a gente) sai daqui… como é que fica?'. Então, vou na Prefeitura pra conseguir autorização. (...) eles realmente não sabiam, isso não existia na jurisprudência. As primeiras tão pintando agora, né. Espaços abertos aí. O Jabaquara já nasceu com essa jurisprudência, a Prefeita assinou (...) Documentado e tal, de que o cara vai poder ficar usando lá sem ter incerteza de que a Prefeitura vai tirar, tá. - S., voluntário da Horta da Saúde.

Mesmo com a assinatura de um Termo de Cooperação ou de documento similar, muitos voluntários demonstram ainda preocupação com a segurança jurídica e permanência no território, chegando, inclusive, a assumir uma postura mais combativa em relação a isso. A própria fragilidade do documento, uma vez que pode ser rescindido a qualquer momento por alguma das partes, é visto com desconfiança dos voluntários, levando à negação do instrumento proposto e à decisão por apoiar-se na legitimação social. A excessiva responsabilização decorrente de firmar um termo com a Prefeitura Municipal é um dos principais questionamentos realizados, uma vez que é vista como uma estratégia do Poder Público de se eximir de sua própria responsabilidade e culpabilizar os cidadãos pela má gestão do espaço público:

> (...) todo mundo foi unânime, assim, em dizer que não. Que teria que formar uma associação ou colocar em nome, CPF de pessoa física, e seria no meu (...). E aí eu comecei a avaliar as implicações que isso tinha. Primeiro, você tem que ter um projeto, né, você tem que provar de onde vem o recurso pra você fazer aquelas intervenções que você pretende, tem que ter um cronograma… é todo um trabalho, né, burocrático e técnico que eu não tava afim de empenhar, sabe, e ninguém tava. Porque o lugar é pequeno, é uma intervenção simples, porque a gente não destruiu nada, a gente não construiu nada… a gente simplesmente trocou braquiária por um pezinho de manjericão cravo, trocou braquiária por… não fez nada. Então, a gente achou que não era o caso… e as implicações disso são, assim, se alguém chegar lá e cortar o pé de

> guajaí que tem lá, que já tinha, quem é multado? Eu ou quem tem o CNPJ. Então, tinha mais implicações negativas do que positivas, então pra que? Então, a gente vai continuar cuidando e, se não puder, então que apresente um projeto melhor, porque a gente vai continuar cuidando. - N., voluntária da Horta City Lapa.

> (...) Na horta é a mesma coisa. Você se preocupa muito mais em fazer aquela coisa andar, mas esquece de várias de regras de desoneração de responsabilidade. Então, por exemplo, quando eu comecei a ir atrás de oficializar aquele espaço, eu fiz… fizeram um documento, com a própria Prefeitura… aí eu li aquilo lá, cara, dava medo. Porque o S. é responsável se der dengue. O S. é responsável por… caraca (risos). Eu falei, "meu, eu só quero ajudar o bairro". - S., voluntário da Horta da Saúde.

O desejo por "ajudar o bairro" e "cuidar da cidade" é visto como natural, um exercício de liberdade, um impulso da potência por maior qualidade de vida no território. Esse desejo se choca diretamente com a burocracia estatal e sua necessidade de ordenamento que restringe a atuação cidadã na medida que exige dela uma filiação, negando sua espontaneidade. O afastamento do cidadão e a restrição de sua atuação no espaço público o faz buscar caminhos alternativos que escapam ao controle governamental e o impulsiona a tomar para si, juntamente com a comunidade que o legitima, a gestão do território a partir de uma prática que se institui. A atuação permanece, portanto, à revelia da Prefeitura Municipal que, quando busca atuar nas praças e espaços onde há um coletivo cuidando, confronta-se com uma forma própria de gestão do território assumida pela comunidade.

A existência de uma política pública específica para agricultura urbana e seu desconhecimento pelos poderes locais que dialogam diretamente com as demandas sociais dos territórios traz à tona considerações acerca do conflito entre o poder instituído e o poder instituinte. A mera existência de políticas públicas pouco auxilia a consolidar práticas existentes no território que são objeto direto da ação do Estado. O que se vê na atuação das hortas comunitárias é justamente um movimento oposto, em que iniciativas sociais instituem formas de gestão do espaço que complementam, fortalecem ou criam políticas públicas que legitimam tais experiências.

A ausência de reconhecimento e de apoio para as experiências de hortas comunitárias e as exigências feitas para efetivar sua regularização no espaço público faz os coletivos adotarem um caminho autônomo, em que não se espera e tampouco se deseja a atuação da Prefeitura Municipal nos moldes em que é comumente realizada. Sobre o papel que a Prefeitura tem na gestão das hortas, os voluntários são categóricos:

> Nesses últimos tempos assim, a gente chegou à conclusão de que o melhor para o nosso trabalho ali no Largo da Batata é que a prefeitura esqueça que a gente existe. Embora essa seja situação também de extrema insegurança, mas tem dado mais certo assim do que quando a gente tá no radar deles, então é isso, não atrapalhar. - M., voluntária do coletivo Batatas Jardineiras.

> A Prefeitura tem o papel importantíssimo que é não atrapalhar (risos). Ela...não, agora falando sério, é um papel de respeito. (...) Então, eles não entram lá. Do passado a gente não conseguia dar conta da horta inteira, então, muitas vezes, quando iam roçar a praça, eles entravam com resultados horríveis, que era estragar um monte de planta. Agora a gente toma o máximo cuidado pra horta não ficar tomada de mato. - C., voluntária da Horta das Corujas.

Criar uma relação a partir da prática concreta de manutenção da horta em espaços públicos com a Prefeitura Municipal é um dos resultados da constituição política dos cidadãos formados nesse processo. Pactuar o exercício da capina realizada em praças para evitar a destruição de plantas da horta; negociar insumos, mesmo que muito pouco; conseguir o cercamento da horta ou acesso à chave do portão pelo coletivo são alguns exemplos de conquistas realizadas por voluntários por meio de relações que conseguiram construir com funcionários, técnicos e até com secretários da Prefeitura Municipal. O próprio impedimento ao trabalho de gestão e conservação de praças pelas Subprefeituras, em um entendimento de que a própria comunidade consegue realizar a gestão da área de uma forma mais qualificada e atendendo aos anseios de uma cidade que se deseja, é uma forma de instituir práticas territoriais a partir de quem, de fato, utiliza os recursos cotidianamente.

O exercício da cidadania, assim, é perigoso, no sentido de construir uma relação de substituição da tarefa do Estado por um trabalho voluntário, fragilizando a estrutura pública e deixando-a à mercê do mercado e de práticas privatistas. É um risco que se corre, na medida em que a própria ação pública é impeditiva e restringe a atuação cidadã. Porém, é importante que se considere que não se trata apenas de uma substituição do Estado, mas antes um tensionamento para que a própria ação governamental seja controlada, fiscalizada e definida socialmente:

> Teve que se impor, porque não teve muita saída, por isso que eu acho legal esse trabalho, porque você acaba forçando eles a fazer um trabalho que não fazem, né? Se deixar, o terreno estaria até hoje lá, degradado, né? E se você ver, durante esses dois ou três anos de mutirão, quanta gente foi lá, e quantas escolas, entendeu? Que trabalho lindo, que não poderia ser feito, porque, algum cara lá, ficou bravo e trancou o portão, falou, 'ninguém vai brincar aqui no meu jardim, né?', sendo que não é nada dele... - F., voluntário da Horta das Flores.

A participação em conselhos municipais e o desejo pela responsabilização compartilhada do espaço reforça o desenvolvimento da cidadania para construção de políticas públicas, ao invés de meramente o acesso à horta por um pequeno grupo. O engajamento dos sujeitos ao construir uma relação com o Poder Público local e demandar ações específicas para a manutenção de áreas públicas, além de possibilitar seu acesso pela comunidade de forma mais ampliada, fortalece a luta pelo direito à cidade e constrói caminhos burocráticos para os cidadãos em geral proporem intervenções similares.

Observa-se, inclusive, que o aprendizado político não se restringe aos cidadãos voluntários em hortas comunitárias, mas também se aplica a técnicos da Prefeitura Municipal que buscam auxiliar nesse processo de instituição das práticas de gestão territoriais dos grupos comunitários e de reconhecimento das experiências existentes:

> Até… alguns funcionários ficaram sendo, assim, nossos aliados em muitos momentos, defendendo, junto ao Poder Público, os nossos… as nossas demandas, né. Então, isso foi muito bacana. Acho que foi muito transformador pra muita gente, assim, do Poder Público também. - A., voluntária da Horta das Corujas.

> Acho que além de política pública, mano, acho que tem que ter uns caras lá dentro que acreditam no bagulho, porque, nossa, cara, ou a gente tem que ter uma comunidade muito bem organizada, muito bem politizada para chegar e cobrar dos caras, e mesmo assim, a gente precisa de uma Prefeitura que está afim de fazer isso, né? - P., agricultor e voluntário da Horta das Flores.

Apesar dos avanços nas formas locais de envolvimento e organização política, as hortas comunitárias pouco conseguem modificar a cultura política instituída, reforçando relações clientelistas baseadas no contato pessoal com pessoas dentro da máquina pública que auxiliam o andamento de certos processos de forma personalista. A ausência de um documento específico e de um claro processo burocrático para instituição e reconhecimento das hortas comunitárias faz com que a autorização do Poder Público, mesmo que informal, seja dada de acordo com o grau de articulação política no território do coletivo proponente e com o desejo pessoal do funcionário público que recebe a demanda. Isso reforça injustiças sociais, dificulta o envolvimento cidadão e restringe a política pública de acordo com os interesses de grupos específicos que exercem seu poder político e econômico no território.

Cada horta busca articular-se diretamente com a Subprefeitura do distrito em que está, uma vez que ela é responsável pela manutenção das áreas verdes e ajardinadas dos bairros, considerando as praças e espaços em que as hortas estão instaladas. É nessa relação em que a política clientelista se mantém, por meio de favores e auxílios pautados na pessoa dos líderes das

hortas e dos técnicos das Subprefeituras, garantindo certo "respeito mútuo" que garante a permanência da horta e o atendimento a solicitações pontuais. É nessa esfera em que os diálogos com as equipes técnicas de capina e roçada das áreas ajardinadas possibilitam acordos para evitar a destruição de plantas e garantir podas de árvores, independente da equipe estar vinculada diretamente com a Subprefeitura ou se é de alguma empresa terceirizada. Essa relação com os poderes locais também leva algumas hortas a estabelecerem contatos com vereadores em busca de apoio. Manter esse diálogo aberto com as Subprefeituras e os vereadores é visto como uma das formas de garantir a permanência no território e conseguir apoio político quando necessário. Nesse sentido, essa relação localizada faz com que cada horta busque para si o benefício direto da articulação política.

Ao mesmo tempo em que se estabelece essa relação mais localizada e individual de cada horta, há também um esforço constante em dialogar com outras secretarias da Prefeitura Municipal, buscando a estruturação de uma política pública apropriada para agricultura urbana no município. A relação local, conforme os entrevistados, possui as suas vantagens em termos de diálogo direto e obtenção de recursos, mas também possui limitações, como o reconhecimento formal das hortas, que apenas na construção de políticas públicas conseguem ser transpostas. É aí que o envolvimento em conselhos municipais e a articulação entre os agricultores do município, de forma mais ampla, passa a ser relevante na atuação dos grupos, deixando a política clientelista e passando a reforçar a atuação estatal para a garantia de apoio público para as hortas.

Apesar das forças contrárias que constantemente buscam restringir a ação e impedir a existência das hortas no território, os coletivos resistem e assumem suas responsabilidades na construção do comum, buscando frestas para instituir novas formas de gestão que se contrapõem a estrutura engessada e privatista do Estado:

> Porque a gente começa a ver as estruturas e a gente vê como é tudo corrompido, muito corrompido. A gente vem com toda nossa pureza, nosso humor, nosso… e encontramos paredes, muros, empecilhos de todos os graus, né. Então, assim, é uma realidade que a gente não quer nem olhar, mas ela existe e a gente precisa olhar, então eu sinto… que a gente tá, como eu falo, se infiltrando nesses espaços e que esses espaços precisam ser infiltrados a cada dia (...) se a gente não faz isso, nada vai ser feito. Então, é uma… eu sinto uma responsabilidade. Não é que… não é uma coisa que eu goste de fazer, assim, mas eu sinto que eu preciso fazer. Não eu, né, todos nós. - A., voluntária da Horta das Corujas.

Não é apenas o Estado que resiste à participação cidadã na gestão territorial, mas a própria comunidade, por meio de instituições sociais e de manifestações localizadas por parte de certos moradores, que interferem, questionam e até impedem a implantação de hortas

comunitárias em determinadas localidades. Associações de bairro e sociedades de amigos do bairro (SABs), instituições criadas, de forma geral, nas décadas de 1970 e 1980 para organizar as demandas sociais a partir da perspectiva da moradia e da reprodução da vida social, também se inserem politicamente nas discussões acerca da constituição das hortas comunitárias, seja no intuito de contribuir na oficialização dessas iniciativas no território ou para contestá-las, exercendo também seu poder político a partir de suas noções próprias do território, de sua organização e de sua gestão:

> (...) quando saiu no jornal, eu fiquei… eu chorei muito, fiquei mal pra caramba, porque você fica pensando… é uma coisa que você acha que a gente tá fazendo e é legal e que as pessoas vão gostar e aproveitar e usufruir disso, de repente as pessoas têm argumentos que eu não entendo, né, o porquê… que uma coisa que era ruim ficar melhor, por que? Só pelo fato de ter tirado o lixo, que ninguém percebia, ninguém notava e ninguém reclamava, porque as pessoas andam de carro, né... passavam ali e não tava na sua porta. (...) Então, nunca ninguém se incomodou, e eu ficava me perguntando por que? A partir do momento em que a gente colocou uma placa "horta comunitária", por que que, a partir disso, as pessoas começaram a se incomodar? - N., voluntária da Horta City Lapa.

A existência de instituições sociais no território pode contribuir ou dificultar a legitimação social das hortas comunitárias e a potência democrática desses espaços é desafiada na medida em como se resiste a tais forças contrárias. Perseverar frente aos impedimentos e medir forças com tais poderes instituídos dá sugestões do quanto a potência da multidão hortelã em constituição se expandiu e se expande ao longo desse processo. O pertencimento ao território, o reconhecimento do direito à cidade e o fortalecimento da comunidade de apoio à iniciativa dá indícios dessa potência ampliada que é reconhecida como instituinte e ganha força política:

> Então, é isso, de que a obrigação não é do morador da comunidade, que a obrigação é da Prefeitura, que a gente devia cobrar a Prefeitura… assim, então, o que a gente achou é o seguinte: a gente tá desonerando a Prefeitura de cuidar desse espaço e vamos continuar cuidando até o dia em que falar "não, não pode". Mas aí, como não pode? Eu não posso vir aqui e por água numa coisa? Eu não posso vir aqui e ficar sentada aqui? Eu não posso vir aqui e tirar o lixo daqui? Chama a polícia pra dizer que eu não posso fazer isso. - N., voluntária da Horta City Lapa.

Os conflitos comunitários ocorrem na medida em que os desejos diversos das pessoas sobre a cidade em produção e suas perspectivas sobre o envolvimento cidadão e legitimidade de ação na política são questionados, abrindo um espaço para o enfrentamento ou para o diálogo. A postura dos sujeitos das hortas sugere um direcionamento ao diálogo e à pactuação, mas

confronta-se em muitos casos com enfrentamento público e ação destrutiva por parte de moradores de bairro. Nesses casos, a Prefeitura pode cumprir um papel mediador, variando de acordo com os interesses políticos existentes no território, ou pode cumprir um papel restritivo, impedindo a realização da horta e cerceando a participação popular por meio de entraves burocráticos e jurídicos.

Há, no entanto, também experiências em que a comunidade de entorno se apropria desses espaços de cultivo e se soma ao coletivo proponente da horta para garantir sua permanência no espaço.

> Na primeira intervenção do Roça de Rua… foi um plantio de caixa d'água, né, numa rotatória, que é um espaço de… da rua, né. A gente fez essa intervenção e a gente foi abordado pela polícia dizendo que a gente não podia, dizendo que a gente não tinha liberação pra fazer e foi um inconveniente, mas eles não impediram a gente de fazer, eles ficaram só ali enchendo o saco, tipo, de olho pra ver se a gente não ia fazer nada de errado, mas a gente tava realmente só plantando e criando uma coisa nova na cidade. (...) foi muito interessante, depois um dos… ficou lá e aí a Prefeitura foi retirar a caixa d'água, a caixa d'água-vaso, e uma senhora, que é líder comunitária do bairro, líder do bairro, ela foi lá e impediu a Prefeitura de levar, ela foi lá e ela falou "não, vocês não vão levar, porque aqui tem milho, aqui tem um tomatinho, tem o manjericão que minha neta plantou", porque ela empoderou-se daquele vaso. - M., integrante do coletivo Roça de Rua.

Nas diversas situações de conflito, são projetos de cidade que divergem a partir da ação prática no território e que são colocados em disputa. As hortas comunitárias apresentam uma perspectiva contra-hegemônica na medida em que inserem novos sujeitos na política local sob uma perspectiva do comum na gestão dos recursos. Não se objetiva deter a propriedade do espaço urbano para fins privados, mas antes expropriar esse espaço da estrutura pública estatal de forma a garantir seu uso e sua gestão por uma coletividade autogerida, retomando a produção da cidade a partir das decisões diretas dos cidadãos e de sua atuação prática. O confronto se dá justamente entre o coletivo que se amplia em multidão, ávido por instituir suas próprias regras de gestão do espaço para o benefício da comunidade, e a Prefeitura em seu caráter centralizador que perpetua a lógica hegemônica de desenvolvimento urbano a partir do valor de mercado das terras e da relação econômica com grupos empresariais:

> Você percebe que ele (o Subprefeito) chamou atenção mais pelo poder assim, de dizer que o terreno é deles e na verdade não é, entendeu? O terreno é público, é nosso, de todo mundo. Então eles tomam o papel de dono (...) - F., voluntário da Horta das Flores

> A gente tende a delegar pro Estado todas as terras, a gente fala que as terras são da União. A cidade, a gente acha que a cidade é propriedade da Prefeitura, não é! A Prefeitura é uma gestora. A cidade é nossa propriedade e a horta comunitária faz a gente não esquecer disso. - C., voluntária da Horta das Corujas.

> Esse é um lugar que eu ajudei a criar, né? Então é engraçado isso, que esse lugar não é meu, essa terra não é minha, mas ela é, eu fiz essa terra aqui também, então tipo é muito mais (...) minha essa terra hoje do que é do Centro Cultural, né, muito mais nossa, das pessoas que ajudaram a cultivar. - M., voluntária da Horta do CCSP.

A perspectiva que as hortas comunitárias apresentam é uma noção de pertencer à terra e ter a legitimidade de sua gestão a partir do seu valor de uso. A atuação dos grupos melhora a qualidade ambiental, social e cultural do espaço público, transformando as relações dos cidadãos com a cidade a partir de encontros que ampliam sua potência de ação e os instiga a se coletivizar e se organizar politicamente. O que ocorre na cidade passa a ter um controle social exercido pelos cidadãos que veem o espaço público como um território que lhes pertence, valorizando outras perspectivas até então negligenciadas.

> No caso específico da Horta das Corujas, mas eu acho que acontece em outros lugares, a gente qualifica esse espaço de tal forma, que eles se tornam, de direito e de fato, áreas de proteção ambiental dentro da cidade. (...) hoje em dia, se alguém passar em cima de trator da horta, está cometendo um crime ambiental. A gente tem três nascentes lá, a gente tem um santuário de abelhas sem ferrão protegidas, que são animais protegidos pela lei, então aquele já é um lugar protegido pela lei, né? Então, isso cria (...) uma coisa mais igualitária na correlação de forças entre a sociedade civil e o poder público. (...) Hoje em dia, o poder público não tem como cuidar daquele espaço na qualidade que a gente cuida. - C., voluntária da Horta das Corujas.

A prática de criar novas territorialidades no urbano é uma forma de exercer politicamente o desejo por uma cidade nova, mais qualificada e sob outras perspectivas do urbano. A noção da política como algo transcendente, restrita a técnicos, especialistas e representantes do povo, é radicalmente confrontada com o saber prático da vivência diária dos cidadãos que reconhecem o território onde vivem e apresentam o desejo de exercer sua liberdade e de se autogovernar. Essa disputa pelo poder e pelo exercício democrático em que cidadãos passam a reivindicar maior participação na gestão da cidade por meio de hortas comunitárias é tida como uma experiência de apropriação, de cuidado e de liberdade. A atuação na horta:

> (...) é um ato político porque ele questiona, né, os detentores do poder, ele questiona… e não é um ato político partidário, ele questiona a própria forma de organização social, então, a questão dos papéis sociais, a questão da mercantilização da comida, da água e dos serviços ambientais. (...) as conversas na horta muitas vezes elas tendem a ser conversas políticas, porque, pra maior parte das pessoas, aquele é o único tempo e

> espaço onde se está trabalhando coletivamente pelo bem comum. - C., voluntária da Horta das Corujas.

A atuação política surge a partir do trabalho coletivo prático cujo foco é o comum. Instituir o comum pela prática social no território é visto a partir de uma noção de enraizamento e de pertencimento, compreendendo que os próprios moradores de certa região produzem a cidade em que vivem a longo prazo, enquanto funcionários e representantes do Poder Público possuem uma visão mais restrita do desenvolvimento urbano:

> Então é muito complicado, porque eles estão cumprindo um mandato, e a gente está pensando na cidade com muito mais tempo. Não é um mandato, é uma vida, é um tempo entendeu? Enquanto eles pensam em oito anos, a gente pensa em cem anos, né? Quando eu vou plantar aquela árvore daqui vinte anos ela vai ser o resultado, né? E eles estão pensando muito no pequeno, então por isso é muito difícil, que eles estão de passagem e a gente está querendo criar raiz, né? Então fica difícil, eles estão sempre querendo cortar as nossas pernas, porque eles sentem que a gente é uma ameaça, eu acho que eles sentem mesmo isso. - R., voluntária da Horta das Flores.

> (...) a gente tá aqui, num lugar que é cedido, e ao mesmo tempo tem essa relação de pertencimento que é muito forte, que eu acho que só o ato de cultivar mesmo que é capaz de gerar. (...) a Batata Precisa de Você durou um tempo, e depois dispersou, e As Batatas Jardineiras, estão firmes, tipo desde daquela época, e cada vez mais, porque a gente não consegue largar o solo que a gente criou, tipo, as plantas que a gente fez crescer, tipo, a gente não consegue, acho, nem quando, às vezes todas que estava muito difícil a gente pensou, "ai, será que a gente deve mesmo continuar fazendo isso?", sempre tinha alguma coisa que dizia assim, "sim, vocês devem, sabe", era sempre, sei lá, alguma muda especial que brotava ali no meio, uma perereca pulando, uma coisa assim, que é tipo "não, continua gente, continua", e esse sentimento muito de raiz mesmo né, de pertencer ao território que eu acho que a horta acaba trazendo, e não é só o pertencer, tipo, esse território é parte de mim e vice-versa, né? Tipo, eu também ajudei a criar tudo que tá aqui. - M., voluntária do coletivo Batatas Jardineiras.

Enxergar a cidade não mais como um mero espaço em que se vive, mas como um território ao qual o sujeito pertence e desenvolve sua subjetividade possibilita a construção de laços e de conexões não apenas com outros sujeitos, mas com o próprio local. A legitimidade social das hortas comunitárias surge a partir da territorialidade que assume pela experiência prática. A constância da ação de organizar bons encontros a cada mês no mesmo local público e aberto a toda a comunidade possibilita a criação de dinâmicas sociais próprias de quem, de fato, ocupa o espaço e institui formas de gestão. Enraizados no espaço e constantes no tempo, as

hortas compõem o cotidiano da cidade. Integrantes da horta passam a definir, portanto, formas de cuidado e padrões de qualidade do espaço público a partir da relação com ele no tempo e a partir do desejo de produzir uma cidade melhor para si e para a coletividade.

Atuar no espaço público de forma a produzir a cidade e manejar recursos territoriais envolve a definição de regras e acordos para garantir o acesso a toda comunidade e a sustentabilidade da prática no tempo. Construir o comum é justamente essa prática instituinte de autogoverno baseada na coatividade, na coobrigação, na cooperação e na reciprocidade, onde:

> (...) a comunidade é a presença… é a união de pessoas, né. Então, assim, é presença, é encontro, é combinado, é colocar certos limites, né, seguir princípios, então toda a comunidade tem que ter um princípio, tem que ter limites, ela tem que ter uma certa ordem, uma certa organização. - M., voluntário da Roça de Nossa Senhora.

Há uma preocupação nas hortas com essa produção de regras de uso que garantam o caráter público dos espaços ao mesmo tempo em que organizam o trabalho de produção alimentar. Tais regras são pouco explícitas, na medida em que são constantemente pactuadas ao longo dos trabalhos e não são controladas de forma rígida, mas observadas pelo grupo como um todo. Os acordos dizem respeito tanto em relação à forma de produção (não uso de venenos e fertilizantes químicos, adoção da agroecologia e do cultivo orgânico) quanto em relação às formas de gestão propriamente ditas, prezando pela horizontalidade, pelo acesso ampliado à horta, pelo foco no autoconsumo, pelo trabalho voluntário e pela gratuidade das atividades promovidas no espaço.

> O acesso nosso é assim, a chave fica aqui no chaveiro na Avenida Jabaquara, quem quiser vai lá e faz a cópia. O que a gente viu que isso aí ajuda é quando o cara faz a cópia lá e dá o nome pra gente, ficou meio que uma senha pra ele e ele começa a fazer parte do nosso grupo, da nossa regra, entendeu? Ele entende que tem regra ali. - S., voluntário da Horta da Saúde.

> Tem uma regra que é gostoso de ver que é todo mundo tentando trazer a horizontalidade das tarefas, né. Isso é muito importante para não gerar um dono disso e virar uma… um tipo de autoritarismo. Eu vejo as pessoas muito interessadas nessa tranquilidade da horizontalidade, já vi pessoas saírem do grupo porque não aceitaram a horizontalidade, preferia que tivesse uma outra forma de regra. Tem pessoas que acham que estão sendo horizontais e não estão sendo. Mas a convivência, num geral, é… pelo menos de um grupo, o núcleo duro de organizadores da horta, tá sendo muito mantido o tempo todo, né. - M., voluntária da Horta das Corujas.

Tais regras se estabelecem na medida em que há uma ausência do Poder Público em definir o papel de hortas comunitárias no espaço público, levando os grupos a construírem por si formas de ocupação que contrastam com a gestão feita pela Prefeitura. A atuação da Prefeitura é vista com desconfiança, tida como ineficiente, precária e distante dos anseios dos cidadãos para os espaços da cidade, onde é preferível sua ausência. Há uma expectativa em relação a essa atuação em termos de auxiliar os grupos que cuidam do espaço público e impulsionar iniciativas cidadãs que conseguem gerar benefícios para a comunidade local, mas o diálogo com funcionários públicos tende ser frustrado e, quando possível, evitado.

> Então, agora, a gente acabou de fazer um parquinho de bambu pras crianças lá, que ficou da hora, assim. Eu não tenho medo das pessoas irem lá… as pessoas que usam quebrarem, porque eu confio no trabalho dos bioconstrutores de lá. Eu tenho medo da inveja que isso vai gerar no Poder Público, que é uma demanda das crianças de lá, né, daí a gente chegou lá e "ah, vamos juntar uma grana, vamos fazer" e fizemos. Tenho medo dessa inveja, assim. Então, por isso eu quero que eles não olhem… 'ah, esquece da gente'. - M., voluntária do coletivo Horta Di Gueto.

> (...) pra mim a Prefeitura, ela pode ajudar muito se ela não atrapalhar, né. Porque a gente não tá fazendo nenhuma ocupação indevida, a gente não tá tirando nenhum benefício financeiro desse espaço, a gente tá promovendo a interação das pessoas do bairro e fazendo com que elas cuidem desse espaço, então a gente tá diminuindo o trabalho da Prefeitura, né. Então, eu acho que o papel deles, pra mim, hoje, eles não fazem, mas o papel deveria ser o incentivo de mais espaços como esse, porque eu acho que tem muitos potenciais aí afora com medo de fazer uma coisa dessa. D., voluntário da Horta Madalena.

Em suma, o desejo de construir a cidade que se quer não mais aguarda passivamente a atuação do Estado, mas é impulsionado a agir pelo encontro com a coletividade. Para além do encontro, a constância da ação no tempo e a territorialidade que assume fortalece a constituição de um coletivo amplo, de uma multidão, que se forma a partir da prática. A mediação entre os sujeitos e suas singularidades faz surgir regras e acordos para a gestão dos recursos e para a pactuação política dos objetivos, princípios e formas de ação, possibilitando conexões que convém aos sujeitos, à comunidade que se forma e à própria territorialidade que a compõe. Tais construções, na medida em que firmam sua legitimidade social na constituição da multidão, instituem regras de gestão do território que são contra hegemônicas, uma vez que refutam a mercantilização dos recursos locais e assumem a produção da cidade não em uma lógica da propriedade, mas de seu uso pelos cidadãos:

> Eu acho que é da experiência… de sair do privado e ir para o público, porque enquanto você tá na sua casa, na sua horta (...) sair desse ambiente controlado e privatizado, desse ambiente que a gente vive que é regido ou pelas normas do mercado(...) Aquilo tudo você é, você muitas vezes é passivo, né? Você é consumidor, você é paciente, você é objeto de uma série de políticas e de decisões em relação a aquele espaço público. E uma horta comunitária, quando ela realiza-se, realiza aquilo que ela nasceu para ser, é uma experiência totalmente diferente, é uma experiência em que as pessoas… não tem hierarquia, as pessoas que tão lá, elas tão se autogerindo em conversa com a natureza, porque não são só os seres humanos que decidem o que acontece numa horta. - C., voluntária da Horta das Corujas.

O surgimento da União de Hortas Comunitárias traz também um aspecto interessante, uma vez que surge justamente da necessidade de consolidar o poder político das hortas comunitárias frente o Poder Público e ampliar a articulação entre os grupos para uma incidência junto às políticas públicas. A União realiza reuniões periódicas mensais (ou bimestrais), em que participam representantes de cerca de 15 hortas já listadas, com participação entre 10 e 15 pessoas, onde são trocadas informações sobre os conflitos, os desafios e as conquistas realizadas por cada grupo. Dentre as questões comuns observadas em todas as hortas, estão a falta de voluntários, a relação com moradores em situação de rua, o roubo de mudas e ferramentas, as metodologias de mutirão e organização dos grupos, a relação com os poderes locais e as formas de acesso à horta. Além da troca de informações, também são propostas ações conjuntas entre as hortas, como circuitos de bicicleta com visitação a certas hortas, a participação e a promoção de feiras de troca de sementes e mudas e a articulação conjunta de insumos. Durante as reuniões, são feitas discussões sobre apropriação capitalista da agricultura urbana, sobre as políticas públicas existentes e necessárias e sobre o envolvimento dos agricultores nos espaços de poder, demonstrando ser um importante espaço de articulação política.

Apesar de ser um importante espaço onde os representantes das hortas se reconhecem e trocam, há diversos questionamentos sobre a apropriação dos demais voluntários das hortas sobre a União e o quanto os coletivos se sentem, de fato, representados. Desde o início da União, a temática da representação foi presente e pouco se avançou em propostas de como envolver os grupos de voluntários participantes. De forma similar, houve discussões acerca de outras hortas comunitárias do município que poderiam também compor a União, principalmente nas periferias, sem, no entanto, concluir uma forma de aproximação ou de envolvimento com esses grupos.

A União permanece, portanto, um espaço de articulação entre os líderes das hortas comunitárias da região mais central que já opera como uma instituição, em que as hortas se fortalecem em um contínuo trabalho de legitimação social. O compartilhamento das angústias e

desafios e a resolução conjunta de questões comuns às hortas, a partir do aprendizado entre elas, é um importante passo para a consolidação das práticas territoriais dos grupos, com base na colaboração e na articulação política. Isso fortalece os sujeitos coletivamente frente às pressões externas de grupos e do próprio Poder Público, possibilitando maior segurança para a realização de projetos.

O confronto com a lógica privatista dos espaços da cidade se dá nas hortas comunitárias, seja pelo embate com a especulação de terras por empresas e corporações, seja pela luta contra à patrimonialização do espaço público pelo Estado que restringe a atuação cidadã. E é no mutirão que são decididas em conjunto as estratégias de enfrentamento ao poder instituído, uma vez que a prática agrícola é ainda vista como estranha, primitiva e destinada à extinção pela lógica hegemônica do poder urbano. Assim, um mutirão no espaço público para a melhoria socioambiental da cidade passa a evocar uma utopia, um desenvolvimento social alternativo anticapitalista e sustentável, um outro paradigma de sociedade: é um ato de resistência frente a mercantilização dos corpos e dos territórios, pois constrói outras subjetividades, outros arranjos produtivos e espaços autônomos que confrontam a hegemonia capitalista. Em outras palavras: constrói, em ato, outras sociedades por meio de um processo educador:

> Bom, eu acho que a horta comunitária é um embrião de uma cidade possível. Na verdade eu acho que são cidades possíveis dentro de uma cidade monstro, sabe? Então, o que me motiva é a beleza de ver as pessoas vivendo em respeito e em harmonia com a natureza e a potência disso, né. E de estar em contato com a vida, isso que é a vida, né, e essa que é a vida. E de perceber, assim, cada um que chega, assim, bem desavisadamente, que não sabe de nada, ir se transformando com o tempo, sabe, de convívio na horta, assim. - A., voluntária da Horta das Corujas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão é sempre resistir, mas, sobretudo, inventar o modo de resistir para poder continuar respirando.

Ana Godoy (2008, p.221)

Na experiência do município de São Paulo, as hortas comunitárias têm se apresentado como locais de envolvimento de cidadãos em prol da gestão participativa dos espaços públicos, do compartilhamento e da troca de informações e experiências sobre o cultivo de alimentos e do engajamento cívico e ativista frente aos problemas urbanos, principalmente no que se refere às questões de confiança e identidade comunitária. As hortas modificam a relação dos usuários com o espaço e entre si, criando subjetividades e relações pessoais que potencializam a ação comum e contribuem diretamente na formação do indivíduo, na construção de sua autonomia e no desenvolvimento de sua individualidade. Alinhados à construção do comum, os sujeitos se coletivizam em multidão, afetando e sendo afetados pela alegria do encontro. A ampliação da potência de agir dos sujeitos e dos grupos comunitários em seu trabalho coletivo nos mutirões possibilitou a articulação teórica e a realização do trabalho de campo de forma a compreender o movimento dos sujeitos da passividade à ação, do privado ao comum e do individual ao coletivo.

A produção contínua da sociedade é um processo de expansão da potência a partir de bons encontros e afetos de alegria. A mudança social opera a partir da lógica do desejo que transborda da perseverança do ser para a construção coletiva de instituições que emergem do processo de ampliação da potência da multidão. A análise desse processo a partir de hortas comunitárias no município de São Paulo possibilitou reconhecer a forma como se dá o engajamento político de cidadãos sob diversas perspectivas. A partir da observação dos objetivos a que se propôs a pesquisa, é possível destacar alguns pontos analisados que possibilitam reconhecer as contribuições à literatura científica que relacionam a agricultura urbana à política.

O primeiro objetivo da pesquisa foi contribuir para a compreensão do histórico da agricultura urbana em São Paulo, os movimentos políticos a ela relacionados, a evolução das políticas públicas relacionadas ao tema e as diferentes formas de organização da sociedade civil ao longo desse período. A análise realizada referente à formação do urbano e o papel da agricultura nesse processo, buscou reconhecer como se deu a urbanização brasileira (e, em especial, na cidade de São Paulo), as transformações que as práticas agrícolas provocaram no desenvolvimento da cidade e que sofreram com o advento da urbanidade e da cidade empresarial. De forma sucinta, é possível verificar o papel secundário que as práticas agrícolas com fins para autoconsumo e subsistência ao longo da formação social brasileira tiveram em relação à lavoura

de exportação. Similarmente, a produção alimentar esteve relacionada à divisão espacial do trabalho, em um processo de exploração do campo pela cidade que perdura e é tensionado até os dias atuais. A lógica de abastecimento alimentar por agricultores ao redor e no interior da cidade compôs o desenvolvimento urbano de São Paulo em cinco diferentes períodos que puderam ser reconhecidos:

- 1820-1910 - Urbanização precária e São Paulo como entreposto rural. Tentativas de melhorar as práticas de agricultura, mas todas sem sucesso.
- 1890-1950 - Crescimento da população e chegada maciça de imigrantes. Estruturação das colônias agrícolas e dos núcleos suburbanos com função agrícola que compunham o Cinturão Verde de abastecimento da cidade. A agricultura se desenvolve, amplia e se diversifica.
- 1950-1980 - Crescimento vertiginoso da população e desagregação das colônias agrícolas restantes. Agricultura é empurrada para as periferias ou englobada pelo crescimento urbano, que a descaracteriza e a relega à invisibilidade.
- 1980-2000 - Primeiras iniciativas de programas públicos estruturados para incentivo a hortas comunitárias para combater a fome e a pobreza. Movimentos sociais incorporam a pauta da alimentação e do custo de vida e passam a se organizar nos bairros e locais de moradia.
- 2000-2019 - Agricultura urbana inserida no planejamento territorial e estruturação de políticas públicas para desenvolver e apoiar a agricultura. Início do trabalho de transição agroecológica e agricultura vista como importante para a conservação ambiental. Surgem hortas comunitárias de caráter ativista, com foco na promoção da sustentabilidade urbana e na ocupação de espaços públicos. Retorno da Zona Rural no Plano Diretor Estratégico do município.

O segundo objetivo da pesquisa visava propiciar uma melhor compreensão sobre quais são os espaços de incidência política dos grupos vinculados às hortas urbanas na gestão territorial da cidade, buscando estabelecer um vínculo entre o engajamento nas hortas e a participação política dos indivíduos. Observou-se, ao longo da pesquisa, distintas formas de engajamento político dos voluntários de hortas. A atuação política dos sujeitos entrevistados se dá de maneira esporádica (como a participação em audiências públicas, a realização de ações direta de ativismo entre outras) ou contínua (como a participação em órgãos colegiados e grupos de trabalho, a realização de reuniões com o governo local, a pactuação constante entre os voluntários das hortas no processo de autogestão entre outras). O fazer político parece surgir na medida que os sujeitos

têm sua potência de ação ampliada, possibilitando um nível de conhecimento mais adequado sobre a realidade e sobre seu papel ativo na produção de afetos de alegria que convém não só para si, mas para uma coletividade.

Os espaços de incidência política diferem de acordo com a realidade das experiências de horta e com o perfil de liderança e engajamento assumido pelos sujeitos. O incremento da potência de agir leva voluntários de hortas comunitárias a participarem de instâncias colegiadas, de forma a conseguir insumos, gerir recursos locais e legitimar a existência da horta perante os poderes instituídos. A constituição da multidão, em seu processo dinâmico e constante, também se expressa na atuação representativa dos cidadãos em audiências públicas, reuniões para construção de políticas públicas e até a candidatura a cargos eletivos do Poder Legislativo.

A noção de unidade política entre os diversos participantes das hortas é construída por meio dos encontros desses sujeitos para o desenvolvimento do trabalho de manutenção da horta de forma coletiva e autogestionada. Aqui, a figura do mutirão enquanto método de produção coletiva por meio da ajuda mútua e do exercício da solidariedade demonstra sua potencialidade política, na medida em que promove o encontro cooperativo, amplia os afetos de alegria, possibilita a mediação de conflitos e influencia na construção da identidade coletiva de uma comunidade.

A construção de novos elos e vínculos sociais entre participantes muitas vezes desconhecidos que atendem ao chamado do mutirão possibilita a ampliação de uma potência coletiva, de uma mão que se torna muitas na tarefa prática de transformação do território. Dessa forma, a multidão em constituição é tecida, pactuada e construída nos encontros e se configura politicamente na medida que tem sua potência de agir ampliada. É no mutirão que o afeto decisivo ocorre, que possibilita a transformação da paixão alegre para a ação, e impulsiona os sujeitos a uma atuação mais ampla e mais intensa que transcende o espaço da horta e passa a olhar a produção da cidade como um todo.

O terceiro objetivo trazia o foco para analisar a importância política das hortas urbanas na constituição dos sujeitos, na relação entre eles e no fortalecimento comunitário. A emergência do discurso da sustentabilidade e da conservação ambiental impulsiona as práticas agrícolas na cidade a partir de sua multifuncionalidade no espaço urbano. A agricultura urbana passa a ser reconhecida pelos benefícios que traz em termos de qualidade de vida para os cidadãos, para além do simples abastecimento alimentar propriamente dito, impulsionando o desenvolvimento de novas práticas e arranjos sociais que instituem discursos acerca dos vínculos urbano-rural.

Dessa forma, a agricultura urbana passa a emergir como um projeto político para a cidade, vinculada a ideologias contraditórias entre si que a colocam enquanto um conceito em

disputa. Importantes conquistas recentes nas políticas públicas do município de São Paulo, como o retorno da Zona Rural no Plano Diretor Estratégico da cidade, a criação da Lei de Gestão Participativa de Praças, a criação e o desenvolvimento do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e do Plano Municipal de Agroecologia e Desenvolvimento Rural Solidário e Sustentável, são exemplos de conquistas que contaram com a participação e influência de voluntários das hortas comunitárias. A existência das hortas a partir da mobilização popular e comunitária e o reconhecimento dos agricultores urbanos no território, ao que se analisa na pesquisa, foram imprescindíveis para a construção de massa crítica, de mobilização da opinião pública e de um momento propício para o desenvolvimento dessas políticas que impactaram diretamente o planejamento territorial.

É importante reconhecer e aprofundar em futuras pesquisas a relação entre agricultura urbana, os discursos atrelados a ela e as formas pelas quais esses discursos são construídos pelos diversos sujeitos sociais que compõe a disputa pela cidade, algo indicado superficialmente na presente discussão. De forma similar, novos estudos acerca da influência política e do impacto de cidadãos ativos nos espaços colegiados de participação na construção de políticas públicas para agricultura no município são essenciais para o reconhecimento do impacto no desenvolvimento urbano e na transformação paradigmática rumo a sociedades sustentáveis.

Ainda a partir dessa perspectiva da influência das práticas agrícolas no desenvolvimento urbano, considera-se fundamental o aprofundamento teórico das relações estabelecidas entre agricultores urbanos nas regiões centrais e nas regiões periféricas da cidade, buscando entender e aprofundar as tipologias existentes e elaborar o quanto o projeto político trazido pelas experiências produz uma nova cidade sob a perspectiva de classe. Há indícios de que há uma construção coletiva do que se considera como um movimento de agroecologia ou de agricultura urbana na cidade de São Paulo, mas é fato que tais construções operam de formas distintas de acordo com condicionantes territoriais, socioculturais e econômicas.

As populações de baixa renda têm motivações de produzir alimentos como meio de aliviar a pobreza, mas carecem de apoio oficial do município para desenvolver hortas para autoconsumo, assim como enfrentam desafios em relação ao uso e posse da terra, ao acesso à água, à organização social e ao acesso a políticas públicas. Existe uma estrutura social potencial em comunidades de baixa renda para a agricultura urbana crescer e se desenvolver em São Paulo, mas a fragilidade das políticas públicas direcionadas a essas populações restringe-a. Apesar de terem outras características, estas hortas comunitárias também se apresentam como espaços de envolvimento e articulação comunitária que potencializam os sujeitos para uma atuação ampliada na defesa de seus interesses e na promoção de políticas públicas. Nesse sentido, é necessário

maior aprofundamento sobre tais distinções e características dos grupos periféricos que desenvolvem ações de agricultura urbana, principalmente no que diz respeito a hortas comunitárias, buscando apreender sua organização política, seus discursos e as formas com que desenvolvem suas práticas.

O quarto objetivo da pesquisa buscou analisar o movimento de promoção de hortas urbanas sob a perspectiva do comum e das instituições que emergem desse movimento, observando sua contribuição para o aprofundamento da democracia participativa a nível local. Tal objetivo diz respeito ao processo incessante de constituição da multidão, em que os sujeitos se percebem enquanto corpo político coletivo composto por uma ampla diversidade de grupos, experiências e projetos. Se reconhecer na diferença e construir uma atuação política comum a partir do exercício prático e da troca de informações é o que compõe o reconhecimento dos sujeitos como seres políticos e ativos na gestão dos recursos da cidade.

As hortas impulsionam o desenvolvimento e o fortalecimento de grupos comunitários, baseados no território ou não, que compartilham princípios comuns e se ajudam mutuamente na medida em que suas conexões convém entre si. É a esfera em que os sujeitos reconhecem seu dever político de organizar bons encontros para ampliar ao máximo as conveniências entre si, compondo distintas conexões de forma a construir consensos, pactuar estratégias, resistir às forças externas e criar instituições que assegurem a legitimidade social das experiências. Também é sugerido o aprofundamento em estudos que analisem a micropolítica do poder nas hortas, para buscar evidenciar os sujeitos que tiveram sua potência de ação restringida pelos conflitos existentes no processo de autogestão dos grupos. A presente pesquisa teve um olhar para as lideranças envolvidas diretamente nas hortas e há vozes ausentes que poderiam contribuir na discussão acerca do processo de autogestão e da variação de potência dos sujeitos.

A formação política existente nos espaços da horta se dá partir do reconhecimento do diferente, do conhecimento sobre o funcionamento da máquina pública do Estado, do movimento a partir do privado e em direção ao comum, da constituição da multidão e do reconhecimento e luta pelos direitos cidadãos que legitimam a prática social e instituem novas formas de gestão do território. As hortas se compõem assim como escolas de democracia, espaços de formação política em que os sujeitos apreendem como a cidade funciona e buscam construir políticas públicas baseadas nas práticas de autogestão dos grupos no território.

A relação entre as hortas cumpre um papel imprescindível na formação da multidão, pois possibilita a tessitura invisível de princípios e objetivos comuns entre os agricultores urbanos do município, favorecendo o estabelecimento de conexões entre os grupos e ampliando a potência política coletiva. É nessa esfera que o voluntário se torna cidadão e passa a interferir de

forma ativa na produção da cidade a partir de sua experiência prática de manutenção de hortas junto a uma comunidade e por meio de mutirão. Novamente, a conexão entre os sujeitos das hortas comunitárias nas regiões mais centrais e os demais agricultores do município deve ser aprofundada. Nessa pesquisa, não foi possível apreender em profundidade a relação estabelecida entre esses diferentes agricultores urbanos presentes no município de São Paulo e tais dados seriam fundamentais para a assertividade da análise acerca do processo de desenvolvimento da multidão.

Nas hortas comunitárias observadas, a comunicação abriu caminhos para o desenvolvimento das ações, aumentou a popularidade na mídia e estimulou a criação de redes com parceiros específicos para ampliar os recursos destinado para as hortas. No entanto, a comunicação pouco conseguiu motivar novos voluntários para o trabalho regular e constante de manutenção da horta, mantendo grande pressão e exigências sobre o restrito grupo de voluntários mais ativos do grupo de participantes e do núcleo. A diversidade de formas de engajamento dos voluntários e a dificuldade de atrair a comunidade do entorno para as atividades da horta tensiona justamente a questão de como as decisões são feitas e como são mediados os conflitos referentes à relação entre trabalho individual e trabalho comunitário e como é gerido o financiamento das atividades. É imprescindível observar como a comunicação pode impulsionar o maior acesso à comunidade de entorno da horta para além da sua comunidade de interesse, possibilitando maior envolvimento e reforçando o caráter comum trazido pela prática.

Além disso, a perspectiva do comum traz importantes considerações para analisar as práticas de gestão do território das hortas comunitárias enquanto instituintes. O processo de autogestão dos grupos, criando princípios, regras e determinando práticas para uso dos espaços sem reivindicar sua propriedade, possibilita refletir sobre a ressignificação do público, sobre as questões referentes à acesso aos recursos por determinadas comunidades e sobre o embate entre o instituinte e o instituído. Acredita-se que novos estudos sejam imprescindíveis para identificar a influência dessas regras e princípios sobre as formas de atuação do Estado no território, buscando evidenciar conflitos existentes e analisar a complexidade das relações formadas a partir do trabalho comunitário. De forma similar, é preciso aprofundar o estudo sobre os paradoxos inerentes à construção a partir do comum, a partir da perspectiva daqueles que tiveram seu acesso restrito aos recursos geridos pelos grupos das hortas. Observar as formas com que a autogestão dos grupos se dá e as próprias restrições existentes em cada horta pode auxiliar na análise sob a perspectiva do comum.

O quinto objetivo propunha analisar a variação da potência de agir dos sujeitos por meio dos encontros realizados nas hortas urbanas comunitárias, que os levaria a vivenciar o

processo de constituição multidão, um sujeito coletivo, e instituir suas próprias dinâmicas de gestão dos espaços urbanos da cidade. A primeira esfera analisada está relacionada à constituição do sujeito, em sua identidade e subjetividade, que se descortina a partir do contato com a Natureza, seus ciclos e as interações entre os seres vivos, ampliando sua potência de agir. Vivenciar e trabalhar em uma horta comunitária é, antes, uma experiência de encontro e territorialização. A relação com a horta remete, de forma quase que imediata em seus visitantes, lembranças e memórias de um tempo passado, localizado em uma fazenda, sítio ou chácara, onde avôs e avós cultivavam a terra e o território era vivenciado com afeto. Essa vivência emocional se dá de forma sensorial e corporificada: são cheiros, sensações, cores e sabores que são emanados com potência e que fazem os sujeitos esquecerem a aridez da cidade, a velocidade do cotidiano e a conectividade ausente para sentirem em ato.

O bom encontro que ocorre entre os sujeitos e suas memórias, sua cidade e sua própria potência criadora faz emergir um primeiro impulso à ação, que tanto transforma o território quanto transforma os próprios sujeitos em seu agir. A criação da horta é um ato instituinte que corporifica um desejo por uma cidade mais verde, por uma alimentação mais acessível e saudável e por uma comunidade vibrante que decide sobre a gestão dos recursos locais. Os sujeitos passam a compreender a multifuncionalidade da horta no espaço urbano, da qual se veem como parte ativa e pela qual se identificam enquanto agricultores produtores não só de alimentos para seu autoconsumo, mas de outras formas de viver e produzir a cidade. O voluntário transforma-se em agricultor, associando-se simbolicamente a multidão de sujeitos que também desenvolvem agricultura na cidade, constituindo um coletivo amplo de reivindicação.

Neste aspecto, é digno de nota a necessidade de aprofundamento sobre a identidade do agricultor urbano que se forma, na medida em que os sujeitos possuem ressalvas ao intitular-se agricultores por não atuarem profissionalmente com agricultura. Há o reconhecimento da figura do *hortelão urbano*, cuja conceituação não é clara e inexiste na literatura, porém sugere que seja a denominação de sujeitos que atuam com agricultura por lazer, autoconsumo e fins pedagógicos. De forma análoga, aprofundar o entendimento sobre o perfil do agricultor urbano e suas similaridades e diferenças em relação ao agricultor localizado em zonas rurais pode sugerir alguns caminhos interessantes de pesquisa e discussão, buscando ampliar o reconhecimento da identidade como agricultor para além da espacialidade onde a produção ocorre. Dessa forma, é necessário aprofundar as definições conceituais acerca da figura do *hortelão urbano*, como sugere Baron (2017), de forma a melhor reconhecer o quanto os sujeitos se identificam enquanto agricultores no território urbano.

Por fim, observar fenômenos contemporâneos a partir da ótica de Espinosa é um desafio e um deslumbramento. A atualidade de sua filosofia é impressionante, na medida em que possibilita o desvelar da realidade dos desejos e afetos de alegria enquanto fonte primeira da determinação política e ética dos sujeitos. A tarefa revolucionária de organizar bons encontros que ampliam as conexões entre corpos e projetos de vida é a essência de um mutirão em uma horta comunitária. Analisar o fenômeno do engajamento político desses sujeitos sob a perspectiva da potência de agir possibilitou compreender alguns aspectos do salto afetivo determinante que leva um sujeito da paixão à ação. Espera-se que tais resultados possam auxiliar o caminhar de grupos e coletivos populares rumo à construção de sociedades sustentáveis que superem o sistema capitalista. No fim, é sempre a vida, em sua pulsão e persistência, que há de se afirmar e se instituir.

REFERÊNCIAS

AGYRIS, C.; SCHÖN, D. *Theory in practice.* São Francisco: Jossey Bass, 1974.

ALINSKY, S. *Rules for radicals: a practical primer for realistic radicals.* Vintage Books ed. New York: Random House, 1971.

ALMEIDA, D. A. O. de. *Isto e aquilo: agriculturas e produção do espaço na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH).* Belo Horizonte. 438p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2016.

ALMEIDA, D. A. O.; BIAZOTI, A. R. *Urban Agroecology: For the city, in the city and from the city!* Urban Agriculture Magazine (33) 13-14 ISSN 1571-6244. RUAF and Centre for Agroecology, Water and Resilience: Coventry University, UK, 2017.

ALTIERI, M. *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável.* 3a. ed. rev. amp. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA, 2012.

ÁLVAREZ-GAYOU, J. L. *Cómo hacer investigación cualitativa. Fundamentos y metodología.* México: Paidós, 2003.

ARANHA, A. V. (org.) *Fome Zero: Uma História Brasileira.* Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate `a Fome, Assessoria Fome Zero, v.2, 2010.

ARTICULAÇÃO METROPOLITANA DE AGRICULTURA URBANA (AMAU). *Carta endereçada à Ministra do Desenvolvimento Social, Tereza Campello, e à Secretária Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Maya Takagi.* III Seminário Latino-Americano e Caribenho de Agricultura Urbana e Periurbana, 5 a 7 de Novembro de 2012, Brasília-DF. Disponível em: http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2015/04/CartaMDSSESAN.pdf. Acesso em 10 de Maio de 2018.

AYROSA, P. *Muchirão.* Revista do Arquivo Municipal, Ano I, Vol. II, p.49-55, 1934.

AZEVEDO, A. E. de. *Subúrbios orientais de São Paulo.* Tese de Concurso à Cadeira de Geografia do Brasil. São Paulo, FFCL/USP, 1945.

AZEVEDO, A. E. de; DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS, Associação. *A cidade de São Paulo: estudos de geografia urbana.* Volume III. Brasiliana, 1958.

AZEVEDO, A. E. de. *Itaquera e Poá, subúrbios residenciais.* in AZEVEDO, Aroldo de; DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS, Associação. A cidade de São Paulo: estudos de geografia urbana. Volume IV. Brasiliana, 1958.

BARBIZAN, T. S. *Integrating urban and peri-urban agriculture into public policies to improve urban growth: São Paulo as a case study.* 2011. 166 pp. Dissertação (Mestrado em Urban Management Studies) - University of Technology, Berlin, Germany. 2011.

BARON, B. C. *Agroecologia e urbanidade: uma investigação a partir da agricultura urbana na Região Metropolitana de São Paulo.* Trabalho de Graduação (Bacharelado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

BARTHEL, S.; ISENDAHL, *Urban gardens, agriculture, and water management: Sources of resilience for long-term food security in cities.* Ecological Economics 86, 224–234, 2013.

BEEM, C. *The Necessity of Politics. Reclaiming American public life*. Chicago: University of Chicago Press, 1999.

BEILIN, R., HUNTER, A. *Co-constructing the sustainable city: How indicators help us "grow" more than just food in community gardens.* Local Environment 16(6): 523–538, 2011.

BENDT, P., BARTHEL, S., COLDING, J. *Civic greening and environmental learning in public-access community gardens in Berlin.* Landscape and Urban Planning 109(1): 18–30, 2013.

BERNARDELLI, M. L. F. *Contribuição ao debate sobre o urbano e o rural. In* WHITAKER, A. M. e SPOSITO, M. E. B. (org) *Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural.* São Paulo: Outras Expressões, 2013.

BIAZOTI, A. R.; NEMOTO, E. H. *Urban agriculture: How bottom-up initiatives are impacting space and policies in São Paulo.* Future of Food: Journal on Food, Agriculture and Society 5 (3), 21-34, 2017.

BIGIO, M. *Mutirão, solução para o população carente.* O Estado de São Paulo, São Paulo, 25 de Fevereiro de 1985, Caderno Geral, p. 16.

BLAKE, A.; CLOUTIER-FISHER, D. *Backyard bounty: Exploring the benefits and challenges of backyard garden sharing projects.* Local Environment 14(9): 797–807, 2009.

BRASIL. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). *Relatório da 2ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.* Olinda, 2004. Disponível em http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/II_Conferencia_2versao.pdf. Acesso em 17/01/2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). *Relatório da 3ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.* Fortaleza, 2007. Disponível em http://www4.planalto.gov.br/consea/eventos/conferencias/arquivos-de-conferencias/3a-conferencia-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional/relatorio-final-iii-conferencia-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional.pdf. Acesso em 17/01/2020.

BRASIL. *Emenda constitucional n. 64, de 4 de fevereiro de 2010*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 fev. 2010. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc64.htm>. Acesso em: 30 jul. 2019.

BRAZ, J. O. B. *Mutirões habitacionais: intervenção e pesquisa em um processo de construção de moradias populares*. Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

CABANNES, Y. *Financing and Investment for Urban Agriculture.* In *Cities Farming for the Future Urban Agriculture for Green and Productive Cities*, 1st ed.; Van Veenhuitzen, R., Ed.; RUAF Foundation: Ottawa, ON, Canada, 2006.

CACERE ALMAGRO, A.; JUNG, L.; MEIRA, F. M.; MICHELLON, E.; RODRIGUES NETO, F. *Extensão Agroecológica em Hortas Urbanas e Periurbanas*. Rev. Bras. De Agroecologia/nov. 2009 Vol. 4 No. 2.

CALDAS, E. de L.; JAYO, M. *Agriculturas urbanas em São Paulo: histórico e taxonomia.* Confins, Paris, vol. 29, 2019.

CALDEIRA, C. *Mutirão. Formas de ajuda mútua no meio rural.* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

DE CAMPOS, N. J. *Terras de uso comum no Brasil: abordagem histórico-socioespacial.* Editora Ufsc, 2011.

CAPORAL, F. R., COSTABEBER, J. A. *Agroecologia: alguns conceitos e princípios*. 24 p. Brasília : MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

CARNEIRO, F. F. (Org.), AUGUSTO, L. G., RIGOTTO, R. M., FRIEDRICH, K., BURIGO, A. C. *Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde*. - Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.

CARPENTER, N. *Farm city: the education of an urban farmer.* New York: Penguim Press, 2009.

CARSON, R. *Primavera silenciosa*. Ed. Crítica. Barcelona, 2010.

CASADEVANTE *KOIS*, J. L. F.; MORÁN, N. *Raíces en el asfalto. Pasado, presente y futuro de la agricultura urbana.* Libros en Acción, 2016.

CASTORIADIS, C. *A instituição imaginária da sociedade.* São Paulo: Paz e Terra, 1982.

CASTORIADIS, C. *Écrits politiques 1945-1997: Quelle démocratie?* Paris, Sandre, 2013.

CHAUÍ, M. S. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas.* São Paulo: Ed. Moderna, 1982.

CHAUÍ, M. *Espinosa. Uma filosofia de liberdade*. São Paulo: Moderna (Coleção logos), 1995.

CHAUÍ, M. *Desejo, Paixão e Ação na Ética de Espinosa.* São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

COCKRALL-KING, J. *Food and the city: urban agriculture and the new food revolution.* Amherst, NY: Prometheus Books, 2012.

COLEMAN, J. C. *Social capital in the creation of human capital.* American Journal of Sociology 94, 1988. pp. S95-S120.

COLETIVO NACIONAL DE AGRICULTURA URBANA (CNAU). *Subsídio para uma Política Nacional de Agricultura Urbana Periurbana (PNAUP).* 2013. Disponível em http://aspta.org.br/2015/04/cau/. Acesso em 15/5/2018.

X CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA (CBA). *Carta Agroecológica do Cerrado.* Brasília: 2017. Disponível em http://agroecologia2017.com/cartadocerrado/. Acesso em 15/5/2018.

COSTA, C. G. A. *Agricultura Urbana e Periurbana na Ótica da Promoção da Saúde.* 2015. 252 pp. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2015.

COSTA, E. V. *Cotia e Itapecerica da Serra, subúrbios agrícolas.* in AZEVEDO, Aroldo de; DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS, Associação. A cidade de São Paulo: estudos de geografia urbana. Volume IV. Brasiliana, 1958.

CRESWELL, J. W. *Educational research: Planning, conducting, and evaluating quantitative and qualitative research* (2a. ed.). Upper Saddle River: Pearson Education Inc, 2005.

CRESWELL, J. W. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto.* Porto Alegre: Artmed, 2007.

DAMATTA, R. *A casa & a rua: Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil.* Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DARDOT, P., LAVAL, C. *Comum. Ensaio sobre a revolução no século XXI.* São Paulo: Boitempo, 2017.

DEELSTRA, T.; GIRARDET, H. *Urban agriculture and sustainable cities.* In: N. Bakker, M. Dubbeling, S. Guendel, U. Sabel-Koschella and H. de Zeeuw, eds. *Growing cities, growing food: urban agriculture on the policy agenda; a reader on urban agriculture.* Leusden, The Netherlands: Resource Centre on Urban Agriculture and Forestry, 43–64, 2001.

DELEUZE, G. *Espinosa e o problema da expressão.* São Paulo: Editora 34, 2017.

DELSESTO, M. *Cities, gardening, and urban citizenship: Transforming vacant acres into community resources.* Cities and the Environment (CATE), v. 8, n. 2, p. 3, 2015.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE), *Estudo Temático IV: Atividades Agrícolas e Agricultura Familiar no Município de São Paulo.* Observatório do Trabalho de São Paulo. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, SDTE/DIEESE, 2016.

DIAS, M. O. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984. p.182.

DIEGUES, A. C. S. *Mito moderno da natureza intocada.* 4 ed. São Paulo: Hucitec; Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas em Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2004.

DRECHSEL, P; THEBO, A. L.; LAMBIN, E. F. *Global assessment of urban and peri-urban agriculture: irrigated and rainfed croplands.* EUA: IOP Publishing. Enviornmental Research Letters, 2014. 9pp.

DUBBELING, M. *Integrating urban agriculture in the urban landscape.* Urban Agriculture Magazine, 25: 43–46, 2011.

DUCHEMIN, E. (directeur) *Agriculture urbaine: aménager et nourrir la ville*. Éditions en environnement vertigo, 394 pages, ISNB 978-2-923982-95-3, 2013.

EIZENBERG, E. *The production of contesting space: Community gardens and the cultivation of social change.* In: Proceeding of Open Space: People Space Conference, Edinburgh, UK. 2004.

EIZENBERG, E. *Actually existing commons: Three moments of space of community gardens in New York City.* Antipode, v. 44, n. 3, p. 764-782, 2012.

ELETROPAULO, *Relatório Eletropaulo 1983-1986*. Departamento de Imprensa da Eletropaulo, 1986.

EMPLASA. Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano. *Mapa da Expansão da Área Urbana da Região Metropolitana de São Paulo 1881/2002*, 2002.

ENCONTRO NACIONAL DE AGRICULTURA URBANA (ENAU). *Carta Política do I ENAU*. Disponível em http://aspta.org.br/2015/11/carta-politica-do-encontro-nacional-de-agricultura-urbana-enau/. Acesso em 15/04/2018.

ENDLICH, A. M. Perspectivas sobre o urbano e o rural. *In* SPOSITO, M. E. B.; WHITAKER, A. M. *Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural.* São Paulo: Expressão Popular, p. 11-31, 2006.

ESPINOSA, B. *Pensamentos metafísicos; Tratado da correção do intelecto; Ética; Tratado Político; Correspondência.* Seleção de Textos de Marilena Chauí e Traduções de Marilena Chauí et. al. Coleção OS PENSADORES. 3 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

O ESTADO DE SÃO PAULO. *Horta nas indústrias.* O Estado de São Paulo, número 1447, ano XXVIII, p. 5, São Paulo, 4 de Maio de 1983.

O ESTADO DE SÃO PAULO. *Hortas comunitárias fracassam por falta de apoio da prefeitura.* O Estado de São Paulo, São Paulo, 1 de Maio de 1982, Caderno Geral, p. 19.

FAO. Food and Agriculture Organization of the United Nations. *Growing Greener Cities: In Latin America and the Caribbean*. Rome: United Nations, 2014a. 92 pp.

FAO. Food and Agriculture Organization for the United Nations. *Food losses and waste in the Latin America and the Caribbean*. Rome, 2014b. Disponível em: http://www.fao.org/3/a-i3942e.pdf/. Acesso 1/10/2019.

FAO. Food and Agriculture Organization for the United Nations. *The State of Food Security and Nutrition in the World 2017. Building resilience for peace and food security*. Rome, FAO, 2017.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa.* São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FÓRUM BRASILEIRO DE SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (FBSSAN). *QUE ALIMENTOS (NÃO) ESTAMOS COMENDO? – Carta de Porto Alegre*. VII Encontro Nacional do FBSSAN. Disponível em http://pratoslimpos.org.br/?p=5973. Acesso em 10 de Maio de 2018. Porto Alegre (RS), 04 a 06 de Junho de 2013.

FERRARETO, L. C.; PINHEIRO, M. C. *Política nacional de agricultura urbana: estratégia para o combate à fome e promoção da segurança alimentar*. In ARANHA, A. V. (org.) *Fome Zero: Uma História Brasileira.* Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate `a Fome, Assessoria Fome Zero, v.2, 2010.

FERRIS, J., NORMAN, C., and SEMPIK, J. *People, land and sustainability: Community gardens and the social dimension of sustainable development*. Social Policy 35(5): 559–568, 2001.

FIELD, J. *Social Capital*. London: Routledge, 2003.

FIRTH, C.; MAYE, D.; PEARSON, D. *Developing "community" in community gardens.* Local Environment, v. 16, n. 6, p. 555-568, 2011.

FOLLMANN, A.; VIEHOFF, V. *A green garden on red clay: creating a new urban common as a form of political gardening in Cologne, Germany*. Local Environment, v. 20, n. 10, p. 1148-1174, 2015.

FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido.* 17ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREYRE, G. *Casa Grande e Senzala.* Rio de Janeiro/Brasília: Editora José Olympio, 1981.

FUNDAP. Fundação do Desenvolvimento Administrativo. *Programas de alimentação para autoconsumo no Estado de São Paulo 1983-1986*. São Paulo, SP. 1987.

FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil.* São Paulo: Editora Nacional, 1980.

GABANYI, S. *A diversidade de práticas de agricultura urbana na cidade de São Paulo.* Informações Econômicas, v. 45, n. 6, 95-101. São Paulo, 2015.

GALVÃO, H. *Mutirão e Adjunto.* Boletim Geográfico. Ano III n. 29. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1954.

GIACCHÈ, G.; PORTO, L.; NAGIB, G.; NAKAMURA, A.C.; RANIERI, G.R. *Typological Diversity of Agriculture in a Densely Urbanised Region of São Paulo, Brazil.* In: *Urban Food Democracy and Governance in North and South.* International Political Economy Series. Palgrave Macmillan, Cham, 2020.

GIARETTA, J. B. Z.; DI GIULIO, G. M. *O papel das tecnologias de comunicação e informação (TIC) no urbano do século XXI e na emergência dos novos movimentos sociais: reflexões a partir de experiências na megacidade de São Paulo.* Rev. Bras. Estudos Urbanos Reg. [online]. 2018, vol.20, n.1, pp.161-179.

GIDDENS, A. *The Consequences of Modernity*. Cambridge: Polity, 1990.

GODOY, A. *A menor das ecologias.* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. 336 p.

GORE, C. *Healthy urban food production and local government*, in Cole, D., Lee-Smith, D. & Nasinyama, G. (Eds.), Healthy City Harvests: Generating Evidence to Guide Policy on Urban Agriculture, Lima: CIP/Urban Harvest and Makerere University Press, 2008. p. 49–65.

GOTTLIEB, R; JOSHI, A. *Food justice.* Mit Press, 2010.

GUITART, D.; PICKERING, C.; BYRNE, J. *Past results and future directions in urban community gardens research.* Urban Forestry and Urban Greening 11(4): 364–373, 2012.

GRINNELL, R. M. *Social work research* & *evaluation: Quantitative and qualitative approaches* (Sa. ed.). Itaca: E. E. Peacock Publishers, 1997

HARDIN, G. *The tragedy of the commons.* Science, v. 162, n. 3859, p. 1243-1248, 1968.

HARDT, M.; NEGRI, A. *Declaração - Isto não é um manifesto.* 1. ed São Paulo, SP: n-1 edições, 2014. 144 pp.

HARDT, M., NEGRI, A. *Bem-estar comum.* Rio de Janeiro: Record, 2016.

HARVEY, D. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana.* São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HASSANEIN, N. *Practicing food democracy: a pragmatic politics of transformation.* Journal of Rural Studies, v. 19, n. 1, p. 77-86, 2003.

HIDALGO, B. D. *As divisões territoriais do Município de São Paulo: uma proposta de classificação por meio da análise dos Distritos*. Monografia. Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2013.

HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1978**.** 154p.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 2010*. IBGE, 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Agropecuário 2006*. IBGE, 2006.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Agropecuário 2017*. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Agropecuário 2017 – Resultados definitivos*. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

IPT. Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo. *Os Novos Conjuntos Habitacionais: uma experiência modificada*. Relatório número 19214 apresentado à Secretaria da Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia, nov. 1983.

IPPC. Intergovernamental Panel of Climate Change. *Special Report on Climate Change, Desertification, Land Degradation, Sustainable Land Management, Food Security, and Greenhouse gas fluxes in Terrestrial Ecosystems*. IPCC, 2019. Disponível em https://www.ipcc.ch/srccl-report-download-page/. Acesso em 1/10/2019.

JACOBS, Jane. *Vida e morte de grandes cidades*. Ed. Matins Fontes. São Paulo, SP, 2000.

KEMMIS, S.; MCTAGGART, R. *The action researcher planner*. Geelong: Deakin University Press, 1990.

KORTRIGHT, R., WAKEFIELD, S. *Edible backyards: A qualitative study of household food growing and its contributions to food security*. Agriculture and Human Values 28: 39–53, 2011.

KOWARICK, L. *Escritos urbanos*. 2ª. Ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

KROPOTKIN, P. *Ajuda mútua: um fator de evolução*. A Senhora, 2009.

KURTZ, H. *Differentiating multiple meanings of garden and community*. Urban Geography, v. 22, n. 7, p. 656-670, 2013.

LANGENBUCH, J. R. *A Estruturação da Grande São Paulo: Estudo de Geografia Urbana*. Rio de Janeiro, IBGE, 1971.

LAWSON, L. J. *City bountiful: A century of community gardening in America*. Univ of California Press, 2005.

LEAL, V. N. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil.* 7a. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LEFF, E. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. 3. ed. rev. e aum. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. 494 pp.

LEMOS, A. I. G.; FRANÇA, M. C. *Itaquera.* Monografias sobre a História dos Bairros de São Paulo. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico. História dos Bairros de São Paulo, 24, 1999.

LEVKOE, C. Z. *Learning democracy through food justice movements.* Agriculture and Human Values, v. 23, n. 1, p. 89-98, 2006.

LINN, K. *Building Commons and Community.* Ed. New Village Press. Berkley, 2009.

LOFLAND, J. e LOFLAND, H. *Analyzing social settings: A guide to qualitative observation and analysis* (3a. ed.). Belmont: Wadsworth Publishing. University of California,1995.

LOVO, I. C.; NUÑEZ, T.; MUSSOI, E. M.; SANTANDREU, A. *Sistematizar e analisar a implementação da Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana promovida pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome no Brasil com foco em regiões Metropolitanas durante o período 2004-2009*. Produto 4 – Consultoria FAO/MDS e Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN) do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), 2011.

MACHINI, M. *Nas fissuras do concreto: Política e movimento nas hortas comunitárias da cidade de São Paulo.* Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018.

MARQUES, M. l. E. de A. *Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo.* 2a. edição, Livraria Martins, tomo II, 1876.

MAWE, J. *Travels in the interior of Brazil.* Londres: Longman, Hunt, Rees, Orme and Brown, 1812, p.73.

MCCLINTOCK, N. *Radical, reformist, and garden-variety neoliberal: coming to terms with urban agriculture`s contradictions.* Local Environment Journal, v. 19, n. 2, p.147-171, 2014.

MCKAY, G. *Radical gardening. Politics, idealism and rebellion in the garden.* Ed. Frances Lincoln. London, 2012.

MENDES, R. S. *Os bairros da Zona Norte e os bairros orientais.* in AZEVEDO, Aroldo de; DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS, Associação. A cidade de São Paulo: estudos de geografia urbana. Volume III. Brasiliana, 1958, p. 183-256.

MERTENS, D. M. *Research and evaluation in Education and Psychology: Integrating diversity with quantitative, qualitative, and mixed methods* (2a. ed.). Thousand Oaks: Sage, 2005.

MIKETEN, S. *Agricultura e conservação ambiental: o caso da APA Bororé-Colônia no município de São Paulo.* Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós- Graduação em Ciência Ambiental (PROCAM), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL (MDS). *MDS cria o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana.* Notícia veiculada no portal oficial em 14/02/2018. Disponível em http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2018/fevereiro/mds-cria-o-programa-nacional-de-agricultura-urbana-e-periurbana. Acesso em 10 de Maio de 2018.

MONTANARI, M. *Comida como cultura.* São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2008.

MORSE, R. *De comunidade a metrópole. Biografia de São Paulo.* São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo - Serviço de Comemorações Culturais, 1954.

MOUSTIER, P., DANSO, G. *Local economic development and marketing of urban produced food.* In *Cities Farming for the Future: Urban Agriculture for Green and Productive Cities.* Ed. R. Van Veenhuizen. pp. 174–195. Manilla, 2006.

MOUGEOUT, L. J. A. *Urban agriculture: definition, presence, potentials and risks.* In: N. Bakker, M. Dubbeling, S. Guendel, U. Sabel-Koschella and H. de Zeeuw, eds. *Growing cities, growing food: urban agriculture on the policy agenda; a reader on urban agriculture.* Leusden, The Netherlands: Resource Centre on Urban Agriculture and Forestry, 1–42, 2001.

MOUGEOUT, L. J. A. *Growing better cities: urban agriculture for sustainable development*. Canadá: International Development Research Centre. 2006. 97pp.

MOVIMENTO URBANO DE AGROECOLOGIA (MUDASP). *O que é o MUDA-SP e Mapa da Mudança.* Acesso em Dezembro, 2017. Disponível em http://muda.org.br.

MÜLLER, D. P. *São Paulo em 1836 - Ensaio dum quadro estatístico da Província de São Paulo ordenado pelas Leis Provinciais de 11/4/1836 e 10/3/1837*. 2 ed. São Paulo: O Estado de São Paulo, 1923. p.24-30.

NAGIB, G. *Agricultura urbana como ativismo na cidade de São Paulo: o caso da Horta das Corujas.* 434p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

NAKAMURA, A. C. *Cooperapas: agricultura e cooperativismo no extremo sul do município de São Paulo.* Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

NEGRI, A. *Espinosa subversivo e outros escritos*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

NERI, M. C. *As Classes Médias Brasileiras*. Rio de Janeiro: FGV Social, 2019. Disponível em https://www.cps.fgv.br/cps/bd/papers/es106-As-Classes-Medias-Brasileiras.pdf. Acesso 15/01/2020.

NETO, O. C. *O trabalho de campo como descoberta e criação*. In. DESLANDES, S. F. et. al (org.) *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 1994.

OLIVEIRA, A. U. *São Paulo dos bairros e subúrbios rurais às bolsas de mercadorias e de futuro*. In: OLIVEIRA, A. U.; CARLOS, A. F. A. (orgs.). Geografias de São Paulo: A metrópole do século XXI. São Paulo: Contexto, 2004.

OLIVEIRA, F. de. *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*. 1a. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

OLIVEIRA, L. C. P. *Redes, ideias e ação pública na agricultura urbana: São Paulo, Montreal e Toronto*. Tese (Doutorado) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP/FGV), Fundação Getulio Vargas, São Paulo, 2017.

OLIVEIRA, M. S. de. *Programa Hortas Comunitárias. Anais do Seminário Nacional de Abastecimento Alimentar em Grandes Cidades: A Experiência de São Paulo*. São Paulo: SAA, 1984. p.130-135.

OPITZ, I., BERGES, R., PIORR, A. et al. *Contributing to food security in urban areas: differences between urban agriculture and peri-urban agriculture in the Global North*. Agric Hum Values 33: 341, 2016. Disponível em https://doi.org/10.1007/s10460-015-9610-2. Acesso em 14/05/2018.

PATTON, M. Q. *Qualitative research* & *evaluation methods*. Newbury Park: Sage, 2002

PENTEADO, A. R. *Os subúrbios paulistanos*. in: AZEVEDO, Aroldo de (org). A cidade de São Paulo: estudo de geografia urbana, Volume IV, p. 5-58. Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Regional de São Paulo. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.

PENTEADO, A. R. *Os Subúrbios de São Paulo e suas funções*. in AZEVEDO, Aroldo de; DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS, Associação. A cidade de São Paulo: estudos de geografia urbana. Volume III. Brasiliana, 1958, p. 5-60.

PETRONE, P. *Aldeamentos paulistas*. São Paulo: Edusp, 1995.

PIZA, M. *Os municípios do Estado de São Paulo: informações interessantes*. São Paulo: Serviço de Publicações da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo. 1924.

PLANO DIRETOR ESTRATÉGICOS (PDE). Lei 16.050/14 - Plano Diretor Estratégico, 2014. Disponível em http://www.capital.sp.gov.br/cidadao/rua-e-bairro/gestao-urbana/plano-diretor-estrategico. Acesso em 15/08/2019.

PLATAFORMA DE APOIO À AGRICULTURA ORGÂNICA NA CIDADE DE SÃO PAULO. *Boletim Informativo*, 2014. Disponível em http://www.5elementos.org.br/site/wp-content/uploads/2014/12/Boletim_Informativo_da_Plataforma_de_Apoio_a_Agricultura_Organica_20141.pdf Acesso em 25/05/2018.

PLATAFORMA DE APOIO À AGRICULTURA ORGÂNICA NA CIDADE DE SÃO PAULO. *Plataforma de Apoio à Agricultura Orgânica na Cidade de São Paulo*, 2013. Disponível em: http://www.5elementos.org.br/site/index.php/institucional/politicas-publicas/plataforma-de-apoio-a-agricultura-organica-na-cidade-de-sao-paulo/ Acesso em 25/05/2018.

POLLAN, M. *Em defesa da comida.* Rio de Janeiro: Intrínseca, 2008.

POURIAS, J., AUBRY, C. e DUCHEMIN, E. *Is food a motivation for urban gardeners? Multifunctionality and the relative importance of the food function in urban collective gardens of Paris and Montreal.* Agric Hum Values (2016) 33: 257, 2016. Disponível em https://doi.org/10.1007/s10460-015-9606-y. Acesso em 14/05/2018.

PRADO JÚNIOR, C. *Distribuição da propriedade fundiária rural no Estado de São Paulo.* in Geographia. Ano I, n. 1, 1935.

PRADO JÚNIOR, C. *Formação do Brasil Contemporâneo, Colônia.* São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.

PUDUP, M. B. *It takes a garden: Cultivating citizen-subjects in organized garden projects.* Geoforum, v. 39, n. 3, p. 1228-1240, 2008.

PURCELL, M. *City-regions, neoliberal globalization and democracy: a research agenda.* International Journal of Urban and Regional Research, v. 31, n. 1, p. 197-206, 2007.

RELATÓRIO DE PREFEITOS. *Relatório de 1904 apresentado à Câmara Municipal de São Paulo pelo Prefeito Dr. Antonio da Silva Prado.* São Paulo: Typographia de Vanorden & Co, 1905.

REYNOLDS, R. *On Guerrilla gardening.* Ed. Bloomsbury: Londres, 2008.

RENDON, J. A. T. *Pequena Memória da plantação e cultura do chá.* p. 47-48. in: Coleção das três principais memórias sobre a plantação, cultura e fabrico do chá. São Paulo: Tipografia Liberal, 1851.

RIBEIRO, J. J. *Cronologia Paulista ou relação histórica dos fatos mais importantes ocorridos em São Paulo desde a chegada de Martim Afonso de Souza a S. São Paulo*, Tipografia do Diário Oficial, v. 2, p. 1899-1901, 1898, p.155.

ROLNIK, R. *São Paulo, início da industrialização: o espaço e a política. In:* Kowarick, L. (org.), *Lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente.* 2. ed. Rev. e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

ROSE, F. *Coalitions Across the Class Divide - Lessons from the Labour, Peace and Environmental Movements.* Ithaca, New York: Cornell Press, 2000.

ROSOL, M. *Subproject 1: Community gardens in Berlin: A new form of citizen participation.* In *Perspectives in urban ecology: Studies of ecosystems and interactions between humans and nature in the metropolis of Berlin*, ed. W. Endlicher, 263–270. Dordrech: Springer, 2011.

SACONI, R. *Como era São Paulo sem Mercado Municipal.* O Estado de São Paulo, São Paulo, 4 de Fevereiro de 2013, Caderno Metrópole Seção Como era São Paulo sem.

SADER, E. *Quando novos personagens entraram em cena.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. P. B. *Metodologia de Pesquisa.* 5 ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SAITO, H. *O Japonês no Brasil: estudo de mobilidade e fixação.* Ed. Sociologia e Política, 1961.

SANT'ANNA, D. B. de. *Cidade das águas: uso de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo (1822-1901).* São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2007.

SANTANDREU, Al.; LOVO, I. *Panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção:* identificação e caracterização de iniciativas de agricultura urbana e periurbana em regiões metropolitanas brasileiras. 2007. Disponível em: <http://www.rede-mg.org.br/?iid=56>. Acesso em: 09 mar. 2016.

SANTOS, M. *A Urbanização Brasileira.* São Paulo: São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

SÃO PAULO, Governo do Estado de. *A Batalha da Alimentação no Governo Montoro.* São Paulo: PW, 1987.

SÃO PAULO, Governo do Estado de. Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. Instituto de Economia Agrícola. Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável. *Projeto LUPA 2007/2008: Censo Agropecuário do Estado de São Paulo.* São Paulo: SAA: IEA: CDRS, 2009a.

SÃO PAULO, Governo do Estado de. Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. Instituto de Economia Agrícola. Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável. *Projeto LUPA 2016/2017: Censo Agropecuário do Estado de São Paulo.* São Paulo: SAA: IEA: CDRS, 2019.

SÃO PAULO, , Governo do Estado de. Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. Instituto de Economia Agrícola. Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável. *Sobre o LUPA.* São Paulo: SAA:

IEA: CDRS, 2009b. Disponível em http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa/sobreolupa.php. Acesso 20/01/2020.

SÃO PAULO, Prefeitura Municipal de. *O abastecimento de gêneros alimentícios na área urbana do município de São Paulo.* São Paulo: PROAGRI Projetos Agroindustriais Ltda e Secretaria de Abastecimento, 1967; p.43.

SÃO PAULO, Prefeitura Municipal de. *6a. CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. Comida de verdade no campo e na cidade: por direitos e soberania alimentar. Relatório final. Declarações e Proposições.* São Paulo: julho, 2015. Disponível em http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/trabalho/Relatorio%20final%20VI%20conferencia.pdf. Acesso em 25/5/2018.

SÃO PAULO, Prefeitura Municipal de. *1o. Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional 2016/2020.* Prefeitura Municipal de São Paulo. Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN). São Paulo, 2016a.

SÃO PAULO, Prefeitura Municipal de. *1a. CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL da cidade de São Paulo. Caderno da Conferência.* São Paulo, 2016b. Disponível em http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/CARTILHARURAL.pdf. Acesso em 20/5/2018.

SÃO PAULO, Prefeitura Municipal de. *Agricultores recebem certificado de orgânico.* Notícia veiculada no portal oficial em 21/07/2017. Disponível em http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/regionais/sao_mateus/noticias/index.php?p=74336. Acesso em 24 de Maio de 2018.

SÃO PAULO, Prefeitura Municipal de. *Processo de Revisão Participativa do Plano Diretor Estratégico de São Paulo.* Disponível em http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/marco-regulatorio/plano-diretor/processo-participativo/. Acesso em 25/5/2018.

SEABRA, M. F. G. *Vargem-Grande: Organização e Transformações de Um Setor do Cinturão Verde Paulistano.* Série Teses e Monografias n. 4. São Paulo: IGEOG-USP, 1971.

SENNET, R. *Juntos. Rituales, placeres y políticas de cooperación.* Madrid: Ed. Anagrama, 2013.

SHANIN, T. *Naturaleza y lógica de la economia campesina.* Cuarderns Anagrama, 1976.

SINGER, P. *Economia politica da urbanizacao.* 3. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

SOUSA, E. V. P. de. *A Paulicéia há 60 anos.* Revista do Arquivo Municipal CXI (nov. e dez.) São Paulo: Arquivo Municipal de São Paulo, 1946. p.54-55.

SOUZA, A.; LAMOUNIER, B. *A Classe Média Brasileira. Ambições, Valores e Projetos de Sociedade*. Rio de Janeiro, Elsevier; Brasília, CNI, 2010.

SPINOZA, B. de. *Ética / Espinosa*. Tradução Grupo de Estudos Espinosanos. Coordenação Marilena Chauí. São Paulo: Editora da UNiversidade de São Paulo, 2015, *c.* 1677.

SPINOZA, B. de. *Obra completa III: Tratado Teológico-político.* Organização J. Guinsburg, Newton Cunha, Roberto Romano e Tradução J. Guinsburg, Newton Cunha. 1 ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.

SPOSITO, M. E. B.; WHITAKER, A. M. *Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural.* São Paulo: Expressão Popular, 2006.

TERRILE, R. *Planificación urbana, ordenamiento territorial y AU*. Texto temático del Curso-Taller: "Diseño e implementación multi-actoral de políticas y acciones estratégicas en Agricultura Urbana", IPES, RUAF, Lima. 2006.

TOLEDO, B. L. de. *Prestes Maia e as origens do urbanismo moderno em São Paulo.* São Paulo: Empresa das Artes, 1996.

TOLEDO, B. L. de. *Anhangabaú.* São Paulo: FIESP, 1989.

TONELO, N. T. *Nos quintais a revolução, nos pratos os direitos: a agricultura urbana de base agroecológica enquanto uma das estratégias de promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada.* Trabalho de Conclusão de Curso – Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

TORNAGHI, C. *Critical geography of urban agriculture.* Progress in Human Geography, v. 38, n. 4, p. 551-567, 2014.

TORNAGHI, C.; CERTOMÀ, C. (Ed.). *Urban Gardening as Politics.* Routledge, 2018.

TRAVALINE, K; HUNOLD, C. *Urban agriculture and ecological citizenship in Philadelphia.* Local Environment, 16 (6), 509-522, 2010.

VALDIONES, A. P. G. *Panorama da agricultura urbana e periurbana no município de São Paulo.* Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

VAN DEN BERG, A. E., VAN WINSUM-WESTRA, M., DE VRIES, S., and VAN DILLEN, S.M.E. *Allotment gardening and health: A comparative survey among allotment gardeners and their neighbors without an allotment.* Environmental Health 9(1): 74, 2010.

VEIGA, J. E. da. *Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula.* Campinas: Autores associados, 2002, 304p.

WELSH, J.; MACRAE, R. *Food citizenship and community food security: lessons from Toronto, Canada.* Canadian Journal of Development Studies/Revue canadienne d'études du développement, v. 19, n. 4, p. 237-255, 1998.

WIRTH, L. *O urbanismo como modo de vida. In* VELHO, G. O. *O fenômeno urbano.* 4ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979 p.68-89.

YONEYA, F. *Eles criaram o cinturão verde.* O Estado de São Paulo, São Paulo, 4 de Março de 2008, Caderno Especial Imigração Japonesa, p. 56.

ZENHA, E. *A colônia alemã de Santo Amaro.* São Paulo: Revista do Arquivo Histórico Municipal, vol. CXXXII, p.47-142, 1950.

ZIBECCHI, R. *Dispersar el poder. Los movimientos como poderes antiestatales.* Argentina: Ed. Tinta Limón, 2006.

ANEXOS

ANEXO A. Questionário aplicado nas entrevistas semiestruturadas

ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS

Campo do Mestrado

PERGUNTAS

1. Nome: _____
2. Idade: _____
3. Bairro onde mora: _____
4. De que horta faz parte? _____
5. Me conte o que sabe sobre como essa horta surgiu.
6. Como você começou a se envolver com a horta?
7. Você tinha algum envolvimento com agricultura antes? Conte-me sobre.
8. Quais são suas motivações para participar de uma horta comunitária? (por que você vai na horta?)
9. Como você descreveria seus sentimentos ao participar de uma horta comunitária? (o que você sente) O que na horta te faz se sentir assim?
10. Você aprendeu algo novo na horta? O que?
11. Como é seu envolvimento com a horta? (quantas vezes vai, o que normalmente faz, qual o seu papel)
12. Como a horta funciona? (como são organizados os trabalhos e como é feita a manutenção).
13. Existem regras ou princípios, mesmo que informais, que são importantes para participar da horta?
14. Qual é o papel da Prefeitura na gestão da horta? Como poderia ser melhor?
15. Você sente que a horta mudou a forma com que a Prefeitura fazia a gestão da área? (a horta mudou a prática de gestão pública)
16. O que é um mutirão para você? Por que essa prática é importante para a horta?
17. O que faz um mutirão ser bom? OU O que é um "bom mutirão"?(quais são as características de um bom mutirão)
18. Atuar na horta é um ato político? Por que?
19. Você já participou de alguma instância política? Qual? (audiência pública, grupo de trabalho, reunião com legisladores ou prefeitura, conselho participativo)
20. Por que você participou? (qual a importância dessa atuação, na sua opinião)
21. Como foi para você participar desses espaços? O que você sentiu ao participar?
22. Você já tinha participado de alguma instância assim antes do seu envolvimento com a horta?
23. Sua participação na horta aumentou seu entendimento sobre a cidade ou sobre política?

ANEXO B. Facilitações gráficas com os resultados da pesquisa

Facilitação Gráfica 1 – História da agricultura na cidade de São Paulo

Facilitação Gráfica 2 – Engajamento político na agricultura urbana